

REVISTA **CONTRAPONTO**

EDIÇÃO ESPECIAL



FOTO: BRUNA KERN GRAZIANO

TRABALHOS DESTAQUES
VIII SEMINÁRIO DISCENTE
PPGS/UFRGS

Edição 2020/2 ISSN: 2358-3541

**EMERGÊNCIAS
SOCIOLOGICAS**

CONSTRUINDO HORIZONTES
E EPISTEMES

SUMÁRIO

Editorial

Apresentação	1
<i>Revista Contraponto</i>	

Artigos

Políticas públicas para as universidades em 1968: a imposição de um processo de modernização das Instituições de Ensino Superior no Brasil	6
<i>Mely Paredes</i>	
A velha e a nova escola de Rap: problemas de método na análise de grupos culturais	25
<i>Róbson Peres da Rocha</i>	
O protagonismo de jovens na escola de classe média: desafios para a análise sociológica da educação	46
<i>Ricardo Boklis Golbspan</i>	
Mulheres de terreiro: sujeitas de interação nas políticas públicas do Rio Grande do Sul	70
<i>Janine Nina Fola Cunha</i>	
Agentes, argumentos e mudanças: a Política de Drogas e a mídia (2003-2016)	88
<i>Cristiano Nicola Ferreira</i>	
Pragmatismo e Teoria do Ator-Rede no estudo das controvérsias tecnocientíficas: refletindo sobre potencialidades e desafios	108
<i>Gabriela Dias Blanco</i>	
Ruralidade contemporânea e o conflito ambiental em Porto Alegre: a Fazenda do Arado	131
<i>Joana Winckler</i>	
Os territórios quilombolas urbanos entre normas jurídicas e sociais.....	153
<i>Tamires Dias Quadros</i>	
Mapeando as assimetrias na execução da Lei Federal nº 12.990/2014	175
<i>Mara Beatriz Nunes Gomes e Marcus Vinicius Spolle</i>	
“Nem chefe, nem escritório”: controle e subordinação no trabalho de motoristas por aplicativo	193
<i>Ezequiel Zanco Scapini</i>	
A Uberização da coleta seletiva, uma nova forma de exploração.....	217
<i>Alexandro Cardoso</i>	
Controle de riscos e seletividade penal: avaliação de risco no Sistema de Justiça Criminal dos EUA	238
<i>Iara Passos</i>	
O mercado da arbitragem de futebol: apontamentos etnográficos em uma competição de várzea	252
<i>João Cauê Benedeti Morales</i>	
Instituições e redes na indústria de aerogeradores: o caso da empresa WEG	270
<i>Leonardo Prates Fabris</i>	

APRESENTAÇÃO

A presente Edição Especial surge de uma profícua parceria entre a Revista Contraponto e a Comissão Organizadora do VIII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS/UFRGS), realizado em outubro de 2019 no Campus do Vale, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), e traz os trabalhos destaques de autoras e autores que apresentaram pesquisas nos Grupos de Trabalho do evento e concordaram em publicar a versão integral na Revista. A seleção dos trabalhos foi realizada pelas professoras e professores convidados a mediar as discussões nesses espaços, tendo sido escolhidos, no mínimo, dois trabalhos por GT.

Sob o tema “Emergências Sociológicas: construindo horizontes e epistemes”, a VIII edição do Seminário procurou reforçar a importância científica e social da produção intelectual das Ciências Sociais, área do conhecimento que passa por graves descréditos do atual governo, e sua relevância para promover a construção de novos horizontes de sociedade que considerem e dialoguem com as mais diversas epistemes. A programação, orientada a partir do tema “Emergências Sociais”, consistiu em uma Conferência de Abertura, quatro Mesas Redondas, sete Grupos de Trabalho e uma Conferência de Encerramento, visando contemplar as linhas de pesquisa do PPGS/UFRGS e o debate de temas relevantes na sociologia contemporânea e das demandas sociais.

O evento se colocou como espaço de encontros, trocas e diálogos diante de um contexto de crises das mais diversas ordens - atualmente agravadas pela pandemia do novo coronavírus -, dentre elas, a crise imposta ao próprio campo da Sociologia e das Ciências Humanas como um todo, constantemente atacadas e desacreditadas quanto a importância de suas produções para refletir os rumos da sociedade. Destacou-se, então, a importância do papel da Sociologia enquanto campo do conhecimento e espaço agregador de uma vasta multiplicidade de olhares. Como salienta trecho da carta de lançamento do evento,

Vivemos um momento crítico. A crise das instituições democráticas, no mundo todo, e especialmente das brasileiras assombra as perspectivas pós-golpe de Estado ocorrido no ano de 2016. Em termos econômicos, o fortalecimento do neoliberalismo e o desmanche das propostas de bem-estar social aumentam as feridas da pobreza e das desigualdades. Ambientalmente, nos vemos diante de uma crise ecológica sem precedentes por uma promessa de desenvolvimento que é visivelmente inalcançável. Nas áreas de fronteira, o fluxo de pessoas, migrantes e refugiados, buscando novos horizontes e possibilidades de existência se veem interrompidos pelo levantamento de muros e aprisionamentos. A violência materializada nas suas piores formas, com a xenofobia, o racismo, o machismo e a homofobia, tirando a vida da nossa juventude [...]. As crises que vivenciamos são muitas. Mas as resistências e emergências também (Carta de lançamento do VIII Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Nesta perspectiva de resistências e emergências, procurou proporcionar um ambiente convidativo para que pessoas, de dentro e de fora da Universidade, pudessem refletir não somente sobre os desafios que nos deparamos cotidianamente na atual conjuntura, como também sobre como fortalecer as propostas de enfrentamento, resistência e superação destas múltiplas crises resultando na construção de horizontes e epistemes. O evento foi organizado com base nos princípios de horizontalidade dos diálogos, respeito à diversidade e de valorização dos saberes plurais que transcendem os limites acadêmicos.

Com base nestas premissas, além dos tradicionais GTs inspirados nas linhas de pesquisa do programa e que proporcionam trocas entre os/as estudantes sobre processos e resultados de suas pesquisas, a Comissão Organizadora buscou oferecer espaços, sobretudo por meio das Mesas Redondas propostas, visando integrar pessoas ativistas, militantes, acadêmicas, pesquisadoras, estudantes interessadas em discutir as emergências sociológicas.

Os trabalhos destaques aqui publicados são oriundos dos GTs (1) Sociedade e Conhecimento, (2) Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas, (3) Sociedade, Ruralidade e Ambiente, (4) Minorias Sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência, (5) Trabalho e Sociedade, (6) Violência, Conflitualidade, Direito e Cidadania, e (7) Sociedade e Economia.

O espaço do GT (1) Sociedade e Conhecimento, coordenado pelos colegas **Caroline Stresser** e **Carlos Fabris**, resumidamente, visou debater o conhecimento em sua relação com a sociedade a partir dos “diversos aspectos que o tornam um objeto central da sociologia: o caráter social de sua formação, as maneiras com que se produz e reproduz, bem como suas configurações no mundo contemporâneo”.

Trouxe como destaques os trabalhos de **Mely Paredes**, intitulado “Políticas públicas para as universidades em 1968: a imposição de um processo de modernização das Instituições de Ensino Superior no Brasil”, de **Róbson Peres da Rocha**, intitulado “A velha e a nova escola de Rap: problemas de método na análise de grupos culturais”, e de **Ricardo Boklis Golbspan**, intitulado “O protagonismo de jovens na escola de classe média: desafios para a análise sociológica da educação”.

O GT (2) Sociedade, Participação Social e Políticas Públicas, sob coordenação discente da colega **Gabriela Scapini**, inserido no campo da sociologia política, buscou enfatizar “a análise das relações entre Estado e Sociedade por meio do estudo de políticas públicas e projetos sociais. São enfocados principalmente os temas das políticas públicas, da democracia participativa, dos movimentos sociais, da sociologia urbana, e das relações entre os níveis da federação (descentralização, federalismo)”. Destacou os trabalhos de **Janine Nina Fola Cunha**, intitulado “Mulheres de terreiro: sujeitas de interação nas políticas públicas do Rio Grande do Sul”, e de **Cristiano Nicola Ferreira**, intitulado “Agentes, argumentos e mudanças: a Política de Drogas e a mídia (2003-2016)”.

O GT (3) Sociedade, Ruralidade e Ambiente, coordenado pelas colegas **Aline Radaelli**, **Júlia Menin** e **David Ávalos**, procurou debater, no âmbito da relação sociedade-natureza e suas implicações, “o diálogo entre estudos teóricos e empíricos que analisem os processos e relações sociais do rural contemporâneo, as dinâmicas e transformações territoriais e socioambientais, a questão da soberania alimentar associada a novos hábitos de consumo e produção de alimentos, os conflitos socioambientais considerando os múltiplos ambientes, territórios e epistemes em questão, os megaprojetos de desenvolvimento e seus impasses socioambientais, e as políticas públicas ambientais e de desenvolvimento territorial e rural”. Os trabalhos de destaque são das pesquisadoras **Gabriela Dias Blanco**, sob o título “Pragmatismo e Teoria do Ator-Rede no estudo das controvérsias tecnocientíficas: refletindo sobre potencialidades e desafios”, e de **Joana Winckler**, intitulado “Ruralidade contemporânea e o conflito ambiental em Porto Alegre: a Fazenda do Arado”.

O espaço do GT (4) Minorias Sociais: estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência, o maior GT do evento - com mais trabalhos inscritos e participantes -, foi coordenado pelas colegas **Débora Fogliatto**, **Dayanne Santos** e **Cláudio Renato Souza** e buscou “dar destaque aos trabalhos que analisem os

processos históricos e contemporâneos de estigmatização, discriminação, desigualdade e resistência que atingem minorias sociais, resultando em diversas formas de desigualdade, desvantagem e exclusão social. Da mesma forma, preocupa-se com a análise das políticas públicas implantadas para reduzir os efeitos negativos destes processos”. Os trabalhos selecionados e aqui publicados foram de **Tamires Dias Quadros**, intitulado “Os territórios quilombolas urbanos entre normas jurídicas e sociais”, e de **Mara Beatriz Nunes Gomes** em coautoria com **Marcus Vinicius Spolle**, sob o título “Mapeando as assimetrias na execução da Lei Federal nº 12.990/2014”.

O GT (5) Trabalho e Sociedade, coordenado pelas colegas **Daniela Damion**, **Bruna Graziuso** e **Marieta Reis**, buscou ser um espaço de reflexão e análise das implicações e dos condicionantes dos processos produtivos “face ao novo paradigma de produção e desenvolvimento, assim como a difusão das tecnologias de informação e comunicação” no âmbito das transformações do mercado de trabalho e nas relações de trabalho e emprego. Os destaques deste GT foram os trabalhos de **Ezequiel Zanco Scapini**, intitulado “‘Nem chefe, nem escritório’: controle e subordinação no trabalho de motoristas por aplicativo”, e de **Alexandro Cardoso**, intitulado “A Uberização da coleta seletiva, uma nova forma de exploração”.

O GT (6) Violência, Conflitualidade, Direito e Cidadania, coordenado pelo colega **Juliano Colla**, buscou fomentar discussões, partindo de uma perspectiva multidisciplinar, acerca de “violências, conflitos sociais, o campo do controle social, governo e gestão de populações, as relações entre direito e sociedade, administração da justiça e punição, o crime e os processos de criminalização”. O trabalho de destaque foi o elaborado e apresentado por **Iara Passos**, intitulado “Controle de riscos e seletividade penal: avaliação de risco no Sistema de Justiça Criminal dos EUA”.

Finalmente, o GT (7) Sociedade e Economia, coordenado pelos colegas **Haroldo Misunaga** e **Anne Brandalise**, buscou reunir pesquisas que debatem os “fenômenos socioeconômicos observados nas sociedades contemporâneas, considerando a relação entre ações econômicas e ações sócio-político-culturais, integrando áreas do conhecimento como a sociologia da firma, dos mercados, das finanças e do trabalho”, procurando “contribuir para a dissolução de mitos, como o que atribui aos mercados e a outras dimensões das atividades econômicas uma essência que lhes confere caráter autônomo e/ou corruptor”. Os trabalhos destaques

levantados por este GT são os de autoria de **João Cauê Benedeti Morales**, intitulado “O mercado da arbitragem de futebol: apontamentos etnográficos em uma competição de várzea”, e de **Leonardo Fabris**, intitulado “Instituições e redes na indústria de aerogeradores: o caso da empresa WEG”.

Esperamos que tal diversidade de temáticas e interessantes discussões que compõem esta edição especial da Revista Contraponto seja instigante a nossas leitoras e leitores. Parabenizamos as autoras e autores dos trabalhos, aos quais agradecemos o aceite do convite, fruto desta parceria entre Revista e Comissão Organizadora, em publicar conosco. Esperamos que vossos trabalhos estejam aqui apresentados com qualidade à altura de suas valiosas reflexões.

Ótima leitura!

Equipe Editorial Revista Contraponto

Porto Alegre, Rio Grande do Sul

Outubro de 2020.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS UNIVERSIDADES EM 1968: A IMPOSIÇÃO DE UM PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

PUBLIC POLICIES FOR UNIVERSITIES IN 1968: THE IMPOSITION OF A MODERNIZATION PROCESS TO HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS IN BRAZIL

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LAS UNIVERSIDADES EN 1968: LA IMPOSICIÓN DE UN PROCESO DE MODERNIZACIÓN DE LAS INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR EN BRASIL

Mely Paredes¹

Resumo

O trabalho desenvolvido parte da breve revisão das primeiras políticas de educação estruturadas no Brasil e busca compreender o arcabouço legal promulgado entre 1966 e 1969 – em especial a lei 5.540/68 e seu papel fundamental no processo de modernização do modelo de referência para as universidades do país. Para tanto foram analisadas as normativas de tal arcabouço legal, as pautas do movimento estudantil que clamavam pela reforma da universidade enquanto reforma de base, documentos oficiais, instituições políticas, novas correntes de pesquisa e bibliografia pertinente. O intuito do presente artigo consiste na descrição e análise desta importante etapa no processo de modernização da instituição universitária brasileira, buscando evidenciar as características e objetivos deste que se conformou no novo modelo de referência para o ensino superior do país.

Palavras-Chave: Universidade; Ditadura Civil-Militar; Reestruturação Universitária.

Abstract

The work developed is part of the brief review of the first structured education policies in Brazil and seeks to understand the legal framework enacted between 1966 and 1969 – in particular Law 5.540/68 and its fundamental role in the process of modernizing the reference model for Brazilian universities. To this end, the norms of such a legal framework, the guidelines of the student movement that called for university reform as a basic reform, official documents, political institutions, new research trends and pertinent bibliography were analyzed. The purpose of this article is to discuss this

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação do Professor Doutor Helgio Trindade e co-orientação da Professora Doutora Maria-Beatriz Luce, melypparedes@gmail.com

important moment in the process of modernization of the Brazilian university institution, seeking to highlight the characteristics and objectives of what conformed to the new reference model for higher education in the country.

Keywords: University; Civil-Military Dictatorship; University Restructuring.

Resumen

El trabajo desarrollado parte de la breve revisión de las primeras políticas educativas estructuradas en Brasil y busca comprender el marco legal promulgado entre 1966 y 1969, en particular la Ley 5.540 / 68 y su papel fundamental en el proceso de modernización del modelo de referencia para las universidades en el país. Para ello, se analizaron las normas de dicho marco legal, los lineamientos del movimiento estudiantil que pedían la reforma universitaria como reforma de base, documentos oficiales, instituciones políticas, nuevas corrientes de investigación y bibliografía relevante. El propósito de este artículo es describir y analizar esta importante etapa del proceso de modernización de la institución universitaria brasileña, buscando resaltar las características y objetivos de esta que se ha conformado al nuevo modelo de referencia para la educación superior en el país.

Palabras clave: Universidad; Dictadura Civil-Militar; Reestructuración universitaria.

INTRODUÇÃO

Com origem na dissertação de mestrado² da autora, o presente artigo se debruça sobre o contexto das complexas relações entre o regime militar e as universidades públicas brasileiras. Apesar das cassações, expulsão e repressão de professores universitários e estudantes, uma agenda – com decretos e leis promulgados entre 1966 e 1969 - foi proposta nos mandatos dos presidentes Humberto de Alencar Castelo Branco e Artur da Costa e Silva, com objetivo de retomar em novas bases o tema da "reforma universitária"³. Tal reforma, antes do golpe de 1964, era pauta central das lutas estudantis sob a coordenação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e na tentativa de silenciar esses movimentos, utilizando a educação como instrumento para atingir alguns dos objetivos de gestão do governo,

² Políticas Públicas Universitárias Na Ditadura Civil-militar Brasileira (1966-1972): As Implicações Da Nova Legislação Para A Ufrgs. Escrita sob orientação do Professor Dr Helgio Trindade e aprovada em 03 de dezembro de 2018 no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFRGS.

³ Ver: FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: Reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

a ditadura promoveu uma outra reforma com caráter modernizador das estruturas e da função universitárias.

O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL E AS PAUTAS DE REFORMA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

A universidade brasileira sofreu diversas alterações em sua estrutura desde a criação das primeiras Instituições de Ensino Superior (IES) pelo Estado, na reforma de 1890. No entanto, foi somente com a legislação de 1931, no Governo Provisório de Getúlio Vargas, que o Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos, conseguiu articular junto aos ideários de governo o estatuto e a organização das universidades públicas brasileiras. Tanto a Lei Francisco Campos, como o modelo adotado pela Universidade de São Paulo (USP) em 1934, serviram de referência para a formação das novas universidades do Brasil. No entanto, ao final da década de 1950 começaram a aflorar os primeiros movimentos em defesa de uma reforma universitária como consequência direta das transformações econômicas e sociais das duas décadas anteriores. A entrada de capital estrangeiro no país gerou uma demanda de mão-de-obra com educação superior, refletindo a necessidade de expansão do sistema de ensino superior e de ampliação da taxa de matrículas.

Para Maria de Lourdes Fávero (2006), foi a partir do I Seminário Nacional de Reforma do Ensino, que aconteceu em 1957 no Rio de Janeiro, e com a pergunta “Universidade para quem?” que o tema da transformação estrutural da universidade brasileira começou a pautar as preocupações dos estudantes. Em maio de 1960 foi realizado o I Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior na Bahia, também promovido pela UNE. No ano seguinte, também em maio, a UNE organizou em Salvador o I Seminário Nacional de Reforma Universitária, com o apoio da União dos Estudantes da Bahia e a contribuição de grandes nomes da educação brasileira como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Darcy Ribeiro, Celso Furtado e Otávio Ianni. Delegações enviadas por entidades de representação discente, como a União Estadual de Estudantes de cada estado e a Federação de Estudantes de diversas universidades também marcaram presença. Ao final do encontro, os estudantes elaboraram um documento de síntese com as resoluções debatidas durante o evento, que ficou conhecido como Declaração da Bahia.

A proposição de reforma universitária apresentada no documento da UNE passou a ser compreendida como uma reforma mais ampla, de base, que incorporava aspectos estruturais da sociedade. Os estudantes defendiam o direito à educação para todos em todos os níveis e uma administração paritária da universidade – que deveria ser exercida por professores, estudantes e egressos proporcionalmente. Tais reivindicações e propostas de mudança para a educação superior foram bastante progressistas em diversos aspectos para a época, tornando evidente que a perspectiva dos estudantes a respeito dos problemas brasileiros tinha grande influência de outros movimentos sociais com forte atuação no período – como as organizações de trabalhadores – ao mesmo tempo em que mostrava ter forte inspiração na Reforma de Córdoba⁴.

A GREVE DO TERÇO E AS NOVAS PERSPECTIVAS DE REFORMA PÓS 64

Em março de 1962 a UNE organizou o II Seminário Nacional de Reforma Universitária, em Curitiba, com estrutura e participação de entidades semelhantes ao evento anterior. Por ocasião das determinações da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – que estabeleceu às universidades o encaminhamento de seus anteprojetos de estatuto ao Conselho Federal de Educação (CFE) até 27 de junho de 1962 – a UNE definiu o primeiro dia de junho como data limite para determinação, por parte das instituições, da participação estudantil na proporção de $\frac{1}{3}$, a exemplo do modelo tripartite adotado em Córdoba. Com o não atendimento de tal reivindicação no fim do prazo concedido, a UNE decretou greve estudantil nacional e sua paralisação foi aderida por estudantes em várias universidades do país, estendendo-se até meados de agosto.

A greve dos estudantes não era conveniente para o governo de João Goulart, mas ao mesmo tempo não era interessante pedir que o Congresso votasse modificações de uma LDB recém aprovada. Sendo assim, o governo apelou para que o Conselho de Ministros, fazendo uso de suas atribuições legislativas, fizesse alterações no conteúdo da lei através da regulamentação de seus dispositivos. A

⁴ A Reforma de Córdoba – que teve início a partir do movimento estudantil da Universidade Nacional de Córdoba (Argentina), em 1918 – conquistou, dentre outras coisas: o direito de participação dos estudantes na estrutura administrativa através do co-governo tripartite entre professores, alunos e egressos; o fim das cátedras; modernização dos currículos; extensão universitária; assistência social para estudantes e autonomia universitária. Por isso, transformou-se em uma das maiores referências enquanto projeto de universidade na América Latina.

alteração dos dispositivos deveria receber a aprovação do CFE, contudo, o conselho não autorizou tais modificações por entender que isso consistiria em restringir a autonomia das universidades. Caberia a elas determinar, por meio de seus estatutos, qual a proporção de representação estudantil seria permitida. Passados dois meses sem que o objetivo fosse alcançado, a greve foi suspensa pelos estudantes frente à crise política nacional e a ameaça de golpe. Mas com o golpe, em 1964, novas perspectivas passaram a ser incorporadas no debate:

De abril de 1964 até o início de 1967 as discussões dentro do movimento estudantil passaram a girar sobretudo em torno de dois pontos chaves: a revogação do acordo MEC-USAID e da lei Suplicy de Lacerda (lei nº 4.464 de 09/11/64), pela qual a UNE foi substituída pelo DNE e as Uniões Estaduais pelos Diretórios Estaduais. Na regulamentação das entidades estudantis, a lei Suplicy tornou possível a convocação do Diretório Nacional dos Estudantes pelo Ministério da Educação e Cultura, sendo isso interpretado pelos estudantes como uma violação do direito de autonomia da entidade. A lei também obrigou o voto universitário nas eleições para o Diretório Acadêmico de cada faculdade e proibiu qualquer manifestação de greve ou propaganda político-partidária por parte de entidades estudantis. (BOMENY, 1994, p. 51).

Tais medidas, bem como uma série de outros decretos aprovados, restringiam a liberdade acadêmica e buscavam dispersar o debate dos estudantes sobre a reforma universitária nos termos em que este se estruturava. A estratégia adotada pelo governo civil-militar tinha como objetivo conformar a universidade, historicamente uma "instituição social", numa "organização complexa".

OS INTERESSES DA DITADURA NA EDUCAÇÃO E O NOVO MODELO DE REFERÊNCIA PARA AS UNIVERSIDADES

O modelo de referência escolhido pela ditadura – que estava em voga no meio empresarial da época e acabou sendo transposto para a estrutura das universidades – implementou mais a "modernização universitária" do que uma "reforma" abrangente, adotando uma visão utilitária alinhada à Teoria do Capital Humano⁵, cujo surgimento se deu a partir da inserção de preceitos da economia na educação e seu fortalecimento em países ocidentais desenvolvidos na década de 1960.

⁵ Teoria de meados dos anos 50, elaborada por Theodore W. Schultz (1973) da Universidade de Chicago. Resumidamente, defendia que investimentos em educação e saúde podem aprimorar as aptidões e habilidades dos indivíduos, tornando-os mais produtivos, o que poderia influenciar o crescimento econômico dos países.

Nesses países, os governos passaram relacionar fenômenos educacionais e realidades econômicas estendendo suas preocupações às questões relativas ao planejamento educacional, comportamento adotado também pelas propostas educacionais do regime civil-militar no Brasil. Assim, o gasto referente a matrículas, materiais escolares e equipamentos de educação no país passou a ser equiparado com outras despesas do planejamento nacional. O investimento em educação era justificado a medida em que a formação do cidadão poderia trazer algum tipo de vantagem futura à soberania da nação.

O interesse da ditadura brasileira pela a educação se deu em razão de seu potencial pedagógico para a disseminação da ideologia orientadora do novo regime, possibilitando a justificativa e legitimação de suas ações. A educação também representava um campo com novas oportunidades de investimento para o desenvolvimento do país e seu crescimento econômico, uma vez que fomentava a pesquisa e avanços tecnológicos que poderiam oportunizar retornos econômicos. Nesse sentido, a intervenção na área e a modificação da estrutura, não apenas da universidade, mas das instituições às quais essa respondia, deveria “organizar” a demanda existente no “mercado” de educação.

O Ministério de Educação e Cultura (MEC), por exemplo, sofreu uma série de alterações conjunturais no pós-1964, com adoção de novas práticas alinhadas com as orientações ideológicas do novo governo. O campo da educação tinha grande relevância para o regime civil-militar, e por isso passou a receber análises periódicas apontando quais seriam as políticas mais apropriadas para neutralizar potenciais oposições. Criou-se, dentro do próprio ministério, a Divisão de Segurança e Informações (DSI-MEC)⁶ e, mais tarde, as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) dentro das instituições de ensino e demais autarquias.

Um documento com diretrizes setoriais, amparado pelo Programa Estratégico do Desenvolvimento, foi sistematizado e publicado pelo MEC com o objetivo de propor incentivos para estimular o acesso aos níveis mais elevados do ensino, num grande programa nacional de promoção social que viesse a ajustar o sistema educativo às

⁶ A DSI-MEC levantava, produzia e circulava informações relativas às atividades estudantis e docentes, investigando o perfil ideológico de quem era designado pelo MEC para cargos em instituições públicas administradas, realizando pareceres sobre as listas tríplexes e listas sêxtuplas sugeridas para cargos de direção das universidades e reitoria das universidades públicas. Outros dois órgãos criados a partir de 1969 que colaboraram diretamente com a DSI-MEC foram as Assessorias Especiais de Segurança e Informações (ASI e AESI), e a Comissão de Investigação Sumária do MEC (CISMEC).

demandas requeridas do mercado de trabalho, sob a coordenação e orientação geral do governo⁷. As diretrizes básicas apontadas neste documento assinalavam as prioridades de reforma sugeridas e a modernização da estrutura e da execução dos serviços administrativos do setor, bem como a unificação, implantação e expansão dos serviços de administração educacional na Capital Federal.

OS ACORDOS MEC-USAID E A INFLUÊNCIA DE RUDOLPH ATCON E DA EAPES NO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

Buscando operacionalizar seu projeto de modernização da educação superior, os militares adotaram diferentes medidas, entre elas a assinatura de uma série de convênios de cooperação técnica entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência Norte-americana para o Desenvolvimento Internacional – United States Agency for International Development (USAID). Os primeiros convênios, também chamados “Acordos MEC-USAID”, assinados no Brasil são do início dos anos 1950⁸. A partir do governo Castello Branco, os acordos se intensificaram e, entre 1964 e 1968, foram assinados diversos convênios que objetivavam o aperfeiçoamento do ensino em todos os níveis, sendo dois especificamente destinados à educação superior⁹.

O movimento estudantil, imprensa e parlamentares de oposição reagiram aos convênios e ao envolvimento técnico da USAID no planejamento do ensino superior

⁷ VER: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Educação, cultura, ciência e tecnologia no Plano Estratégico do Desenvolvimento. Diretrizes setoriais elaboradas pelo MEC, em 18-07-67. Brasília, 1967, p. 1-2.

⁸ Havia diferentes tipos de acordos de cooperação técnica anteriores a 1964. Os convênios podiam ser estabelecidos entre os dois governos, brasileiro e norte-americano, ou diretamente entre instituições dos dois países. Ver em: JACOBS, Camila Campos. A participação da United States Agency for International Development (USAID) na reforma da universidade brasileira na década de 1960, p. 90-93.

⁹ O primeiro “Acordo MEC-USAID para o Planejamento do Ensino Superior” foi assinado em junho de 1965 com três finalidades básicas: a elaboração de uma série inicial de planos possíveis de serem executados para a ampliação e reestruturação do ensino superior em um prazo máximo de cinco anos; a criação de um mecanismo capaz de desenvolver planos a curto e longo prazo; e a elaboração de um quadro técnico em planejamento educacional, designado como Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES). O segundo, “Convênio MEC-USAID de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior”, foi assinado no ano seguinte, mantendo as mesmas finalidades e objetivos do acordo anterior. No entanto, a equipe passou a ser designada Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES). Ver: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Acordo MEC-USAID para o Planejamento do Ensino Superior no Brasil. Brasília, 1965. In: POERNER, Artur. *op. cit.*, Anexos, p. 342-347 e p. 348-351.

brasileiro com protestos e manifestações. A UNE – que se mantinha atuando de forma irregular em relação às determinações da Lei Suplicy – organizou dois seminários para aprofundar o debate. O ponto central das manifestações consistia na influência ideológica exercida pelos consultores norte-americanos tanto no planejamento do ensino superior brasileiro, como no conteúdo proposto enquanto solução de problemas nas universidades, especialmente as pautas de cobrança de taxas ou anuidades e de desmobilização do movimento estudantil¹⁰.

Uma Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (EAPES) atuou no Brasil entre março de 1967 e agosto de 1968, visitando várias universidades federais, algumas universidades privadas pré-selecionadas e instituições da sociedade civil importantes, como o Conselho de Reitores, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a Fundação Ford, a Fundação Getúlio Vargas, o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)¹¹. Seus membros produziram cadernos de estudos que abordavam pontos específicos da educação superior, de forma isolada e sem agrupamentos temáticos, pontuando alguns princípios gerais de orientação e algumas propostas como: a compreensão da educação como fator de desenvolvimento; organização de carreiras e currículos mediante estudo de demandas do mercado de trabalho; adoção do ciclo básico e ciclo profissional nos cursos de graduação; promoção e desenvolvimento do ensino de pós-graduação; adoção do exame vestibular classificatório; implementação de sistema departamental e extinção das cátedras; e criação de uma comissão permanente de assessoria com atuação conjunta ao governo brasileiro.

Em avaliação realizada a pedido do MEC, em 1965, Rudolph Atcon¹² – especialista em planejamento universitário que participou do processo de criação da

¹⁰ CUNHA, Luiz Antonio. A universidade reformada. *op. cit.*, p. 238-239. Ver também em: FÁVERO, Maria de Lourdes. A UNE em tempos de autoritarismo. *op. cit.*, p. 67-71.

¹¹ Foram visitadas: Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal do Ceará, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal de Goiânia, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de Brasília, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade Católica de Salvador, Universidade Mackenzie e Universidade Gama Filho.

¹² Rudolph P. Atcon foi um pesquisador americano, membro da AID (Agency International Development) e assessor da UNESCO entre as décadas de 1950 e 1970. Autor de diversos estudos sobre educação na América Latina, onde se destaca a obra "La Universidad Latinoamericana", que desenha o modelo de reforma proposto nas décadas de 1960 e 1970.

Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), entre 1953 e 1956 – colocou que a reforma administrativa das universidades brasileiras deveria considerar a autonomia administrativa das mesmas, desvinculando os controles administrativos e financeiros do Estado e dando às universidades o efetivo controle interno. Para ele, as universidades deveriam funcionar como empresas particulares e, seguindo a estrutura organizacional de uma, Atcon sugeria que sua administração deveria ser conduzida pelos órgãos responsáveis por sua formulação política: Reitoria, Conselho Universitário – para os assuntos de política universitária – e Conselho de Curadores – para os assuntos financeiros. Abaixo deles deveria existir um quadro de administradores responsável pela coordenação das políticas criadas.

Esta concepção de universidade e educação foi amplamente apoiada pelo empresariado nacional e o governo civil-militar acabou se debruçando no trabalho desenvolvido pelos assessores da EAPES e no parecer de Atcon para orientar o processo de modernização e reestruturação do modelo de referência das universidades brasileiras. Os resultados da avaliação de Atcon acabaram resultando em um documento denominado Plano Atcon¹³ ou "Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira", publicado pelo MEC em 1966, que abriu caminhos e serviu como base para a promulgação dos Decretos-Lei n.º 53 e n.º 252, de 1966 e 1967, e, mais tarde, para o parecer do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS UNIVERSIDADES

Assumindo que a estratégia adotada pelo governo se baseava na compreensão da educação enquanto fator importante para o desenvolvimento econômico do país e condicionante para a segurança nacional por sua capacidade de produção e difusão do conhecimento, podemos dizer que as políticas públicas para as universidades do período promoveram uma modernização que objetivava adequar

¹³ ATCON, Rudolph P. La universidad latinoamericana: Clave para un enfoque conjunto del desarrollo coordinado social, económico y educativo en América Latina. Edición digital por Christian HA – BOGOTÁ, 2009. Extraído de: <https://pt.scribd.com/document/20891378/La-Universidad-Latinoamericana-clave-para-un-enfoque-The-Latin-American-university-a-key-for-an-intergrated-ap>; Acesso em: 13 de jul. de 2018.

ensino superior brasileiro às necessidades econômicas do país, fazendo uso da repressão como garantia da ação prática de tais reformas¹⁴.

A coibição esteve presente desde os primeiros meses após o golpe, quando o governo militar se utilizou do AI-1 para localizar e “neutralizar” suspeitos de subversão ou que representavam algum tipo de oposição ao regime. As ações coercitivas eram implementadas a partir de Inquéritos Policial-Militares (IPMs), que instalavam comissões especiais nos diferentes setores da administração pública, autarquias, universidades e demais instituições. A Lei Suplicy¹⁵ estabeleceu novas regras de representação discente em fins de 1964, oficializando a extinção da UNE e criando o Diretório Nacional de Estudantes (DNE) em seu lugar. Dentro das universidades, também foram criados os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e Diretórios Acadêmicos (DAs).

O Decreto-Lei n.º 228, de 1967, revogou a Lei Suplicy e estabeleceu o Decreto Aragão¹⁶ – referente ao ministro da educação Raymundo Moniz de Aragão – com novas regras e normas para as entidades estudantis, como a obrigatoriedade do voto para os DCEs. A participação dos estudantes ficou restrita, sem autonomia e sem direito a livre manifestação. É nesse complexo cenário – composto pelas diferentes tensões entre o projeto de governo da ditadura civil-militar e seu interesse na educação, as pautas de reforma observadas pelo movimento estudantil e pelas universidades antes do golpe, e o aparelho coercitivo implementado dentro das universidades após o golpe – que os Decretos-Lei n.º 53/66 e n.º 252/67, e mais tarde a Lei n.º 5.540/68, foram promulgados.

Esse arcabouço legal representou um dos marcos mais significativos no processo de modernização do modelo de referência das universidades brasileiras e estabeleceu uma relação entre educação e mercado de trabalho, gerida fundamentalmente pelo lucro econômico e pelo investimento em busca de retornos maiores. Nesse contexto, e longe de ser um campo neutro na sociedade, a educação

¹⁴ VER: ROMANELLI, Otaíza. História da educação no Brasil (1930-1973). *op. cit.*, p. 118.

¹⁵ BRASIL. Lei n.º 4.464, de 9 de nov. de 1964. Dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes e dá outras providências. Ficou conhecida no país como Lei Suplicy em razão do ministro da educação da época, Flávio Suplicy de Lacerda. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-norma-pl.html>; Acesso em: 22 de jul. de 2018.

¹⁶ BRASIL. Decreto-lei n.º 228, de 28 de fev. de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-norma-pe.html>; Acesso em: 25 de jul. de 2018.

passou a cumprir também a função de transmissão e legitimação ideológica do poder dominante¹⁷. Para Trindade,

A tríade universidade, conhecimento e Estado alcança seu ponto crítico com as novas relações entre ciência e poder. Mudaram os paradigmas científicos como a interação com o Estado e a sociedade, a partir de sua eficácia em termos econômicos e militares. Da mesma forma, as universidades, inseridas na produção científica e tecnológica para o mercado ou para o Estado, ficaram submetidas a lógicas que afetaram substantivamente sua autonomia acadêmico-científica tradicional. (TRINDADE, 2000, p. 125).

Diante dessa crise nas universidades, outras duas comissões foram instituídas pelos militares com o objetivo de solucionar a questão: a Comissão Especial para Assuntos Estudantis e o Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária. A primeira foi instituída pelo Decreto n.º 62.024, em dezembro de 1967, para “emitir pareceres sobre as reivindicações, teses e sugestões referentes às atividades estudantis”, propondo “medidas capazes de possibilitar a melhor aplicação das diretrizes governamentais no âmbito das entidades de ensino”. Um documento produzido em maio de 1968, apontava os resultados desses estudos e “as soluções” consideradas pertinentes¹⁸. A segunda comissão consistia no Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária (GTRU), instituído para encaminhar os projetos de reforma universitária apresentados pelas diferentes equipes formadas entre 1965 e 1968. Seu objetivo principal era “estudar a reforma da Universidade brasileira, visando sua eficiência, modernização, flexibilidade administrativa e formação de recursos humanos de alto nível para o desenvolvimento do País”¹⁹.

No artigo "A reforma universitária de 1968: 25 anos depois", Helena Bomeny faz um balanço a respeito de tal "reforma" desde a promulgação da Lei n.º 5.540/68 até duas décadas após sua implementação, onde afirma que:

¹⁷ A Universidade moderna constituiu-se uma instituição social em razão de sua autonomia no que se refere à produção de conhecimento e do saber em face da religião e da ação do Estado. Conformá-la em uma organização complexa significava, portanto, transformá-la de acordo com os interesses de mercado, em objeto do e para o projeto de governo imposto pelos militares, cujos objetivos levaram tanto à modernização como à descaracterização progressiva da Universidade em relação à sua função essencial.

¹⁸ BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Comissão Especial para Assuntos Estudantis. Relatório da Comissão criada pelo Decreto n.º 62.024, de 29/12/1967. Brasília, 1968. In: FÁVERO, Maria de Lourdes. Da universidade “modernizada” à universidade disciplinada. *Op. cit.*, Anexo I, p. 65-147.

¹⁹ CUNHA, Luiz Antonio. A Universidade Reformanda. *op. cit.*, p. 241-242.

O Relatório do Grupo de Trabalho acabou sendo um dos documentos mais importantes sobre a reforma de 68. O Grupo de Trabalho foi instituído pelo decreto nº 62.937, de 2 de julho de 1968, iniciando suas atividades na sessão plenária de 10 de julho, sob a presidência do Ministro da Educação e Cultura, Luís Antonio da Gama e Silva. A convocação de estudantes para integrar essa comissão não foi atendida. O grupo teve trinta dias para apresentar seus estudos e projetos, tendo como temas definidos: 1) institucionalização do ensino superior, forma jurídica, administração da universidade; 2) organização didático-científica, magistério, estratégia da implantação da pós-graduação, pesquisas; 3) recursos para a educação e expansão do ensino superior; 4) corpo discente, representação estudantil. Este último subgrupo fundiu-se com o segundo. (BOMENY, 1995, p. 51)

O parecer do GTRU estruturou uma proposta para a Lei n.º 5.540 – promulgada com alguns vetos em novembro de 1968. De acordo com Motta (2014), o trabalho desenvolvido significou uma tentativa de síntese entre as perspectivas da liderança acadêmica e dos técnicos, "marcada por racionalidade orientada para a eficiência e as necessidades da economia" (MOTTA, 2014, p. 105). Para conduzir os estudos e discussões que acabaram por nortear a chamada lei de "reforma" universitária, o GRTU teve acesso a conteúdos de seminários e fóruns realizados pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), assim como as considerações de seus mais importantes signatários: Rudolf Atcon e Meira Mattos. Para Maria Inês Salgado Souza:

Uma vez implementadas as principais reformas propostas pelo IPES-GB, o Estado passou a orientar o político, visando o crescimento econômico. O ano de 1968 porém foi um marco histórico em relação aos problemas educacionais, principalmente no que se refere ao ensino superior, a partir dos movimentos de protestos dos universitários. Os setores empresariais foram despertados para o desafio de encontrar uma solução para fazer cessar os movimentos estudantis e passaram a pressionar por uma reformulação do sistema educacional do País. (SOUZA, 1981, p. 35)

O IPES se dedicou ao estudo e elaboração dos projetos de reforma necessários para que o Brasil se desenvolvesse, considerando também a problemática da educação. Seus estudos abordavam a temática de reforma partindo do pressuposto de educação enquanto solução para problemas sociais e de sua difusão como garantia da produtividade necessária para o desenvolvimento econômico (SOUZA, 1981). O projeto de reestruturação das universidades do governo civil-militar dialogava com a linha de raciocínio proposta pelo IPES, mas era antagônico ao modelo defendido pelos estudantes anos antes.

O relatório apresentado pelo GTRU defendia principalmente: a) admissão de regimes jurídicos de autarquia, fundação ou associação; b) articulação entre os níveis de ensino médio e superior; c) unificação do vestibular como sistema de seleção e ingresso nas universidades; d) adoção de um ciclo básico nos cursos de graduação; e) adoção da matrícula por disciplina, sistema de créditos e regime departamental; f) união das tarefas de ensino e pesquisa, e adoção do princípio de dedicação exclusiva; g) extinção das cátedras; h) criação de uma política nacional de pós-graduação.

As primeiras medidas legislativas que buscavam reformar o ensino superior foram os Decretos-Lei n.º 53/66 e 252/67. O Decreto-Lei n.º 53, promulgado em novembro de 1966²⁰, definiu os princípios básicos de organização das universidades federais, instituindo a atuação integrada de pesquisa e ensino nas unidades universitárias do país (art. 3º), definiu os prazos para a reestruturação universitária (art. 6º) e para envio do anteprojeto de um novo Estatuto, adaptado à nova lei (art. 7º). Por sua vez, o Decreto-Lei n.º 252²¹, de fevereiro de 1967, complementou este primeiro estabelecendo as divisões universitárias em subunidades ou departamentos (art. 1º). Os departamentos deveriam representar a menor fração da estrutura universitária para a organização administrativa, didático-científica e distribuição de pessoal, compreendendo as disciplinas pertinentes e reunindo professores e pesquisadores para objetivos comuns de ensino e pesquisa. Com isso, foi determinado às universidades federais, e seus conselhos universitários, a criação de um plano gerencial para adaptação de suas estruturas às novas leis.

Em finais de 1968, a Lei n.º 5.540/68 consolidou os princípios de reestruturação e modernização das universidades previamente definidos nos decretos anteriores. A partir desta lei, as universidades deveriam se constituir a partir de: a) unidade de patrimônio e administração; b) estrutura orgânica com base em departamentos reunidos; c) integração das funções de ensino e pesquisa, vedando a multiplicação de meios para fins idênticos; d) racionalidade de organização; e) universalidade de campo, cultivando áreas fundamentais dos conhecimentos humanos; f) flexibilidade

²⁰ BRASIL. Decreto-lei n.º 53, de 18 de nov. de 1966. Fixa princípios e normas de organização para as universidades federais e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-norma-pe.html>; Acesso em: 25 de jul. de 2018.

²¹ BRASIL. Decreto-lei n.º 252, de 28 de fev. de 1967. Estabelece normas complementares ao Decreto-Lei n.º 53, de 18 de nov. de 1966, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso em: 24 de jul. de 2018.

de métodos e critérios de acordo com as peculiaridades regionais ou possibilidades de combinação de conhecimentos para novos cursos e programas de pesquisa. A lei ainda reiterou a unificação do vestibular (art. 21º), o regime de dedicação exclusiva para docentes (art. 34º) e garantiu a participação estudantil, ainda que supervisionada, em órgãos colegiados das universidades e instituições de ensino superior (art. 38º)²².

Em fevereiro de 1969, o Decreto-Lei n.º 464²³ foi promulgado em caráter complementar, condicionando a autorização de funcionamento das novas universidades e instituições de ensino superior às exigências e necessidades do mercado de trabalho (art. 2º). O decreto também reiterou a participação do MEC nos concursos vestibulares (art. 4º), estabeleceu o primeiro ciclo (ciclo básico) comum a todos os cursos nos estudos profissionais de graduação (art. 5º), atribuiu aos professores catedráticos o cargo final correspondente à carreira docente (art. 10º) e estabeleceu o prazo para que as universidades encaminhassem ao Conselho Federal de Educação a versão final de seus estatutos e regimentos adaptados à nova lei (art. 18º).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, as determinações legais promulgadas preservaram muitos dos aspectos sugeridos nos relatórios dos diferentes grupos de trabalho formados para estudar soluções para o ensino superior brasileiro. Tais grupos estavam alinhados com os objetivos do governo autoritário e empregavam, como pilares teóricos de suas propostas de reforma, as correntes teóricas que versavam sobre a economia da educação, a Teoria do Capital Humano e a compreensão de universidade enquanto organização complexa. A reforma universitária proposta pelo regime civil-militar representou, sobretudo, uma incorporação desfigurada das experiências e demandas anteriores, acrescidas das recomendações privatistas de Atcon, dos acordos MEC-USAID, dos assessores da EAPES e de outras comissões – a exemplo da comissão Meira Mattos – criadas para analisar e propor modificações

²² BRASIL. Lei n.º 5.540, de 28 de nov. de 1968. Fixa as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm/; Acesso em: 30 de jun. de 2018.

²³ BRASIL. Decreto-Lei n.º 464, de 11 de fev. de 1969. Estabelece normas complementares à Lei n.º 5.540, de 28 de nov. de 1968, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1960-1969/decreto-lei-464-11-fevereiro-1969-376438-norma-pe.html>; Acesso em: 25 de jul. 2018.

no ensino superior brasileiro. Com forte inspiração na Teoria do Capital Humano a “reforma” buscava tecnificar o ensino, capacitando mão-de-obra especializada e com maiores condições de atender as demandas de expansão do mercado. Junto com a implementação de aspectos “modernizadores” – chamados assim pela própria definição do governo federal – e do acompanhamento próximo do Conselho Federal de Educação, que buscava garantir a realização de tais modificações, foram adotadas medidas repressivas que deram a tônica do processo de reestruturação das universidades brasileiras.

As políticas de educação adotadas a partir de 1964 não se restringiram à elaboração e implementação da legislação que estabeleceu as alterações estruturais das universidades brasileiras. Foram empregadas inúmeras práticas repressivas nos ambientes estudantil e acadêmico, que buscavam constantemente anular qualquer forma de oposição e resistência ao regime e às ações aplicadas pelos militares, constituindo um aparelhamento coercitivo justificado pela doutrina de segurança nacional. Uma das principais práticas nesse sentido resultou no Decreto-Lei n.º 477, promulgado em 26 de fevereiro de 1969 e conhecido como “AI-5 das universidades”. Com o objetivo de punir professores, alunos e funcionários das universidades acusados de subversão ao regime com a expulsão, esse decreto acabou inibindo a capacidade intelectual de uma geração de acadêmicos. A educação era percebida a partir de duas funções básicas – como fator de desenvolvimento, que considerava o investimento em educação na busca por resultados de crescimento econômico; e como fator de segurança nacional, por contribuir para o afastamento de “ameaças” à segurança nacional com a difusão doutrinária dos pressupostos governamentais – e tal dualidade passou a explicar a abordagem estratégica dos militares em relação à educação e seu planejamento.

Para além das teorias que influenciaram a formulação de políticas públicas de educação no período, o novo regime também implicou em alterações na estrutura administrativa do Estado que, por sua vez, tiveram implicações diretas no funcionamento das universidades. Ao observar o caso brasileiro de políticas públicas de reforma, percebemos a distância entre o modelo de universidade que se buscava instituir no país e as propostas e lutas promovidas pela UNE que buscavam reformar a universidade na década de 1960, com inspiração na Reforma de Córdoba. O anteprojeto desenvolvido e apresentado no relatório do GTRU, por sua vez, não foi integralmente incorporado pela Lei n.º 5.540, cujo objetivo principal não era fazer a

reforma propriamente dita, mas encaminhá-la, eliminando os pontos que dificultavam a dinâmica universitária e proporcionando meios que possibilitassem sua auto-realização na conciliação "entre o ensino de massa, de objetivos práticos e imediatos, e a missão permanente da universidade, de constituir-se o centro criador de ciência e a expressão mais alta da cultura de um povo" (RELATÓRIO GTRU, 1968, p. 20).

Alguns analistas reconhecem que, de forma geral, o avanço da organização e as inovações oportunizadas pelo conjunto de legislações que passou a regulamentar o ensino superior – sobretudo na pós-graduação e no papel efetivo das agências governamentais de fomento, CAPES, CNPq e FINEP²⁴ – foram imensamente significativos para o desenvolvimento das universidades brasileiras, mas avaliam seus resultados como “modernizadores” dessas instituições, sem confundi-los com as propostas de reforma universitária inspiradas na reforma de Córdoba, que transformaram radicalmente a estrutura das universidades ibero-americanas e cujas ideias ainda não haviam sido implementadas no Brasil.

REFERÊNCIAS

ATCON, Rudolph Philippi. **La Universidad Latinoamericana**: Clave para un enfoque conjunto del desarrollo coordinado social, económico y educativo en América Latina. Bogotá: Christian HÁ, 2009. Extraído de: <https://pt.scribd.com/document/20891378/La-Universidad-Latinoamericana-clave-para-un-enfoque-The-Latin-American-university-a-key-for-an-intergrated-ap>; Acesso em: 23 de set. de 2018.

ATCON, Rudolph Philippi. **Rumo a Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira**. Rio de Janeiro: MEC, 1966. Extraído de: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001610.pdf>; Acesso em: 13 de set. de 2018.

BOMENY, Helena. A Reforma Universitária de 1968: 25 anos depois. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, vol. 26, n.9, p.51-65. 1994. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/26/rbcs26_04.pdf Extraído em: 20 de out. de 2018.

²⁴ CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. FINEP- Financiadora de Estudos e Projetos.

BRASIL, LDB. **Lei n.º 4.024 de dez. de 1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 20 de dez. de 1961. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm. Acesso em: 10 de nov. de 2018.

BRASIL. **Lei n.º 4.464, de 9 de nov. de 1964**. Diário Oficial da República. Brasília, 10 de nov. de 1964. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-norma-pl.html>; Acesso em: 22 de jul. de 2018.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 53, de 18 de nov. de 1966**. Diário Oficial da República. Brasília, 19 de nov. de 1966. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-53-18-novembro-1966-373396-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso em: 5 de nov. de 2018.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 228, de 28 de fev. de 1967**. Diário Oficial da República. Brasília, 1º de mar. de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-228-28-fevereiro-1967-376022-norma-pe.html>; Acesso em: 25 de jul. de 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 252 de 28 de fev. de 1967**. Diário Oficial da República. Brasília, 1º de mar. de 1967. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-252-28-fevereiro-1967-376151-publicacaooriginal-1-pe.html>; Acesso em: 5 de nov. de 2018.

BRASIL. **Lei n.º 5.540, de 28 de nov. de 1968**. Diário Oficial da República. Brasília, 29 de nov. de 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm/; Acesso em: 30 de jun. de 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 464, de 11 de fev. de 1969**. Diário Oficial da República. Brasília, 12 de fev. de 1969. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-464-11-fevereiro-1969-376438-norma-pe.html>; Acesso em: 25 de jul. 2018.

BRASIL. **Decreto-Lei n.º 477, de 26 de fev. de 1969**. Diário Oficial da República. Brasília, 27 de fev. de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0477.htm; Acesso em: 25 de jul. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária. **Relatório Geral do Grupo de Trabalho para a Reforma Universitária**. Brasília: MEC, 1968.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Educação, cultura, ciência e tecnologia no Plano Estratégico do Desenvolvimento**. Diretrizes setoriais elaboradas pelo MEC, em 18-07-67. Brasília, 1967, p. 1-2.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Acordo MEC-USAID para o Planejamento do Ensino Superior no Brasil**. Brasília, 1965. In: POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem**: História da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**: revisão de 1965: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/arquivo-pessoal/AT/impresso/plano-nacional-de-educacao-revisao-de-1965>; Acesso em: 07 de ago. de 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformanda**. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1988.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil**: Das origens à reforma universitária de 1968. Curitiba: Educar, n.º 28, 2006.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Da Universidade Modernizada a Universidade Disciplinada**: Atcon e Meira Mattos. São Paulo: Cortez, 1991.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira: Reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

JACOBS, Camila Campos. **A participação da United States Agency for International Development (USAID) na reforma da universidade brasileira na década de 1960**. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. UFRGS, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: Cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

PAREDES, Mely Paula Cimadevila. **Políticas públicas universitárias na ditadura civil-militar brasileira (1966-1972)**: as implicações da nova legislação para a UFRGS. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. UFRGS, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/197342>

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem**: História da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RIBEIRO, Darcy. **A Universidade Necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SANTOS, Nilton (Org.). **História da UNE v.1** depoimentos de ex- dirigentes. **Coleção história presente v. 4**: São Paulo: editorial Livramento, 1980.

SCHULTZ, Theodore W. **O Capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SOUZA, Maria Inêz Salgado de. **Os Empresários e a Educação**: O IPES e a política educacional após 1964. Petrópolis: Vozes: 1981.

TRINDADE, Helgio. **A Legalidade e o Movimento Estudantil Brasileiro. Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n.º 33, p. 129-164, jul., 2011.

TRINDADE, Helgio. **Saber e Poder**: os dilemas da universidade brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n.º 40, p. 122-133, set./dez., 2000.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA y otros. **La Reforma Universitária**: 1918 - 1988. Buenos Aires: Legasa Literária, 1989.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.

A VELHA ESCOLA DE RAP E A NOVA ESCOLA DE RAP: PROBLEMAS DE MÉTODO NA ANÁLISE DE GRUPOS CULTURAIS

OLD SCHOOL RAP AND NEW SCHOOL RAP: METHODOLOGICAL ISSUES IN ANALYSIS OF CULTURAL GROUPS

LA VIEJA ESCUELA DE RAP Y LA NUEVA ESCUELA DE RAP: PROBLEMAS DE MÉTODO EN EL ANÁLISIS DE GRUPOS CULTURALES

Róbson Peres da Rocha¹

Resumo

O presente artigo traz novos pontos para a análise de grupos desenvolvida por Ricardo Teperman em seu livro *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil* (2015b) e em seu artigo *O rap radical e a "nova classe média"* (2015). Em suas pesquisas Teperman argumenta que a ascensão da “nova classe média” no Brasil, a partir dos anos 2000, teria possibilitado o surgimento de uma “nova escola de rap”, personificada na figura do rapper Emicida. De acordo com o antropólogo, esta nova escola estaria causando mudanças estruturais em todo o movimento hip hop. Usando o grupo Racionais MC's como representante da “velha escola”, o autor argumenta que a aproximação entre as duas escolas teria causado um abrandamento político no rap atual mais próximo da classe média. Objetivamos com esse trabalho demonstrar que a dimensão de classe é insuficiente para a leitura dos desdobramentos na cena rap. Trazendo à baila elementos dos Estudos Culturais destacamos a importância de situar o grau de análise dos grupos para além das condições de classe, relacionando o movimento a outros conceitos como raça e gênero, assim como a posição dos indivíduos em relação ao grupo para uma melhor apreensão das práticas. Para isso, proponho uma revisão bibliográfica. Constatamos, desse modo, que embora os rappers tenham abrandado o discurso revolucionário de classe, o mesmo não se revela em relação às questões raciais e de gênero, que passam a figurar como categorias centrais no movimento.

Palavras-Chave: Rap; método; nova escola; velha escola; estudos culturais.

¹ Universidade do Rio Grande do Sul. Contato: robson.rocha@hotmail.com.br, <https://orcid.org/0000-0003-3281-2997>.

Abstract

This paper new points to the rap analysis which was developed by Ricardo Tepermen in his book called "*Se liga no som: as transformações do rap no Brasil* (2015b)" and in his article titled "*O rap radical e a 'nova classe média'*" (2015). In Teperman's research he argues that the rise of the "new middle class" in Brazil, starting from the 2000s, would have enabled the emergence of a new rap school, personified in the Emicida's figure. According to the anthropologist, his new school will cause structural changes all over the hip hop movement. Using the musical group Racionais MC's as an agent of the "old school", it was author argues that the approximation between the two schools would have caused a political slowdown on the current rap which is closest to the middle class. This paper aims to demonstrate that the dimension of the class is insufficient to the reading of the developments in the rap scene as a cultural movement. By bringing up elements of the Cultural Studies this paper highlights the importance of situating the analysis' degree of groups beyond class conditions, relating the movement to other concepts such as race and gender, as well as the position of the subjects in relation to the group for a better understanding of the practices. For this, I propose a bibliographic review. It can be seen that although the rappers have softened the revolutionary class speech, the same doesn't happen with the racial and gender issues, which pass to figure combined to the class as central categories of the movement.

Keywords: method; new school; old school; Cultural Studies.

Resumen

Este artículo aporta nuevos puntos al análisis grupal desarrollado por Ricardo Teperman en su libro *Se liga no som: as transformações do rap no Brasil* (2015b) y en su artículo *O rap radical e a "nova classe média"* (2015). En su investigación, Teperman sostiene que el surgimiento de la "nueva clase media" en Brasil, a partir de la década de 2000, habría hecho posible el surgimiento de una "nueva escuela de rap", personificada en la figura del rapero Emicida. Según el antropólogo, esta nueva escuela estaría provocando cambios estructurales en todo el movimiento hip hop. Utilizando al grupo Racionais MC's como representante de la "vieja escuela", el autor sostiene que el acercamiento entre las dos escuelas habría provocado una relajación política en el rap actual más cercano a la clase media. Con este trabajo pretendemos demostrar que la dimensión de clase es insuficiente para leer los desarrollos en la escena del rap. Trayendo elementos de Estudios Culturales, destacamos la importancia de colocar el grado de análisis de los grupos más allá de las condiciones de clase, relacionando el movimiento con otros conceptos como raza y género, así como la posición de los individuos en relación al grupo para un mejor entendimiento de las practicas. Para eso, propongo una revisión bibliográfica. Se puede ver, por

tanto, que aunque los raperos han suavizado el discurso de clase revolucionario, no ocurre lo mismo en relación a las cuestiones raciales y de género, que llegan a figurar como categorías centrales en el movimiento.

Palabras clave: Rap; Método; Nueva escuela; Vieja escuela; Estudios Culturales.

INTRODUÇÃO

“Eu não gosto do clima de festa”², entoou Mano Brown diante de uma multidão durante comício realizado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), no Rio de Janeiro, em outubro de 2018. Considerado um dos momentos mais críticos e comentados das eleições presidenciais, a fala de Brown foi um banho de água fria para o público presente e trouxe à tona uma das facetas – talvez a mais característica – que o rapper pode assumir em relação a várias outras possíveis de captar acompanhando sua trajetória: pode se dizer que é o resultado de um “empreendimento biográfico”³ construído desde os anos 1990 e que toma novos contornos diante do novo contexto brasileiro.

Esse posicionamento crítico que foi motivo de tese e que coloca o rapper como um “intelectual” (SILVA, 2012) da periferia, lembra os posicionamentos do “Mano Brown dos Racionais MC’s”, considerado, ainda hoje, o maior grupo de rap do país. Tendo seu álbum mais vendido, *Sobrevivendo no inferno* (1997), transformado em livro em 2018 e sendo selecionado como leitura obrigatória para o vestibular da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 2020, os Racionais MC’s fecham o rito de institucionalização que titula o grupo como o mais representativo do rap nacional.

O perfil *gangsta* presente nas obras dos Racionais, até então, destoa completamente da imagem buscada por Mano Brown em seu primeiro álbum solo *Boggie Naípe* (2016)⁴, cujos elementos sonoros procuram relembrar os bailes black e um clima de festa. O álbum recebido de maneira positiva pela crítica especializada

² “Eu não vim aqui representar ninguém. Eu vim aqui representar a mim mesmo, certo? Eu não gosto do clima de festa. Não gosto mesmo. A cegueira que atinge lá [eleitorado do Bolsonaro] atinge nós também. Não tem o que comemorar. Tem, sei lá, quase 30 milhões de votos para alcançar aí e não temos nem perspectiva de alcançar, de diminuir essa margem. Não estou pessimista, sou realista” (BROWN apud ROCHA, 2018).

³ Consultar a respeito: (BOURDIEU, 2006).

⁴ “Em ‘Boogie Naípe’, Mano Brown prova que brutos também amam” (ANTUNES, 2016).

causou uma série de reclamações por uma boa parte dos fãs, como comenta Brown em entrevista: “Essas músicas novas, antes do lançamento do disco, estavam sofrendo ataques, como se nada mais que eu fizesse fosse relevante, por causa dos Racionais” (BALSEMÃO, 2018).

Ricardo Teperman (2015a), sugere que o Racionais MC's, na figura de Mano Brown, tem se afastado da posição revolucionária e adotado uma posição radical⁵. As causas dessa mudança, segundo o autor, dizem respeito às transformações ocorridas no rap a partir de mudanças sociais consideráveis nos governos presidenciais de Lula (2003-2011) e Dilma (2012-2016), entre elas, “aumento do poder de consumo e a democratização do acesso à tecnologia e à educação” (TEPERMAN, 2015a, p.41). Desta forma, o Racionais MC's estaria perdendo centralidade no movimento e abrindo espaço para uma “nova escola” personificada na figura de rappers como Emicida e Criolo.

De acordo com o antropólogo, ao abrirem espaço para a nova escola os rappers da velha escola demonstram um “abrandamento” em suas posições políticas. Embora consideramos que a análise de Teperman, a partir de seu recorte, seja plausível no que diz respeito a questão de classe, consideramos insuficiente para indicar um abrandamento político, na medida em que sua análise desconsidera as questões de raça e gênero muito caras às transformações na realidade brasileira dos últimos anos.

Desse modo, propomos um olhar para o novo momento do rap a partir das problematizações realizadas pelos Estudos Culturais. Objetivamos localizar a nova escola dentro de um complexo de relações que vão desde aspectos mais amplos ligados ao momento histórico em que o mesmo está inserido, passando por aspectos substanciais do grupo e de seus membros em específico. Esse olhar sobre os diferentes graus de análise nos permite observar as formações dos grupos não só em relação a classe que pertencem, mas também em suas relações com outras

⁵ Revolucionário e Radical são conceitos adotados pelo autor a partir de Antonio Candido: “(...) gerado na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes, [o pensamento radical] não é um pensamento revolucionário, e, embora seja fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade” (CANDIDO *apud* TEPERMAN, 2015, p.40).

categorias como raça, gênero e território, assim como a trajetória individual de seus membros.

Observando a “nova escola” a partir dessa metodologia é possível destacar pontos frágeis na análise de Teperman como, por exemplo, a expansão de pautas relacionadas ao racismo e ao machismo revelando não um arrefecimento nestes pontos, mas ao contrário um ganho de significação na atual conjuntura política.

RAP UM ACONTECIMENTO GLOBAL

O rap é resultado de uma série de confluências históricas entre diferentes culturas. Os mitos de sua origem vão desde os *griots*⁶ africanos até os jogos de rima trava-línguas, que existem em quase todos os lugares do mundo. Antes de ser uma prática específica que mistura canto com literatura, o rap faz parte de uma cultura maior, a do hip hop. O hip hop resulta de uma complexa rede de *deslocamentos*, dentre eles a diáspora africana durante mais de 300 anos do regime escravagista. Outro deslocamento diz respeito a migração caribenha fruto da movimentação de populações do Caribe para os EUA na segunda metade do século XX.

A vinda de centenas de milhares de africanos para a América durante o período escravocrata teria dado fundamento para grande parte dos estilos musicais contemporâneos, entre eles o *jazz*, *funk*, *blues*, *soul*, *reggae* e claro, o rap. Já a migração de milhares de jamaicanos, cubanos, porto-riquenhos, entre outros moradores das ilhas caribenhas, para os EUA, após a Segunda Guerra, movimentou mais uma vez estes elementos trazidos de África, o que foi fundamental para a existência do rap hoje. Essas migrações do Caribe acabaram por se alocar nos bairros mais pobres à época, um deles o *Bronx*.

Para além dos impactos desses deslocamentos na cultura do *Bronx*, Stuart Hall (2003, 2006), assinala o modo como esses deslocamentos modificaram também os comportamentos individuais e a produção de identidades: “(...) as velhas identidades que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno até aqui visto como um sujeito

⁶ [...] o agente responsável pela manutenção da tradição oral dos povos africanos, cantada, dançada e contada através dos mitos, das lendas, das cantigas, das danças e das canções épicas (MELO, 2009, p.149).

unificado” (HALL, 2006, p.7). De acordo com o autor, os quadros de referência ainda então solidificados sobre a ideia de nação foram abalados tanto pelas migrações e pelos processos de colonização quanto pelos avanços das tecnologias de comunicação.

Embora a história mais reproduzida sobre o início do rap no Brasil esteja ligada a Estação São Bento em São Paulo, centralizando os acontecimentos, Camargos (2015, p. 40) evidencia que o movimento apareceu de maneira simultânea em várias localidades do país, não de maneira idêntica, mas similar. No princípio deste processo, era comum que as pessoas de classe média e alta viajassem para fora do país e trouxessem os discos e vídeos disseminando-os em diferentes contextos. A chegada do gênero à periferia se deu de forma um pouco diferente, a partir de movimentos coletivos como os bailes promovidos por equipes de som, onde os jovens procuravam diversão, mais tarde denominados “bailes *black*”. O estilo de música que frequentemente tocava nestes bailes eram o samba, o *soul*, o *funk*⁷ e mais tarde o rap por terem acentuada marcação rítmica que levou o público a criar uma designação comum a todos: o balanço (CAMARGOS, 2015; GUEDES, 2007).

Nesse período foi o *break*⁸ quem tomou a dianteira, abrindo espaço em programas de TV em que aconteciam competições de dança entre diferentes “ganges”. Em 1985, o ponto de encontro passou a ser Estação São Bento em São Paulo, lugar simbólico, pois as estações de trem costumavam ser o cenário de muitos filmes americanos:

O boca a boca trazia mais e mais gente, reunindo na São Bento jovens de dezenas de bairros. Inúmeras ‘ganges’ se formavam, como Back Spin, Street Warriors, Nação Zulu e Crazy Crew, cada uma com suas cores e uniformes, sempre no *street wear*. O termo ‘gange’, usado pelos próprios jovens, não implicava na [sic] realização de baderna, crimes ou provocações – era uma maneira provocadora de se apropriar de um vocabulário que designa uma associação de pessoas (TEPERMAN, 2015, p.33)

Como evidencia Guilherme Botelho (2018, p. 9) a Estação São Bento, epicentro do hip hop no país, se estabeleceu num primeiro momento como espaço de

⁷ Em itálico, pois diz respeito ao *funk* americano que tem um papel influente tanto no rap quanto no funk carioca (funk nacional), que mais tarde veio a ser hegemônico dentro dos bailes (Guedes, 2007).

⁸ Tipo de dança com coreografias que acompanham os *breaks* das músicas, os dançarinos são chamados de *b-boys* (TEPERMAN, 2015, p.19).

troca e lazer entre os jovens, circulando por lá inúmeros artefatos da indústria cultural: recortes de jornais e revistas, composições próprias e traduções, VHS's entre outros eram partilhados. O cinema nesse momento histórico teve grande relevância no modo como a cultura hip hop foi sendo aprendida pelos novos praticantes:

As primeiras coletâneas de rap, foram gravadas a partir de 1986, *Hip Hop Cultura de Rua* pela gravadora Eldorado e *Consciência Black* pela Zimbabwe, o que aproximou o rap da indústria fonográfica, porém como constata Macedo (2011, p. 266) foi apenas nos anos 1990 que o rap ganhou projeção nacional com o grupo Racionais MC's. O Grupo foi responsável pela venda de mais de 1 milhão de cópias, de forma independente, somente pelo disco *Sobrevivendo no inferno* de 1997, lançado pelo selo *Cosa Nostra* pertencente aos próprios integrantes.

A “NOVA” E A “VELHA” ESCOLA DO RAP

As mudanças econômicas proporcionadas pelos projetos sociais desenvolvidos nos governos Lula e Dilma, possibilitaram novos espaços de circulação para o rap e com isso o aparecimento de novos perfis de rappers e apreciadores de rap. Ricardo Teperman (2015b) demonstra essas mudanças a partir das batalhas de MC's⁹. De acordo com o antropólogo uma “nova escola” de rap teria surgido nos anos 2000, composta por jovens “entre 15 e 25 anos, cursando ou tendo concluído o ensino médio, e seguidamente conciliando pequenos trabalhos com a formação em nível superior (no geral em faculdades particulares) ou, pelo menos, em nível técnico” (TEPERMAN, 2015b, p.40). A inserção no ensino superior seria um dos diferenciais da “nova escola” em relação a “velha escola” composta por rappers como Mano Brown que estudou somente até a oitava série.

A relativa melhoria no nível de renda, a democratização do acesso à internet banda larga e à tecnologia em geral, associados à maior escolarização, são algumas das mudanças recentes que impactaram as trajetórias de produtores e consumidores de rap. Como vimos, Emicida concluiu o ensino médio e formou-se técnico em design. Muitos outros MCs de sua geração, como

⁹ As batalhas de MCs são encontros tradicionais constituídos por pessoas que gostam do movimento de Hip-Hop. Tais batalhas são compostas por dois mestres de cerimônia (MC's) que duelam entre si com rimas improvisadas, faladas “em cima” de uma batida, tocada por um DJ ou então somente a capela. Um MC enfrenta o outro de duas a três vezes, caso haja empate. As batalhas têm duração de 30 segundos para cada participante, porém isso pode variar de acordo com a quantidade de inscritos (AZEVEDO, 2016).

Kamau, Projota e Marcello Gugu, têm nível superior completo. Se a expressão “nova classe média” é precipitada ou imprecisa, é certo que as transformações do Brasil nos últimos 15 anos bagunçaram a identidade de classe no rap. (TEPERMAN, 2015b, p. 41)

Teperman segue sua análise das transformações do rap no Brasil focando no que ele chama de “tendência hegemônica” no rap nacional, se apoiando em figuras de grande projeção dentro do movimento como Mano Brown e os Racionais MC's, Emicida, MC Cabal, Criolo, entre outros.

De acordo com seu diagnóstico (TEPERMAN, 2015, 2015b, 2015c) ao se aproximar da nova escola – essa modificada por sua proximidade à classe média – o grupo Racionais MC's teria adotado um discurso mais “brando e tolerante”. Ou “podemos também dizer, em tom provocativo: mais branco e tolerante” propõe Teperman (2015c, p.82)¹⁰. Por meio dessa análise o antropólogo identifica um arrefecimento político no novo momento do rap.

Para Daniele Vieira (2019), a tese do branqueamento não se sustenta diante da atual “condição do rap”. Segundo a autora, a nova situação do rap coloca em tensão a relação entre raça e classe, possibilitando um fortalecimento da luta antirracista:

Se para o rap dos anos 1990 a inserção no sistema da indústria cultural apresentava alguns limites, que restringiam sua circulação a rádios piratas e comunitárias, além de dificultarem imensamente sua produção, o novo status do gênero coloca-se como chave explicativa para um fenômeno ainda em curso, que busca compreender quais as consequências da popularização do rap para a experiência contemporânea de negros e negras no mercado cultural e quais as implicações disso para a luta antirracista (VIEIRA, 2019).

Angela Figueiredo (2004), estudando a mobilidade de empresários negros das classes trabalhadora para classe média constatou o aumento da percepção sobre o racismo¹¹ expressando-se num sentimento de “estar fora do lugar”, contrariando

¹⁰ O autor correlaciona diretamente a ascensão de classe à diferença de percepção quanto a raça, não fica claro o porquê dessa ligação direta.

¹¹ “Ao que parece, pertencer à classe média, longe de ser um antídoto contra a discriminação e o preconceito racial, expõe as pessoas negras a situações de maior vulnerabilidade, uma vez os espaços sociais que convivem são majoritariamente frequentados por brancos” (FIGUEIREDO, 2004, p.209) A autora explica que está utilizando vulnerabilidade no sentido simbólico e não de violência física como sofrido pelas camadas mais pobres.

pesquisas que afirmavam um arrefecimento dessa percepção. Podemos contrapor, desse modo, a provocação de Teperman colocando a possibilidade de Mano Brown ter ficado “mais negro” em alguns contextos ao ascender economicamente.

Em muitos momentos da análise, Teperman tenta amenizar as afirmações em torno da ideia de que o rap estaria se tornando de fato menos politizado. Isso ocorre pela dificuldade em enquadrar o movimento como um todo dentro do mesmo parâmetro de classe, no caso, a classe média historicamente estabelecida, tomando como recorte apenas a camada hegemônica do rap, visto que a grande maioria dos rappers não se encontra nesse patamar. Assim como enquadrar as diferentes práticas e posicionamentos dos rappers nas categorias de radical e revolucionário, o que impossibilita qualquer generalização.

É preciso deixar claro que o rap sempre foi algo plural, abrigando diferentes artistas e concepções. Ao assumir que o Racionais MCs desempenhou e segue desempenhando uma notável centralidade no gênero, permito-me falar em tendências hegemônicas baseando-me sobretudo na trajetória desse grupo. Análises que busquem valorizar as diferentes vertentes dentro do gênero poderão evidentemente lançar luz em outras questões. (TEPERMAN, 2015b, p.39)

Quando passamos a observar a pluralidade do cotidiano em relação aos ascendentes de classe, certas ambiguidades vêm à tona. As *trânsfugas de classe*¹², proporcionadas pela “ascensão de classe” revelam nuances para além da questão econômica. Podemos dizer que comportamento está próximo de uma “conciliação dos contrários” aos moldes de um *habitus clivado* de Pierre Bourdieu (2005, p. 123). Resumidamente, analisar o modo como se comporta um indivíduo que ascendeu da classe trabalhadora para a “nova classe média”, da mesma forma com que se analisa um indivíduo de classe média que nasceu e permaneceu durante toda a vida na mesma classe, torna-se problemático.

Por exemplo, ao propor um comparativo entre MC Cabal¹³, hereditário da classe média com traços europeus, e Emicida, advindo da classe trabalhadora e negro

¹² “Denomina-se, às vezes, em sociologia ‘trânsfuga de classe’ a pessoa que nasceu num meio social e que, em sua vida adulta, vive num outro meio social” (LAHIRE apud ROSENFELD 2009, p.174).

¹³ Daniel Korn, acabou mudando a grafia de seu nome artístico para K4bal, tem origem em uma família de classe média e teve uma trajetória diferenciada da grande maioria dos rappers no país. Além da diferença de classe, a tez branca e o “rap pop” produzido por ele também sempre foram motivos de comentários entre outros rappers e fãs. Seu primeiro sucesso, Senhorita, em parceria DJ Hum, DJ da

em solo comum, Teperman, coloca o segundo na posição de igualdade com o primeiro, fazendo com que perca toda sua potencialidade política. Ou seja, ao “subir” de classe sua possibilidade de questionar a mesma se iguala aos sujeitos estabelecidos, caindo num processo de homogeneização das experiências. Ao entrar na classe média, restaria a Emicida aculturar-se: “Cabal e Emicida estão em oposição, mas compartilham um universo de possibilidades: o estudo em nível superior. É uma pauta que simplesmente não existia na época do surgimento dos Racionais” (TEPERMAN, 2015c, p.130), sendo assim,

apesar das diferenças na origem social, aparência e escolha dos temas na construção das letras, Cabal compartilha com Emicida o tipo de atuação no mercado da música. Mantém um blog e intensa divulgação pela internet, esteve nos mesmos programas de TV e colaborou com artistas de outros gêneros. Nas letras mais recentes de Emicida, o posicionamento de classe não se apagou, mas perdeu a contundência. (TEPERMAN, 2015c, p.140-141, *grifo meu*)

O “apesar das diferenças”, aplicado na conclusão de Teperman, isola elementos importantíssimos para a análise das diferentes posições. Emicida não só pela raça, mas também por aspectos da masculinidade negra, de capital simbólico, político etc, se encontra em uma posição distinta da de Cabal na estrutura de classes, mesmo que economicamente dividam os mesmos recursos e mesmo Cabal estando em uma posição *radical* em comparação a outros membros da mesma classe.

Um último ponto da análise de Teperman a ser considerado refere-se ao modo como seu percurso lógico (a diluição da classe trabalhadora na classe média) o leva a concentrar a potência produtiva do rap no mercado (centro), reproduzindo um ponto de vista conciliatório entre o rap e as classes dominantes, movimento já efetivado por outros autores em relação ao samba no século passado, desse modo, apagando outras gramáticas:

Emicida defende o ‘direito de fazer sucesso’ desde o hit ‘Triunfo’, que o lançou em 2008. No disco novo, aventura-se para além do registro característico do

“velha escola”, fez sucesso a nível nacional o levando a parcerias com artistas consagrados fora do rap como Chitãozinho e Xororó. Sendo um dos primeiros rappers a admitir abertamente o interesse econômico em torno da música, foi duramente criticado à época. Se envolveu em polêmicas e conflitos com seu conterrâneo Emicida e também com MC Marechal, rapper do Rio de Janeiro, o que demonstra as dificuldades de aceitação de seu estilo dentro do movimento.

rap e solta a voz em melodias com alturas – algo que outro rapper, Criolo, já vinha fazendo e que é, quase que por definição, um recurso musical *conciliador* (por oposição à aspereza do canto-falado) (TEPERMAN, 2015, *grifo meu*).

A conclusão lógica desse percurso atribui à pluralidade do rap a sua potência enquanto produto mercadológico:

Arrisco dizer que o enfraquecimento do rap como fenômeno de classe é inversamente proporcional ao seu *fortalecimento* como gênero musical de mercado. Esse *fortalecimento* se mostra na notável *pluralidade* de subgêneros, assim como na presença do rap como música produzida e consumida em vários estratos sociais e ao longo de todo o território nacional. Entre os diversos subgêneros, podemos citar o rap indígena, o rap gospel, o rap ostentação, o rap feito por mulheres e aquele que segue assumindo uma posição revolucionária, como o do grupo Facção Central (TEPERMAN, 2015b, p. 41, *grifo meu*).

É importante destacar que uma análise nesse sentido não deve correr no percurso contrário de forma a isolar os indivíduos e grupos que advém de classes distintas, mas observar as *relações* entre os mesmos nestes ambientes compartilhados, levando em conta as diferentes sensibilidades históricas, subjetivas e objetivas.

De acordo com Stuart Hall, a luta pela hegemonia não deve ser demarcada pela ideia de ou/ou. Para o sociólogo nunca se é totalmente um vencedor, ou totalmente cooptado pelo sistema, pois a luta pela hegemonia é uma guerra por posições:

A distinção entre erudito e popular é precisamente o que o pós-moderno global está deslocando. A hegemonia cultural nunca é uma questão de vitória ou dominação pura (não é isso que o termo significa); nunca é um jogo cultural de perde-ganha; sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações da cultura; trata-se sempre de mudar as disposições e configurações do poder cultural e não se retirar dele (HALL, 2003, p. 339)

O espaço social demonstra-se como algo muito mais complexo do que um jogo entre alto e baixo. Constitui-se por um conjunto de posições distintas, coexistentes, ambíguas e até mesmo contraditórias. Ao olharmos para os grupos a partir do ponto de vista das práticas culturais, abrimos um leque de possibilidades para o modo como a classe é vivida por diferentes indivíduos, por meio de outras dimensões como as de

raça e gênero: “ao lidar com a relação entre raça e classe, tem sido lugar comum evocar o sugestivo comentário de Stuart Hall de que a primeira é a modalidade na qual a última é vivida. [...] o gênero é a modalidade na qual a raça é vivida” (GILROY, 2002, p.179).

Nas observações de Rosana Pinheiro-Machado (2019), a respeito dos grupos denominados “rolezeiros”¹⁴, por exemplo, as contradições de classe proporcionadas pelo acesso ao consumo durante o governo PT revelam como essa relação entre jovens consumidores da periferia e a classe média foram fruto de tensões constantes no país. O acesso a espaços (shoppings), até então, vistos como proibidos para as camadas mais pobres, acentua as diferenças de classe, mas individualiza a ação política, caracterizando o que a autora chama de “revoltas ambíguas”.

O neoliberalismo flexibiliza as relações de trabalho e, consequentemente, as formas de fazer política sindical, atuando como uma máquina de moer coletividades, desdemocratizar, desagregar e individualizar. Como resultado, os protestos das camadas mais vulneráveis – e mesmo da juventude – tendem a ser desorganizados, uma vez que a esfera de politização deixa de ser o trabalho, ressurgindo de forma descentralizada nas redes sociais. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.49)

Que o acesso à novas tecnologias, escolarização e territórios tenha mudado a forma como os jovens se comportam é evidente – inclusive com o arrefecimento político enquanto prática coletiva em alguns contextos, como demonstra Pinheiro-Machado (2019). O modo como os diferentes grupos se relacionam com esses acessos, questionando ou aderindo a partir de seu ponto de vista, é que irá nos revelar nuances estético-políticas. De modo que, ações radicais e revolucionárias ou até mesmo conservadoras estão constantemente em movimento, podendo ser percebidas em diferentes práticas dentro das classes.

¹⁴ “Dezembro de 2013. Um grande número de jovens de bairros periféricos de São Paulo anunciou nas redes sociais que daria ‘um rolê’ para passear, se divertir, namorar e comprar no Shopping Metrô Itaquera. Nos eventos do Facebook, milhares de pessoas confirmavam presença. Na virada para 2014, os chamados rolezeiros não paravam de crescer, espalhando a moda pelo Brasil todo” (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p.43).

AMARELO OURO, AMARELO AMOR

Analisando o último álbum lançado pelos Racionais MC's denominado *Cores e Valores* (2014), Acauam Oliveira (2015, 2017), demonstra como essas contradições são vivenciadas pelo grupo e expressas em sua obra. De acordo com Oliveira (2017, p. 129), o novo momento do rap não diz respeito a um “aburguesamento” do movimento, mas revela as contradições vividas pelos rappers nesse novo contexto e a falência da tentativa de emancipação coletiva proposta nos anos 1990. Não existe, portanto, uma ruptura entre um velho Racionais MC's e um novo, trata-se do mesmo Racionais MC's, fazendo a leitura de um contexto social totalmente novo:

Cores e Valores é um disco que só pode ser compreendido no interior desse contexto, pois as mudanças na sonoridade do grupo têm relação direta com as novas demandas e posicionamentos do rap nacional. O diálogo é travado, antes de tudo, no interior do próprio rap, numa mistura explosiva de boas-vindas, conselhos para os mais jovens e análise detida da cena atual. Nunca foi a “cruza” dos temas ou a linguagem direta a principal marca do compromisso do Racionais com a realidade periférica – essa é muito mais a visão de certos fãs que pretendem transformar a forma do rap em uma camisa de força –, mas a adequação da forma a seu contexto, cujo resultado estético pode ser mais ou menos direto (OLIVEIRA, 2017, p. 119).

Nesse sentido, Oliveira (2015), reitera o papel vanguardista dos Racionais MC's e do rap em geral como uma ferramenta não apenas descritiva, mas interpretativa e transformadora da realidade. De acordo com o autor, soar como contemporâneo é uma qualidade fundamental para o hip hop e é isso que garante a sua imprevisibilidade, a partir de um posicionamento estratégico que coloca os autores em lugares privilegiados de observação dos acontecimentos, torna-se possível a explicitação das contradições vivenciadas, assim como da tomada de posição para um possível devir, apontando “possíveis formas concretas de atuação” (OLIVEIRA, 2015, p. 362).

Cores e Valores trabalha não com a realidade da periferia *in loco*, mas com dilemas simbólicos em uma infinidade de possibilidades de resolução, uma reflexão sobre os termos: amarelo (dinheiro), preto (sujeito periférico), podendo representar tragédia, redenção, morte, a depender da consequência do equilíbrio entre as cores e os valores debatidos de forma abstrata no disco (OLIVEIRA, 2015, p. 368).

Segundo Oliveira (2015), o disco se divide em ciclos que colocam metaforicamente em jogo a relação entre os valores construídos à margem e o dinheiro. Esses ciclos variam entre visões positivas com relação a aquisição de bens de consumo, e da emancipação por vias do consumo “*Dinheiro é bom no Capão, Nova Iorque, onde for / Pessoa determinada demonstrando valor*”. E as suas consequências negativas com relação a violência e a perda de alguns valores, “*Dizem crime é o rap, dizem rap é o crime / Você diz, você decide o resto só coincide / Olho por olho era a lei, cegava todos sem ver*”.

Para Oliveira (2015), a obra revela a organicidade dos Racionais, na medida em que reconhece as melhoras nas condições de vida da periferia como uma conquista, uma postura que difere de uma posição “radical”, que segundo o autor “só reconhece potencial contestatório no pobre enquanto ele não está “corrompido” pelos valores do capital” (OLIVEIRA, 2015, p. 370). O núcleo contraditório está em “vender-se sem se vender”:

Ganhar dinheiro e permanecer com ele é apontado como uma questão decisiva não só para os rappers, mas também para a periferia, como forma de re-existir no interior do sistema. Entretanto, para não ser engolido por este é importante manter-se ligado aos valores que foram e são gestados do lado de fora, em suas margens (OLIVEIRA, 2015, p. 370).

Partindo da análise de Oliveira (2015), é possível entender que por meio dessas contradições o disco passa a limpo a história do grupo e de seus membros, demonstrando alguns esgotamentos em relação a temáticas ativas nas fases anteriores do rap, assim como abertura efetuada pelo grupo à novas possibilidades. Uma das mudanças mais evidentes diz respeito a questão formal, o disco coloca em prática um novo formato para os Racionais, que deixa de lado as grandes narrativas e se dedica a pequenas vinhetas e músicas curtas. Outro fator formal diz respeito ao modo como *flow*¹⁵ ganha espaço preponderante na obra, dando espaço para a habilidade individual do rapper, o que acaba por aproximar o disco das novas gerações como Emicida, que se destaca pela capacidade de improvisação (Oliveira, 2015, p.374).

¹⁵ Palavra em inglês que pode ser traduzida por corrente ou fluxo, produzindo a ideia de fluidez, ritmo ou cadência (TEPERMAN, 2015b; EDWARDS, 2009).

Podemos aproximar o último disco dos Racionais MC's ao novo momento do rap, porém abrindo para novas dimensões de investigação. As contradições entre classe e raça expressas em *Cores e Valores* aparecem em disputas no interior do rap e podem ser observadas a partir de declarações como a de MC Cabal em entrevista para o escritor Alexandre Buzzo:

O problema é que quando se fala em vender músicas, as pessoas confundem com se vender. Muitos falam 'não me vendo', mas quem quer comprar? No Brasil, foi criado um estereótipo de que rapper tem que ser humilde, mas confundem humildade com pobreza (BUZZO, 2010, p.125).

Como é possível observar na resposta de MC Cabal, ele não enxerga outras formas de fazer rap como bem-sucedidas. Na medida em que outros rappers “confundem humildade com pobreza”, a eficácia do rap para Cabal estaria diretamente ligada ao seu desempenho no mercado. Relacionar a ideia de pobreza e de falta ao comportamento dos atores periféricos diz respeito a uma posição não reflexiva e reprodutiva do imaginário social, geralmente calcado em estereótipos, e pode emergir tanto de “pessoas comuns”, quanto de abordagens acadêmicas em pesquisas especializadas. Corresponde a uma atitude valorativa por parte do observador. Segundo Stuart Hall (2016, p.17), esse jogo de classificações que coloca de um lado riqueza e de outro a pobreza, acontece dentro do âmbito da cultura e é mediado pela linguagem. Para delimitar uma prática como “pobre” ou “rica” devemos localizar os critérios que permitem essa classificação na linguagem, que por sua vez é amparada por um contexto.

Sob outro ponto de vista, Emicida enquanto um rapper que emerge da classe trabalhadora para a classe média, observa esse mesmo conflito a partir de outros critérios como, por exemplo, na música *Hoje cedo* gravada em parceria com a cantora Pitty:

Holofotes fortes, purpurina / E o sorriso dessas mina só me lembra cocaína /
Em cinco abrem-se cortinas / Estáticas retinas brilham, garoa fina / Que fita,
meus poema me trouxe onde eles não habita / A fama irrita, a grana dita, 'cê
desacredita? / Fantoques, pique Celso Pitta mentem / Mortos tipo meu pai,
nem eu me sinto presente / Aí, é rima que cês quer, toma, duas, três / Farta
pra infartar cada um de vocês / Num abismo sem volta, de festa, ladainha /
Minha alma afunda igual minha família em casa, sozinha / Entre putas como
um cafetão, coisas que afetam / Sintonia, como eu sonhei em tá aqui um dia?
/ Crise, trampo, ideologia, pause / E é aqui onde nós entende a Amy
Winehouse.

Como podemos observar nos versos de Emicida, a noção de falta se coloca ao lado dos “holofotes” e não da pobreza, o consumo exacerbado e o hedonismo ressoam como uma ausência: *“Mortos tipo meu pai, nem eu me sinto presente”*. Mais uma vez valores e dinheiro são colocados lado a lado, em *Hoje cedo* essa relação aparece em torno não só da disputa de classe *“A fama irrita, a grana dita, ‘cê desacredita?”*, mas em outras dimensões como território *“meus poema me trouxe onde eles não habita”*, essas contradições revelam um novo contexto vivenciado por Emicida a partir da fama, isso faz com que ele se volte à família e a vida na periferia como contraponto: *“Minha alma afunda igual minha família em casa, sozinha”*.

A partir da perspectiva desses dois atores da “nova escola de rap” acerca do desempenho no mercado, podemos dizer em relação às escolas, que Emicida se aproxima muito mais da posição dos Racionais MC’s dentro do campo social do que da posição de MC Cabal, o que vem a quebrar com a tese de uma “velha” e de uma “nova escola” por meio do critério geracional.

No álbum lançado em 2019 denominado *AmarElo*, Emicida retoma pontos discutidos em *Hoje cedo*, entre eles a questão da saúde mental e acrescenta outros como a de gênero. Na faixa que dá nome ao disco, Emicida contou com a participação da *Drag Queen* Pablio Vittar e com Majur que se considera uma transgênero não-binária. Para além da diversidade entre os artistas que participam do disco junto de Emicida, a questão de gênero é tema da música *Cananéia, Iguape e Ilha Comprida*, a faixa começa em tom provocativo com um diálogo de Emicida com sua segunda filha de um ano:

Isso / (O que é isso?) / Não, chocalho tem que ser tocado com vontade, tendeu? / Só que sem risadinha, certo? / Sem risadinha, porque aqui é o rap, mano, onde o povo é brabo, entendeu? / O povo é mau! Mau! Mau! / Pra trabalhar nesse emprego de rapper você tem que ser mau! / Hã, tendeu? Sem risadinha, OK? / Será que o Brown passa por isso? / Ou o Djonga? Ou o Rael? Sei lá, meu / Aqui os cara é mau!

No diálogo, Emicida claramente põe em xeque a masculinidade *gangsta*, hegemônica dentro do imaginário rap, *“Sem risadinha, porque aqui é o rap, mano, onde o povo é brabo, entendeu?”*. As risadas de sua filha diante do tom provocativo do rapper causam uma ruptura no clima de sua fala, trazendo leveza e interpelando a

masculinidade posta de modo sarcástico por Emicida. Nesse sentido, a identidade paterna de Emicida se sobrepõe à imagem do *gansta*. Ao fim da fala, o rapper traz ao imaginário outros rappers, homens negros e pais: “*Será que o Brown passa por isso? / Ou o Djonga? Ou o Rael? Sei lá, meu / Aqui os cara é mau!*”, rompendo por um momento com estereótipo que coloca homens negros na posição de “maus”. A faixa continua em tom leve e melódico seguindo as mudanças formais já salientadas na obra dos Racionais MC’s.

Nota-se, portanto, que as contradições que pairavam diante da condição de classe, foram expandidas para outros âmbitos, que não eram tão evidentes nos anos 1990, mas que agora colocam-se em disputa dentro do campo do rap influenciando na configuração dos grupos e o posicionamento político dos rappers.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rap enquanto herdeiro das práticas afrodiaspóricas de produção e transmissão de saberes tem sido historicamente um meio efetivo de acesso à leitura dos contextos marginalizados nas sociedades contemporâneas. Para além da leitura e da interpretação, o rap tem em sua dimensão política o aspecto transformativo das realidades periféricas. Nesse sentido, seria ilusório esperar que mantivesse a partir das mudanças nas condições de produção o *status* conquistado no passado.

A ascensão de classe para alguns participantes do movimento não se torna expressiva de todo o conjunto de atores que participam do grupo, porém torna-se indicativa de parte dos novos rumos que podem ser tomados pelos demais. De qualquer modo, como salienta Oliveira (2015), a imprevisibilidade é um elemento chave para o entendimento do rap enquanto ferramenta política. É na criatividade das margens que se encontra a renovação do mercado que tende a reprodução.

Nota-se, que a partir da leitura de classe, algumas diferenças no âmbito cultural ficam apagadas e colocando em posições equivalentes atores que se encontram em outro aspecto diante dos elementos raciais e de gênero. A luta na dimensão econômica e suas contradições se expressa de diferentes formas na luta antirracista, antiLGBTfobia e antimachista.

A partir dos Estudos Culturais, pesquisas empíricas podem vir a revelar novos espaços de disputa, conflito e alianças dentro da luta por posições nos grupos culturais na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, P. **Em “Boogie Naípe”, Mano Brown prova que brutos também amam.** 2016. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,em-boogie-naípe-mano-brown-prova-que-brutos-tambem-amam,10000093923>. Acesso em: 22 nov. 2018.

AZEVEDO, R. M. **Batalhas de rap: confronto de conhecimentos.** 2016. Disponível em: <https://casperlibero.edu.br/revista-arruaca/batalhas-de-rap-confronto-de-conhecimentos/>. Acesso em: 25 nov. 2018.

BALSEMÃO, R. **“Hoje a luta das pessoas é individual. Não vejo mais luta de classes”, afirma Mano Brown.** [s. l.], 2018. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/musica/noticia/2018/02/hoje-a-luta-das-pessoas-e-individual-nao-vejo-mais-luta-de-classes-afirma-mano-brown-cjd4ro6d7064k01kexrlfigt4.html>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BATEY, Angus. **DJ Kool Herc DJs his first block party (his sister's birthday) at 1520 Sedgwick Avenue, Bronx, New York.** 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/music/2011/jun/13/dj-kool-herc-block-party>. Acesso em: 05 jun. 2020.

BOTELHO, Guilherme. **Quanto vale o show? O fino rap de Athalyba-Man.** A inserção social do periférico através do mercado de música popular. 2018. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) - Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). **Usos & abusos da história oral.** 8ª. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Cap. 13. p. 183-191

BOURDIEU, Pierre. **Esboço de auto-análise.** São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CAMARGOS, R. **Rap e política: percepções da vida social brasileira.** 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

EDWARDS, P. **How to rap**: the art and science of the hip-hop MC. Chicago: Chicago Review Press, 2009.

FIGUEIREDO, Angela. Fora do jogo: a experiência dos negros na classe média brasileira. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 23, p. 199-228, Dec. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 14 de Abr, 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332004000200007>.

GANHOR, João Paulo. **Ciência, tecnologia e o rap**: contribuições à educação científica e tecnológica em periferias urbana. 2016. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Científica e Tecnológica, Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/169080>>. Acesso em: 18 set. 2019.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro**: modernidade e dupla consciência. Rio de Janeiro: Ed. 34; Universidade Cândido Mendes, 2002.

GUEDES, Maurício. **“A música que toca é nós que manda”**: um estudo do “proibidão”. Rio de Janeiro, 2007. 135p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: Dp&a, 2006.

HALL, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

MACEDO, Iolanda. A linguagem musical Rap: expressão local de um fenômeno mundial. **Tempos Históricos**. Marechal Cândido Rondon, v. 15, p. 261-288, jan. /jun., 2011.

MELO, Marilene Carlos do. A figura do griot e a relação memória e narrativa. In: LIMA, Tânia; NASCIMENTO, Izabel; OLIVEIRA, Andrey (Orgs.). **Griots culturas africanas linguagem, memória, imaginário**. Natal: Lucgraf, 2009. p. 148-156.

OLIVEIRA, A. “Quanto vale o show?”: Racionais MC’s e os dilemas do rap brasileiro contemporâneo. **Música Popular em Revista**, Campinas, ano 5, v. 1, p. 113-37, jul.-dez. 2017. Disponível em: <https://www.publionline.iar.unicamp.br/index.php/muspop/article/view/1010>. Acesso em: 17 jun. 2020.

OLIVEIRA, Acauam Silverio de. O fim da canção? Racionais MC's como efeito colateral do sistema cancional brasileiro. 2015. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/T.8.2015.tde-09102015-154802. Acesso em: 2020-07-14.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã vai ser maior:** o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta, 2019. 192 p.

ROCHA, G. **Aqui está o discurso que fez Mano Brown ser vaiado no comício do Haddad no Rio.** 2018. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/gracilianorocha/mano-brown-vaiado-cegueira-autocritica>.

ROSENFELD, Cinara Lerrer et al. Entrevista: Bernard Lahire. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 17, n. 38, p. 280-302, Abr, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222015000100280&lng=en&nrm=iso. Acesso em 25 de Jan, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-017003831>.

SILVA, Rogério de Souza. **A periferia pede passagem:** trajetória social e intelectual de Mano Brown. 2012. 293 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa, Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2012.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência:** culturas e identidades no movimento hip hop. 2009. 206 f. Tese (Doutorado) - Curso de Linguística Aplicada, Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 2009. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/269280/1/Souza_AnaLuciaSilva_D.pdf. Acesso em: 26 fev. 2020.

TEPERMAN, R. I. O rap radical e a nova classe média. **Psicologia USP**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 37-42, 2015. b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010365642015000100037&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 24 jan. 2020.

TEPERMAN, R. I. **Se liga no som:** as transformações do rap no Brasil. 1. ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015. c.

TEPERMAN, Ricardo. **Do rap ao rap: Emicida de 2015 não é o Racionais de 1990...** 2015. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2015/11/13/Do-rap-ao-rap-Emicida-de-2015-n%C3%A3o-%C3%A9-o-Racionais-de-1990...-nem-o-Brasil>. Acesso em: 03 fev. 2020.

VIEIRA, Daniela. **A nova condição do rap**: entre mercado e luta antirracista. entre mercado e luta antirracista. 2019. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2019/A-nova-condi%C3%A7%C3%A3o-do-rap-entre-mercado-e-luta-antirracista>. Acesso em: 17 jun. 2020.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.

O PROTAGONISMO DE JOVENS NA ESCOLA DE CLASSE MÉDIA: DESAFIOS PARA A ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA EDUCAÇÃO

YOUNG STUDENTS' AGENCY AT THE MIDDLE CLASS SCHOOL:
CHALLENGES FOR A SOCIOLOGICAL ANALYSIS OF EDUCATION

EL PROTAGONISMO DE LOS JÓVENES EN LA ESCUELA MEDIA: DESAFÍOS
PARA EL ANÁLISIS SOCIOLÓGICO DE LA EDUCACIÓN

Ricardo Boklis Golbspan¹

Resumo

Este artigo se insere em debates do campo da Sociologia da Educação para discutir criticamente a relevância do protagonismo juvenil na escola de classe média. A pesquisa sociológica em educação tem se debruçado, a partir de uma diversidade de abordagens, sobre as desigualdades educacionais do ponto de vista de classe, do ponto de vista geracional ou do ponto de vista da organização pedagógica. Ainda assim, poucas são as pesquisas que analisam relacionalmente estas dinâmicas no cenário contemporâneo. Especialmente, esta lacuna de investigações se acentua considerando o caso da escola de classe média brasileira, cuja análise é insuficientemente disseminada apesar de sua centralidade para a legitimação e reprodução da desigualdade social. Este trabalho apresenta uma revisão crítica de literatura destes diversos campos. Assim, se prioriza a conexão das análises de classe, de juventude e do lugar de alunos e alunas na escola para refletir sobre os avanços e os desafios que a literatura sociológica de educação tem indicado. Deste modo, se sugere a importância de um desenvolvimento de estudos sobre a educação de classe média, particularmente a partir da agência de estudantes jovens. A pesquisa aponta que há, ao mesmo tempo em que prolífica e diversa produção, espaço e necessidade para que a pesquisa do campo avance na direção do fortalecimento destas conexões. Argumenta-se, enfim, em nome de novos olhares frente às decisivas, mas pouco exploradas, relações entre classe social, protagonismo juvenil, o papel de estudantes e a desigualdade educacional brasileira.

Palavras-Chave: Juventudes; Classe Média; Ensino Médio; Estudantes; Sociologia da Educação.

¹ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. ricardo.golbspan@gmail.com.

Abstract

This work draws on the current debate in the field of Sociology of Education in order to critically discuss the relevance of youth agency at the middle class school. Sociological research in education often elaborates on school inequalities with a variety of approaches, such as the point of view of social class, of different generations, and of school management. However, fewer studies analyze these dynamics relationally in the current Brazilian educational setting. Particularly, the lack of relational investigations about youth agency in school is exacerbated if we consider the study of the Brazilian middle class school: this crucial aspect for social reproduction and its legitimation has been overlooked in our current literature. This paper presents a critical literature review of this diversity of fields. Thus, it prioritizes the connection of social class, youth and the condition of student to reflect on the progress and on the challenges that the sociological literature of education indicates. In this sense, this article points to the importance of new developments in the study of the Brazilian middle class education, considering particularly young students' agency. Results indicate that there is a prolific and diverse academic production, and also space and need for advances concerning these articulations. As I argue, that is a crucial approach if we are interested in understanding the relationship between social class, students' agency, youth and educational inequality in Brazil.

Keywords: Youth; Middle Class; High School; Students; Sociology of Education.

Resumen

Este artículo es parte de debates en el campo de la Sociología de la Educación para discutir críticamente la relevancia del protagonismo juvenil en las escuelas de clase media. La investigación sociológica en educación se ha centrado, desde una diversidad de enfoques, en las desigualdades educativas desde el punto de vista de clase, desde el punto de vista generacional o desde el punto de vista de la organización pedagógica. Aun así, existen pocos estudios que analicen relacionamente estas dinámicas en el escenario contemporáneo. En particular, esta brecha de investigación se amplía considerando el caso de la escuela de clase media brasileña, cuyo análisis no está suficientemente difundido a pesar de su centralidad para la legitimación y reproducción de la desigualdad social. Este trabajo presenta una revisión crítica de la literatura en estos diferentes campos. De esta manera, priorizar el análisis de la conexión de clase, juventud y lugar de los estudiantes en la escuela para reflexionar sobre los avances y desafíos que ha señalado la literatura de educación sociológica. Así, se sugiere la importancia de desarrollar estudios sobre educación de clase media, particularmente desde la agencia de jóvenes estudiantes. La investigación señala que existe, al mismo tiempo que una producción prolífica y diversa, espacio y necesidad para que la investigación de campo avance en la

dirección de fortalecer estas conexiones. Finalmente, argumenta, en nombre de nuevas perspectivas ante las relaciones decisivas, pero poco exploradas, entre clase social, protagonismo juvenil, rol de los estudiantes y la desigualdad educativa brasileña.

Palabras clave: Jóvenes; Clase media; Escuela secundaria; Estudiantes; Sociología de la educación.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se insere em debates do campo da Sociologia da Educação para discutir criticamente a relevância do protagonismo juvenil na escola de classe média. A pesquisa sociológica em educação tem se debruçado, a partir de uma diversidade de abordagens, sobre as desigualdades educacionais do ponto de vista de classe (APPLE, 2008), do ponto de vista geracional (GIMENO, 2005) ou do ponto de vista da organização pedagógica (FREIRE, 1992). Ainda assim, poucas são as pesquisas que analisam relacionalmente estas dinâmicas no cenário contemporâneo.

Especialmente, esta lacuna de investigações se acentua considerando o caso da escola de classe média brasileira, cuja análise é insuficientemente disseminada apesar de sua centralidade para a legitimação e reprodução da desigualdade social (NOGUEIRA, 2013). Este texto apresenta uma revisão crítica de literatura destes diversos campos. Assim, se prioriza a conexão das análises de classe, de juventude e do lugar social de alunos e alunas na escola para refletir sobre os avanços e os desafios que a literatura sociológica de educação tem indicado. Deste modo, se sugere a importância de um desenvolvimento de estudos sobre a educação de classe média, particularmente a partir da agência de estudantes jovens.

Portanto, após esta introdução, o item 2 procura incorporar o olhar relacional proposto, articulando a potência de uma diversidade de contribuições nacionais e internacionais para se pensar o que ganhamos ao pesquisar com jovens de classe média na escola. Inicia-se discutindo o lugar do e da estudante na política e na pesquisa educacional, debruçando-se especialmente na figura do e da jovem: estes, interpelados na escola por representações sociais diversas, especialmente sobre seu futuro (DAYRELL, 2003), são localizados como não apenas receptores, mas também sujeitos da escola (GIMENO, 2005). Em conexão a estudantes jovens, a dinâmica de classe é também introduzida e mobilizada teoricamente ao longo do item 2, ao passo que se propõe valorizar as contribuições dos estudos brasileiros sobre a temática (SETTON, 2013), sem deixar de apontar os benefícios de se agregar ao debate a

possibilidade de pensar a escola de classe média do ponto de vista de seus estudantes jovens.

Desta forma, se conclui, com o item 3, que há – ao mesmo tempo em que prolífica e diversa produção – espaço e necessidade para que a pesquisa do campo avance na direção do estabelecimento dessas conexões. Argumenta-se, enfim, em nome de novos olhares frente às decisivas, mas pouco exploradas, relações entre a classe média, o protagonismo juvenil, o papel de estudantes e a desigualdade educacional brasileira.

POR QUE PESQUISAR JOVENS DE CLASSE MÉDIA NA ESCOLA?

Em sua visão crítica à tradição de segmentar radicalmente a Sociologia em especialidades, Sposito (2013) fornece um caminho, ainda insuficientemente percorrido (PEREIRA, 2017; LEÃO; SANTOS, 2018), de aproximação da Sociologia das Juventudes à Sociologia da Educação. Para a autora, é importante que as pesquisas educacionais vinculadas à Sociologia, mesmo em sua diversidade, se atenham aos processos de tensão em torno da reprodução social, tomando jovens como protagonistas (SPOSITO, 2013). Na tradição da pesquisa sociológica da Educação (SPOSITO, 2013) – e mesmo desde Durkheim (1975) e sua ideia do aprendiz como tábula rasa – há, afinal, uma dificuldade em se assimilar o potencial da pesquisa sobre a relação da escola com a sociedade a partir da agência dos alunos e das alunas. Aliás, na esteira dessa histórica inabilidade, algumas das lições mais criativas sobre ativismo na educação têm sido construídas por secundaristas, em movimentos como; por exemplo, o Ocupa Escola, entre 2015 e 2017 (COUTINHO; POLI, 2019). Mas a riqueza do movimento é ainda insatisfatoriamente difundida nos estudos educacionais críticos (COUTINHO; POLI, 2019), justificando a constatação de que

[...] a maioria dos estudos sobre escola desenvolvidos pela Sociologia da Educação no Brasil há algumas décadas não ofereceu elementos para o estudo de parte importante dos processos educativos escolares: o aluno. Em seu desenvolvimento, a pesquisa sociológica sobre a escola cada vez mais se defrontou com os elementos que constituem as práticas escolares e nelas a condição do aluno, obscurecida ou ausente na maioria das análises [...]. De algum modo, os alunos passam a constituir um problema nas práticas e os processos da reprodução cultural e social e demandam uma nova perspectiva no campo de pesquisa (SPOSITO, 2013, p.440-441).

Por isso, é importante reconhecer o empenho de pesquisas da Sociologia das Juventudes que vêm rompendo a rigidez dessas fronteiras (p. ex.: DAYRELL, 2007;

LEÃO, 2006; CARRANO, 2011). Esta necessária “nova perspectiva” sobre a centralidade do aluno e da aluna, reclamada por Sposito (2013), ainda que permaneça atual, com efeito já não é tão nova: foi defendida por Gimeno (2005), que, refletindo sobre a história do termo, indicou que “o aluno é uma construção social inventada pelos adultos ao longo da experiência histórica, porque são os adultos [...] que têm o poder de organizar a vida dos não-adultos” (GIMENO, 2005, p.11)². Articulando-se a esta ideia de relação de poder implicada na significação das crianças e adolescentes como alunos, Virno (2012, p. 34) indicou o papel histórico da escola na legitimação do adulto como um colonizador da infância.

De Rousseau às comunas antiautoritárias de 1968, a atenção dos reformadores e revolucionários para com o ser humano principiante resultou em pedagogia. Isto é, na tentativa de colocar a formação da criança de acordo com o ideal de uma sociedade mais justa. Deste modo, menosprezou-se a autêntica questão: extrair da própria experiência infantil critérios e conceitos capazes de iluminar ulteriormente as relações sociais e de produção, mas também esboçar a crítica. Invertendo a perspectiva pedagógica, é da infância que é necessário esperar instruções.

Se a prática pedagógica se beneficiaria ao “esperar instruções” também de alunos (como já insistia, aliás, Freire, p. ex.: 1992, e sua tradição de pedagogia crítica), o mesmo pode ser percebido em relação à política educacional e à pesquisa sociológica em Educação. Gimeno (2005, p. 15) reforça que perguntamos “pouco pelas mudanças que deveriam ocorrer a partir das condições dos sujeitos receptores”. Os alunos e as alunas, afinal, são receptores: Gimeno não se refere, aqui, ao sentido curricular ou pedagógico, mas afirma que os alunos e as alunas são, afinal, o motivo pelo qual a escola existe. Estudantes são aqueles e aquelas que são, então, atendidos pela escola (SPOSITO, 2013). Ademais, são estudantes que triunfam ou fracassam as reformas (GIMENO, 2005). Sposito (2013), neste sentido, usa a figura da “ponta do *iceberg*” para se referir a alunos e alunas, já que podem indicar para pesquisadores e pesquisadoras, através de suas aprendizagens, o que afinal a escola tem feito. Mas, além de receptores, como Gimeno (2005) também indicou, estudantes são sujeitos, re-inventores da escola. Estudos que tomam alunos como protagonistas estão ajudando a mostrar como a educação é um empreendimento que vem sendo

² Agregaria ao debate, ainda, o classismo desta definição. Ela supõe que quem é aluno ou aluna é automaticamente criança ou adolescente, ignorando a realidade de parte significativa de estudantes de classe trabalhadora que são adultos e adultas – e há, também, todos aqueles adultos e adultas que não chegam a ser estudantes. A discussão sobre o significado de aluno como incompleto ou “menor”, incorporando a experiência destes sujeitos como também central, é um campo a ser mais explorado.

tradicionalmente implementado *para* estudantes, mas ainda muito timidamente construído *com* estudantes – apesar de que, com suas provocações, invenções e reações, o constroem também, mesmo que este tipo de criação seja recorrentemente ignorado por um número considerável de analistas e formuladores de políticas. Boa parte das pesquisas sociológicas da educação, da mesma forma, tradicionalmente fala mais *sobre* alunos e alunas, muitas vezes a partir de “assertivas não testadas” (POWER et. al., 2003), do que *com* alunos e alunas. O presente trabalho propôs, assim, uma contribuição ao projeto coletivo de pesquisa educacional crítica ao dedicar uma atenção à agência destes “sujeitos receptores” na escola. Mas, por serem sujeitos, estes alunos são também muito mais do que apenas alunos: estudantes são, cada um e cada uma, um universo, ainda que compartilhem pertencimentos, como pode ser o caso de dinâmicas geracionais e de classe.

Estudar estudantes que são jovens, neste sentido, adquire importância pela posição central, e em alguns termos problemática, que esta representação social tem ocupado nas redefinições da pesquisa sociológica e da política educacional (DAYRELL, 2003; LEÃO, 2006). Esta é uma etapa da vida atravessada por uma série de expectativas que costumam ter impactos sobre as identidades dos estudantes, mas que não são absolutas ou tampouco experimentadas igualmente em qualquer condição, pois são construídas socialmente (DAYRELL, 2003; MANNHEIM, 1993). Por ser um construto social, a juventude é contingente (MEAD, 1968) e não é uma posição homogênea, única ou pura (por isso a preferência de alguns autores por juventudes, no plural). Ainda assim, por ser uma categoria explicativa, juventude implica certas regularidades, pois representa uma série de generalizações sobre uma fase da vida, observáveis em certo contexto. Como outras generalizações, se aproxima por vezes de estereótipos, pois, ao passo que observadas, estas generalizações são continuamente reafirmadas no senso comum. Como explica Dayrell (2003), em muitos casos jovens são tomados de forma negativa, isto é, são comparados à imagem idealizada de juventude, de modo que se passa a avaliar o quão próximo estão ou não de um “tipo ideal” de jovem.

Algumas destas características, que têm sido historicamente estruturantes do discurso sobre a juventude no Brasil, são o “desvio” e “delinquência” (PERALVA, 1997); outro exemplo é a associação da condição juvenil a momentos exclusivamente de lazer e cultura, como se fosse vivida “aos fins de semana” (DAYRELL, 2003). A Sociologia das Juventudes, contudo, tem desafiado a fixidez destas caracterizações, como apontam algumas de suas investigações (LEÃO, 2006; DAYRELL, 2003). No entanto, apesar destas contestações, algumas representações sociais sobre a juventude persistem no nosso imaginário. A ideia de juventude como preparação para

o futuro aparece como uma das mais recorrentes na cultura escolar (KLEIN; ARANTES, 2016, p. 138):

[...] constrói-se uma interpretação da juventude como um tempo preparatório/formativo, entre a infância e a vida adulta, no qual os sujeitos, que nele se situam, não possuem, ainda, as responsabilidades dos adultos, sejam elas sociais ou técnicas. Dito de outra forma, trata-se de um espaço de tempo concedido, socialmente, aos indivíduos para que eles se preparem para entrar na sociedade adulta, uma espécie de moratória social.

A juventude constitui um momento de atenção a mudanças como, por exemplo, no corpo e nos afetos, e de projetos de futuro, mas não se reduz a uma transição. Desta forma, é importante problematizar a juventude como meramente um “vir a ser”, ou ainda como um “ainda não chegou a ser” (DAYRELL, 2003), pois os jovens também “são”, no presente. Como mostra Dayrell (2003) ao investigar jovens de periferia sob esta perspectiva, a vida, no agora, pode oferecer diversão, prazer, encontros e trocas afetivas positivas, tal qual angústias e incertezas diante do que o autor identificou como luta por sobrevivência. Olhar para o presente, porém, não implicaria que estes jovens que pesquisou fossem alienados ou passivos quanto ao futuro, pois Dayrell (2003) observou que nutrem sonhos e desejos, simultaneamente às experiências do dia-a-dia. Desta forma, para além de sujeitos em transição, preocupados com o que vem depois da escola, jovens também são atravessados por dinâmicas de gênero, raça, classe e uma diversidade de marcadores sociais da diferença vividas no presente e que, como demonstrou celebrenmente Lahire (1997), constituem complexamente cada trajetória social.

Mas o estandarte da “juventude como preparação para o futuro” está fincado, assim como no estudo das juventudes, também nos debates da Sociologia da Educação e das políticas educacionais. Na produção científica sobre o Ensino Médio, por exemplo, apesar de reflexões sobre uma persistente “crise de identidade” desta etapa (KRAWCZYK, 2011), a discussão se concentra na produção de desigualdades em termos de futuro. Esta decorre, de acordo com grande parte desta literatura, da histórica divisão (para estes autores referente especificamente ao Ensino Médio) entre o ensino propedêutico para herdeiros das classes dirigentes e ensino profissional para herdeiros das classes trabalhadoras (MOEHLECKE, 2012; CIAVATTA; RAMOS, 2011). Este cenário de urgência quanto à desigualdade em termos de “projeto de futuro”, no entanto, toma conta da discussão de modo que pouco se interroga sobre outro aspecto importante: a ausência de um “projeto de presente”, curricular e pedagógico, para que estes alunos obtenham ferramentas úteis para as situações que experimentam no seu dia-a-dia. Ainda, se considerarmos não apenas a literatura

crítica, mas a história da implementação da política educacional brasileira, vemos o Ensino Médio, há gerações, sendo implementado como uma etapa de transição. Como relatam investigações (NASCIMENTO, 2007; KRAWCZYK, 2009) que incluem a Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) atuais e recentes reformas, o Ensino Médio, apesar das inúmeras disputas, apresenta-se como incontestado, em governos ideológicos mais alinhados à esquerda ou mais à direita (NASCIMENTO, 2007), quando se trata de seu objetivo: “servir como trampolim para a universidade ou para a formação profissional” (KRAWCZYK, 2009, p. 8).

Sublinha-se, ainda, que a escola não é uma instituição qualquer quando se trata de definir quem os jovens são. Dayrell (2007) reforça como ainda hoje a crença de que é a escola que “faz” a juventude permanece no imaginário social e no interior da cultura da escola, apesar da insistência do autor (aparentemente ainda hoje necessária) de que a juventude é também produzida alhures. Althusser (1988) celebrenemente ensinou que a escola é um dos mais importantes aparatos ideológicos do Estado justamente porque tem como função interpelar os estudantes com a ideologia dominante. Em adição, a lição de Bourdieu e Passeron (1992) também é fundamental: a escola, formalmente a instituição responsável pela transmissão do conhecimento, se coloca como “sagrada”, de modo que aquilo que é ensinado é não apenas transmitido aos alunos, mas também oficializado como verdadeiro ou correto. Desta forma, a cultura escolar, que assume a juventude como preparação para o futuro, tem uma função central não apenas reproduzindo, mas também legitimando tal representação social, ainda que esta possa ser incorporada subjetivamente das mais diversas formas. Conforme Silva (1997), afinal, há não apenas uma política da pedagogia (isto é, os conhecimentos oficiais da escola são parciais, enviesados, sendo, portanto, a versão consagrada de juventude ensinada pela escola apenas uma das possibilidades), mas também uma pedagogia da política (ou seja, leis e políticas públicas sobre a juventude têm caráter pedagógico, pois ensinam, com os conteúdos que institucionalizam como verdade, sobre esta condição social).

Deste modo, importa pesquisar alunos e alunas na escola, em boa medida, em virtude deste lugar importante e problemático que a juventude ocupa nas redefinições da política e da cultura educacional. Pensando com a terminologia sugerida por Dale (2010), a juventude aparece recorrentemente implícita, como um *explanans*, como algo que explica (como se houvesse consenso sobre o que destarte a categoria é), ao invés de ser um *explanandum*, algo também a ser explicado no processo de pesquisa. Deste modo, a juventude como a fase da rebeldia tem sido uma leitura assumida como verdade na cultura escolar (DAYRELL, 2007), apesar das indicações a este ponto já clássicas de pesquisas etnográficas na educação sobre a necessidade de cruzamento

desta dinâmica com outras, como gênero e classe social, para uma complexificação desta identidade (MCROBBIE, 1978; MCLAREN, 1991). De forma semelhante, a juventude como um “vir a ser” tem sido uma visão tacitamente incorporada, sem uma problematização sobre o quanto há de exógeno, ou adulto, neste tipo de inscrição sobre a vida de estudantes jovens. Neste ponto, é importante entender as representações sobre a juventude como construções sociais, ou seja, não como características intrínsecas e essenciais a todos os jovens, mas como discursos com os quais os jovens são confrontados e aos quais produzem respostas cambiantes e originais em seu cotidiano. Isto vale para como lidam com planos de futuro, mas vale também para características diversificadas, como a suposta delinquência, que podem ser interseccionadas como outros pertencimentos que estes sujeitos possuem. Esta ideia de cruzamento de dinâmicas, portanto, ajuda a explicar por que estes sujeitos protagonistas da escola precisam ser interpretados não como apenas alunos e alunas, nem como apenas jovens, mas no cruzamento destas formas de pertencimento. Mas, além de jovens e estudantes, defendo um olhar atento a sujeitos que compartilham ainda outra condição fundamental: classe social. Ainda que haja uma diversidade de dinâmicas que se possa mobilizar no estudo sobre a relação da escola com a distinção social, a opção por focalizar jovens estudantes de classe média é explicada não apenas pela necessidade conceitual de resposta à crise em torno destas teorias, mas pelo seu potencial explicativo.

Classe social, afinal, historicamente, nos estudos educacionais críticos, foi posicionada como um conceito chave (MITRULIS, 1983). A partir dos anos 1990, um novo corpo de pesquisa, à luz de correntes pós-estruturalistas, pós-críticas ou pós-marxistas, passou a problematizar a mobilização tida como “estruturalista” da categoria de classe social, desestabilizando o aparato marxista, o aparato bourdieusiano e o aparato weberiano, por exemplo. Desta maneira, apontada como determinista ou reducionista, a estrutura de classes foi sendo gradativamente localizada como incapaz de explicar satisfatoriamente os modos como as pessoas agem e pensam, e os defensores da perspectiva de classes passam a ser posicionados como conservadores diante de um novo desdobramento teórico (SAVAGE, 2011). Frente a estas novas leituras - e, no limite, frente a versões que apontaram a “morte da classe social” - (PAKULSKI; WATERS, 1996), muitos teóricos do conceito de classe “parecem felizes em ser lançados em tal papel, sustentando pressupostos mecanicistas da determinação econômica” (SAVAGE, 2011, p.6). Uma consequência irônica, mas devastadora, desse embate teórico é uma aliança inesperada entre filosofias pós, marxismos e o discurso neoliberal. O debate de

classe, considerado pela direita historicamente como dos mais “perigosos” (MORGENSTERN, 2015), é agora reduzido no interior do progressismo.

A classe não cumpre mais um papel nos discursos diagnósticos sobre as sociedades modernas avançadas. Tornou-se até elegante fazer diagnósticos críticos das sociedades modernas além e contra o discurso em termos de classe. A queda dos regimes comunistas e a ascensão do nacionalismo deram um ímpeto adicional a argumentos em favor da obsolescência da análise de classe para as sociedades modernas. A classe tem a ver com a sociedade industrial e suas ideologias, e como essas sociedades e suas ideologias não mais existem, deveríamos nos livrar das velhas concepções e ferramentas analíticas usadas para entender a sociedade moderna. (EDER, 2001, p.5).

O debate de classes apresenta-se ainda mais delicado se o escopo são as “polêmicas” (SALATA, 2016) classes médias. Por um lado, em acréscimo a um incômodo silêncio na tradição, é curiosa a crítica de parte de autores pós-modernos à imprecisão da definição de classe média na Sociologia (LASH; URRY, 1987, 1994), uma vez que uma das contribuições mais reconhecidas destes estudos está na contestação a uma suposta pureza científica. Aliás, ser uma categoria “notoriamente vaga e fragilmente esticada” (PAKULSKI; WATERS, 1996, p.2) justamente faz da classe média um tema ainda mais importante de ser investigado e reformulado, ao invés de abandonado: é justo aquilo que menos entendemos que mais precisamos discutir. Por outro lado, na narrativa marxista considerada majoritária no Brasil (CAVALCANTE, 2012), influenciada, para Salata (2016), por Braverman (1974) e Poulantzas (1975), é atribuída uma posição secundária ou passiva à classe média na luta de classes; ainda, em outros casos, a classe média é vista como um “acidente” contingente a ser futuramente solucionado com uma polarização “inevitável” (BRAVERMAN, 1974) entre trabalhadores e burgueses, na evolução do capitalismo. Deste modo, possivelmente, quem se encontra mais confortável, neste momento, para discutir os agora denominados “estratos médios” (ARONOWITZ, 2003) são grupos direitistas. Rearticulando o debate com uma linguagem de estratificação, setores neoliberais silenciam o aspecto de luta de classes para explicar as desigualdades econômicas (ARONOWITZ, 2003; SKEGGS, 2010). Com uma leitura crítica a certos marxismos que não compreendem classe como uma categoria que envolve processo, movimento e contradição, estes grupos têm insistido, com razão, que há formas de mobilidade social. Para estes neoliberais, no entanto, a mudança ocorre através do mérito, que conduziria os indivíduos para o sucesso ou fracasso. Os casos de mobilidade na classe média, além da própria permanência da classe média ao longo dos anos (contrariando as previsões de seu fim “garantido”) têm sustentado o discurso

neoliberal, que é agora notavelmente disseminado no senso comum e, em particular, no interior das camadas médias (BALL, 2003; NOGUEIRA, 2013).

Por que, então, é importante examinar as classes médias? A explicação decorre, em parte, deste novo cenário teórico: a categoria “classe social”, que ocupou historicamente uma centralidade na pesquisa, no ativismo e na pedagogia crítica, está em crise (BALL, 2003); em particular, o conceito de “classe média”, desgastado no pensamento progressista, é incorporado e ressignificado por grupos neoliberais. Em parte, portanto, importa pesquisar a classe média como forma de recuperar o conceito, em uma luta que passa pelo próprio vocabulário, pela própria maneira como fornecemos formas de nomear o que ocorre no nosso mundo, a partir dos significados que se apresentam disponíveis na linguagem. Em conjunto à disputa semântica, importa pesquisar as classes médias porque há uma potência teórica nas próprias categorias de classe social e de classe média como forma de se compreender e (de forma inseparável, conforme Apple, 2000) de se interromper a injustiça educacional. Para Weis (2013), aliás, classe cada vez tem mais importância. Isto porque dinâmicas de classe não apenas têm tido impactos significativos e contínuos nas identidades (BALL; VINCENT, 2001; BUTLER; SAVAGE, 1995) e nas trajetórias educacionais e econômicas (NOGUEIRA, 2013; LAHIRE, 1997), como porque as desigualdades de classe têm aumentado ao longo dos últimos anos (OXFAM, 2020). Tornou-se premente reafirmar, portanto, a lição outrora consagrada de que posicionar classe social como lente teórica é o que possibilita testemunhar a desigualdade econômica na estrutura da educação. Ainda, no sentido de pensar a articulação das desigualdades sociais com a vida de jovens na escola, investigar as classes médias importa porque, como a profícua, mas insuficientemente difundida, pesquisa do tema indica, as camadas intermediárias ocupam uma posição única nesta relação, em comparação às elites e às classes populares.

De um lado, pesquisas de nível internacional (BALLION, 1977; KENWAY, et.al., 2017) e nacional (BRANDÃO; LELLIS, 2010; NOGUEIRA, 2004) sobre a escolarização das elites apontam, dentre diversas conclusões, como não há correspondência necessária entre o sucesso escolar dos herdeiros e a reprodução do seu sucesso econômico. Desperta, inclusive, uma discussão sobre como a posição de maior estabilidade econômica aparta estes grupos de uma mobilização maior com a promessa escolar de possibilidade de promoção social (DUBET, 1994; NOGUEIRA, 2004). Tal leitura dialoga com Bourdieu (2013), no sentido de apontar como as elites não precisam das credenciais educacionais de mobilidade da mesma forma que outros estratos, uma vez que suas posições de privilégio se apresentam já de antemão como garantidas. De outro lado, as pesquisas educacionais têm insistentemente

investigado o fracasso da escola com as classes populares. Uma importante contribuição neste sentido tem sido a análise de como a escola perversamente responsabiliza isoladamente as famílias, as professoras e os alunos pelo fracasso que ela produz, institucionalizando e legitimando a desigualdade social (BOURDIEU; PASSERON, 1992; APPLE, 2008). Uma das conclusões mais produtivas desses estudos foi a compreensão de como a resistência de partes de grupos populares à escola está mais relacionada a uma postura de justificada desconfiança à promessa escolar, baseada em experiências vividas e investimentos possíveis, do que a uma questão de déficit de dedicação, inteligência ou mérito (APPLE, 2000). Assim, ainda que as classes populares e as elites sejam na maioria dos contextos tomadas como diametralmente opostas, elas curiosamente se aproximam quando falamos de um relativo ceticismo quanto à centralidade do investimento educacional. As classes médias, por sua vez, em virtude de sua situação intermediária, são constrangidas pela possibilidade constante tanto de ascensão como de declínio social, especialmente em tempos de intensificação de competição na educação (BALL, 2003; VAN ZANTEN, 2007). Esta situação de risco leva esses grupos justamente a “tirar proveito dos recursos (culturais e econômicos) que possuem em prol da escolaridade de seus filhos” (NOGUEIRA, 2013, p. 283). Quem precisa – em contraposição às elites – e quem pode – em contraposição às classes populares – integrar a educação como elemento central de estratégia de reprodução é, precisamente, a classe média (ROMANELLI, 2003; DUBET; MARTUCCELI, 1996; BALL, 2003). Poucos são mais objetivos que Bourdieu neste sentido, quando analisa os cálculos que estas famílias fazem quanto ao custo educacional de sua prole:

Fraco para as famílias de mais baixa renda que, não podendo antever para seus filhos um outro futuro diferente de seu próprio presente, realizam investimentos educativos extremamente reduzidos, fraco também para as famílias de alta renda, uma vez que os rendimentos crescem paralelamente aos investimentos, e atinge ao máximo no que corresponde as rendas médias, isto é, às classes médias cuja ambição de ascensão social obriga a investimentos educacionais relativamente desproporcionais a seus recursos . (BOURDIEU, 1974, apud NOGUEIRA, 1997, p. 116).

Posto este cenário, portanto, para além da luta simbólica, importa pesquisar classe social e a classe média como forma de reabilitar a potência das categorias no interior do pensamento progressista. Neste sentido, apesar das resistências do debate educacional dominante, uma perspectiva de análise de classe na educação tem sido provocada por um conjunto de pesquisa digno de mais atenção. Esta perspectiva é exemplificada por autores como Ball (2003), Aronowitz (2011), Weis (2013) e Apple

(2008). Tais pesquisadores e pesquisadoras têm proposto, influenciados por Gramsci e Hall, dentre outros, que “é inútil apenas defender ortodoxias e que é necessário incorporar criticamente o que é útil nas correntes mais novas de trabalho, sem abandonar tudo que é valioso nas perspectivas mais antigas” (SAVAGE, 2011, p.7). Como resume Apple (1996, p. 141), trata-se de “pensar neo e pós juntos, de possibilitar ativamente as tensões em cada um e entre eles de modo a ajudar a formular nossas pesquisas”. Por redefinirem o debate da relação da escola com as desigualdades sociais ao colocarem em diálogo teorizações potentes (mas muitas vezes encaradas, em olhares mais maniqueísta, como concorrentes), e sem reducionismos e mecanicismos, é com estas perspectivas que procurei apreender nesta investigação. Em adição, ainda, a agregar teoricamente, a contribuição destes olhares também ajuda a pensar razões epistemológicas para se pesquisar a classe média em sua relação com a escolarização. Uma das autoras que fazem esta complexificação é van Zanten (2002), que, sem temer criticar a tradição a que se filia, indica por que persistem as suspeitas de *futilidade científica* em relação ao tema das classes médias. Ela fornece, neste movimento, indagações que vão além do campo conceitual.

Dentre as razões levantadas para explicar o pequeno número de estudos sobre as classes médias, encontram-se, de modo recorrente, a aversão dos sociólogos a operar uma autoanálise, tão grande é a proximidade deles com esses estratos sociais dos quais fazem parte (VAN ZANTEN, 2002, apud NOGUEIRA, 2013, p. 281).

Apesar da pesquisa em Sociologia ter nos últimos anos problematizado a separação objetividade/subjetividade (WACQUANT, 2001), não é surpreendente a sugestão de van Zanten se considerarmos a história da disciplina. Sua gênese, afinal, remonta a uma aproximação à epistemologia positivista das ciências naturais na metade do século passado como estratégia de validação (DURKHEIM, 1975) – o que poderia, portanto, explicar uma concepção de cientista neutro e à distância de seu objeto, ainda hoje em dia, nos estudos sociológicos da educação, e mesmo nos demais estudos educacionais que são influenciados pela Sociologia. Pesquisadores entre o neo e o pós têm ajudado a repensar esta tradição, como exemplificam investigações em que a busca por suposta “pureza” foi substituída por interrogações, reflexões e análises que levem em conta a influência do pesquisador ou da pesquisadora no campo empírico (BALL, 2003; POWER et al, 2003). Assim, ao invés de evitar a autorreflexão, em nome de pretensa “pureza”, é um princípio epistemológico assumi-la como parte constituinte desta pesquisa. Afinal, não há

aversão em se investigar a própria identidade, mas uma potência para aprender sobre si ao aprender sobre o mundo, e aprender sobre o mundo ao aprender sobre si (FREIRE, 1992). Como afirma Santos (2010, p.11), “todo conhecimento é autoconhecimento”. Além disso, a busca por distanciamento do sociólogo quando o tema é “classe”, para além da reificação da “neutralidade”, revela um outro ponto crítico desta tradição científica: os processos de normalização.

A classe média tem tendido a aparecer na pesquisa educacional como pano de fundo contra o qual as experiências de classe popular são contrastadas. Isso leva a assertivas não testadas, especialmente quando é assumido que “ao discutir a classe média [...] estamos considerando-a simplesmente como o lado oposto da moeda”. Ademais, evidências estatísticas da extensão do fracasso da classe trabalhadora podem exagerar a inevitabilidade do sucesso da classe média. A relativa invisibilidade da classe média reflete a extensão à qual ela foi “normalizada” no campo. Em grande parte do mesmo modo como “branquidade” apenas recentemente tem recebido a mesma atenção que “negritude”, e como estudos de gênero passaram a focar em masculinidade tanto quanto em “temas femininos”, argumentamos que temas de classe não podem ser propriamente iluminados sem dar à experiência educacional de classe média a atenção que ela em grande medida carece. (POWER et al., 2003, p.3).³

Pesquisar classe média importa porque envolve, desta maneira, além das questões teóricas, uma provocação quanto à própria forma como a pesquisa educacional tem se estruturado. O conceito de normalização, uma ferramenta criativamente mobilizada por Foucault (1973; 1982) ajuda nesta desestabilização. Para o autor francês, resumidamente, o sujeito moderno que afirma sua normalidade ao definir-se em oposição a um “outro” produz: a afirmação da racionalidade frente ao suposto louco; a afirmação da conformidade frente ao suposto delinquente; a afirmação da família patriarcal frente às supostas neuroses das mulheres e dos homossexuais. Seria com esta racionalidade, inclusive, que a ciência ganharia corpo na modernidade: “através da legitimidade do conhecimento científico, o Estado pode identificar, classificar, tratar e isolar grupos “anormais” como parte de um projeto de normalização” (CARLSON; APPLE, 2003, p.25). Se pensarmos sobre o “normal” em termos de classe, como provocam Power e colaboradores (2003), é possível compreender mais um motivo de a classe média pouco ser investigada na Sociologia, dada a proximidade de seus representantes não ao que é tipicamente visto como sujeito pesquisado, mas ao que é visto como sujeito pesquisador. Esta interpretação revela pressupostos de normalização como tacitamente constitutivos da cultura de

³ Tradução feita pelo autor .

pesquisa e aponta para o papel histórico da Sociologia na reprodução de práticas normalizadoras.

Conectando este debate à tradição de pesquisa brasileira, pode-se refletir sobre a clássica máxima de Roberto DaMatta (1975): transformar “o exótico em familiar e o familiar em exótico”. Se é verdade que a primeira parte da tarefa está desenvolvida na pesquisa educacional que mobiliza a desigualdade de classes, a segunda ainda consta como desafio. Sob influência da Sociologia das Juventudes (PEREIRA, 2017), afinal, a Sociologia da Educação tem confrontado certa suspeita que se solidificou nos anos 1990 sobre as tantas subjetividades populares que passaram a frequentar a escola (PEREIRA, 2017), transformando em alguma medida o “exótico” em “familiar” no campo da pesquisa educacional. A distância da cultura escolar em relação a essas subjetividades, inclusive, levou analistas a ironicamente chamar esses alunos de “alienígenas em sala de aula” (GREEN; BOGUM, 1995) – ainda que se possa propor, ao contrário, a lógica escolar como uma “alienígena” na vida desses alunos. Além disso, chama atenção que nomear tais estudantes como “alienígenas” acaba por produzir “nativos” da sala de aula. Não conhecemos o suficiente, entretanto, sobre estes que estão “em casa” quando estão na escola⁴. Neste sentido, se em parte esta lacuna pode ser explicada pela postura epistemológica predominante, é preciso pontuar a hipótese da dificuldade de acesso a escolas e outras entidades privadas para realização de pesquisa crítica. Assim, tanto pela tradição de pesquisa como pelas possíveis restrições maiores das escolas privilegiadas à pesquisa, pode-se compreender os desafios do campo para “transformar o familiar em exótico”. Em adição, portanto, ao corpo de estudos sobre estudantes que causam um estranhamento e uma desestabilização da cultura da escola, também há uma importância, insuficientemente assimilada, na análise de como a familiaridade com a cultura escolar e científica, ou a implícita “normalidade”, é relacionada, também, à desigualdade.

Por tudo isso, este texto estimula um diálogo maior da pesquisa sociológica de classe com os estudos que têm procurado desafiar o silêncio sobre a escola de classe média. As contribuições mais relevantes a que se pode recorrer em nossa literatura passam fundamentalmente pela produção de Nogueira (1997; 2013). Seu trabalho de pesquisa sobre as classes médias focaliza as relações família-escola, explorando as estratégias de investimento educacional desses setores, e é realizado à luz da

⁴ O estudo da juventude, ainda muito associado às juventudes populares, é inicial em termos de uma articulação com a escola de classe média. As exceções localizadas na produção brasileira foram Leite (2011), Lellis (2005), Morgado (2006) e Cuba (2013). Estes são trabalhos que atentam à situação das juventudes de classes médias e que sinalizam para a importância desta abordagem.

tradição bourdieusiana. Há, ainda, alguns grupos, aos quais a própria Nogueira é associada, que possuem também reconhecida produção sociológica sobre as questões educacionais das classes médias. Como aponta Setton (2013), o Grupo de Trabalho (GT) de Sociologia da Educação da Associação Nacional de Pesquisadores de Educação (ANPEd) tem concentrado relevante empreendimento sobre a relação família-escola, incluindo-se aí discussões sobre as camadas médias. Dentre outros autores que têm proposto tal debate, pode-se destacar Romanelli, que também examina as estratégias de escolarização operadas pelas famílias de camadas médias (1994, 2003). Ainda, sobressai-se a produção representada pelo Observatório Sociológico Família-Escola (OSFE), na Universidade Federal de Minas Gerais, igualmente orientada por referencial bourdieusiano e focalizada nas estratégias familiares de diferentes classes sociais para a escolarização de seus descendentes. Uma varredura em parte da literatura do observatório e das publicações do GT da ANPEd permite identificar o amplo diálogo entre estes pesquisadores e a formação de um campo de estudos da chamada “relação família-escola” (SETTON, 2013), em que se consolida, entre outros temas, a mais consistente iniciativa dos estudos educacionais brasileiros em relação às camadas médias (PENA, 2014).

Tal cenário indica a importância de se reconhecer as contribuições de autores e autoras brasileiras ao estudo da escola de classe média, um campo com potência para nos interrogarmos quanto à prática científica, à educação e à sociedade de maneira ampla. Mas esta realidade indica também a premência de se pesquisar a escolarização dos grupos médios no caso brasileiro especialmente em termos de novas abordagens conceituais e metodológicas, como abordagens etnográficas sobre o dia-a-dia escolar, que entrelacem diálogos com a mais estabilizada área da relação família-escola. É neste sentido que vejo uma relevância em destacar jovens, a partir de um estudo de seu protagonismo no interior da escola. Com efeito, há algumas décadas, os estudos educacionais críticos têm em grande medida desafiado a prática de se pesquisar em educação como se a escola pública fosse uma “caixa fechada”⁵ (DALE, 1988; APPLE, 2008), isto é, como se pesquisar apenas o que entra e o que sai da escola fosse o suficiente para se entender a educação, sem olhar para o que ocorre lá dentro. Várias são as contribuições de estudiosos e estudiosas da educação (APPLE, 2000; PARO, 1995; PATTO, 2000) para entendermos o que se passa na rotina da escola popular e como estes processos constituem a resistência e a reprodução na estrutura de classes. A leitura de que parti neste artigo, como procurei

⁵ Ao invés de usar o termo “caixa preta”, prefiro “caixa fechada”, em virtude da conotação racista do repetido uso dos termos “preto” e “negro” para se referir à depreciação.

demonstrar até aqui, é de que, nos estudos sociológicos educacionais brasileiros, a escola frequentada por jovens alunos e alunas de classes médias segue sendo, apesar dessas lições, um tipo de “caixa fechada”. Este é um convite para abri-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta revisão foi discutir a importância do protagonismo juvenil na escola de classe média para a reflexão contemporânea da Sociologia da Educação sobre a desigualdade escolar brasileira. Optou-se por realizar a discussão a partir de uma revisão crítica de literatura, indicando alguns caminhos já percorridos pela comunidade do campo e alguns dos desafios que se impõem, especialmente do ponto de vista da articulação com outros campos de pesquisa e de diversificação de orientações teóricas e metodológicas.

O estudo indicou que há uma potência em incorporar os saberes e modos de significação produzidos por jovens estudantes para a pesquisa e a política educacional, a serem mais fortemente reorientadas não apenas *para* a juventude, mas *com* a juventude. Também é sugerido que há uma proficuidade em avançar nossos estudos na educação de classes médias. Especificamente, tal movimento pode ser orquestrado pela articulação da pesquisa mais estabelecida sobre a temática, sobre a relação família-escola, com viés bourdieusiano, com o que se pode aprender com a escuta sensível a alunos e alunas, como, por exemplo a partir de um olhar etnográfico ou outras maneiras de se prestar especial atenção ao que estudantes jovens fazem na rotina escolar.

Deste modo, a investigação sugere a incorporação de estudos que acompanhem jovens estudantes na escola de classe média, para que as análises sobre a desigualdade educacional possam assumir maior rigor, indo além de “suspeitas de futilidade científica” (NOGUEIRA, 2013) sobre a pesquisa da educação de classe média, ou de “assunções não-testadas” (POWER et al, 2003) sobre estes processos no contexto brasileiro contemporâneo. O que este texto procura fornecer, enfim, é um olhar sintético, mas relacional, sobre o cenário da pesquisa sociológica da educação quanto ao que avançamos, mas também quanto ao que é ainda lacunar, em tema tão caro ao campo como é a relação entre escola e classe social.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Ideología y aparatos ideológicos del Estado, Freud y Lacan.** Buenos Aires: Nueva Visión, 1988.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

APPLE, Michael W. **Política cultural e Educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

APPLE, Michael W. Power, meaning and identity: critical sociology of education in the United States. **British Journal of Sociology of Education**, 17, 1996, p. 125-144.

ARONOWITZ, Stanley. **How class works**: power and social movement. New York: Yale University Press, 2003.

BALL, Stephen J. **Class strategies and the education market**: the middle classes and social advantage. London: Routledge Falmer, 2003.

BALL, Stephen J.; VINCENT, Carol. New class relations in education: the strategies of the 'fearful' middle classes. In: DEMAINE, Jack (Org.) **Sociology of education today**. London: Palgrave, 2001.

BALLION, Robert. **L'argent et l'école**. Paris: Pernoud; Stock, 1977.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2013.

BRANDÃO, Zaia; LELLIS, Isabel. Elites acadêmicas e escolarização dos filhos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 83, p. 509-526, ago. 2003.

BRAVERMAN, H. **Labor and monopoly capital**: the degradation of work in the twentieth century. New York: Monthly Press, 1974.

BUTLER, Tim; SAVAGE, Mike. **Social change and the middle classes**. London: UCL Press, 1995, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

CARLSON, Dennis; APPLE, Michael A. Teoria educacional crítica em tempos incertos. In: HYPOLITO, Alvaro Moreira; GANDIN, Luís Armando (Org.). **Educação em tempos de incertezas**. Belo Horizonte: Autêntica. 2003. p. 11-58.

CARRANO, Paulo Cesar Rodrigues. Jovens, escolas e cidades: desafios à autonomia e à convivência. **Teias**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 7-22, 2011.

CAVALCANTE, Sávio. **Classes médias e modo de produção capitalista**: um estudo a partir do debate marxista. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011.

COUTINHO, Luciana Gageiro; POLI, Maria Cristina. Adolescência e o Ocupa Escola: retorno de uma questão? **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-19, 2019.

CUBA, Rosana da Silva. **Significados e sentidos da escola para jovens estudantes das classes médias**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

DALE, Roger. A Sociologia da Educação e o Estado após a globalização. **Educação & Sociedade**, Porto Alegre, v. 31, n. 113, p. 1099-1120, 2010.

DALE, Roger. A educação e o estado capitalista: contribuições e contradições. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 13, n.1, p. 17-37, 1988.

DAMATTA, Roberto. O ofício do etnólogo, ou como ter 'Anthropological Blues'. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 23-35.

DAYRELL, Juarez. A escola faz juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p.105-128, out. 2007.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 40-52. 2003.

DUBET, François. Dimensions et figures de l'expérience étudiante dans l'université de masse. **Revue Française de Sociologie**, Paris, v. 35, p. 511-532, 1994.

DUBET, François; MARTUCCELLI, Danilo, **À l'école**. Sociologie de l'expérience scolaire, Paris: Minuit, 1996.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.

EDER, Klaus. A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo de classe média. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 46, p.5-27, jun. 2001.

FOUCAULT, Michel. **Madness and civilization**: a history of insanity in the age of reason. New York: Random House, 1965.

FOUCAULT, Michel. **The birth of the clinic**. London: Tavistock, 1973.

FOUCAULT, Michel. The subject and power. In: DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: beyond structuralism and hermeneutics. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

GIMENO Sacristán, José. **O aluno como invenção**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GREEN, Bill; BIGUM, Chris. Alienígenas na sala de aula. In: SILVA, Toma Tadeu (Org.). **Alienígenas na sala de aula**: uma introdução aos estudos culturais em Educação. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 208-243.

KENWAY, Jane; FAHEY, Johanna; EPSTEIN, Debbie; KOH, Aron; MCCARTHY, Cameron; RIZVI, Fazal. **Class choreographies**: elite schools and globalization. London: Palgrave Macmillan, 2017.

KLEIN, Ana Maria; ARANTES, Valeria Amorim. Projetos de vida de jovens estudantes do ensino médio e a escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p.135-154, 2016.

KRAWCZYK, Nora. Reflexão sobre alguns desafios do Ensino Médio no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 752-68, 2011.

KRAWCZYK, Nora. **O ensino médio no Brasil**. São Paulo: Ação Educativa, 2009.

LAHIRE, Bernard. **Sucesso escolar nos meios populares**: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

LASH, Scott; URRY, John. **Economies of signs and space**. New York: Sage Publications Limited, 1994.

LASH, Scott; URRY, John. **The end of organized capitalism**. Madison: University of Wisconsin Press, 1987.

LEÃO, Geraldo; SANTOS, Thais Naves de Araújo. A participação juvenil no Ensino Médio brasileiro: um campo de estudos em construção. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 13, n. 3, p. 787-804, set./dez. 2018

LEÃO, Geraldo. Experiências da desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 31-48, 2006.

LEITE, Gelson Antonio. **Juventude e socialização**: os modos de ser jovem aluno das camadas médias em uma escola privada de Belo Horizonte – MG. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011

LELLIS, Isabel. O significado da experiência escolar para segmentos das camadas médias. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 125, p. 137-160, maio/ago. 2005.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, Madrid, n. 62, p. 145-168, 1993.

MCLAREN, Peter. **Rituais na escola**. Petrópolis: Vozes, 1991.

MCROBBIE, Angela. Working class girls and the culture of femininity. In: WOMEN TAKE Issue: women's studies group. London: Hutchinson, 1978.

MEAD, Margaret. O jovem de Samoa e seu grupo de idade. In: BRITTO, Sulamita (Org.). **Sociologia da Juventude III**: a vida coletiva juvenil. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MITRULIS, Eleny. Educação e currículo: promessas e contribuições da nova Sociologia da Educação. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 9, n.1/2, p. 93-106, 1983.

MOEHLECKE, Sabrina. O ensino médio e as novas diretrizes curriculares nacionais: entre recorrências e novas inquietações. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 49, p. 39-58, 2012.

MORGADO, Maria Aparecida. **Juventude de classe média e educação**: cenários, cenas e sinais. Campinas: Autores Associados, 2006.

MORGENSTERN, Flavio. A farsa das “classes sociais”. **Instituto Liberal**, Rio de Janeiro, 27 mar. 2015. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/a-farsa-das-classes-sociais/>. Acesso em: 25 set. 2019.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Ensino médio no Brasil: determinações históricas. **Publicatio UEPG**, Ponta Grossa, v. 15, p. 77-87, 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice. Um tema revisitado: as classes médias e a escola. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando (Org.). **Sociologia da Educação**: análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 280-290.

NOGUEIRA, Maria Alice. Convertidos e oblatos: um exame da relação classes médias/escola na obra de Pierre Bourdieu. **Educação, Sociedade e Culturas**, Porto, n. 7, p. 109-129, maio 1997.

NOGUEIRA, Maria Alice. Favorecimento econômico e excelência escolar: um mito em questão. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 26, p. 133-184, 2004.

OXFAM INTERNATIONAL. **World's billionaires have more wealth than 4.6 billion people**. 20 jan. 2020. Press releases. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/worlds-billionaires-have-more-wealth-46-billion-peopl>>. Acesso em: 20 mar.2020.

PAKULSKI, Jan; WATERS, Malcolm. **The death of class**. London: Sage Publications, 1996.

PARO, Vitor H. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 1995.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

PENA, Rodrigo Antônio Simões da Silva. **Fracasso escolar na classe média**: o inesperado em questão. 2014. Dissertação (Mestrado em Conhecimento e Inclusão

Social em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Do controverso “chão da escola” às controvérsias da etnografia: aproximações entre Antropologia e Educação. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 49, p. 149-176, 2017.

POULANTZAS, N. **Classes in contemporary capitalism**. London: New Left Books, 1975.

POWER, Sally; EDWARDS, Tony, WHITTY, Geoff; WIGFALL, Valerie. **Education and the middle class**. Buckingham: Open University Press, 2003.

ROMANELLI, Geraldo. Famílias de camadas médias e escolarização superior dos filhos: o estudante trabalhador. In: NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (Org.). **Família & escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 99-123.

SALATA, André Ricardo. **A classe média brasileira**: posição social e identidade de classe. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SAVAGE, Mike. Espaço, redes e formação de classe. **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 6-33, 2011.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Apresentação. NOGUEIRA, Maria Alice; ROMANELLI, Geraldo; ZAGO, Nadir (org.). **Família & escola**: trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 7-10.

SILVA, Tomaz Tadeu. A ‘nova’ direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo; SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

SKEGGS, Beverley. Class culture and morality: legacies and logics in the space for identification. In: WETHERELL, Margaret; MOHANTY, Chandra Talpade. **The Sage handbook of identities**. London: Sage, 2010. p. 339-360.

SPOSITO, Marília P. Interfaces entre a Sociologia da Educação e os estudos sobre a juventude no Brasil. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando (Org.). **Sociologia da Educação**: análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 438-446.

VAN ZANTEN, Àgnes. Reflexividad y elección de la escuela por los padres de la clase media en Francia. **Revista de Antropología Social**, Madrid, n. 16, p. 245-277, 2007.

WACQUANT, Loïc. Bourdieu's suicide. In: FOWLER, Bridget (Org.), **Reading Bourdieu on society and culture**. Malden: Blackwell. 2001. p. 114–117.

WEIS, Lois. Classe social e Educação. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando (Org.). **Sociologia da Educação**: análise internacional. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 447-456.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.

MULHERES DE TERREIRO, SUJEITAS DE INTERAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL

TERREIRO WOMEN, SUBJECT TO INTERACTION IN PUBLIC POLICIES IN RIO GRANDE DO SUL

MUJERES DE TERREIRO, SUJETAS A INTERACCIÓN EN LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE RIO GRANDE DO SUL

Janine “Nina Fola” Cunha¹

Resumo

Este artigo se refere à apresentação do projeto de pesquisa para dissertação de mestrado, o qual se dedica a um grupo de mulheres que tem permeado a história da cultura e identidade brasileira, nas linguagens artísticas, culinárias, habituais e políticas. Em tempos de democracia participativa, se projetaram na esfera pública, promovendo novas formulações e propostas de políticas públicas. Essas mulheres são as mulheres de axé, as mães de santo, as Cacicas de Umbanda – sendo estes os variados nomes que as identificam, muitas vezes pejorativamente na sociedade - e que aqui chamo de Mulheres de Terreiro. Neste contexto racista, sexista e classista, pouco poder elas têm para mostrar o que expressam de si, do lugar de onde pensam e falam e do que podem efetivamente colaborar nos espaços de poder, onde foram e são objetificadas. Esta complexa matriz interseccional de opressões, recai sobre estas mulheres, nos seus corpos carregados de memória ancestral e disserto pretendendo a aproximação com suas linguagens de resistência, notadamente criadas como alternativas de sobrevivência e a produção de pensamento político crítico com a prática no terreiro. O texto demarca que a subalternidade não impõe limites de agência entre estas mulheres que se projetam na esfera pública empoderadas de suas próprias verdades, alicerçadas pela ancestralidade - a cosmopolítica afro-brasileira.

Palavras-chave: Racismo religioso, sociologia política, cosmopolítica afro-brasileira

Abstract

This article refers to the presentation of the research project for the dissertation of is dedicated to a group of women that has permeated the history of Brazilian culture and identity, in artistic, culinary, habitual and political languages. In times of participatory democracy, they were projected in the public sphere, promoting new formulations and proposals of public policies. These women are the women of axé, the mothers of santo, the Cacicas de Umbanda - these being the various names that identify them, often

¹ Doutoranda no PPGS/UFRGS, e-mail: ninafola@gmail.com e ORCID nº 0000-0001-7153-3726.

pejoratively in society - and which I call here Terreiro Women. In this racist, sexist and classist context, they have little power to show what they express about themselves, where they think and speak from and what they can effectively collaborate in the spaces of power, where they were and are objectified. This complex intersectional matrix of oppressions falls on these women, in their bodies loaded with ancestral memory and a speech intending to get closer to their languages of resistance, notably created as alternatives for survival and the production of critical political thought with practice in the terreiro.

Keywords: Religious racism, political sociology, Afro-Brazilian cosmopolitics

Resumen

Este artículo se refiere a la presentación del proyecto de investigación para una tesis de maestría, que está dedicada a un grupo de mujeres que ha permeado la historia de la cultura e identidad brasileñas, en lenguajes artísticos, culinarios, habituales y políticos. En tiempos de democracia participativa, se proyectaron en la esfera pública, promoviendo nuevas formulaciones y propuestas de políticas públicas. Estas mujeres son las mujeres de axé, las madres del santo, las Caciccas de Umbanda -siendo estos los diversos nombres que las identifican, a menudo peyorativamente en sociedad- y a las que aquí llamo Mujeres de Terreiro. En este contexto racista, sexista y clasista, tienen poco poder para mostrar lo que expresan de sí mismos, desde dónde piensan y hablan y qué pueden colaborar efectivamente en los espacios de poder, dónde estuvieron y se objetivizan. Esta compleja matriz interseccional de opresiones recae sobre estas mujeres, en sus cuerpos cargados de memoria ancestral y una disertación que pretende acercarse a sus lenguajes de resistencia, creados notablemente como alternativas de supervivencia y producción de pensamiento político crítico con la práctica en el terreiro. El texto enfatiza que la subordinación no impone límites a la agencia entre estas mujeres que se proyectan en la esfera pública empoderadas por sus propias verdades, fundadas en la ascendencia: la cosmopolítica afrobrasileña.

Palabra clave: racismo religioso, sociología política, cosmopolítica afrobrasileña.

INTRODUÇÃO

Diante do olhar mais aguçado para a atuação das mulheres na política partidária e pública no Brasil, reflito: o que podem nos dizer as mulheres de terreiro que, dentro de uma classificação social de subalternidade, estão atuantes na ação política do povo de terreiro no estado do Rio Grande do Sul?

Visualizando o cenário brasileiro atual (desde 2016 se apresenta um desmantelamento político e das políticas públicas) mas que durante um período anterior de mais de uma década, cresceram e proporcionaram às brasileiras e

brasileiros uma maior fluência nos diálogos sobre inclusão, diversidade, igualdade, produção e implementação de políticas públicas². Afirmar-se que muitas destas personagens da vida cotidiana brasileira se fizeram protagonistas desta história, através da ferramenta do controle social, em grupos constituintes da população brasileira, das camadas ditas subalternas.

O grupo ao qual este trabalho se dedica, tem permeado toda a história de constituição da cultura e identidade brasileira (não diferentemente da identidade gaúcha), formando linguagens artísticas, culinárias, habituais e linguística para toda a sociedade, como afirma Lélia Gonzalez em seu texto *Racismo e sexismo na Cultura Brasileira* (GONZALEZ, 2019). Este grupo é o das mulheres do povo de terreiro, mulheres de axé, mães de santo, cacicais de umbanda, Iyás, Mametos e Guaiacus (termos do candomblé keto, banto e jêje em suas línguas respectivas).

Mesmo podendo afirmar que estas mulheres são e estão presentes há séculos na historiografia e sociologia brasileira³ (CUNHA, 2018), estas pouco ou quase nada puderam expressar de si, de seu lugar de onde pensam e falam e do que podem efetiva e conscientemente colaborar como construtoras sociais da sociedade brasileira nos espaços de poder. Isso se dá por conta da classificação social as quais elas foram submetidas durante a escravização e após a abolição no Brasil - marcos históricos, sociais e políticos regidos pela força colonial e, consequentemente, pela colonialidade que mantém resquícios que perduram na atualidade.

Tenta-se apreender o que estas mulheres produziram e produzem como pensamento social e político, numa episteme deste lugar de Mulher de Terreiro⁴, que interage com as ações de controle social e protagoniza ações coletivas em defesas de direitos de suas comunidades e de seu Povo. Este protagonismo possibilita inclusive a elaboração de políticas públicas com o Estado.

² Podemos citar diversas políticas que foram instituídas nos governos federais de maior participação popular e mais precisamente com a participação dos movimentos negros desde 2003, tais como: a SEPPIR - Secretaria Especial de Promoção das Políticas de Igualdade Racial (Decreto nº 5.197 de 27.08.2004); PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PORTARIA Nº 992, de 13 de Maio de 2009), Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), entre outras.

³ Em meu trabalho de conclusão de Curso, relato a grande contribuição desde o início do século passado das Iyalorixas em debates sobre as culturas negras e o patrimônio cultural afro-brasileiro.

⁴ Usei este termo enquanto termo de pesquisa e não de denominar as sujeitas, propondo uma construção em coletivo com a pesquisadora.

Dito isso, parece fazer sentido observar quais são as inscrições de resistências destas mulheres na esfera pública e como isso se reverte na preservação cultural, moral e corporal das pessoas com as quais elas interagem cotidianamente, considerando localizações sociais, econômicas e geopolítica dos seus terreiros, mapeando possíveis situações de marginalidade, vulnerabilidade social e/ou desprivilégios.

POVO DE TERREIRO NO CONTEXTO BRASILEIRO E GAÚCHO

Foram trazidos mais de 5 milhões⁵ de pessoas africanas em regime de escravidão. Durante todos estes anos (mais de 3 séculos), as pessoas escravizadas articularam diversas formas de resistir ao cativeiro, às violências e ao processo de colonização que tinha como principal objetivo desconfigurar as identidades negras e indígenas, determinadas subalternas, gerando a desumanização destes e a dominação.

Muitos movimentos de resistência aconteceram/acontecem durante esta longa história e foram/são realizados com o intento de possibilitar ao povo negro uma vida digna, livre e humana - os movimentos de guerrilha, movimentos literários, movimentos partidários, movimentos de negação ao legado negro, movimentos religiosos e artísticos, movimentos individuais e comunitários, movimentos de silenciamentos, fuga e aquilombamentos, movimentos de integração com a população indígena, revoltas urbanas e de enfrentamento corporal de lutas, movimentos de morte e de vida - as revoltas dos Malês, Balaiada, Cabanada, isso para citar as mais conhecidas, são exemplos de revoltas negras; as irmandades religiosas foram espaços de promoção de liberdade, sem contar com ações individualizadas desenvolvidas para sobreviver e/ou fugir. Considera-se movimentos qualquer ação coletiva que negaram/negam radicalmente a escravidão e configuraram/configuram uma postura de resistência, amalgamando uma expertise no fazer político que parte da real situação social, da necessidade de criação de reconfigurações culturais,

⁵ Pesquisadores de universidades do Brasil, Estados Unidos e Inglaterra concluíram que o número de escravizados trazidos para o Brasil é maior do que se estimava. Segundo os dados, que podem ser encontrados no site www.slavevoyages.org. No total, barcos com bandeira de Portugal/ Brasil chegaram a transportar 5,8 milhões de escravizados. Fonte Site Correio Nagô: www.correionago.com.br. Acesso em 20/12/2017

religiosas, familiares e sociais dos negros e negras nos regimes de escravidão rural ou urbana, de liberdade no período pós-abolição e de vulnerabilidade social e vital da contemporaneidade.

Esta memória das e dos negros no Brasil é uma historiografia de mais de 450 anos de luta e resistência. Uma luta ancestral, cheia de atributos civilizatórios de um povo que viveu e, por consequência, vive uma permanente desigualdade, estabelecendo-se numa condição de subalternidade social, permeada de saberes baseados nesta sobrevivência que, por conta da opressão, a baixa autoestima é estimulada (GONZALEZ, 2019).

Esta subjetividade fragilizada da população negra, como efeito do processo de racismo de todas as ordens, fez com que muitas pessoas negras passassem por um processo de distanciamento cultural da matriz africana, assimilando o entendimento de menor valia sobre as suas heranças. Como nos ajuda Neusa Santos Souza que diz que:

O negro que se empenha na conquista da ascensão social paga o preço do massacre mais ou menos dramático de sua identidade. Afastado de seus valores originais, representados fundamentalmente por sua herança religiosa, o negro tomou o branco como modelo de identificação como única possibilidade de “tornar-se gente” (SANTOS, 1983, pg.18, grifos da autora).

Neste caminho, o processo de distanciamento e de desconhecimento dos saberes, muitas das vezes, provocou alguns apagamentos no fazer da resistência. Um dos maiores destes apagamentos seria a crença de que o conhecimento da matriz africana não fosse uma episteme, gerando a morte do conhecimento, o epistemicídio, como assim descreve Santos e Menezes,

[...] ao longo da modernidade, a produção do conhecimento científico foi configurada por um único modelo epistemológico, como se o mundo fosse monocultural, que descontextualizou o conhecimento e impediu a emergência de outras formas de saber não redutíveis a esse paradigma. Assistiu-se, assim, a uma espécie de epistemicídio, ou seja, à destruição de algumas formas de saber locais, à inferiorização de outros, desperdiçando-se, em nome dos desígnios do colonialismo, a riqueza de perspectivas presente na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas. (SANTOS e MENESES, 2009, pg.183)

O processo de epistemicídio, portanto é sem dúvida, uma das maiores violências que a população negra na diáspora pode ter sofrido, para além do genocídio

e das violências mórbidas e torturantes contra os seus corpos, que ocorrem atualmente. Homens e mulheres, negros e negras, nesta história que não foi contada por eles, passaram por processos longos e dolorosos de tentativa de invisibilidade. Suas práticas resistentes, lógicas outras de permanência material e imaterial, são ainda supostamente investigadas por olhares colonizadores e/ou perpassados pelos processos da colonialidade, os quais corroboram na continuidade do racismo epistêmico e o eurocentrismo.

O recorte de gênero em pauta exacerba a potencialidade de existência e resistência do povo de terreiro, histórica e socialmente liderada, em suas comunidades, pelas mulheres. Quer-se destacar o outro radical ou como diz Grada Kilomba (2010) o “outro do outro”, qualificando o protagonismo da postura feminina - dialogando com diversos conceitos cunhados pelo feminismo, e dialogando com o sexismo/machismo/racismos - institucional e religioso - e tantas outras formas de discriminação e opressão.

A partir dos estudos pós-coloniais, principalmente influenciada por Franz Fanon em *Pele Negra, Máscaras brancas* (FANON, 2008) que, descreve o que na grande cruzada capitalista foi o processo colonial de impressão na figura objetificada do outro a partir da alteridade do Eu único, é que se baseia esta proposta de estudo (que se entende inicial e que não se finda neste texto).

O Outro é aquele ser que foi encontrado em terras aborígenes, e que teve de ser identificado pelo colonizador e seguidamente constituir-se. Nesse outro é que basearei a perspectiva epistemológica da pesquisa, invertendo essa lógica teórica, interpelando este dito outro, no caso outras que, por conseguinte, fornecerão modos potentes de pensamentos e categorias epistemológicas que partem deste ponto de vista.

Simone de Beauvoir em sua literatura, cunhará o conceito de Outro, afirmando que a relação que os homens mantêm com as mulheres é de dominação e submissão e, a partir desta produção intelectual - o outro beauvoriano -, o feminismo hegemônico, em muitos estudos, entende as mulheres como o outro do ser hegemônico – homem, branco e europeu, como nos revela Oyewumi Oyeronke (2004). Com isso, podemos afirmar que todas as mulheres sofreram processualmente violência no período colonial. Em se tratando das mulheres colonizadas e racializadas (CRENSHAW,

2002) - negras e indígenas - as passíveis de escravização, a opressão, além da patriarcal e racial, se deu inclusive provocada pelas mulheres colonizadoras. Demonstra-se aqui existências de uma alteridade radical, ou em outras palavras: o outro do outro (KILOMBA, 2010).

As mulheres de terreiro são as mantenedoras da matriz civilizatória do conhecimento afro diaspórico (RIBEIRO, 2020) e brasileiro, e irão compor a descrição da existência negra em ações de afirmação, de sistemas de sobrevivência e resistência e de relações de variadas complexidades desenvolvidas inclusive no contexto do estado do Rio Grande do Sul, dialogando assim com a filósofa e conterrânea Katiúscia Ribeiro que diz que as mulheres são a

força para gerir e gestar a vida e gerir e gestar as organizações ancestrais, sociais, econômicas e políticas de um povo assumindo o papel de matrizeradoras e matrizeradoras de uma comunidade (RIBEIRO, 2020, pg, 38).

Este “ativismo de resistência” se demonstra no comportamento cotidiano, nas subjetividades e transcendências, nos modos de ressignificação das tradições das matrizes africanas e nas interpretações culturais de acordo com o universo político, da fauna e flora peculiares e particulares dos locais onde se estabeleceram estas pessoas.

As mulheres de terreiro assumiram um espaço único de formação nesta sociedade racista, “mesmo que disfarçado” (GONZALEZ, 2019), onde também foram assimiladas pelo mito de democracia racial. Essas mulheres resistem até os dias de hoje preservando em seus corpos a memória ancestral dos seus antepassados, mesmo expondo-se, ou sendo expostas cotidianamente por um aparato de violências, e ressignificando em linguagens de resistência um arcabouço de alternativas de sobrevivência e produção de um pensamento que subverte a lógica genocida brancaheteronormativa⁶; com uma episteme concentrada na prática do axé, na pedagogia do terreiro, da ancestralidade, da orixalidade, da filosofia Ubuntu, da comunidade e seus valores civilizatórios de matrizes africanas.

⁶ Heteronormatividade é um termo usado para descrever situações nas quais orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, ignoradas ou perseguidas por práticas sociais, crenças ou políticas. Inseri aqui o termo branco numa tentativa de racializar de onde vem esta normativa, importante quando discutimos interseccionalidades.

A busca está no aprendizado concentrado sobre o que as mulheres de terreiro produziram e produzem como pensamento social e político, considerando como uma episteme deste lugar, que interage e protagoniza ações coletivas em defesa de direitos de suas comunidades e seu Povo, rompendo barreiras na esfera pública.

Metodologicamente, o grande desafio - além de observar e problematizar quais as inscrições de resistências destas mulheres na esfera pública e como isso se reverte na preservação cultural, moral e corporal das pessoas com as quais elas interagem - foi o de saber como analisar, escolher e problematizar os espaços de ação política e controle social em que as mulheres de terreiro operam e quais os efeitos⁷ causados por esta presença. Além disso, verificar quais as percepções sobre gênero e política compreendida pelas mulheres de terreiro e como estão postas ao servir como base para a potente tomada de decisões.

Sabendo-se que não há uma relação simétrica - nos campos político, econômico e social - entre mulheres e homens, negros e brancos, católicos/evangélicos e umbandistas/batuqueiros⁸, o que sustenta o potencial político das Mulheres de Terreiro, majoritariamente negras, na esfera pública do estado do RS, é o seu conhecimento/pertencimento ancestral, filosófico e político. Como pode-se afirmar isso? Principalmente pela necessidade de representação e afirmação no espaço público, mesmo ressaltados os contrastes de lógicas políticas, mesmo forçando elaborações que causam uma ruptura epistemológica, pois são elaborados a partir da experiência da Mulher de Terreiro. Os terreiros, como afirma Muniz Sodré,

[...] além de se constituírem como focos de resistência territorial, física, mental e familiar negra, também funcionam como pólos de difusão de informações e trocas de saberes que, muitas vezes, não são reconhecidos pela classe dominante (SODRÉ, 1988, pg 40).

Há um entendimento, por parte das diversas leituras sobre o tema, dos limites possíveis de atuação e de que as normas impostas deveriam ser “dribladas” pelo conjunto do Povo de Terreiro, a fim de que os objetivos de igualdade de direitos fossem cumpridos. Por meio da ancestralidade negro-africana, durante todos estes

⁷ Efeitos transruptivos, segundo Stuart Hall, onde citarei mais tarde.

⁸ Denominação ao Povo de Terreiro, praticantes das religiões de matriz africana concentrados no RS.

séculos, foi possível ao Povo de Terreiro se compor de formas organizativas, que souberam imputar uma filosofia política em prol de sua coletividade⁹.

Muitos trabalhos foram produzidos sobre terreiros no Brasil, principalmente desde o século passado. Nesta pesquisa foi escolhido, para referenciá-lo, os que trouxessem a perspectiva da sociologia política pós-colonial, entrecruzando com o que se tem sobre o povo de terreiro no Brasil, no que tange a formulação e controle social de políticas públicas, assim como os debates sobre feminismos negros. Além disso, a demarcação geográfica no Rio Grande do Sul ainda precisa contar como fator importante, pois culturalmente não é entendido como um estado de presença negra, pois a história do negro no estado é desconhecida, pois como disseram Silva e Santos, “ainda há pouca disponibilidade de bibliografia sobre a temática da história, cultura e educação do negro no Rio Grande do Sul” (SILVA e SANTOS, 2010, pg. 12).

Os efeitos necessários e as proposições pelo povo de terreiro demonstram formas outras de fazer política, assim como se propõe a pensar humanidades, contrapondo aos paradigmas imputados na política a partir de grandes tratados, que tentam estabelecer espaços de hegemonia do poder estabilizado. Assim, se constroem argumentos a partir de uma episteme pelos intelectuais¹⁰ que se dedicam ao tema. Numa intenção de dialogar com todas estas revisões e apresentar respostas teórico-práticas para o problema de pesquisa, a filosofia política afro-brasileira (ANJOS, 2009) será explorada em suas dimensões de: *concepção de pessoa versus sujeito político e consequências político-filosóficas versus o multiculturalismo brasileiro*. Dois diálogos de tensão entre epistemes e que aproxima teoricamente ao objeto empírico em pesquisa, demarcando mais uma vez a pertinência filosófica da episteme do pensamento das Mulheres de Terreiro.

Na primeira dimensão entramos no impasse de discussão sobre a alteridade ocidental¹¹ - que dialoga com a perspectiva do Eu branco-ocidental individualizado,

⁹ Grifo meu, relativo à valores civilizatórios de matriz africana, segundo a autora Izoilda Trindade (TRINDADE, 2005).

¹⁰ Intelectuais acadêmicos/as e não, considerando principalmente que neste trabalho o local da intelectualidade será o das Mulheres de Terreiro.

¹¹ Segundo Rafael José dos Santos é “o elogio do primitivo e do exótico e integra, portanto, um movimento que institui uma alteridade, posicionando-lhe com os atributos não-europeus. Mesmo que inserido em uma fala a favor do outro – como, de resto, muito do que a Antropologia construiu mesmo depois de superados os paradigmas evolucionistas e deterministas –, gostaria de sublinhar a dimensão

sujeito unificado *versus* a identidade do Eu múltiplo de identidades, desterritorializado, diaspórico, movimentado pela ancestralidade e pela ligação material e imaterial com divindades que norteiam o pensar/agir do povo de terreiro.

Portanto, a filosofia política afro-brasileira (ANJOS, 2009), é onde se fundamenta a concepção de cosmopolítica¹² para descrever o fazer político do povo de terreiro e seu devir no espaço público, num processo de afirmação. Esta filosofia, vinculada ao modo afro-brasileiro de trabalhar as diferenças, explora a concepção de pessoa que pode contrapor à noção usual do sujeito político (aqui no caso o ocidental) e de rediscutir o significado do multiculturalismo no Brasil.

Assim, os valores civilizatórios de matriz africana (TRINDADE, 2005; e OLIVEIRA, 2003) ou o pensamento nagô (SODRÉ, 2017) - onde a filosofia africana é desenvolvida a partir do rearranjo dos povos africanos na diáspora que coletivizam e implantam um sistema de civilidade - são estruturantes para referendar a pesquisa. Nas comunidades de terreiro, onde se substanciam todas as práticas das Mulheres de Terreiro, o Eu é desterritorializado de identidades, múltiplo e residual, manifestando-se em uma filosofia de identidade na prática. E nesta prática, a pesquisa pretende realçar a diferença no fazer político do Povo de Terreiro, inclusive diante dos movimentos sociais negros “tradicionais”. Aqui o outro radical (citado anteriormente) será eixo de discussão e de desmantelamento de paradigmas da colonialidade.

A segunda dimensão pautar-se-á em detrimento aos conceitos de multiculturalismo, valores filosóficos e políticos que dinamizam e orientam cada ato na potência de enfrentamento nas arenas políticas. O protagonismo e ação das mulheres de terreiro, neste contexto, demarcará questionamentos sobre o que se constrói como feminismo, relacionado ao protagonismo feminino, que é diuturnamente atravessado por outras forças de gênero, através da orixalidade, e também como saída para a individualidade da mulher e sua projeção para o alcance de êxitos em lutas pela coletividade, focando na possibilidade de enegrecer o feminismo (CARNEIRO, 2011).

do assujeitamento da alteridade, exotizando-a, o que instituiu, inclusive, certo gosto estético pelo exótico” (SANTOS, 2013,pg 641).

¹² Segundo dos Anjos, a religiosidade afro-brasileira constrói uma filosofia política da diferença, próxima ao multiculturalismo e o multinaturalismo, e esta tendência antropológica pretende servir como “espaço de ressonância” para essa filosofia política invisibilizada. A conclusão, que faz que o trabalho antropológico transcende a esterilidade acadêmica para ser proposição política, onde “existe a possibilidade de uma filosofia política alternativa para a política atual de pacto entre raças” (ANJOS, 2006)

Em outras palavras, as de Lélia Gonzales, artigo:

Para nós, mulheres e homens negros. Nosso compromisso, portanto, é no sentido de que a sociedade brasileira, refletindo sobre a situação do segmento negro que faz parte dela (ocupando, portanto, todos os espaços possíveis para que isso aconteça) pode se transformar em si mesma e reconhecer, em suas contradições internas, as profundas desigualdades raciais que a caracterizam (GONZALEZ & HASENBALG, 1982, pg. 54)

A autora apresenta para a pesquisa subsídios suficientes para que dentro do universo do axé, do povo de terreiro, se entenda nesta luta de libertação com seus próprios princípios e cosmossensações¹³ (OYEWUMI, 2017) a garantia de cumprimento com o compromisso de liberdade. Também denuncia a perpetuação do racismo como fonte de manutenção das desigualdades que podem ser entendidas simplesmente como sociais. Mas além disso, Lélia Gonzalez (2018) reforça a agência negra frente às opressões e sua permanente intencionalidade em mudanças da sociedade brasileira, numa perspectiva afrocentrada (ASANTE, 2003).

Luiza Bairros (1995), no texto “Nossos feminismos revisitados”, ressalta que não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas. Com isso, sensibiliza o pensar que, no caso da mulher de terreiro, dentro da relação com o racismo, dentro da relação com o feminismo genérico branco¹⁴, apresenta particularidades atravessadas por outras questões, tão importantes quanto e que fazem da luta destas mulheres particularmente importante, condizente com a realidade e produtora de saber único e transformador. E que, do ponto de vista da reflexão e da ação política, uma não existe sem a outra. Como afirma Luiza Bairros que diz mais:

[...] estas diferentes formas de experiências de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras (BAIROS, 1995, pg 461)

Luiza Bairros registra contundentemente a potência social que é este grupo das Mulheres de Terreiro e, no mesmo artigo a pensadora finaliza:

¹³ Conforme a autora, que pesquisa a sociedade iorubá, a realidade não é experimentada somente através do sentido da visão, mas articula e inclui todos os sentidos.

¹⁴ Há aqui a necessidade de racializar o espaço da branquitude.

No limite, essa marginalidade peculiar é que estimula um ponto de vista especial da mulher negra (permitindo) uma visão distinta das contradições nas ações ideológicas do grupo dominante. A grande tarefa é potencializá-la afirmativamente através da reflexão e da ação política. (BAIROS, 1995, pg. 463)

Como venho afirmando neste texto é que o potencial das mulheres de terreiro é latente: desafiam o espaço político público, se inserem na imagem corporificada da subalternidade, tomam a palavra nesta condição e, paulatinamente, se observarmos o avanço nas políticas públicas, vencem as barreiras do silenciamento. Sobre esta potência empírica a pesquisa se debruça para se substancializar em desenvolver sistematicamente uma escrita capaz de traduzir sensivelmente o melhor do que pode ser compreendido, achando os motivadores/impulsionadores desta projeção.

Mesmo reconhecendo que há muito o que se batalhar e vencer no que tange a garantia de direitos e a conquistas de políticas afirmativas e compensatórias, a experiência destas mulheres e as suas propostas, sem dúvida, são exemplares na construção desta desejada sociedade multicultural e diversa, sob olhares de políticas públicas contra as desigualdades sociais, espaços políticos e representação partidária, legislativa, judiciária, executiva e outros.

A discussão de conhecimentos ancestrais de matriz africana, luta de mulheres e racismo se estruturam com os argumentos para que o desenvolvimento da pesquisa seja possível. As abordagens destas escritoras, que produziram seus conteúdos nos últimos 30 anos, majoritariamente não foram focadas nas Mulheres de Terreiro de forma contundente¹⁵ principalmente no estado do Rio Grande do Sul, principalmente porque a população negra é em menor número (aproximadamente em torno de 18% de pretos e pardos, segundo último censo demográfico de 2010 IBGE) e onde a invisibilidade da cultura afro em geral é enorme em relação ao Brasil todo e se estrutura com grande carga de machismo em sua sociedade, muito fundada por sua cultura tradicional.

Busca-se então referenciais como Sueli Carneiro (2005) e Luiza Bairos (1995), para contribuírem na discussão sobre o saber e como este deve ser articulado pelos

¹⁵ Pelo que pesquisei, este tema ocupa locais de aculturação muito forte e não carregado de status filosófico e central na discussão sobre mulheres de terreiro, no contexto mulheres negras.

pesquisadores e pesquisadoras comprometidas com o fortalecimento do conhecimento ancestral da matriz africana.

Sueli Carneiro em sua tese de doutorado denuncia, a partir do conceito de epistemicídio colocado por Boaventura de Souza Santos, o que se constituiu e constitui num dos instrumentos mais eficazes e duradouros da dominação étnica/racial, pela negação da legitimidade das formas de conhecimento produzido pelos dominados e seus membros. Porém a autora, ampliando o conceito e o debate, diz que:

Para nós, porém, o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes. E, ao fazê-lo, destitui-lhe a razão, a condição para alcançar o conhecimento “legítimo” ou legitimado. Por isso o epistemicídio fere de morte a racionalidade do subjugado ou a sequestra, mutila a capacidade de aprender etc. (CARNEIRO, 2005, pg.97)

Resumidamente, Sueli Carneiro (2005) comporta em um parágrafo o enfrentamento possível que o povo de terreiro se coloca na esfera pública, cotidianamente, onde é sabedor, mesmo que empiricamente, sobre este “processo persistente de produção da “indigência cultural”. Diante disso está a grande chave, como neste jogo de consciência se estabelece essa “resistência negra” em sua mais ampla concepção.

Para além das questões propostas pelos conceitos respectivos de racismo à brasileira de Lélia Gonzalez (1988) e de epistemicídio de Sueli Carneiro (2005), as mulheres de terreiro são atravessadas por questões outras que complexificam a situação deste grupo. Esta complexidade, estes vários sistemas de opressão podem ser vistos como associação de sistemas múltiplos de subordinação e têm sido descritos de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, dupla ou tripla discriminação ou interseccionalidade. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação

entre dois ou mais eixos da subordinação, onde envolvem raça e gênero primordialmente. Em outras palavras, as da autora do conceito podemos entender que

[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento. (CRENSHAW, 2002. pg. 178)

Kimberlé Crenshaw (2002) afirma então que as mulheres racializadas, são objetos da interseccionalidade de opressões, sendo essa uma concepção metafórica que se possibilita ampliar na observação da experiência das Mulheres de Terreiro, que são atravessadas pelo eixo religioso/tradicional.

Outrossim, podemos capturar a “natureza interligada de opressão”, tratado por Patrícia Hill Collins (2018), que numa análise holística da opressão, considera esta natureza significativa e muda o ponto de vista para que se visualize quais são os elos de sistemas de opressão, sem hierarquizá-los e numa perspectiva humanista para a organização da sociedade.

Esta experiência, de mulheres de diversas origens sociais e raciais, potencializa amplamente o olhar de como esta situação de vida e vivência pode contribuir para o entendimento potente de sobrevivência e preservação filosófica e cultural que é concentrado nas comunidades de terreiro, nas atividades litúrgicas e culturais, assim como na projeção na esfera pública, através da luta por direitos e políticas públicas, constituindo-se como uma episteme política.

Portanto, a perspectiva da encruzilhada é um importante olhar conceitual sobre o que tange as diversas opressões, e se estrutura dentro da perspectiva da pesquisa como um suporte potente de metodologia na formulação das ciências sociais. Sobre este conceito, Leila Martins diz que,

A cultura negra também é, epistemologicamente, o lugar das encruzilhadas. O tecido cultural brasileiro, por exemplo, deriva-se dos cruzamentos de diferentes culturas e sistemas simbólicos [...] Na tentativa de melhor apreender a variedade dinâmica desses processos de trânsito sócio, interações e intersecções, utilizo-me do termo encruzilhada como uma chave teórica que nos permite clivar algumas das formas e constructos que daí emergem. A noção de encruzilhada, utilizada como operador conceitual, oferecemos a possibilidade de interpretação do trânsito sistêmico e epistêmico que emerge dos processos inter e transculturais, nos quais se

confrontam e se entrecruzam, nem sempre amistosamente, práticas performáticas, concepções e cosmovisões, princípios filosóficos e metafísicos, saberes diversos, enfim. (MARTINS, 1997, pg.69)

Gênero e política são temas fortes e presentes na atualidade nos espaços acadêmicos, principalmente quando o assunto é a inserção de mulheres negras. Depois do assassinato da vereadora da cidade capital do Rio de Janeiro, Marielle Franco - socióloga, favelada, negra, lésbica e de terreiro - que, sem dúvida alguma, por questões de sua identidade, seu comprometimento com as comunidades similares à sua origem e que a elegeu, desempenhava duras críticas sociais municiadas pela sua experiência como vivenciadora da matriz africana. Ela, mesmo suportando seus vários eixos de opressão, rompeu estruturas e chegou a um espaço de poder eminentemente masculino, burguês e branco que lhe custou a vida devido à forma com que ela impôs seu corpo e sua fala – sua afrografia.

Além disso, com o assassinato de Marielle Franco, os entendimentos sobre este corpo que fala foram muitos: um deles foi pensar que certamente é muito mais difícil matar um corpo branco e macho neste contexto. Um corpo negro e feminino, está numa outra lógica social, principalmente se este corpo carregar identidades vilipendiadas pelas culturas ditas hegemônicas, como o lesbianismo e a intelectualidade reflexiva feminina.

Pretendo entender - mesmo fazendo todas estas considerações sobre as adversidades teóricas, históricas e empíricas -, que também há no Rio Grande do Sul um contingente de Mulheres de Terreiro em atividades políticas, direcionadas e comprometidas com suas comunidades e estas são potencialmente exemplares em suas criativas atitudes de rompimento de entraves, sendo corpos-encruzilhada de conhecimento sobre os ditos saberes e fazeres subalternos e promovem uma lógica amplamente humanista para o fazer político institucional e profissional.

Estas mulheres dão possibilidades de resposta, de encontro; ao entenderem o que mobilizam, promovem, com intensidade e potência, a possibilidade de protagonizar e coletivamente representar, nos espaços possíveis, as comunidades de terreiros na busca por seus direitos civis e políticos; atuar na promoção e produção de políticas públicas para a promoção da redução de iniquidades.

Este lugar é, axiologicamente, o lugar de representação, o lugar de coletividade e o lugar de condicionamento para a busca, seja de que gênero for. E, não podemos negar que a luta das mulheres é secular.

O feminismo, como é conhecido pela grande maioria das pessoas, é uma proposta filosófica e prática na busca de igualdade de direitos entre homens e mulheres e é um entendimento dentro da perspectiva eurocentrada, erguida nos pilares da família patriarcal, na subordinação privada das mulheres como esposas, na maternidade atrelada a uma relação com um homem e, portanto a uma família nuclear (OYEWUMI, 2017).

Esta é a concepção de mulher universalizada pela colonialidade e esta deve ser questionada e revista, pois as mulheres negras, mulheres de terreiros (que praticam o ethos e o devir negro, onde esta lógica não é tradicionalmente assim colocada) não se dimensionam por tais categorias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha missão dentro da academia é a de contribuir de forma verdadeira e próxima, descolonizada e centrada na africanidade que o tema carrega, potencializando a realizar pesquisa e, por conseguinte, a escrita carregada de compromisso, honra e riqueza herdada pela ancestralidade que rege o povo de terreiro do qual também faço parte. Então, considero importante a tentativa de responder questões que surgem para que se dê as investigações, tais como:

- No que as mulheres de terreiro contribuíram, contribuem e/ou podem contribuir para o fortalecimento do feminismo negro brasileiro?
- Que possibilidades de fala/escuta as mulheres de terreiro promovem em suas dinâmicas políticas e comunitárias?

A visão deste trabalho de pesquisa é investir numa escrita na sociologia política, usando esta pesquisa como base e exemplo de propostas emergentes e urgentes de câmbio entre conhecimentos sócio-políticos com protagonismos outros de atuação. Inscrição de lugares potentes de inserção de sujeitos que desequilibram a perspectiva das ciências humanas, principalmente a alteridade cartesiana.

Potencializar o lugar de falas que se coletivizam e imprimem afrografias, valores civilizatórios de matriz africana calcados na ancestralidade e complementaridade na política.

Por fim, este texto é relato de um processo de pesquisa bibliográfica e empírica e que tem como objetivo a construção de uma dissertação de mestrado, onde evidencia a presença das mulheres de terreiro no estado do Rio Grande do Sul. Sendo este o meu estado de origem e de onde potencializo a presença negra secular invisibilizada historicamente.

REFERÊNCIAS

ANJOS, José Carlos dos. **No território da linha cruzada: a cosmopolítica afrobrasileira**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação Cultural Palmares, 2006.

_____. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. Porto Alegre: **Debates do NER**, Nº 9, N. 13, P. 77-96, JAN./JUN, 2008

ASANTE, Molefi Kete. **Afrocentricity: The Theory of social change** (revised and expanded). Chicago: African American Images, 2003.

BAIRROS, Luiza. Nossos Feminismos revisitados. **Periódicos UFSC**, pp. 458-463. Florianópolis, 1995.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Tese (doutorado). 339p. São Paulo, 2005.

_____. **Escritos de uma vida**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, vol.31, n.1. 2016, pp. 99-127.

_____. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, 2002, pp.142-159.

FANON, Franz. **Pele negra máscaras brancas**. EDUFBA, 2008

GONZALEZ, Lélia. **Primavera para as rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa**. Diáspora Africana, 2018.

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1 ed. Rio de Janeiro. Cobogó, 2019

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da Memória**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

OLIVEIRA, Eduardo David de. **Cosmovisão Africana no Brasil: Elementos para uma Filosofia Afrodescendente** - Fortaleza, CE: L. C. R., 2003.

OYĚWÙMÍ, Oyeronkè. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: **CODESRIA Gender Series**, Volume 1, p. 1-8. Dakar: CODESRIA, 2004.

RIBEIRO, Katiúscia. Mulheres negras e a força comunitária - a contribuição feminina nos territórios tradicionais estabelece a condição de estar em igualdade de direitos. **Revista Cult - Dossiê Filosofia e Macumba**, edição 254, ano 23. pg 38-40, Fevereiro, 2020

SANTOS, Boaventura de Souza, MENESES, Maria Paula (orgs). **Epistemologias do Sul**. Coimbra, Almedina. 2009

SANTOS, Rafael José. O 'Étnico' e o 'Exótico': Notas Sobre a Representação Ocidental da Alteridade. **Revista Rosa dos Ventos**, V. 5, Nº 4, p. 635-643, out-dez, 2013

SILVA, G.F.; SANTOS, J.A. & CARNEIRO, L.C.C. (Org.). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento** 2. ed. rev. e ampl. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Vozes, 2017.

TRINDADE, Azoilda. Valores civilizatórios afro-brasileiros na educação. Programa 2. **Revista A cor da Cultura**, Rio de Janeiro, Futura, 2005.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.

A POLÍTICA DE DROGAS NA MÍDIA: AGENTES E ARGUMENTOS PRESENTES NO JORNAL ZERO HORA DE 2003 A 2016¹

DRUG POLICY IN THE MEDIA: AGENTS AND ARGUMENTS PRESENTED AT JORNAL ZERO HORA FROM 2003 TO 2016

POLÍTICA DE DROGAS EN LOS MEDIOS: AGENTES Y ARGUMENTOS PRESENTES EN EL DIARIO ZERO HORA DE 2003 HASTA 2016

Cristiano Nicola Ferreira²

Resumo

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em 2003, era esperado uma ampliação de oportunidades políticas para atores e propostas voltados à alteração da lógica proibicionista predominante na política de drogas brasileira. Tal alteração, no entanto, não ocorreu. Neste sentido, o artigo busca contribuir com a discussão sobre os motivos da não alteração da lógica proibicionista identificando os principais agentes que fizeram o debate sobre a Política de Drogas na mídia; verificando quais foram os argumentos mais mobilizados para defenderem suas posições; e, por fim, identificando se a mídia deu ou não mais espaço para o movimento proibicionista. Para realizar a pesquisa, foram coletados no acervo do Jornal Zero Hora, todas as reportagens sobre a temática das drogas, no período de 2003 a 2016. Esses arquivos foram lidos e categorizados com o auxílio do software de análise qualitativa de dados NVivo. O estudo mostra que teve um aumento do interesse sobre a temática ao longo dos anos; que a inserção de agentes como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso abriu portas para o aumento da presença da coalizão antiproibicionista na mídia; que houve uma mudança no discurso da coalizão proibicionista após 2011, quando ela começou a usar argumento da saúde pública para justificar a necessidade do proibicionismo.

¹ Agradeço às sugestões das/dos editoras/res da Revista Contraponto UFRGS e, especialmente, aos comentários e sugestões do professor dr. Marcelo Kunrath Silva, que muito contribuíram à construção e elaboração do texto. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa - UFRGS - Brasil.

² Graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e integrante do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE-UFRGS). E-mail: nicolaferreira.cristiano@gmail.com.

Palavras-Chave: Movimentos Sociais; Antiproibicionismo; Proibicionismo; Política de Drogas; Mídia.

Abstract

With the rise of the Partido dos Trabalhadores (PT) to power in 2003, an expansion of political opportunities for actors and proposals aimed at changing the prevailing prohibitionist logic in Brazilian drug policy was expected. Such a change, however, did not occur. In this sense, the article seeks to contribute to the discussion on the reasons for not changing the prohibitionist logic, identifying the main agents that made the debate on the Drug Policy in the media; verifying which were the most mobilized arguments to defend their positions; and, finally, identifying whether or not the media gave more space to the prohibitionist movement? To carry out the research, all reports on the theme of drugs were collected from the collection of Jornal Zero Hora, from 2003 to 2016. These files were read and categorized with the aid of NVivo qualitative data analysis software. The study shows that there has been an increase in interest on the subject over the years; that the insertion of agents such as ex-president Fernando Henrique Cardoso opened doors for the increased presence of the anti-prohibitionist coalition in the media; that there was a change in the speech of the prohibitionist coalition after 2011, when it began to use the public health argument to justify the need for prohibitionism.

Keywords: Social Movements; Antiprohibitionism; Prohibitionism; Drug Policy; Media.

Resumen

Con el ascenso del Partido dos Trabalhadores (PT) al gobierno federal en 2003, se esperaba una expansión de oportunidades políticas para los actores y propuestas destinadas a cambiar la lógica prohibicionista imperante en la política de drogas brasileña. Sin embargo, tal cambio no se produjo. En este sentido, el artículo busca contribuir a la discusión sobre las razones para no cambiar la lógica prohibicionista, identificando los principales agentes que hicieron el debate sobre la Política de Drogas en los medios de comunicación; verificar cuáles fueron los argumentos más movilizados para defender sus posiciones; y, finalmente, identificar si los medios le dieron más espacio al movimiento prohibicionista o no. Para llevar a cabo la investigación, todos los informes sobre el tema de las drogas se recolectaron de la colección del diario Zero Hora de 2003 hasta 2016. Estos archivos fueron leídos y categorizados con la ayuda del software de análisis de datos cualitativos NVivo. El estudio muestra que ha habido un aumento en el interés por el tema a lo largo de los años; que la inserción de agentes como el ex-presidente Fernando Henrique Cardoso abrió las puertas para una mayor presencia de la coalición anti-prohibicionista en los

medios de comunicación; que hubo un cambio en el discurso de la coalición prohibicionista después de 2011, cuando comenzó a utilizar el argumento de la salud pública para justificar la necesidad del prohibicionismo.

Palabras clave: Movimientos sociales; Antiprohibicionismo; Prohibicionismo; Política de Drogas; Medios de comunicación.

INTRODUÇÃO

A dicotomia entre o proibicionismo e a legalização das drogas ocupa boa parte do debate teórico, da mídia e dos agentes políticos no plano mundial. Essas questões são abordadas em diversas perspectivas, tais como pelo viés econômico e pelo ângulo da saúde ou segurança públicas (LUNARDON, 2015). Os usos de substâncias consideradas alteradoras de consciência se confundem com o desenvolvimento da humanidade como a conhecemos, enquanto o proibicionismo em relação a tais usos se intensificou no século XX (CARNEIRO, 2018; LEAL, 2017; TORCATO, 2013). A partir da década de 2000, mediante o crescente reconhecimento da ineficácia do proibicionismo, passa a emergir no Brasil o que denominamos neste trabalho de movimento antiproibicionista³ (BOITEUX, 2015; TAFFARELLO, 2009; VALOIS, 2019). Este movimento é constituído por uma rede heterogênea de agentes que confrontam o proibicionismo na política de drogas, rejeitam o modelo da “guerra às drogas” e advogam novas formas de definir e lidar com essa questão (LEAL, 2017).

Por entender os movimentos sociais como uma rede heterogênea, adota-se a definição conceitual de Diani (2000), segundo a qual movimentos sociais são redes informais de agentes (organizações, grupos e indivíduos), engajadas em conflitos e que se estruturam em torno de identidades compartilhadas. Neste sentido, o movimento antiproibicionista que estamos tratando não é um ator unificado, mas sim uma rede complexa, heterogênea e, em geral, conflitiva.

³ No presente trabalho é adotada a década de 2000 como o período de emergência do movimento antiproibicionista, devido as maiores oportunidades políticas para a ação, bem como, por mudanças culturais voltadas à politização das práticas cotidianas, o que se caracteriza pela emergência das Marchas da Maconha, veganismo, cicloativismo etc. Mas é importante dizer que na década de 70, 80 e 90 tiveram mobilizações sociais sobre a questão da maconha em vários estados do país, além de episódios marcantes como o Verão da Lata, em 1987 (LEAL, 2017).

Com a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao governo federal, em 2003, e sua permanência na presidência da república ao longo de quatorze anos, seria esperado uma ampliação de oportunidades políticas para atores e propostas voltadas à alteração da lógica proibicionista predominante na política de drogas brasileira. Tal alteração, no entanto, não ocorreu. Ocorreram algumas mudanças específicas, tal como a implantação da redução de danos no subsistema de saúde pública, mas não a alteração da lógica proibicionista. Um dos argumentos encontrados na literatura para essa não alteração é, justamente, o papel desempenhado pela mídia, que estigmatiza o movimento antiproibicionista e favorece o proibicionista dando mais espaço e visibilidade (CHAGAS, 2011; LUNARDON, 2015; SOUSA, 2013). Este é um dos pontos que este trabalho pretende problematizar e testar empiricamente.

Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo identificar os principais agentes que participaram do debate sobre a Política de Drogas na mídia; verificar quais foram os argumentos mais mobilizados para defenderem suas posições; e, por fim, verificar empiricamente: a mídia dá mais espaço para o movimento proibicionista ou não? Desta forma, o trabalho se estrutura em três partes: sendo a primeira destinada a apresentar o desenho da pesquisa e as técnicas de coleta de dados; enquanto a segunda mostra e discute os resultados encontrados na pesquisa; e, por fim, nas considerações finais são apresentadas as conclusões. Convém explicar que este trabalho está vinculado ao projeto “O Movimento Antiproibicionista e a Política de Drogas no Brasil (2003-2016)⁴” que busca explicar o relativo fracasso do Movimento Antiproibicionista no sentido de alterar a lógica proibicionista subjacente à Política de Drogas no Brasil, durante os governos do PT na Presidência da República.

DESENHO DA PESQUISA E TÉCNICA DE COLETA DE DADOS

Esta parte do trabalho visa apresentar o desenho metodológico da pesquisa, bem como as técnicas utilizadas para a coleta e categorização dos dados. Para isso,

⁴ Projeto de Pesquisa desenvolvido no Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (GPACE/UFRGS), sob coordenação do Professor Doutor Marcelo Kunrath Silva.

ela se divide em três partes: a primeira, busca apresentar a justificativa pela escolha da fonte de coleta de dados, no caso, o jornal Zero Hora; enquanto que a segunda, falará sobre as técnicas de coleta de materiais no jornal; e, por fim, na última parte é apresentado os procedimentos de análise a partir das teorias que mobilizaram a estruturação para a categorização das reportagens no software NVivo.

MOTIVOS PARA A ESCOLHA DO JORNAL ZERO HORA

Para realizar a pesquisa, optou-se por ter como fonte de dados o jornal Zero Hora. Ele é um veículo de comunicação mantido pelo Grupo RBS e reconhecido por ser “o maior jornal do Rio Grande do Sul” devido a sua estrutura e tempo de atuação (FERNANDES, 2016). O Grupo RBS forma o maior grupo do setor de comunicações do país fora do Eixo Rio-São Paulo e atualmente é líder na área de comunicação nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (FERNANDES, 2016). Em um levantamento⁵ realizado pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC) sobre a circulação e tiragem, o jornal Zero Hora ficou em 5º lugar nacional, com mais de 200 mil exemplares diários.

A relevância estadual e nacional do jornal Zero Hora, aliada com a praticidade de estar localizado em Porto Alegre, cidade em que o pesquisador reside, o credencia como uma boa fonte de dados. Porém, não foram somente esses motivos que justificaram a decisão. Um outro ponto importante é o fato de que a maior parte das pesquisas referentes às drogas na mídia foram feitas em veículos do Eixo Rio-São Paulo. Fazendo uma busca rápida com o nome de jornais e a palavra drogas na ferramenta de buscas acadêmicas da Google (Google Scholar), para o jornal Folha de São Paulo retorna perto de 14 mil resultados; para O Globo, mais de 60 mil é a quantidade de retornos; enquanto que para o jornal Zero Hora tem um pouco mais de 3 mil resultados. Neste sentido, a escolha pelo jornal Zero Hora também se faz importante pela pouca quantidade de estudos sobre drogas no veículo. Além disso, não foi encontrado trabalhos que abordem o posicionamento do Jornal Zero Hora sobre as drogas ao longo do tempo.

⁵ O levantamento pode ser acessado na biblioteca do Media Ownership Monitor Brasil, através do seguinte endereço: <https://brazil.mom-rsf.org/br/biblioteca/>.

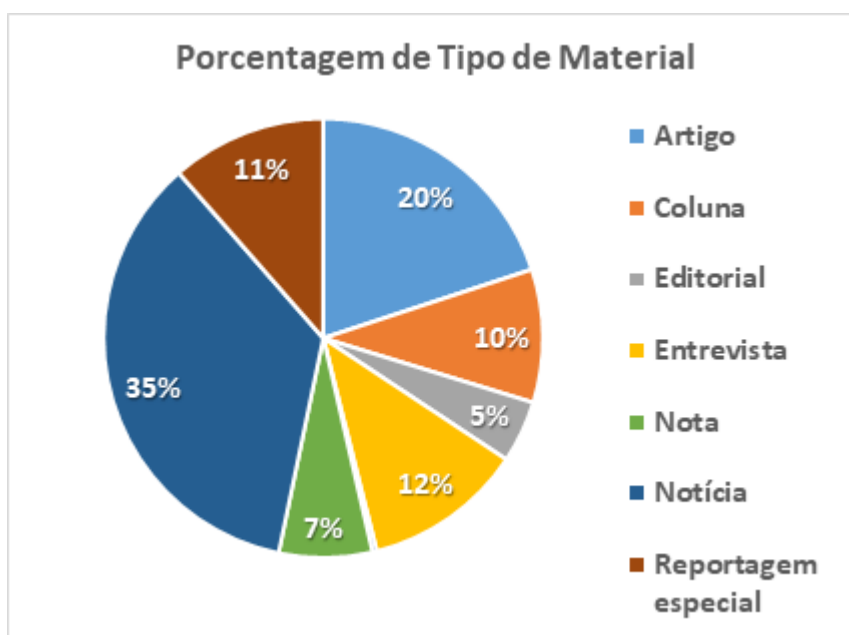
TÉCNICAS PARA A COLETA DE DADOS

Para fazer a coleta dos dados para a pesquisa, foram realizadas visitas ao Centro de Informações do jornal para acessar o acervo do mesmo. Foram usados variados termos de pesquisa, com o objetivo de coletar se não a completude, a maior parte dos materiais publicados no jornal ao longo dos 13 anos de abrangência da pesquisa. Os termos de busca usados foram os seguintes: “política de drogas + descriminalização”; “política de drogas”; “política de drogas + criminalização”; “criminalização + drogas”; “descriminalização + drogas”; “maconha + descriminalização”; “marcha da maconha”; e, “descriminalização das drogas”. O uso o sinal de adição (+) na composição dos termos de busca, significa que os retornos desejados para a consulta são reportagens que contenham a palavra anterior e posterior ao sinal no documento. Também foi escolhido usar como termo de busca a substância maconha, pois boa parte do debate sobre a política de drogas que vai à mídia acaba sendo centrada nesta substância. Isso pode ser validado através da quantidade de estudos encontrados sobre a maconha, bem como pelas palavras mais usadas ao longo dos anos no material coletado para a presente pesquisa - em todos, a palavra mais usada foi maconha.

Com esses termos de buscas, foram obtidos um total de 305 documentos. Os quais foram lidos e categorizados com o auxílio do software de análise qualitativa de dados Nvivo 11. Eles foram diferenciados por tipo de conteúdo. Na Figura 1, podemos ver a porcentagem dos tipos de materiais coletados. A diferenciação entre esses tipos de materiais foi baseada na categorização proposta por Fernandes (2016), segundo a qual: o artigo (61 documentos e 20%) é um conteúdo opinativo e analítico; a coluna (30 documentos e 10%) também é um conteúdo opinativo e analítico, porém difere-se do artigo por ser publicada por uma pessoa que escreve frequentemente para o jornal; o editorial (14 documentos e 5%) é um texto opinativo e analítico que representa o posicionamento do veículo midiático; a entrevista (36 documentos e 12%) é uma coleta de declarações para serem divulgadas através dos meios de comunicação; a nota (21 documentos e 7%) é um conteúdo descritivo dos fatos, só que sucinta (Fernandes considera uma nota a notícia que tiver menos de 4 parágrafos); a notícia (108 documentos e 35%) também é um conteúdo descritivo dos fatos, só que mais

extensa do que a nota; e, por fim, a reportagem especial (35 documentos e 11%) é um conteúdo descritivo dos fatos, só que mais denso e extenso com relação à discussão sobre um tema específico. Este último tipo não faz parte do trabalho de Fernandes (2016), mas é relevante para esta pesquisa, por ter um número significativo de documentos e normalmente acompanhar os editoriais do jornal.

Figura 1 – Porcentagem dos tipos de materiais coletados



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Para a análise do material, utilizou-se como suporte o programa informacional CAQDAS (*Computer Aided Data Analysis Software*) NVivo 11. A partir dos recursos oferecidos pelo programa foi realizado o processo de codificação do material coletado.

É possível realizar a codificação do material de duas formas: a partir de uma lista pré-definida de categorias ou através da criação das categorias à medida que se consulta a base de dados (TEIXEIRA; BECKER, 2001; FERNANDES, 2016). No presente estudo, optou-se por usar ambas as maneiras. A partir da leitura dos materiais, foram sendo criadas categorias referentes aos agentes ou argumentos presentes nos documentos; porém, elas não foram criadas livremente, mas sim,

orientadas pelo enquadramento teórico da pesquisa que será explicado nos próximos parágrafos.

O primeiro conceito que integra o enquadramento teórico da pesquisa é o de campos de ação estratégica, tal como desenvolvido por Fligstein e McAdam (2011; 2012a; 2012b). Ele nos diz que a realidade social é composta por estruturas relacionais, conceituadas como campos de ação estratégica. Tais campos seriam arenas relacionais, baseadas em entendimentos compartilhados e socialmente construídos, nas quais agentes disputam recursos e benefícios variados. Essa teoria argumenta que o campo tende a ser um espaço de conflito entre diferentes redes de agentes que buscam dominá-lo. No caso do presente estudo, o campo seria a política de drogas no Brasil, enquanto que as diferentes redes de agentes correspondem às coalizões antiproibicionista e proibicionista que disputam a definição da política de drogas.

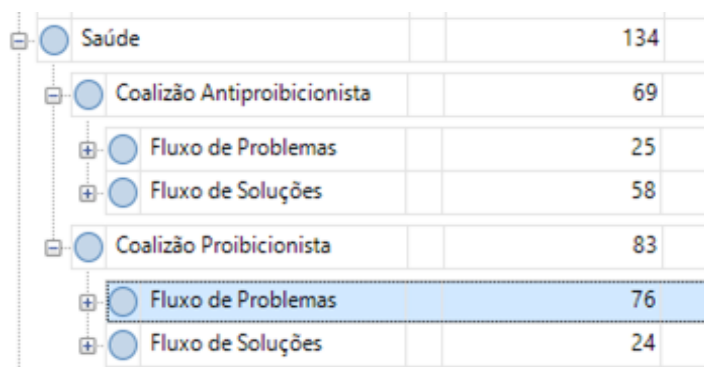
Já o segundo conceito incorporado é o de subsistemas de políticas públicas, elaborado por Sabatier e Jenkins-Smith (1993). Ele enfatiza o caráter plural e heterogêneo do Estado, que se encontra dividido em diferentes subsistemas de políticas, cada qual com sua trajetória e configuração específica. Assim, cada subsistema é formado por uma rede particular de agentes, os quais detêm os recursos e os interesses que os habilitam a participar das disputas sobre a definição das políticas setoriais que competem ao subsistema. Essa abordagem dos subsistemas permite ver que o Estado não apresenta oportunidades ou limitações homogêneas para as demandas e causas dos movimentos sociais, mas sim, apresenta oportunidades e limitações variáveis a depender do subsistema com o qual o movimento se relaciona. No presente estudo, o conceito de subsistemas de políticas públicas serviu para fazer uma diferenciação entre os dois subsistemas que centralizam a discussão sobre a política de drogas, o da segurança e saúde públicas. Ou seja, essa conceituação permite identificar se os agentes abordam a política de drogas como sendo referente a um problema de segurança pública ou se a abordam como uma questão de saúde pública.

Por fim, uma última contribuição que foi incorporada ao instrumental teórico para a análise é o conceito de fluxos múltiplos. Este conceito foi desenvolvido por Kingdon (2014) para analisar o processo da definição da agenda das políticas

públicas. Para Kingdon, este processo é altamente complexo e relativamente contingente, pois depende da articulação entre três fluxos que operam com relativa independência: o fluxo de problemas, que aborda os processos de construção dos problemas sociais e as tentativas de transformá-los em problemas que devem ser tratados prioritariamente pelo Estado; o fluxo de soluções, que foca nos processos de construção de propostas que respondam a potenciais problemas a serem enfrentados através de políticas públicas; e o fluxo da política, que foca em características do ambiente político, tanto internas quanto externas às instituições políticas, que ampliam ou diminuem as oportunidades para a incorporação de um tema à agenda de políticas públicas. No material analisado, foram mobilizados somente os fluxos de problema e de solução, pois as construções argumentativas das coalizões em disputa basearam-se em encontrar e destacar problemas nas propostas apresentadas pelos adversários e apresentar soluções a eles ou, ainda, encontrar problemas e apresentar soluções à lógica predominante na política de drogas.

Na Figura 2, é apresentada uma exemplificação de como foram estruturadas as categorias no NVivo11 a partir do enquadramento teórico da pesquisa. Nota-se que a categoria mais abrangente é a de subsistema (no caso, o subsistema de saúde pública). No seu interior são identificadas as coalizões antiproibicionista e proibicionista, que disputam o campo da política de drogas no Brasil. Por fim, dentro de cada coalizão há os fluxos de problema e de solução, nos quais ficam os argumentos utilizados para defender as posições dos agentes pertencentes à coalizão. O mesmo foi feito com o subsistema da segurança pública.

Figura 2 – Estrutura das Categorias no NVIVO 11



+	●	Saúde	134
+	●	Coalizão Antiproibicionista	69
+	●	Fluxo de Problemas	25
+	●	Fluxo de Soluções	58
+	●	Coalizão Proibicionista	83
+	●	Fluxo de Problemas	76
+	●	Fluxo de Soluções	24

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Cada arquivo que foi categorizado no NVivo11, recebeu um rótulo entre antiproibicionista, proibicionista ou neutro. A classificação como antiproibicionista significa que no arquivo os argumentos usados estavam ligados à coalizão antiproibicionista da política das drogas; já os arquivos categorizados como proibicionista, dizem respeito aos argumentos da coalizão proibicionista; enquanto os considerados neutros, apresentaram argumentos de ambas as coalizões e em um pé de igualdade. Esse recurso nos possibilitou fazer uma “valência” do conteúdo publicado no jornal ao longo dos anos para se encontrar a coalizão que teve mais espaço na mídia em cada período (FERNANDES, 2016).

RESULTADOS OBTIDOS

Um dos primeiros achados da pesquisa foi de um significativo aumento da presença da temática das drogas ao longo dos anos estudados. Na Figura 3, é possível observarmos como ele se deu. A elaboração do gráfico foi a partir da quantidade de materiais coletados em cada um dos anos. Em verde, há uma linear que demonstra como ocorreu o desenvolvimento médio do interesse pela temática. Nota-se que há dois picos de interesse, nos quais a quantidade de reportagens no ano ficou acima da linear: em 2009 e no período de 2013 até 2015. Os anos de 2003 e 2004 não estão sendo considerados, já que devido ao baixo número de material a média vai ficar necessariamente abaixo.

Figura 3 – Interesse na temática ao longo dos anos



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Analisando o conteúdo do material do ano de 2009, uma das novidades encontradas foi a presença do ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso (FHC) como um dos personagens que se colocaram no debate junto da coalizão antiproibicionista. Southier (2016), em sua dissertação de mestrado, analisou o campo discursivo sobre as drogas e o posicionamento de FHC. Ela diz que o ex-presidente passou a se engajar com o tema das drogas desde 2008, ano da formação da Comissão Latino-americana sobre Drogas e Democracia, que era composta por ex-presidentes e personalidades de diversos países. Essa Comissão foi criada em função da reunião das Nações Unidas (ONU), em 2009, na qual a Comissão apresentou o relatório intitulado *Drogas e democracia: rumo a uma mudança de paradigma*⁶.

Já nos anos de 2013 e 2014, algumas novidades que podem ajudar na explicação do aumento acima da linear é o fortalecimento dos argumentos sobre o uso medicinal da maconha, o qual figura entre um dos principais argumentos usados pela coalizão antiproibicionista nesse período. Mesmo que não seja uma novidade, pois foi usado pela primeira vez no jornal no ano de 2009, este é o momento em que ele ganha relevância na discussão. Já na coalizão proibicionista, à medida que aumentou a presença do argumento sobre o uso medicinal da maconha, aumentou o referente aos danos à saúde causado pelo uso da substância. Isso serve para demonstrar o aspecto relacional entre os movimentos, assim como o proposto por Abers, Silva e Tatagiba (2018), onde foi sugerido que ao invés dos movimentos sociais se relacionarem com um “contexto político”, inserem-se em relações de interdependência envolvendo diversos atores com os quais interagem rotineiramente. Posteriormente, serão apresentados os argumentos mais usados ao longo dos anos estudados. Outro acontecimento que marcou esse período foi a aprovação da lei que legalizou e regulamentou o mercado da maconha no Uruguai, em 2014 (FERRARI; NERES, 2015).

O ano de 2015 foi o que mais teve publicações referentes à temática das drogas no jornal, foram mais de 50. Neste ano ocorreram duas coisas que convém destacar como relevantes para o recorde de publicações. A primeira é o início da

⁶ O relatório pode ser acessado em http://www.koinonia.org.br/bdv/detalhes.asp?cod_artigo=344&cod_boletim=31. O acesso foi feito em julho de 2020.

tramitação no Supremo Tribunal Federal (STF) do julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas para o consumo pessoal, que teve 13 publicações abordando especialmente sobre isso. O outro ponto é a mudança da posição do jornal Zero Hora sobre a questão da maconha. Em um editorial publicado em 08 de março de 2015, o jornal diz que “é a favor da legalização da maconha”. Na Figura 4, está o recorte com os dizeres da mudança de posição, sendo que nos editoriais anteriores ele se colocava como contrário.

Figura 4 – Editorial do Jornal Zero Hora de 08 de março de 2015

Nossa opinião sobre a legalização da maconha

*Na edição de hoje, o Grupo RBS declara
em editorial que é a favor da legalização da
maconha. É o primeiro de uma série de editoriais*

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Um outro resultado encontrado na pesquisa é a distribuição de “valência” dos materiais publicados ao longo dos anos no jornal. Na Figura 5, vemos em “verde” a quantidade de publicações consideradas antiproibicionistas; em “azul” as consideradas proibicionistas; e, em “amarelo” as que possuíam argumentos proibicionistas e antiproibicionistas em um pé de igualdade, em outras palavras, o espaço dado para ambas as coalizões foram similares. Constata-se na figura que a quantidade de publicações proibicionistas predominou até o ano de 2012. Em 2013, proibicionista e antiproibicionista são iguais em quantidade. Enquanto a partir do ano de 2014, materiais considerados antiproibicionistas passam a ser maioria.

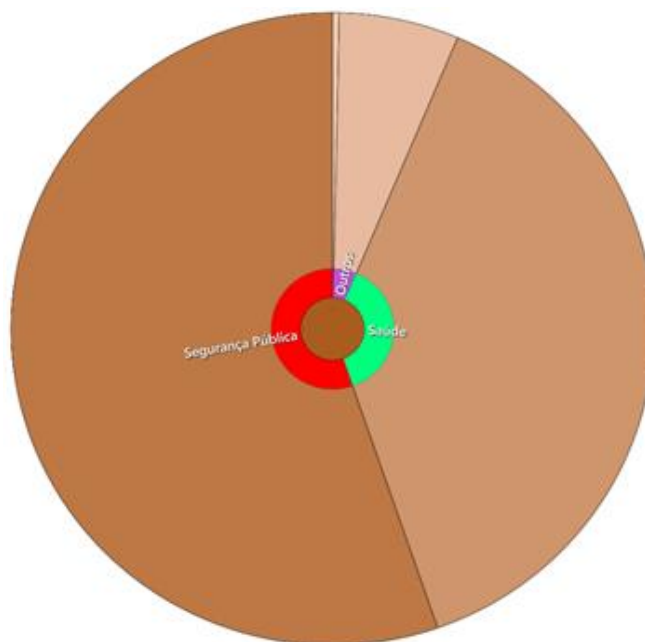
Figura 5 – Valência do material ao longo dos anos

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Dando continuidade a descrição dos resultados encontrados na pesquisa, pretende-se fazer uma divisão entre os argumentos usados pelas coalizões e os agentes encontrados no material. Desta forma, a próxima seção busca tratar dos argumentos, enquanto a seguinte abordará os agentes.

SOBRE OS ARGUMENTOS

A presente seção busca apresentar e discutir os argumentos que foram mais recorrentes no jornal Zero Hora ao longo dos anos estudados. A Figura 6 apresenta a distribuição do montante total de argumentos usados ao longo dos treze anos analisados. Nela, não é feita a diferenciação entre as coalizões dentro dos subsistemas nem os fluxos de problemas e soluções usadas por elas. Na imagem, em vermelho vemos a quantidade de argumentos que foram inseridas na categoria de segurança pública e em verde os que foram categorizados na saúde. Nota-se que, a maior parte dos argumentos situam as drogas como um tema de segurança pública e, logo, como objeto deste subsistema de política. Isso pode indicar o quão inserida está a temática das drogas na discussão por meio da segurança pública.

Figura 6 – Subsistema mais presente

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Para a apresentação dos argumentos, devido a quantidade de dados obtidos, foi feita a escolha de apresentar somente os mais usados em cada um dos 13 anos estudados. Inicialmente, serão apresentados e discutidos os da coalizão proibicionista. Posteriormente, será feito o mesmo com os presentes na coalizão antiproibicionista da política de drogas no Brasil.

No Quadro 1, estão presentes os principais argumentos usados pela coalizão proibicionista. Nota-se que de 2003 até 2010, os argumentos mais usados relacionavam as drogas à segurança pública e a argumentação oscilou entre salientar problemas e propor soluções. Também é possível vermos que nesse período a coalizão apresentou como problemas gerados pelas drogas a violência, criminalidade e acidentes, além de colocar o usuário como o culpado por suas consequências, como tráfico e violência. Já a solução mais presente foi aumentar a repressão e endurecer a legislação sobre drogas no Brasil. Porém, a partir de 2011, ocorreu uma mudança nos argumentos mobilizados pela coalizão proibicionista. Seu argumento mais usado passa a abordar as drogas como uma questão de saúde pública. E, também, há uma concentração das manifestações na apresentação de problemas, sem que sejam

ênfatizadas as soluções propostas pela coalizão. O argumento mais mobilizado após 2011 é que as drogas causam danos à saúde do usuário, sendo o mais usado em 5 anos de 6. Só não foi o mais recorrente no ano de 2015, pois neste ano ganhou proeminência o argumento de que a legalização das drogas aumentaria o consumo das mesmas. Cabe lembrar que neste ano iniciou a votação da descriminalização do porte de maconha para o uso pessoal no STF. Uma das possíveis explicações para esse deslocamento do enquadramento do “problema das drogas” como questão de segurança para o enquadramento como questão de saúde pública pode ser o fortalecimento do argumento do uso medicinal da maconha pela coalizão antiproibicionista.

Quadro 1 – Argumentos da coalizão proibicionista

TABELA 1: COALIZÃO PROIBICIONISTA				
Ano	Argumento	Subsistema	Fluxo	Vezes
2003	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	3
2004	Aumentar a repressão e endurecer a legislação	Segurança	Solução	7
2005	Aumentar a repressão e endurecer a legislação	Segurança	Solução	6
2006	O culpado é o usuário	Segurança	Problema	3
2007	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	3
2008	Tratamento	Saúde	Solução	3
2009	Aumentar a repressão e endurecer a legislação	Segurança	Solução	6
2010	Violência, criminalidade e acidentes	Segurança	Problema	4
2011	Danos à saúde	Saúde	Problema	6
2012	Danos à saúde	Saúde	Problema	8
2013	Danos à saúde	Saúde	Problema	26
2014	Danos à saúde	Saúde	Problema	18
2015	Aumentará o consumo	Saúde	Problema	10
2016	Danos à saúde	Saúde	Problema	8

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Já no Quadro 2, estão presentes os argumentos mais usados pela coalizão antiproibicionista da política de drogas. É possível ver que a maioria vincula a política de drogas proibicionista à geração de problemas de segurança pública e predominam nos materiais a formulação e apresentação de soluções aos problemas identificados. A estratégia identificada na coalizão antiproibicionista é que ela busca identificar um

problema causado pelo proibicionismo e, a partir disso, apresenta uma solução para ele. O argumento mais usado é o referente à descriminalização, legalização e regulamentação das drogas, pois isso resolveria os problemas causados, como o do encarceramento em massa. As poucas vezes que o argumento mais usado se vinculou à saúde pública foi para apresentar a solução de tratar a questão das drogas enquanto política de saúde, ao invés da segurança, e para defender o uso medicinal da maconha. O argumento sobre o uso medicinal da maconha foi o mais usado somente em 2014, mas aparece como sendo um dos mais empregados todos os anos a partir de 2012.

Quadro 2 – Argumentos da coalizão antiproibicionista

TABELA 2: COALIZÃO ANTIPROIBICIONISTA				
Ano	Argumento	Subsistema	Fluxo	Vezes
2003	Encarceramento	Segurança	Problema	2
2004	Tratar pela saúde pública	Saúde	Solução	4
2005	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	5
2006	Fracasso da política proibicionista	Segurança	Problema	3
2007	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	2
2008	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	2
2009	Encarceramento	Segurança	Problema	9
2010	Tratar pela saúde pública	Saúde	Solução	5
2011	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	4
2012	Encarceramento	Segurança	Problema	5
2013	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	18
2014	Maconha medicinal	Saúde	Solução	15
2015	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	24
2016	Descriminalizar, legalizar e regulamentar	Segurança	Solução	6

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

SOBRE OS AGENTES

Para mostrar os agentes presentes na discussão sobre a política de drogas no jornal Zero Hora, os resultados serão apresentados de duas maneiras. Primeiramente, será discutido a diversidade de agentes presentes ao longo dos anos estudados. Depois, serão mostrados os que tiverem mais espaço no jornal em cada uma das coalizões estudadas.

Para começar, a Figura 7 apresenta o número de agentes diferentes que estiveram presentes no debate em cada um dos anos. A linha em verde diz respeito

à coalizão proibicionista, enquanto a azul à antiproibicionista. É possível ver que a proibicionista foi mais diversa em número de agentes anuais até 2012. A partir de 2013, a antiproibicionista passa a ter uma diversidade maior de agentes presentes no debate do jornal. Essa mudança também está relacionada a preparação para a mudança de posição do veículo midiático quanto a questão da maconha, que se altera em 2015, como demonstrado anteriormente.

Figura 7 – Quantidade de atores ao longo dos anos



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

Devido a quantidade de agentes diferentes que estiveram inseridos no debate do jornal, optou-se por mostrar em uma tabela os mais ativos das coalizões antiproibicionista e proibicionista. O requisito para estar presente na tabela foi ter aparecido pelo menos 10 vezes ao longo dos anos analisados. A partir disso, foi constatado que a coalizão proibicionista teve 4 e a antiproibicionista 6 agentes. No Quadro 3, eles são mostrados. Nota-se que na coalizão proibicionista, os agentes que mais tiveram espaço são psiquiatras e o político Osmar Terra, agente que mais teve espaço no jornal, aparecendo 39 vezes. Já a coalizão antiproibicionista, pareceu mais diversificada e ligada à academia. Estão presentes nela sociólogos, político, ministro do STF, advogado e a diretora do Instituto Igarapé, Ilona Szabó de Carvalho.

Quadro 3 – Principais agentes em cada uma das coalizões

TABELA 3: PRINCIPAIS AGENTES PRESENTES NO JORNAL					
Coalizão Antiproibicionista			Coalizão Proibicionista		
Nome	Área Atuação	Vezes	Nome	Área Atuação	Vezes
Marcos Rolim	Sociólogo	29	Osmar Terra	Político	39
Fernando Henrique Cardoso	Político	24	Sérgio de Paula Ramos	Psiquiatra	19
Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo	Sociólogo	12	Ana Cecília Marques	Psiquiatra	13
Gilmar Mendes	Ministro STF	11	Ronaldo Laranjeira	Psiquiatra	13
Pedro Abramovay	Advogado	11			
Ilona Szabó de Carvalho	ONG	10			

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho, foi possível constatar que teve um aumento de interesse sobre a temática das drogas no jornal Zero Hora, o qual passou a dar mais espaço ao tema a partir de 2009, quando novos atores entraram na discussão, a exemplo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Anteriormente, a temática não despertava atenção do veículo midiático, tanto é que, no ano de 2006, quando teve a votação da Lei de Drogas 11.343, praticamente não foi noticiada no jornal.

Uma outra conclusão que se chega é que a coalizão antiproibicionista passou a ser mais diversa e receber mais espaço no jornal em comparação com a proibicionista, a partir do ano de 2013. Isso culminou com a mudança de posição do jornal sobre a legalização e regulamentação da maconha em 2015, quando anunciou em editorial que passou a se colocar como favorável.

Também foi possível ver as mudanças nos discursos das coalizões ao longo dos anos. A partir de 2011, a proibicionista passou a usar principalmente argumentos do subsistema da saúde e do fluxo de problemas. Isso pode indicar que a coalizão antiproibicionista passou a ter mais força e penetração social, a partir da inserção no debate de agentes como FHC, do argumento sobre o uso medicinal da maconha e da possibilidade da descriminalização do porte para uso pessoal da maconha. Parece que a partir deste período a coalizão proibicionista entrou na defensiva, parando de apresentar soluções e passando a encontrar problemas nas soluções apresentadas pela coalizão antiproibicionista. Neste sentido, a visão que unifica o enquadramento

mediático como sendo majoritariamente proibicionista parece não se sustentar empiricamente, pois houve mudanças significativas de argumentos, agentes e do próprio posicionamento do veículo midiático. Assim, a explicação da não mudança da lógica proibicionista no período analisado parece estar em outros processos que não a reprodução do proibicionismo na/da opinião pública pela mídia.

REFERÊNCIAS

ABERS, Rebecca Neaera; SILVA, Marcelo Kunrath; TATAGIBA, Luciana. Movimentos Sociais e Políticas Públicas: repensando atores e oportunidades políticas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, v. /, n. 105, p.15-46, set. 2018.

BOITEUX, Luciana. Brasil: reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, [s. l.], v. 12, n. 21, Ago 2015.

CARNEIRO, H. **Drogas: a história do proibicionismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2018. 500 p.

CHAGAS, Arnaldo Toni Souza das. **A Construção Social da Realidade das Drogas: mídia, discurso e ideologia**. 2011. 99 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Sociologia) - Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2011.

DIANI, Mario. Simmel to Rokkan and beyond: towards a network theory of (new) social movements. **European Journal of Social Theory**, 3(4), p. 387-406, 2000.

FERRARI, Décio Fernando Moraes; NERES, Geraldo Magella. Políticas públicas no Uruguai em tempos de Mujica: O impacto da legalização do aborto e da maconha sobre a mídia digital brasileira. **Tempo da Ciência**, Cascavel, v. 22, n. 43, p. 55-62, 2015.

FERNANDES, Eduardo Georjão. **Campos de batalha jornalística: os enquadramentos construídos por zero hora, diário gaúcho e sul21 na luta pela (i)legalidade do ciclo de manifestações de 2013, em porto alegre/rs**. 2016. 300 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Doug. Toward a General Theory of Strategic Action Fields. **Sociological Theory**, 29(1), p. 2-26, March/2011.

FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Doug. **A Theory of Fields**. Oxford: Oxford University Press, 2012a.

FLIGSTEIN, Neil; McADAM, Doug. Response to Goldstone and Useem. **Sociological Theory**, 30(1), p. 48-50, 2012b.

KINGDON, John. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. Boston: Pearson Education, 2014.

LEAL, Fabiola Xavier. **Movimento Antiproibicionista no Brasil**: discursos e resistência. 2017. 374 f. Tese (Doutorado) - Curso de Política Social, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

LUNARDON, Jonas Araujo. **"Ei, polícia, maconha é uma delícia"**: o proibicionismo das drogas como uma política de criminalização social. 2015. 46 f. Artigo final (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

SABATIER, Paul A.; JENKINS-SMITH, Hank C. **Policy change and learning**: An Advocacy Coalition Approach. Boulder, Westview Press, 1993.

SOUTHER, Diane. **O Campo Discursivo sobre Drogas e o posicionamento de Fernando Henrique Cardoso**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

TAFFARELLO, Rogério Fernando. **Drogas**: falência do proibicionismo e alternativas de política criminal. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. Breve História da Proibição das Drogas no Brasil: Uma Revisão. **InterLegere**, Natal, n. 15, p. 138–162, 2013.

TEIXEIRA, Alex Niche; BECKER, Fernando. Novas possibilidades da pesquisa qualitativa via sistemas CAQDAS. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 94-113, jan/jun 2001.

VALOIS, Luís Carlos. **O Direito penal da guerra às drogas**. 3ª. ed. Belo Horizonte: D'Plácido, 2019.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.

PRAGMATISMO E TEORIA DO ATOR-REDE NO ESTUDO DE CONTROVÉRSIAS TECNOCIENTÍFICAS: REFLETINDO SOBRE POTENCIALIDADES E DESAFIOS

**PRAGMATISM AND ACTOR-NETWORK IN THE STUDY OF TECHNOSCIENTIFIC
CONTROVERSIES: REFLECTING ON POTENTIALITIES AND CHALLENGES**

**EL PRAGMATISMO Y LA TEORÍA DEL ACTOR-RED EN EL ESTUDIO DE LAS
CONTROVERSIAS TECNOCIENTÍFICAS: REFLEXIONANDO SOBRE
POTENCIALIDADES Y DESAFÍOS**

Gabriela Dias Blanco¹

Resumo

O presente artigo objetiva discutir as potencialidades e desafios da sociologia pragmática de Bruno Latour e Michel Callon e, de forma complementar, da perspectiva da pragmática das transformações de Francis Chateauraynaud, para a análise de controvérsias tecnocientíficas. Indica-se a potencialidade de superação de perspectivas dicotômicas de sociedade/natureza e sujeito/objeto nas ciências sociais, uma vez que se passa a considerar a capacidade de humanos e não humanos produzirem mudanças dentro de uma rede. Além disto, destaca-se a ênfase conferida pelos autores ao caráter de construção coletiva e contingencial dos saberes científicos. Por outro lado, pontua-se a pertinência das contribuições de autores como Star, Singleton e Michael, Law e Mol, no que se refere à necessidade de problematizar nos estudos de controvérsias tecnocientíficas o modo como ocorrem estabilizações, assim como a ambiguidade e multiplicidade de identidades e posições dos atores humanos. O que leva, em última instância, ao desafio de, seguindo os atores, considerar-se a existência de topologias diversas para as redes, que deem conta de assimetrias mais ou menos contingenciais. Como exercício de reflexão teórico-empírica, apresentam-se alguns apontamentos iniciais sobre um estudo acerca de

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: gabrielita.blanco@gmail.com. ORCID: 0000-0002-2815-1228.

uma controvérsia tecnocientífica envolvendo as atividades de mineração de nióbio e a qualidade das águas na cidade de Araxá, Minas Gerais.

Palavras-Chave: Pragmatismo; Teoria do Ator-Rede; Controvérsias tecnocientíficas.

Abstract

This article aims to discuss the potential and challenges of pragmatic sociology by Bruno Latour and Michel Callon and, in a complementary way, from the perspective of the pragmatics of Francis Chateauraynaud's transformations, for the analysis of technoscientific controversies. The potential for overcoming dichotomous perspectives of society/nature and subject/object in the social sciences is indicated, once begins to consider the ability of humans and non-humans to produce changes within a network. Furthermore, the emphasis given by the authors to the character of collective construction and the contingency of scientific knowledge is highlighted. On the other hand, the relevance of the contributions of authors such as Star, Singleton and Michael, Law and Mol is emphasized, regarding the need to problematize, in the studies of technoscientific controversies, the way in which stabilizations occur, as well as the ambiguity and multiplicity of identities and positions of human actors. This lead, ultimately, to the challenge of considering, following the actors, the existence of different topologies for the networks, which account for more or less contingent asymmetries. As an exercise in theoretical-empirical reflection, some initial notes on a study about a technoscientific controversy involving niobium mining activities and water quality in the city of Araxá, Minas Gerais, are presented.

Keywords: Pragmatism; Actor-Network Theory; Technoscientific controversies.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir las potencialidades y desafíos de la sociología pragmática de Bruno Latour y Michel Callon y, de manera complementaria, desde la perspectiva de las transformaciones pragmáticas de Francis Chateauraynaud, para el análisis de las controversias tecnocientíficas. Se indica el potencial de superación de perspectivas dicotómicas de sociedad / naturaleza y sujeto / objeto en las ciencias sociales, ya que se considera la capacidad de humanos y no humanos para producir cambios dentro de una red. Además, se destaca el énfasis que los autores dan al carácter de construcción colectiva y contingente del conocimiento científico. Por otro lado, se destaca la relevancia de los aportes de autores como Star, Singleton y Michael, Law y Mol, en cuanto a la necesidad de problematizar en los estudios de controversias tecnocientíficas la forma en que se

producen las estabilizaciones, así como la ambigüedad y multiplicidad de identidades y posiciones de los actores humanos. Lo que lleva, en última instancia, al desafío de considerar, siguiendo a los actores, la existencia de diferentes topologías para las redes, que dan cuenta de asimetrías más o menos contingentes. Como ejercicio de reflexión teórico-empírica, se presentan algunas notas iniciales de un estudio sobre una controversia tecnocientífica que involucra las actividades mineras de niobio y la calidad del agua en la ciudad de Araxá, Minas Gerais.

Palabras clave: Pragmatismo; Teoría del actor-red; Controversias tecnocientíficas.

INTRODUÇÃO

As ciências humanas passaram, a partir da década de 1970, por importantes tensionamentos e reformulações, no que se refere ao modo de produzir conhecimento e à relação estabelecida entre os cientistas e seus “objetos de estudo”. Conforme François Dosse (2018), este período caracteriza-se por um movimento amplo e heterodoxo de defesa de uma necessária “humanização das ciências humanas”, no sentido de se romper com uma postura científica de “desvelamento” da realidade social àqueles que, imersos no senso comum, seriam incapazes de produzir suas próprias críticas e justificações. A este movimento, o pragmatismo – ou melhor, a retomada do pragmatismo – une-se com especial destaque.

Emergente no final do século XIX e início do século XX entre autores norte-americanos, a perspectiva pragmática retornará na década de 1970, a partir da ênfase conferida à experiência e ao engajamento dos seres humanos – e não humanos – no mundo. No lugar de um foco direcionado aos atores, tem-se, entre os pragmatistas, um enfoque sobre as ações e práticas. O cientista, neste sentido, não deve fixar previamente identidades aos atores analisados, mas analisar a sequência de suas ações para, então, depreender categorias.

No caso da sociologia, o pragmatismo ganha força, especialmente, a partir da década de 1980, entre autores franceses de diversos campos analíticos. Dentre estes, podem-se citar Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991), no campo da sociologia política e da moral, e Bruno Latour (2000) e Michel Callon (2004), no campo dos

estudos sociais em ciência e tecnologia. No que pesem as diferenças de interesses de pesquisa e perspectivas teórico-metodológicas, estes autores compartilham o interesse por momentos críticos e/ou momentos de prova e controvérsias, como sendo o modo privilegiado de tornar o social apreensível (CÔRREA, 2014). Além disso, conforme destaca Francis Chateauraynaud (2015), há uma grande diversidade conceitual (“justificação”, “rede”, “situação”) sendo acionada por distintos autores sob o guarda-chuva pragmatista. Porém, há em comum “uma reivindicação de empirismo, cuja radicalidade varia segundo o lugar dado à experiência e ao papel do pesquisador na elaboração de sua narrativa; importância da ação e, de modo recorrente, a ênfase na pluralidade de lógicas de ação” (CHATEAURAYNAUD, 2015, p.5).

O objetivo deste artigo é discutir as potencialidades e desafios do uso de referenciais teórico-metodológicos da sociologia pragmática de Bruno Latour e Michel Callon e, de forma complementar, da perspectiva da pragmática das transformações de Francis Chateauraynaud, quando da análise de controvérsias tecnocientíficas. Com Latour e Callon, tem-se a conformação de uma Teoria do Ator-Rede (TAR ou ANT por seu acrônimo em inglês)², na qual controvérsias tecnocientíficas³ são concebidas como as disputas, diálogos, polêmicas, acordos e desacordos que formam uma rede e mostram seus atores, incluindo-se os não humanos, uma vez que, para essa perspectiva, sociedade e natureza são ontologicamente indissociadas. O esforço, assim, direciona-se ao mapeamento das redes que se estabelecem entre elementos híbridos. A ação deixa de ser concebida como uma propriedade exclusiva de humanos, para se tornar a propriedade de uma *associação de atuantes* (LATOUR, 2017). Já com Francis Chateauraynaud (2015), tem-se a possibilidade de refletir metodologicamente acerca da investigação de controvérsias de longa duração (o que ele denominará de uma “pragmática das transformações”), afirmando que “essa abordagem está em contato direto com a experiência dos atores que enfrentam

² Além de Bruno Latour e Michel Callon, destacam-se também John Law e Annemarie Mol como autores da denominada Teoria do Ator-Rede.

³ Conforme Latour (2017), tecnociência refere-se à fusão de ciência, organização e indústria, de modo que os artefatos/autômatos se tornam mais que entidades materiais, apresentando-se como organizações complexas.

processos críticos, complexos, não lineares, envolvendo uma pluralidade de interpretações” (CHATEAURAYNAUD, 2015, p.7).

A motivação para a escrita do artigo reside no desenvolvimento, por parte da autora, de um estudo sobre a controvérsia tecnocientífica envolvendo as atividades de mineração de nióbio e a qualidade das águas da cidade de Araxá, Minas Gerais. Após a constatação de um nível elevado de bário nas águas de uma região próxima ao local das atividades de mineração, instaurou-se uma disputa em torno à definição da origem deste bário: se natural, em razão da existência de águas sulfurosas e radioativas na cidade, ou se decorrente de contaminação humana. Os efeitos desta controvérsia para o aparato de desenvolvimento existente em torno ao nióbio em Araxá é o que a pesquisa, em andamento, está se propondo a investigar.

O artigo se divide em três partes, para além desta introdução. Na primeira, discute-se a perspectiva pragmática para o estudo das controvérsias tecnocientíficas, destacando-se tanto suas potencialidades, como limitações e desafios. Na sequência, apresenta-se a controvérsia investigada, procurando apontar algumas das inquietações surgidas no campo e os caminhos, até o momento, adotados. Por último, tecem-se breves e provisórias considerações finais.

A PERSPECTIVA PRAGMÁTICA NOS ESTUDOS DE CONTROVÉRSIAS TECNOCIENTÍFICA

De acordo com João Arriscado Nunes (2008), o pragmatismo se constitui como uma corrente filosófica na virada do século XIX para o século XX, emergida nos EUA, e tendo como expoentes clássicos autores como Charles Peirce, William James e John Dewey. Entre suas características primordiais está, segundo o autor, o tratamento dos saberes como práticas. O pragmatismo aproxima-se da ciência experimental, na medida em que considera que a utilidade da ciência não está nem no conhecimento das causas, nem nas aplicações, mas naquilo que as coisas fazem (ou seja, como elas interagem), e naquilo que se poderá fazer com esse conhecimento (seus efeitos, consequências). Assim,

[...] os critérios que permitem determinar a validade dos diferentes saberes deixam de se referir a um padrão único – o do conhecimento científico – e passam a ser indissociáveis da avaliação das consequências desses diferentes saberes na sua relação com as situações em que são produzidos, apropriados ou mobilizados (NUNES, 2008, p. 63).

Com isto, uma implicação que se apresenta à pesquisa sociológica, a partir da perspectiva pragmatista, é a de que nada define, a priori, que o conhecimento científico é “superior” ao senso comum. O que cabe ao cientista social é observar a sequência de ação, o seu desenrolar, para entender qual conhecimento, em determinado contexto, sobrepõe-se a outro. No mesmo sentido, uma segunda implicação para a pesquisa é a de que as categorias de atores não devem ser construídas a priori da ida a campo, pois é justamente a descrição das sequências de ações que permitirá apreender as “posições” que cada ator apresenta, de modo contingente, naquilo que se pretende investigar.

Uma segunda característica da adoção de uma perspectiva pragmatista é o enfoque nas ações – que não são unicamente ou puramente humanas, dependendo da abordagem adotada - presentes em determinadas situações de indeterminações, problemas e/ou controvérsias. De acordo com Diogo Côrrea (2014), para a tradição pragmática norte-americana, “os elementos fundamentais da ação e da situação ou da formação dos coletivos não apenas se tornam visíveis, como se fazem e se refazem em meio às investigações motivadas por indeterminações e problemas” (CÔRREA, 2014, p.40). Essa característica é acionada não apenas nos primórdios de um pragmatismo norte-americano, mas de modo mais potente e recente, no surgimento de uma sociologia pragmática francesa.

A partir da década de 1980, observa-se a emergência na sociologia francesa de um movimento de “transição do problema do social para o social como problema” (CÔRREA, 2014, p. 39). Entre alguns dos autores que participam deste movimento estão Bruno Latour (2012), Luc Boltanski e Laurent Thévenot (1991) e Francis Chateauraynaud (2015). Enquanto em autores considerados “neoclássicos” - como Pierre Bourdieu, Harold Garfinkel, Norbert Elias, Ervin Goffman e Anthony Giddens - há a adoção de uma perspectiva relacional (que concebe as relações como anteriores

aos termos) como forma de enfrentar a limitação presente nas análises sociológicas clássicas de tratar o social como uma “substância” ou “coisa”, há entre os autores da sociologia pragmática francesa o esforço de ir mais além, de modo que “o social deixa de ser o elemento explicativo das coisas e torna-se aquilo que deve ser explicado a partir de relações e movimentos problemáticos” (CÔRREA, 2014, p. 39).

Neste sentido, os autores pragmáticos franceses – com suas nuances e distinções – têm em comum o interesse pelo estudo de momentos críticos, situações problemáticas e/ou momentos de prova e controvérsias como uma modalidade de captação do social. Para este artigo, enfocam-se as contribuições dos autores associados à denominada Teoria do Ator-Rede e, de modo complementar, as contribuições da pragmática das transformações, para a análise de controvérsias tecnocientíficas.

A Teoria do Ator-Rede, normalmente referida pelo seu acrônimo em inglês ANT (*Actor-Network Theory*), é associada às etnografias em laboratórios feitas pelos franceses Bruno Latour e Michel Callon, assim como às contribuições de autores como o sociólogo britânico John Law e a etnógrafa holandesa Annemarie Mol. Influenciados pelo denominado Programa Forte da Sociologia do Conhecimento⁴, que sustenta, dentre outros aspectos, a aplicabilidade da sociologia para a explicação não só do erro e do que é considerado falso dentro da ciência, mas também da produção do conhecimento certificado, verdadeiro, os autores da ANT avançam propondo uma simetria não apenas entre contexto social e conhecimento, entre vencedores e vencidos da história das ciências, mas entre humanos e não-humanos, sociedade e natureza⁵.

⁴ O Programa Forte da Sociologia do Conhecimento surgiu na Universidade de Edimburgo (Escócia), pouco antes da década de 1970, tendo como um de seus representantes o teórico David Bloor. O Programa consistiu em uma reformulação dos princípios fundamentais da ciência, centrando-se nas ideias de relativização, contextualização e ênfase no caráter convencional de todas as afirmações de conhecimento que constituem as teorias científicas aceitas. Para uma leitura mais aprofundada, ver: BLOOR, David. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Edunesp, 2009.

⁵ Uma resposta à crítica e à reformulação do princípio da simetria feitas por Latour pode ser encontrada em: BLOOR, David. Anti-Latour. In: **Studies in History and Philosophy of Science**, New York, v.30, n.1, p.81-112. 1999.

Assim, os autores defendem a conformação de uma “antropologia simétrica”, no sentido de conceber humanos e não humanos como *actantes* e procurar “segui-los” a partir do método etnográfico. A agência passa a ser compreendida como a capacidade de fazer diferença e produzir mudanças dentro de uma rede, possibilitando superar a dicotomia estabelecida na modernidade entre natureza e sociedade, assim como refutar explicações tautológicas para o que seria o social. “O social”, na visão da ANT, não deve ser tomado como um material ou como um domínio particular, mas sim como algo que *delineia conexões*. Com isto, “o adjetivo ‘social’ já não qualifica uma coisa entre outras, mas um *tipo de conexão* entre coisas que não se definem elas próprias como sociais (LATOUR, 2012). Como sintetizam Tirado e Domènech (2008, p.52, tradução nossa), “o que permite que vivamos em comunidades, a essência do nosso-viver-em-comum, reside precisamente no que está para além da nossa carne. Nossos marcos de interação estão grávidos de dados, lugares, artefatos, símbolos, pessoas ausentes, mas presentes simbolicamente”.

No mesmo sentido, e como um desdobramento importante desta perspectiva, há uma alteração a respeito do modo como concebemos os humanos, que deixam de ser vistos como “aqueles que não sabem o que fazem”, sendo apenas “informantes” de um social que se impõe sobre eles e estrutura, em maior ou menor medida, suas ações e pensamentos, para serem de fato *actantes*, que agem, transformam e, sobretudo, possuem a capacidade de produzirem as suas próprias teorias acerca do que forma o social. Assim, tensiona-se não apenas premissas da “sociologia do social” (ainda que se afirme ser possível estabelecer uma continuidade com ela), mas também da chamada “sociologia crítica” (representada, especialmente, por Pierre Bourdieu), a qual, segundo Latour, considera que os atores sociais vivem sob uma “ilusão” a respeito do real/social, havendo uma “anulação” de sua agência.

Conforme Michel Callon (1995), a reformulação da perspectiva sociológica sobre ciência e tecnologia passa por considerar, portanto, três grandes princípios metodológicos. O primeiro é o de estender “o agnosticismo do observador para incluir também as ciências sociais” (CALLON, 1995, p. 261, tradução nossa). Com isto o autor se refere à necessidade de imparcialidade, não somente com os argumentos científicos e técnicos, mas também com o que os atores falam sobre si ou sobre o seu

entorno social. O segundo princípio é o de simetria generalizada, que afirma que não se deve mudar de registro ao se passar dos aspectos técnicos do problema estudado aos aspectos sociais. E, por fim, o princípio da associação livre, que se refere ao observador abandonar “toda distinção *a priori* entre acontecimentos naturais e sociais. Deve rechaçar a hipótese de uma fronteira definitiva que os separa. Considera-se que estas divisões são conflitivas, porque são o resultado da análise e não seu ponto de partida” (CALLON, 1995, p. 262, tradução nossa).

Partindo das contribuições da ANT, pode-se dizer que a premissa que subjaz o estudo de controvérsias é a de que a técnica e a ciência não são, ao contrário do que a modernidade insiste em afirmar, o espaço da neutralidade, do “silêncio”, no sentido de ausência de questionamentos ao que já foi “plenamente evidenciado”. Pelo contrário,

Quando nos aproximamos dos lugares onde são criados fatos e máquinas, entramos no meio das controvérsias. Quanto mais nos dirigimos da vida ‘cotidiana’ para a atividade científica, do homem comum para o de ciência, dos políticos para os especialistas, não nos dirigimos do barulho para o silêncio, da paixão para a razão, do calor para o frio. Vamos de controvérsias para mais controvérsias. (LATOUR, 2000, p. 53).

Bruno Latour trata fato “científico” e objeto “técnico” de modo semelhante, uma vez que para ele o problema da construção dos fatos, ou seja, a questão de como formar alianças para resistir a controvérsias (criando “caixas-pretas”), é o mesmo: “como convencer outras pessoas, como controlar o comportamento delas, como reunir recursos suficientes num único lugar, como conseguir que a alegação ou o objeto se disseminem no tempo e no espaço.” (LATOUR, 2000, p. 217). Sendo assim, as controvérsias não se dão somente “no plano das teorias que se administram” ou no plano dos conflitos “no interior” e “no exterior” das instituições que as sustentam, mas em qualquer dos pontos de irrigação, que podem ser pontos efetivos de conflito.

É neste sentido que Latour defende a necessidade de “seguir os atores”, ao invés de procurar “encaixá-los” em categorias e papéis previamente formulados. Para a ANT, é através do processo de tradução que os atores, em uma rede, estabelecem papel a outros e tornam-se, eles mesmos, porta-vozes de outras entidades. Nas

palavras de Latour (2004, p.162), “uma vez que as instituições do coletivo tiverem estabilizado estas divisões de papéis e de funções, poder-se-á, com efeito, reconhecer sujeitos e objetos, uma exterioridade, os humanos, um cosmo. Não no começo, não uma vez por todas, não fora de processo”.

Ao longo dos anos, as formulações da ANT – e mais especificamente, de Bruno Latour e Michel Callon – sofreram uma série de críticas e questionamentos⁶. Neste artigo, serão tratadas as críticas referentes ao modo como os autores concebem as identidades e posições dos atores em uma rede e, posteriormente, será discutida a dimensão referente à temporalidade das controvérsias tecnocientíficas que, embora não se trate precisamente de uma crítica à ANT, apresenta-se como um ponto desafiador para a realização de pesquisas que procurem orientar-se por suas premissas.

Conforme pontua Susan Star (1991), autora que junto com Donna Haraway (1991) integra um campo norte-americano fecundo de críticas feministas à ANT, algo que escapa às formulações de Bruno Latour a respeito das associações de humanos e não-humanos é que, embora humanos e máquinas sejam coextensivos, essa coextensão estabelece-se em um espaço densamente estratificado, em que as vozes daqueles que sofrem, por exemplo, abusos do poder tecnológico, estão entre as mais poderosas analiticamente. Neste sentido, a autora sustenta que a estabilização de redes – quando controvérsias são encerradas em “caixas-pretas” – precisa ser tensionada, uma vez que:

Uma rede estabilizada é estável apenas para alguns e é para aqueles que são membros da comunidade de prática que a formam/usam/mantêm. E parte da estabilidade pública de uma rede padronizada geralmente envolve o sofrimento privado daqueles que não são padrão - que precisam usar a rede padrão, mas que também não são membros da comunidade de prática” (STAR, 1991, p.43, tradução nossa).

⁶ Para outras críticas direcionadas aos autores da ANT, ver: BLOOR, David. Anti-Latour. In: **Studies in History and Philosophy of Science**, Nova Iorque, v.30, n.1, p.81-112, 1999; COLLINS, Harry; YEARLEY, Steven. Epistemological Chicken. In: PICKERING, Andrew (ed.). **Science as Practice and Culture**. Chicago: The University of Chicago Press, p.301-326, 1992.

Ampliando-se a perspectiva acerca de como uma rede se estabiliza – e para quem ela se estabiliza – emerge, igualmente, uma outra fragilidade das formulações de Latour e Callon. Ainda que estes defendam a não fixação prévia de identidades aos atores que participam de uma rede, não raras vezes ao realizarem a descrição de suas redes, acabam por tratar entidades como unitárias e, portanto, possuidoras de uma identidade unívoca, ainda que provisória. Isto é o que Star (1991) aponta como sendo a dificuldade dos autores da ANT de contemplarem a heterogeneidade, tanto entre as associações de humanos e não-humanos, como entre os próprios humanos, e que autores como Vicky Singleton e Mike Michael (1998) chamarão de a necessária inclusão da ambivalência e o status dual de elementos internos e externos às redes, que tanto as sustentam como as subvertem:

As redes de Callon e Latour são limpas e claras. O que no princípio parecem ser atores constituídos de forma complexa, frequentemente emergem como entidades unitárias (apesar de este ser sempre um estado provisório): e isso não é somente produto do estado e configuração da rede estudada, mas do que sucede devido ao curso que toma a narração do estudo de caso concreto. [...] No entanto, os problemas surgem quando a singularidade das entidades aparecidas na narrativa analítica ameaça bloquear a indeterminação e ambivalência daquelas entidades e associações às quais estão unidas. (SINGLETON; MICHAEL, 1998, p.177-178, tradução nossa).

Torna-se importante, portanto, considerar a multiplicidade presente entre os próprios atores humanos, no sentido de que compõem diversos mundos e participam, simultaneamente, de inúmeras redes. Do mesmo modo, cabe considerar que, tratando-se das multiplicidades e heterogeneidades, a estabilidade de redes deve ser investigada partindo-se do reconhecimento de que para alguns actantes elas se tornarão mais estáveis que para outros; que uma rede estável pode inclusive tornar-se uma “convenção” e, ainda assim, existirão as “marginalidades”, os atores que, compondo a rede, produzirão “novas redes”, performando de modo ambíguo as associações. Nas palavras de Star (1991):

As pessoas habitam muitos domínios diferentes ao mesmo tempo, bem como, a negociação de identidades, dentro e entre grupos, é uma tarefa extraordinariamente complexa e delicada. É importante não presumir uma unidade ou uma associação única, seja na mistura de humanos e não

humanos ou entre humanos. A marginalidade é uma experiência poderosa. E todos somos marginais em alguns aspectos, como membros de mais de uma comunidade de prática (mundo social). (STAR, 1991, p.51, tradução nossa)

Tratando-se de controvérsias tecnocientíficas, acompanhar os seus fluxos e conexões, transcendendo laboratórios, é seguir a multiplicidade de atores que, à sombra muitas vezes dos cientistas, realizam um “trabalho invisível” (STAR, 1991). E explorar, em última instância, novas topologias e geometrias variáveis para as redes. Algo que, em grande medida, vem sendo desenvolvido por Law e Mol (2001), quando sugerem a possibilidade de se falar, metaforicamente, de espaços euclidianos, redes, fluídos ou de “espaços de fogo” que se formam conjuntamente e em interferência constante. Os denominados “espaços do fogo” (ou “topologia do fogo”) servem para se analisar, por exemplo, situações nas quais a estabilidade de controvérsias é obtida não por fluxos contínuos e “livres”, mas por movimentos abruptos e descontínuos.

Por último, cabe ainda referenciar as dificuldades presentes no modo como os autores da ANT e de outras perspectivas pragmáticas sugerem lidar com a temporalidade das controvérsias, tanto no sentido de se superar um pensamento linear a respeito dos acontecimentos, como no sentido de abarcar, metodologicamente, controvérsias de longa duração. Partindo das contribuições de Bruno Latour (2017), tem-se que, embora os momentos históricos sejam recorrentemente pensados a partir de uma linearidade temporal, importa perceber de que modo certos eventos são capazes de produzir novos entendimentos e, em última instância, novas existências para momentos passados. Há, assim, um processo de retroprodução/retroadaptação da história que não pode ser desconsiderado.

De modo complementar, Francis Chateauraynaud (2015) afirma que há uma tendência de se esperar que uma controvérsia seja interrompida, pela vitória de um lado ou pela falta de combatentes. Contudo, os desacordos podem prosseguir ou se reengendrar constantemente e a longo prazo. Neste sentido, uma perspectiva pragmática das transformações, como ele define o seu esforço pelo estudo das controvérsias, contribui analiticamente no momento em que coloca a indeterminação *a priori* do impacto dos atos e dos julgamentos dos atores, considerando sempre a

não linearidade dos processos. Do mesmo modo, conforme o autor, essa perspectiva lança luz para a necessidade de se revisitar a teoria da argumentação implicitamente veiculada na sociologia das controvérsias. A argumentação precisa ser compreendida como um processo de longa duração, ao invés de uma curta sequência de enunciação, que de forma recorrente é tomada na sua dimensão estritamente verbal. Conforme Chateauraynaud (2015),

Argumentos e contra-argumentos não nascem, senão raramente, no momento mesmo da confrontação das partes presentes: eles dão lugar a um trabalho de preparação, de ajuste, de experimentação, atravessam arenas de discussão nas quais se reforçam ou se enfraquecem, ganham generalidade ou se especificam, se associam ou se dissociam de outros argumentos, se carregam de elementos de prova e de atestação, e dão lugar a conclusões e interpretações mais ou menos convergentes. (CHATEAURAYNAUD, 2015, p.8)

Não obstante, uma primeira questão que se apresenta é como abarcar a não linearidade dos processos, sem perder-se numa infinidade de dados empíricos? Para esta questão, Chateauraynaud (2015) apresenta duas sugestões. A primeira é a de dar um privilégio epistêmico ao estudo de momentos críticos, a fim de formar os eixos de descrição e análise, visto que os momentos críticos tornam visíveis as configurações em jogo. Porém, conforme o autor, não cabe estudar os eventos em si mesmos, mas sim, a partir de uma série completa de provas ou acontecimentos marcantes, examinando como os protagonistas revisam, ou não, suas versões ou suas opções e adotam pontos de bifurcação.

A segunda sugestão é a de, diante de uma ampla coleção de casos a serem analisados, uma opção fecunda é procurar pontos de comparação. Iniciando por uma exploração das dinâmicas internas reveladas por cada processo, torna-se possível encontrar os pontos de comparação, segundo o autor, elaborando modelos de transformação com o apoio da produção de hipóteses interpretativas. Assim, diante do surgimento de novas polêmicas ou crises, o(a) pesquisador(a) tem em mãos a possibilidade de relacionar a descrição destes casos a um estudo de caso já existente.

Finalmente, cabe ainda trazer uma última questão que emerge aos estudos de controvérsias tecnocientíficas. Como abarcar a longa duração das controvérsias,

considerando-se os limites temporais para a realização de pesquisas científicas e os recursos escassos para trabalhos de campo? A questão, não colocada pelos autores aqui referenciados, visto o *locus* privilegiado de produção científica no qual se encontram, mostra-se pertinente a todos aqueles que, desde os países do Sul global, engajam-se no estudo de controvérsias. E ainda que não se tenham respostas prontas para os desafios apresentados, acredita-se que o seu enfrentamento tenha o potencial de delimitar novos contornos aos estudos sobre ciência e tecnologia e, mais precisamente, à Teoria do Ator-Rede.

A CONTROVÉRSIA INVESTIGADA: ÁGUAS E MINERAÇÃO EM ARAXÁ/MG

Para os fins deste artigo, serão apresentados alguns traços da controvérsia tecnocientífica que é, atualmente, foco de estudo da autora. O objetivo é compartilhar algumas experiências de campo, a partir da mobilização dos referenciais teóricos anteriormente mencionados. Mais do que esgotar possibilidades do campo em questão, ou apresentar respostas conclusivas às inquietações suscitadas, o enfoque será em fazer um breve exercício teórico-empírico acerca das possibilidades que se apresentam para pesquisas direcionadas ao estudo de controvérsias.

Localizada na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, a cidade de Araxá, Minas Gerais, conta desde a década de 1960 com a presença da maior mina de extração de nióbio do planeta⁷, além de uma mina de extração de fosfato e um balneário hidromineral, de águas sulfurosas e radioativas, associadas historicamente a práticas terapêuticas. As minas localizam-se no entorno do complexo hidromineral da cidade, numa região denominada de Barreiro. Em 2008, 120 famílias moradoras do Barreiro entraram com uma ação judicial contra as empresas mineradoras, após ter sido constatado um nível elevado de bário nas águas que abasteciam suas casas. A vinculação estabelecida entre o bário presente nas águas e as atividades de

⁷ O nióbio é um metal estratégico para a Balança Comercial do Brasil, uma vez que o país é o seu principal exportador mundial (na forma de liga ferronióbio), sendo responsável por 93,7% da produção mundial e 98,2% das reservas conhecidas no planeta (DNPM, 2016). Seu uso é múltiplo e abrangente, promovendo maior eficiência energética e resistência a ligas metálicas de ferro e aço, assim como superligas, que compõem a fabricação de automóveis, gasodutos, motores de aeroplanos, foguetes, joias, entre outros.

mineração, especialmente as de extração do nióbio, decorreu do fato de que, em 1982, já fora detectada uma contaminação por bário de águas subterrâneas situadas à jusante da Barragem 4 da empresa responsável pela mina (PINTO *et al.*, 2011).

A empresa, contudo, construiu sua defesa com base no argumento de que os índices elevados de bário e outros metais pesados encontrados nas águas são características naturais das águas da região, não sendo, portanto, responsabilidade sua a contaminação persistente. Ademais, na controvérsia instaurada, estudos realizados pela empresa afirmaram “não ser tecnicamente possível que a água do poço que alimenta as residências das 120 famílias tenha relação com o local onde se situa o vestígio remanescente da contaminação por bário de 1982” (PINTO *et al.*, 2011, p. 285).

Partindo dos autores da ANT, tem-se que a descrição de uma controvérsia deve ser feita “seguindo” a construção do enunciado que a conforma. Identifica-se, assim, tanto os movimentos que afastam o enunciado de suas condições de produção, como as sentenças que levam o enunciado para a direção de suas condições de produção (LATOURET, 2000), havendo o estabelecimento de disputas entre um programa e um antiprograma (LATOURET, 2016). No caso analisado, pode-se dizer que o programa da controvérsia, defendido pela empresa mineradora, define-se pelo enunciado de que “o nível de bário nas águas é natural”, enquanto o seu antiprograma, representado pelo grupo de moradores que precisaram ser deslocados de suas casas, constitui-se pela narrativa de que “o nível de bário é culpa da mineração”. Em torno à controvérsia, mobilizam-se argumentos técnicos que expressam, ao mesmo tempo, questionamentos e defesas acerca da possibilidade de domínio da técnica sobre a natureza - representada aqui por todo o processo de extração do nióbio - e seus efeitos “controlados/seguros” ou “incontroláveis/inseguros” para o ambiente.

Na pesquisa que vem sendo desenvolvida, realizou-se a seleção de documentos que, de algum modo, “falam” acerca da controvérsia instaurada e trazem alguns dos argumentos acionados na defesa de seu programa e antiprograma. Estes documentos se referem a notícias divulgadas em jornais da região, coletadas na internet e/ou durante a ida ao Arquivo Histórico de Araxá. Além disto, foi possível acessar, na íntegra, a decisão judicial publicada em 2018, referente aos 517

processos abertos contra as empresas de mineração pelas 120 famílias. Os processos foram julgados em conjunto pela Comarca de Araxá, a partir da escolha aleatória de um “processo condutor”. A seguir, apresentam-se alguns traços de uma descrição que se inicia.

O primeiro traço, apontamento, é a respeito da “cronologia” da controvérsia. Partindo das contribuições de Bruno Latour (2017), considera-se que, embora os momentos históricos sejam recorrentemente pensados a partir de uma linearidade temporal, importa perceber de que modo certos eventos são capazes de produzir novos entendimentos e, em última instância, existências para momentos passados. Neste sentido, tanto o presente como o passado são passíveis de transformação. Tratando-se da controvérsia referente à presença de bário nas águas do Barreiro/Araxá, o evento de abertura de processos judiciais de moradores contra as empresas em 2008 é, ao mesmo tempo, influenciado e produtor de transformações no modo como certos actantes acionam e passam a entender o que havia ocorrido em 1982, quando detectou-se por primeira vez uma infiltração a jusante de uma barragem da empresa de mineração de nióbio. Desta forma, a partir de 2008, o que se encontrava “estabilizado” como um caso de contaminação já devidamente controlado e remediado, passa a circular em documentos e falas de actantes como um “evento não finalizado” ou “não plenamente controlado”, produtor de reverberações.

O entendimento de uma contaminação como persistente – ao invés de controlada ou finalizada – coloca, para um conjunto de actantes, o nióbio extraído pela mineradora como produtor de bário que, por sua vez, contaminaria as águas, até então terapêuticas, e potencialmente capaz de adoecer corpos, até então saudáveis; a técnica - seja no processo de mineração do nióbio, seja na “comprovação” ou “validação” dos níveis de bário nas águas - não aparece de modo algum “silenciada” ou “neutra”. Ao contrário, move-se em constantes disputas e defesas, inscrevendo práticas tanto de preservação, remediação e controle, como de contaminação, destruição, remoção e danos. Em todas as situações, a técnica “comprova”, “constata”, “evidencia”. E a controvérsia que em torno a ela se coloca mostra um conjunto diverso de actantes que constituem a rede: empresas mineradoras, órgãos

estatais/governamentais, associação de moradores, águas do complexo hidromineral, nióbio, bário, outros metais pesados, laudos, notas técnicas, notas de imprensa, relatórios, materiais publicitários, ações e sentenças judiciais, e termos de compromisso.

Um segundo apontamento acerca do esforço de descrição da controvérsia é o acompanhamento dos argumentos que percorrem os enunciados do seu programa e antiprograma. Dentre os documentos que já foram mapeados nesse momento da pesquisa, um que se apresenta como relevante é a sentença judicial acerca dos processos abertos por ex-moradores do Barreiro contra as empresas mineradoras. A decisão encontra-se disponível para consulta, em sua íntegra, no site do TJMG; são em torno de cento e cinquenta páginas, entre a decisão e seus anexos, apresentando informações acerca dos processos individuais que foram movidos contra as empresas (incluindo-se, por exemplo, todos os problemas de saúde referenciados pelos moradores como tendo vínculo com a contaminação das águas), assim como os argumentos acionados pelas empresas, especialmente a de extração do nióbio, na sua defesa.

A sentença judicial, vale indicar, aproximou-se – ou melhor, igualou-se – aos argumentos apresentados pelas empresas para sustentar o enunciado de que “o nível de bário nas águas é natural”. A sentença se torna um documento interessante de análise, uma vez que nela está sintetizado um conjunto de esforços de argumentação e contra argumentação que já vinham sendo construídos pelos actantes ao longo de todo o desenrolar da controvérsia - o que se relaciona ao que Chateauraynaud (2015) destaca como sendo a longa duração dos argumentos. E, ademais, torna-se emblemática no momento em que ela mesma, ao apresentar uma posição, demarca um novo deslocamento em direção à tentativa de encerramento da controvérsia. Na impossibilidade de apresentar todos os argumentos presentes na sentença, serão aqui tratados apenas dois destes.

O primeiro argumento refere-se ao modo como o juiz aciona a ciência, numa divisão entre “leigos” e “especialistas”, para fundamentar a inconsistência do argumento apresentado pelos moradores. Afirmo ele

E uma questão muito interessante, pelo menos para o leigo, foi informada pelo expert, qual seja, a que, assim como os homens, as águas possuem também suas ‘assinaturas’ e é possível comparar essas ‘assinaturas’ para saber se a água de um determinado local é a mesma água de um outro local, deslocada não apenas pela superfície, mas também pelos canais subterrâneos. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, 2018, s/p).

Assim, a partir de citações do estudo apresentado pelo expert, afirma-se que as “assinaturas” das águas do poço que abastecia as residências e as que se encontram no entorno da barragem da empresa “não são as mesmas”. No primeiro caso, haveria uma composição química de predominância de águas bicarbonatadas cálcicas com pH alcalino e levemente ácido e, no segundo, águas cloretadas cálcicas, duras e com pH mais ácido. Portanto, seriam “águas de origens e qualidade química completamente diferentes e facilmente identificáveis” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, 2018, s/p). Argumento este que, conforme descrito na sentença, seria “reforçado” pelos estudos apresentados pela empresa acerca do fluxo das águas.

Em segundo lugar, há o argumento que pode ser entendido como a reafirmação do programa da controvérsia. Partindo dos laudos e documentos acionados pelos moradores e pela empresa e mobilizando uma perícia hidrogeológica e ambiental contratada pelo poder judiciário, a sentença conclui pela “origem natural do bário”, sustentando uma ausência de “cientificidade” nos argumentos apresentados pelos moradores: “as conclusões da perícia técnica somente podem ser afastadas por contraprova contrária ou mesmo por argumentos técnicos diversos, desde que devidamente justificados com raciocínio lógico e científico, o que não ocorrera no caso concreto” (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, 2018, s/p).

O que se produz, a partir da publicação da sentença em 2018, é uma forte tentativa de estabilização da controvérsia que fora reativada por meio da mobilização dos moradores em 2008. Há, assim, o esforço por voltar à “caixa preta”, por “neutralizar” a técnica em torno à extração mineral, de modo que ela não seja associada à contaminação das águas, à destruição do ambiente daquele lugar que é, precisamente, o referente de belezas naturais, práticas de cura e lazer. Pode-se,

contudo, afirmar que esta estabilização resultou eficiente?

Por um lado, não cabe dúvidas de que as “partes” na disputa não estavam em “simetria de condições” (aqui pensando para além do princípio de simetria na *descrição* das redes). Ou seja, o que é possível de ser mobilizado pelas empresas, na relação com outras instituições, torna-se mais potente no sentido de “produzir estabilizações” do que o que é mobilizado por outros actantes, como os moradores. Pode-se pensar, por exemplo, no próprio acesso a técnicos e especialistas e às condições materiais de se produzir laudos e relatórios. É emblemático notar o quanto o próprio conhecimento técnico, acionado por ambas as partes, tende a ser “validado” de modos distintos.

A despeito da “assimetria” entre o que é acionado e validado dentro da rede, a pesquisa de campo iniciada em Araxá indica a permanência de questionamentos e disputas em torno aos efeitos e consequências da técnica minerária. Como alguns destes indícios há, primeiramente, a “contradição” entre a sentença judicial e o novo termo de compromisso firmado, poucos meses depois, entre a empresa de nióbio e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), afirmando-se a insuficiência das ações da empresa para a completa remediação dos danos causados pela contaminação de 1982⁸. Ademais, indica-se que os moradores, ainda que fragilizados pelo processo, seguem mobilizados e que os recentes eventos traumáticos ocorridos em Minas Gerais – envolvendo rupturas de barragens de rejeitos de outras empresas de mineração - produziram, nos últimos tempos, uma expressiva contestação à confiança irrestrita na segurança das atividades minerárias. Neste sentido, o que o empírico parece nos indicar é que para alguns dos actantes – os “marginalizados”, na

⁸ Na notícia divulgada pelo MPMG, consta: “A companhia é responsável pela contaminação de lençóis hídricos subterrâneos com substâncias químicas oriundas de fontes antrópicas, verificada em 1982 (...). Desde então, a empresa vem implementando um conjunto de medidas mitigadoras, sem, no entanto, concluir o processo de remediação ambiental desenvolvido no âmbito do Convênio, Termo de Compromisso, Termo de Acordo e Termo de Aditamento de Acordo, firmados respectivamente com o Estado de Minas Gerais, com o município de Araxá e com o Ministério Público, no Inquérito Civil instaurado pela 1ª promotoria de Justiça de Araxá.” Notícia disponível em: <<https://www.mpmg.mp.br/comunicacao/noticias/mpmg-firma-acordo-com-a-companhia-brasileira-de-metalurgia-e-mineracao-para-reparacao-de-danos-causado-ao-meio-ambiente-em-araxa.htm>> Acesso em 10. jun 2019.

expressão de Star (1991) – a estabilização da controvérsia não se apresenta como uma possibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo apresentou-se uma reflexão, ainda que breve, acerca das contribuições da perspectiva pragmática para o estudo de controvérsias tecnocientíficas. Enfocando-se as formulações dos autores da denominada Teoria do Ator-Rede (ANT), realizou-se o esforço de inseri-las ao conjunto frutífero de novas possibilidades de construções teórico-metodológicas do campo das ciências sociais, ao mesmo tempo em que se buscou apresentar algumas de suas limitações e desafios.

Como eixo central, sustentou-se que a reformulação proposta por autores como Bruno Latour e Michel Callon à concepção de agência no âmbito das teorias sociais (de modo a pensá-la como a capacidade de produzir mudanças de humanos e não-humanos em uma rede), assim como a ênfase no caráter de construção coletiva e contingencial dos saberes científicos, apresentam-se como potencialidades das contribuições da ANT, especialmente para estudos que se propõem a abordar a questão ambiental. Ao mesmo tempo, argumentou-se que embora posições e identidades sejam constituídas nas inter-relações que conformam uma rede, e as categorias mobilizadas em uma pesquisa devam sempre ser colocadas à prova diante do que emerge em campo, deve-se considerar que os atores humanos não entram em controvérsias desprovidos de posições/identidades. O que leva, em última instância, ao desafio de, seguindo os atores, considerar a existência de topologias diversas para as redes, que deem conta de assimetrias – mais ou menos contingenciais -, de identidades ambivalentes e de possibilidades diversas de estabilização de controvérsias para atores heterogêneos - algo que foi tratado neste artigo a partir das contribuições de John Law e Annemarie Mol (2001) e, de modo mais destacado, Susan Star (1991), Vicky Singleton e Mike Michael (1998).

No que pese o amplo uso feito do termo Teoria do Ator-Rede para se referir às contribuições de um conjunto de autores neste artigo apresentado, cabe mencionar

que a identificação a uma “teoria” não é por eles compartilhada. Pelo menos não no sentido convencional de teoria, entendida como capaz de fornecer um quadro analítico-metodológico coerente. Conforme Annemarie Mol (2010), só é possível considerar a ANT como uma teoria se esta for entendida como “um repositório de termos e modos de engajamento com o mundo, como um conjunto de reflexos metodológicos contrários” (MOL, 2010, p. 262, tradução nossa). A ANT passa a ser uma teoria no sentido de que “ajuda a distinguir casos, desenhar contrastes, articular camadas silenciosas, inverter questões, focar o inesperado, adicionar sensibilidades, propor novos termos e mudar histórias de um contexto para outro” (MOL, 2010, p. 262, tradução nossa).

Considerando o esclarecimento feito pela autora, pode-se considerar, portanto, que a ANT ajuda a “engajar-se no mundo”, partindo da premissa de que sociedade e natureza são resultantes de um mesmo processo, portanto ontologicamente indissociadas e indissociáveis. Não cabe estudá-las separadamente, mas, pelo contrário, realizar o esforço de mapeamento das redes que se estabelecem, a todo momento, entre elementos híbridos. E, não menos importante, subverter, indagar, desdobrar a ANT sempre e quando os actantes com quem entramos em contato e que buscamos seguir, façam-nos perceber a necessidade de expandir perspectivas, produzir rupturas, ampliar traços ou considerar fissuras naquilo que engendramos como conhecimento científico. Trata-se, em última instância, de considerar com suficiente liberdade reflexiva que, junto àqueles com quem nos engajamos em pesquisas, estamos também produzindo novas realidades e mundos.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, Luc. THÉVENOT, Laurent. **De la justification**: Les économies de la grandeur. Paris: Éditions Gallimard, 1991.

CALLON, Michel. Por uma nova abordagem da ciência e do mercado. O papel das redes sociotécnicas. In: PARENTE, A. (org.). **Trama da rede**, Porto Alegre, Sulina, 2004. p. 64-79.

CALLON, Michel. Algunos elementos para una sociología de la traducción: la domesticación de las vieiras y los pescadores de la bahía de St. Brieuc. In: IRANZO, J.M *et al.* (eds). **Sociología de la ciencia y la tecnología**. Madrid: CSIC, p. 259-282, 1995.

CHATEAURAYNAUD, Francis. Pragmatique des transformations et sociologie des controverses: Les logiques d'enquête face au temps long des processus. In: _____; COHEN, Yves (dir.). **Histoires pragmatiques**, Raisons pratiques, v. 25, 2015. Tradução de Diogo Corrêa.

CÔRREA, Diogo Silva. Do problema do social ao social como problema: elementos para uma leitura da sociologia pragmática. In: **Revista de Ciências Sociais**, nº40, p.35-62, abril de 2014.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Sumário Mineral**. Brasília: DNPM, 2016. 135p.

DOSSE, François. **O império do sentido**: A humanização das ciências humanas. São Paulo: Editora Unesp. 2018.

HARAWAY, Donna. A Cyborg Manifesto: Science, Technology, and Socialist-Feminism in the late Twentieth Century. In: _____. **Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature**. Nova Iorque: Routledge, p.149-181, 1991.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora**: Ensaios sobre a realidade dos estudos científicos. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

_____. **Cogitamus**: Seis cartas sobre as humanidades científicas. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. **Reagregando o Social**: Uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador-Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

_____. **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru: EDUSC, 2004.

_____. **Ciência em Ação**: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LAW, John; MOL, Annemarie. Situating technoscience: an inquiry into spatialities. In: **Environment and Planning D: Society and Space**, vol 19, p. 609 – 621, 2001.

MOL, Annemarie. Actor-Network Theory: sensitive terms and enduring tensions. In: **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**. Sonderheft, 50, 253-269, 2010.

NUNES, João Arriscado. O resgate da epistemologia. In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº80, p. 45-70, março de 2008.

PINTO, Cláudio Lúcio; DUTRA, José Gusmão; SALUM, Maria José; GANIME, José Fernando; OLIVEIRA, Michelly dos Santos. **Estudo de caso: principal polo produtor de fosfato e nióbio do país**. CETEM/MCTI, p. 283-306, 2011.

SINGLETON, Vicky; MICHAEL, Mike. Actores-red y ambivalencia: Los médicos de familia en el programa británico de citología de cribaje. In: DOMÈNECH, Miquel; TIRADO, Francisco (orgs). **Sociología simétrica**. Ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad. Barcelona: Gedisa, p.171-217, 1998.

STAR, Susan. Power, technology and the phenomenology of conventions: on being allergic to onions. In: LAW, John (org). **Power, technology and the Modern World**. Sociological Review Monograph. p.26-56, 1991.

TIRADO, Francisco; DOMÈNECH, Miquel. Asociaciones heterogéneas y actantes: El giro postcolonial de la teoría del actor-red. In: SÁNCHEZ-CRIADO, Tomás (ed). **Tecnogénesis: La construcción técnica de las ecologías humanas**. Madrid: Antropólogos Iberoamericanos en Red (AIBR), vol.1, p.41-78, 2008.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS, ARAXÁ. Sentença judicial sobre os 517 processos movidos contra a CBMM, Bunge e Vale Fertilizantes. Ação indenizatória. 2018. Disponível em: <https://www4.tjmg.jus.br/juridico/sf/proc_resultado.jsp?tipoPesquisa=1&txtProcesso=0040090843570&comrCodigo=40&nomePessoa=&tipoPessoa=X&naturezaProcesso=0&situacaoParte=X&codigoOAB=&tipoOAB=N&ufOAB=MG&numero=1&select=1&tipoConsulta=1&natureza=0&ativoBaixado=X&listaProcessos=09084357>. Acesso em 01 jul. 2019.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.

RURALIDADE CONTEMPORÂNEA E CONFLITO AMBIENTAL: O CASO DA FAZENDA DO ARADO

CONTEMPORARY RURALITY AND ENVIRONMENTAL CONFLICT: THE CASE OF FAZENDA DO ARADO

RURALIDAD CONTEMPORÁNEA Y CONFLICTO AMBIENTAL: EL CASO DE FAZENDA DO ARADO

Joana de Oliveira Winckler¹

Resumo

O artigo apresenta o trabalho de conclusão de curso “A Fazenda do Arado: Conflito Ambiental e Ruralidade Contemporânea na Zona Sul de Porto Alegre” que teve por objetivo mapear atores envolvidos no conflito em torno da construção de um empreendimento urbanístico na Fazenda do Arado, localizada no Extremo Sul de Porto Alegre/RS. Parte de uma análise sociológica de conflito ambiental, baseada em procedimentos metodológicos qualitativos, para evidenciar as identidades sociais que emergiram em função da disputa entre os diferentes projetos de uso, apropriação e significação do território. Para tal, articula referenciais teóricos da Sociologia Ambiental e Rural, destacando os discursos e projetos defendidos pelos atores envolvidos. Por fim, aponta a existência de compreensões conflitantes das noções de rural e ambiente, perpassando questões de dimensão material e simbólica.

Palavras-Chave: Ruralidade; Conflito Ambiental; Fazenda do Arado; Porto Alegre.

Abstract

This paper presents the undergraduate thesis “A Fazenda do Arado: Environmental Conflict and Contemporary Rurality in the South Zone of Porto Alegre”, which aimed to map actors involved in the conflict over the construction of an urban development at Fazenda do Arado, located in the extreme south of Porto Alegre/RS. It starts with a sociological analysis of environmental conflict, based on qualitative methodological procedures, to highlight the social identities that emerged as a result of the dispute between different projects of use, appropriation and significance of the territory. To this end, it articulates theoretical references of Environmental and Rural Sociology, highlighting the speeches and projects defended by the actors involved. Finally, it

¹ Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais (UFRGS). Email: joana.winckler@hotmail.com. Orcid:0000-0001-8236-1325.

points out the existence of conflicting understandings of the notions of rural and environment, running through issues of material and symbolic dimension.

Keywords: Rurality; Environmental conflict, Fazenda do Arado; Porto Alegre.

Resumen

El artículo presenta el trabajo de conclusión del curso “A Fazenda do Arado: Conflicto ambiental y ruralidad contemporánea en la zona sur de Porto Alegre” que tuvo como objetivo mapear los actores involucrados en el conflicto por la construcción de un desarrollo urbano en Fazenda do Arado, ubicado en el extremo sur de Porto Alegre / RS. Se parte de un análisis sociológico del conflicto ambiental, basado en procedimientos metodológicos cualitativos, para resaltar las identidades sociales que surgieron como resultado de la disputa entre los diferentes proyectos por el uso, apropiación y significación del territorio. Para ello, articula referencias teóricas de Sociología Ambiental y Rural, destacando los discursos y proyectos defendidos por los actores involucrados. Finalmente, señala la existencia de entendimientos conflictivos de las nociones de rural y medio ambiente, cruzando cuestiones de dimensión material y simbólica.

Palabras clave: Ruralidad; Conflicto ambiental; Fazenda do Arado; Porto Alegre.

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, a construção de empreendimentos urbanísticos constitui um fenômeno caracterizado por aquilo que Caldeira (1997) denominou como “enclaves fortificados” - espaços fechados para moradia, lazer ou consumo – marcando novas dinâmicas urbanas e rurais, podendo gerar conflitos entre a população local e seus propositores. Esse tipo de empreendimento, conforme apontam Mammarella e De Barcellos (2009), em sua análise direcionada à temática dos condomínios fechados na Região Metropolitana de Porto Alegre, relaciona-se com uma tendência mundial de criação de “descontinuidades urbanas, que revestem de centralidade as áreas tradicionalmente consideradas periféricas” (p.207). Recentemente, a proposta de um empreendimento urbanístico no Extremo Sul de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, desencadeou uma disputa judicial entre parte dos moradores locais e seus propositores, tendo como objeto central desse conflito a Fazenda do Arado².

O artigo tem como base o trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais “A Fazenda do Arado: Conflito Ambiental e Ruralidade Contemporânea na Zona Sul

² Também conhecida como Fazenda Arado Velho.

de Porto Alegre” (Winckler, 2017)³. O trabalho mapeou e identificou os principais grupos envolvidos nesse conflito, de forma a caracterizá-los articulando o conceito de ruralidade contemporânea para explorar o contexto social no qual essa disputa se insere. As análises se centraram no recorte temporal entre os anos 2014 e 2017. Desde a sua finalização, houve importantes mudanças nesta disputa, as quais apresento ao final deste artigo.

A pesquisa priorizou atores que estavam diretamente envolvidos na disputa, isto é, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Câmara Municipal de Porto Alegre, o Empreendimento Urbanístico Arado Velho e aqueles mais à frente na contestação do empreendimento por meio da participação na campanha Preserva Arado, em especial o Movimento Preserva Belém Novo e o Coletivo Ambiente Crítico. O conflito tem a mediação do poder judiciário, principalmente com a atuação do Ministério Público Estadual.

Através de uma metodologia qualitativa, o trabalho adotou três principais procedimentos metodológicos: a) a análise de documentos como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) e as Leis envolvidas na disputa, bem como *sites*, grupos, fóruns e material de divulgação da campanha Preserva Arado; b) a observação e participação em audiências públicas, oficinas e encontros relacionados ao tema; e c) a realização de entrevistas semi-estruturadas com interlocutores-chave do poder público (Prefeitura e Câmara Municipal), Movimento Preserva Belém Novo, movimentos ambientalistas municipais e representantes da empresa responsável pelo projeto, a Arado Empreendimentos Imobiliários. Para complementar estas entrevistas foram enviados questionários *online* para aqueles que preferiram responder neste formato.

O estudo se associa à perspectiva de Acselrad (2004) quanto ao conceito de conflitos ambientais, analisando a disputa em torno da Fazenda à luz das relações de poder entre os atores envolvidos, levando em consideração as diferentes formas de apropriação do mundo material que se evidenciaram ao longo dos argumentos dos atores estudados. O ambiente, enquanto recurso argumentativo, logo demonstrou um embate divergente quanto ao uso, apropriação e significação do território em questão.

O conflito aqui descrito ocorreu devido à compreensão, por parte dos contestadores do Empreendimento, de que haveria uma ameaça à estrutura espacial do território e suas possibilidades de uso. O ambiente, nesse contexto, foi o terreno

³ Orientado pela profa. Dra. Lorena Fleury (TEMAS/UFRGS).

material e simbolicamente contestável, no qual, os atores munidos “de suas distintas formas de interagir com o ambiente, se enfrentam pelo domínio de um mesmo território ou de seus recursos naturais” (SOUSA et al., 2015, p. 408). Em outras palavras, a disputa se deu tanto pela relevância ecológica do território, quanto por significados históricos, simbólicos e culturais, os quais, por sua vez, evidenciaram como os segmentos sociais envolvidos nesta disputa compreendiam o ambiente e faziam uso do mesmo.

Tais significados, bem como a identidade sociocultural dos moradores estudados, aparecem ao longo dos discursos atrelados à categoria de rural e à noção de ruralidade. Em consonância com os estudos ligados à Ruralidade Contemporânea, como desenvolvidos por Schneider (2009); Wanderley (2000); Carneiro (1998, 2008); Medeiros et. al (2014); Graziano da Silva (2001); Brandenburg (2005), Locatel (2004), a pesquisa corrobora com a noção de ruralidade contemporânea enquanto um fenômeno complexo que não se reduz a práticas agrícolas ou a delimitações legais, evidenciando limitações dos Planos Diretores enquanto mecanismos de planejamento do conjunto dos territórios, dado “o enfoque do desenvolvimento urbano a que estão sujeitos” (MEDEIROS, et. al, 2014, p. 138). Nesse contexto, Graziano da Silva (2001) destaca que a emergência do novo rural é composta tanto pela produção agrícola quanto por novos sujeitos rurais como, por exemplo, moradores de condomínios rurais de alto padrão ou moradores que se ocupam de atividades não-agrícolas, ambos ilustrados na figura dos neorrurais.

Somado a este aspecto, este estudo procurou demonstrar que a noção de rural pode ser entendida como uma categoria simbólica, dialogando com o proposto por Acselrad (2004) quanto ao ambiente. Para Carneiro (1998), a “ruralidade” é expressa de forma distinta conforme os universos culturais, sociais e econômicos de cada localidade. Diante disto, a autora sugere que se perceba a ruralidade enquanto um fenômeno cultural, deslocando a análise para o imaginário social dos atores estudados.

Na pesquisa, identificando o lugar e o significado que a ruralidade preenchia nas relações sociais do espaço em questão, destacou-se a própria ruralidade contemporânea como objeto de disputa. As construções discursivas estavam inseridas num processo de revalorização do rural enquanto “espaço de novas sociabilidades que articulam redes envolvendo atividades de reconversão ecológica ou ambiental” (BRANDENBURG, 2005, p.7).

Os conceitos de ambiente, o rural e a ruralidade foram manipulados e resgatados nas construções discursivas dos atores ao longo do conflito, buscando fortalecer as identidades socioculturais e evidenciando os distintos e divergentes projetos de uso, apropriação e significação do território em questão.

A FAZENDA

A Fazenda Arado Velho localiza-se entre os bairros Belém Novo e Lami no Extremo Sul de Porto Alegre. Seu território se estende por 426 hectares, composto em grande parte por campos de várzea com maricazais, banhados permanentes e sazonais, e praias de areia intercaladas com juncais e aguapés, pois trata-se de um território às margens do Lago Guaíba, o qual banha boa parte da cidade. Há ainda fragmentos de Mata Atlântica principalmente na área que compreende seu morro e a chamada Ponta do Arado, que adentra as águas do Guaíba. Consequência desta riqueza ecológica, seu território é habitat de diversas espécies de mamíferos, répteis, aves e anfíbios, algumas das quais estão ameaçadas de extinção.

Os registros mais antigos de ocupação humana se encontram no sítio arqueológico na Ponta do Arado e remetem à etnia indígena Guaraní. Tal como afirmou um entrevistado, “a Fazenda faz parte da história do bairro Belém Novo”. O bairro, criado no século XIX - que à época era conhecido como freguesia do Arado Velho –, era essencialmente ocupado por pequenas chácaras e fazendas de produção agrícola, e olarias. Já durante as primeiras décadas do século XX, o bairro adquiriria a função de balneário e um consequente desenvolvimento da região, como a melhoria das estradas, construção de restaurantes, hotéis e casas de veraneio das altas classes porto-alegrenses.

Neste mesmo período, a área da Fazenda é adquirida pelo jornalista Breno Caldas (1910-1989), tornando-a Fazenda Haras do Arado. Caldas cria um importante centro de criação de cavalos de corrida e constrói edificações com grande valor arquitetônico e histórico, as quais até hoje estão em pé, ainda que em condições precárias. Estas estruturas podem ser agrupadas em torno de cinco núcleos, atestando as diferentes funções e atividades econômicas que já foram desenvolvidas na região, como agropastoris para produção de leite, arroz e a criação de cavalo de corrida. Conforme um entrevistado,

a Fazenda faz parte da história do bairro, bem como o seu fundador, Breno Caldas. Quando vivo e dono da propriedade, circulava pela "vila" de Belém como qualquer cidadão. Aqui mantinha amigos e parentes de pessoas que trabalhavam e/ou habitavam na Fazenda, também frequentemente visitada por moradores para pescar e passear por sua orla, numa relação de vizinhança e respeito (WINCKLER, 2017, p.62).

Atualmente, a área é integralmente propriedade do grupo empresarial que propõe o Empreendimento Urbanístico Arado Velho. As praias e arredores da Fazenda são visitadas por pescadores e moradores da região, na forma de acampamentos, pescarias ou passeios. No início de 2018, um grupo de indígenas da etnia Guarani-Mbya iniciou uma Retomada na Ponta do Arado.

A ZONA RURAL DE PORTO ALEGRE

O primeiro Plano Diretor de Porto Alegre, de 1979, estipulava duas grandes zonas para o município, uma urbana e outra rural. Durante a sua vigência, a zona rural ocupava cerca de 30% da área total do município. A partir de 1999, com o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental (PDDUA), a cidade deixava de ter zona rural passando a ser dividida em Macrozonas, conforme duas grandes áreas: a Área de Ocupação Intensiva (AOI) e a Área de Ocupação Rarefeita (AOR).

No PDDUA, a região que do Extremo Sul compreendia a Macrozona 8, a Cidade Rururbana, uma mescla de urbano e produção primária. A Produção Primária compreendia cerca de 8,28% do território do município, delimitada dentro do recorte da Cidade Rururbana, o que impossibilitava a obtenção de crédito por produtores rurais locais. Em 2015 houve a recriação da zona rural da cidade de forma a atender, principalmente, as demandas destes produtores.

A nova zona rural passava a compreender os mesmos 8,28% do território municipal destinado à produção primária e cerca de 17% da Macrozona 8. A Fazenda estava zoneada em Área de Produção Primária (zona rural) e Área de Proteção ao Ambiente Natural (APAN). Já o bairro Belém Novo, é considerado um Núcleo Intensivo Urbano dentro da Macrozona 8.

Segundo a Prefeitura, a importância desta nova demarcação decorre do fato do município possuir uma das maiores áreas rurais entre as capitais brasileiras, caracterizada pela grande diversificação da produção primária – como o cultivo de hortaliças, pêssegos, melões, uvas e ameixas, entre outros. Porto Alegre ocupa a 10ª posição entre as cidades do estado que fornecem alimentos a Centrais de

Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA). Para o poder público, a recriação do zoneamento possibilita o fomento às atividades agropecuárias, bem como a manutenção de mão de obra do tipo familiar e a geração de empregos, viabilizando, por fim, linhas de créditos e a isenção do Imposto Territorial Urbano (IPTU). Contribuiria, ainda, com a preservação das características socioeconômicas do meio rural, promovendo o turismo rural e a melhoria da qualidade de vida, evitando a implementação de atividades que induzam formas de densificação urbana.

Ambientalistas, em especial ligados ao “Projeto Cinturão Verde de Porto Alegre”⁴, argumentam discordâncias quanto a forma como se deu a recriação da zona rural da cidade. Para eles, umas das principais funções do novo zoneamento seria contribuir para a preservação ambiental da região, freando a urbanização que avança sobre a zona sul da cidade, sob forma de condomínios habitacionais de luxo e loteamentos populares. Segundo sua perspectiva, a fragmentação da delimitação rural em função da produção primária deixou boa parte da região aberta para intensificação desses processos. Em resposta a estes questionamentos, a Prefeitura e o Sindicato Rural local argumentaram que a legislação ambiental e a nova zona rural já desempenham tais funções.

Nesse contexto, destaca-se que a delimitação e os zoneamentos são objetos de disputa entre diferentes atores, como entidades ambientais, produtores rurais, Prefeitura, vereadores, associações, entre outros. O ponto mais relevante nesse cenário foi a utilização da categoria de “rural” enquanto ferramenta de preservação ambiental por parte dos grupos ambientalistas, pois emergiram posicionamentos diferentes quanto à função que o zoneamento “rural” deveria desempenhar.

Carneiro (2008) alerta que entre as dinâmicas da ruralidade contemporânea devem ser consideradas as noções do rural enquanto espaço de preservação ambiental, transformando os significados da terra e da natureza desvinculadas de uma lógica produtivista. A mesma autora chama a atenção que delimitar e identificar as zonas rurais estritamente em função das atividades agrícolas pode ocasionar perda na capacidade de enxergar e captar a heterogeneidade do mundo social que constitui essas localidades. Em consonância com esta perspectiva, Medeiros et. al (2014, p. 139) afirmam que pensar e delimitar o que é rural a partir dessa ótica se mostra insuficiente para explicar as dinâmicas econômicas e sociais do rural contemporâneo

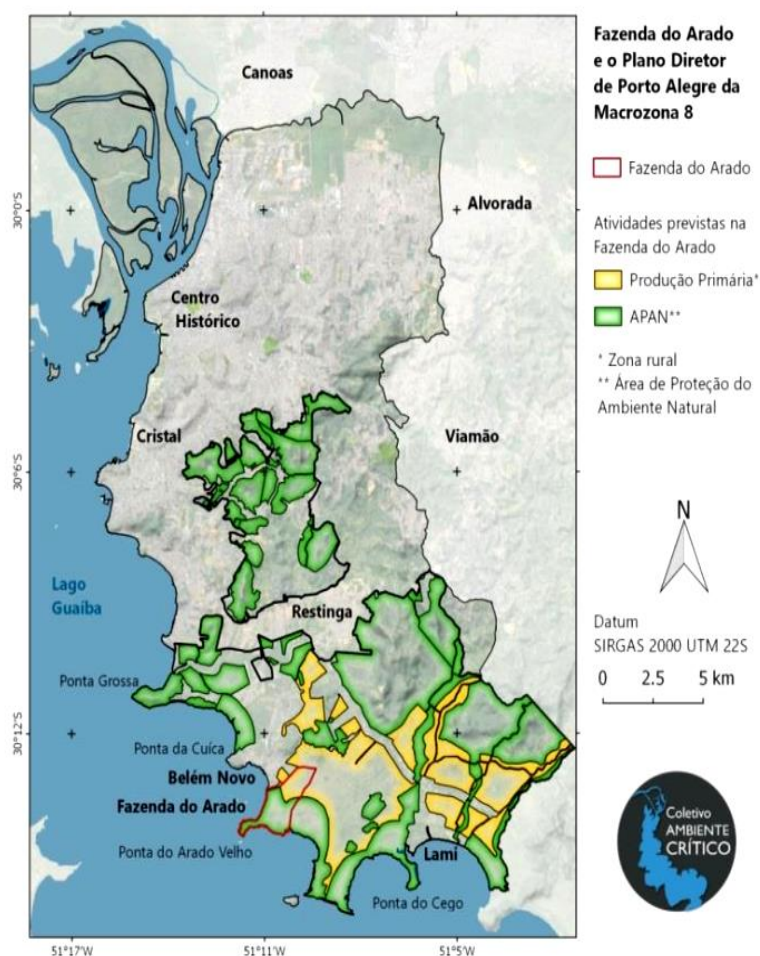
⁴ Sobre o Projeto Cinturão Verde de Porto Alegre: <https://www.youtube.com/watch?v=xXPW24DWqDM>. Acesso em 09/06/2020.

e que “a dinâmica de criação de leis não deveria ser pensada separada do mundo social”. Este é o mesmo entendimento de um entrevistado, que afirma que a zona rural de Porto Alegre

é rural porque preserva características culturais. Estas características culturais dependem do meio ambiente. A zona rural está ligada às tradições de uma cidade do interior... dos modos de vida, da vivência interiorana... zona rural é também a reprodução desses modos de vida (WINCKLER, 2017, p. 57).

Todavia, no mesmo ano da recriação da zona rural da cidade, houve mais uma mudança no Plano Diretor. A Prefeitura de Porto Alegre encaminhou para a Câmara Municipal o Projeto de Lei, mais tarde sancionado como Lei Complementar 780/15, alterando o regime urbanístico da Fazenda e criando subunidades de forma a viabilizar a construção do Empreendimento Urbanístico Arado Velho.

Figura 1 – Localização e zoneamento da Fazenda



Fonte: WINCKLER, 2017, p. 26. Elaboração: Coletivo Ambiente Crítico.

O EMPREENDIMENTO URBANÍSTICO ARADO VELHO

Para sediar o Empreendimento, a área total da Fazenda do Arado foi dividida em Ocupação Intensiva (AOI) e Ocupação Rarefeita (AOR). Segundo o EIA (vol. I, 2013), a AOI corresponde a menor porção do empreendimento, destinada ao comércio, serviços e duas áreas residenciais, enquanto que a AOR, predominante no território, contaria com cerca de 21% destinado a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), o Setor Hoteleiro, e a Área de Desenvolvimento Diversificado (ADD), que abrigaria outras atividades residenciais do empreendimento. O número de economias frente a legislação anterior (PDDUA/1999) seria de 1323 economias (EIA, vol. I, 2013, p. 440), e com a nova alteração (LEI 780/15), poderia-se chegar a 2.272 economias, abrigando cerca de 8 mil novos moradores para a região. Em suma, um crescimento de cerca de 60% na população do bairro Belém Novo.

O Empreendimento se apresenta como uma contenção da expansão urbana em direção à zona sul, como uma área de transição entre o urbano e o rural do município, caracterizando-se como o meio termo entre os dois. Criando uma nova centralidade à região, atrairia moradores de outros bairros do entorno, qualificando o bairro Belém Novo e revitalizando a região. Atividades não residenciais, como o comércio e serviços, ampliariam oportunidades de emprego para a população local, bem como o consequente aumento de demanda por infraestrutura de saneamento e sistema viário por parte dos novos moradores do Empreendimento.

Na proposta do Empreendimento também está determinada a preservação de 34% da área total da Fazenda, destinados a APANs, permitindo a preservação dos elementos paisagísticos significativos, sendo boa parte acessível para moradores e visitantes da região. Sua preservação garantiria a percepção de um *continuum* paisagístico. De acordo com um representante do Projeto, entrevistado durante a realização da pesquisa, essas áreas foram ofertadas como doação à Prefeitura, a qual não a aceitou em função de “não ter condições de manter a área” (WINCKLER, 2017, p.39).

Segundo o mesmo, a sustentabilidade é uma preocupação central do Projeto e, por esta razão, mantiveram-se preservadas as áreas de banhado, o Morro, a Ponta do Arado e outras regiões, com a finalidade de abrigar os animais que habitam a Fazenda. Argumentando que antes da alteração da Lei era possível construir com uma densidade menor, ao mesmo tempo de sua total ocupação, o Empreendimento procurou concentrar as construções em áreas planas e cotas baixas. Para isto haveria

a necessidade de “significativos volumes de aterro”, os quais “ainda não foram definidos” (EIA, 2013, p. 379).

O bairro Belém Novo é descrito como uma “cidade do interior no contexto da cidade de Porto Alegre” (EIA, 2013, p. 228), com grande potencial turístico em função de uma específica “interação homem-paisagem” (Idem, p. 248). “Esse fato produziu o que se pode denominar de um patrimônio com interesse Histórico, Cultural e Paisagístico” (Ibidem, 248). Segundo o Estudo, embora exista a vocação do bairro para balneário, este se encontraria praticamente inexistente ou limitado aos moradores da região, em função da falta de estrutura adequada. Portanto, nos termos do EIA, a “oferta natural” e a “oferta histórica” não seriam acompanhadas por uma “oferta agregada”, isto é, a infraestrutura necessária para o desenvolvimento da atividade turística, a qual o Empreendimento se propõe a criar.

No documento, afirma-se que a relação do bairro com a Fazenda se caracteriza como uma relação muito mais visual do que efetiva, na qual, as estruturas no interior da Fazenda geraram um “símbolo característico para quem lá vive”, fazendo com que “à sua maneira, a Fazenda, visualizada ao longe, é também parte integrante do panorama belenense. E passados tantos anos ela está incorporada aos olhos e ao imaginário daquela população” (EIA, 2013, p. 249).

De acordo com o representante do Empreendimento, as contrapartidas foram expostas à comunidade do Belém Novo em uma Audiência Pública realizada em 2014, tornando o Projeto “mais sustentável”. Defendendo que o Projeto foi muitas vezes discutido e apresentado para a população local, afirmou que praticamente todos os moradores eram favoráveis à construção do Empreendimento.

Entre as contrapartidas estão a construção de um Centro do Meio Ambiente, com o objetivo de impulsionar estudos relacionados a mudanças climáticas, alternativas energéticas, recursos hídricos, entre outros; a construção de um trapiche flutuante no bairro Belém Novo, a revitalização e construção de um espaço multiuso ecológico junto a um antigo e tradicional restaurante do bairro; a revitalização da Área de Interesse Cultural (AIC) no núcleo onde ficava o Haras no interior da Fazenda, tornando-o um museu indígena e da língua gaúcha aberto ao público (PORTO ALEGRE, 2015). Também foi estabelecida, pela Comissão de Análise Urbanística e Gerenciamento (CAUGE), a implementação de uma Estação de Tratamento de Água pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) e um lote para efetuar a captação junto ao Lago Guaíba.

Figura 2 - Zoneamento conforme Plano Diretor e zoneamento proposto pelo projeto

Fonte: EIA, Vol. I, 2013, p.439 e p.440.

CONTESTADORES DO EMPREENDIMENTO

Os contestadores do Empreendimento organizaram-se em torno da campanha Preserva Arado, formada por ativistas ambientais, parcela dos moradores do bairro Belém Novo, ONGs e sociedade civil. Destacam-se o movimento Preserva Belém Novo e o Coletivo Ambiente Crítico.

Segundo os entrevistados, a mobilização pela campanha Preserva Arado começou quando, logo após a recriação da zona rural, alguns moradores do bairro ficaram sabendo da apresentação do Projeto do Empreendimento e da consequente perda de 5% dessa nova área delimitada. Para muitos, havia uma relação espúria entre o Estado e o consórcio interessado em construir o Empreendimento, além do Projeto ser apresentado como já definido. A possibilidade de moradia na área, de modo geral, é aceita por boa parte destes grupos, desde que seguisse o que estava estipulado pelo PDDUA, tal como argumentou um entrevistado: “O PDDUA estava adequado, foi iniciativa do Prefeito para adequá-lo ao empreendedor” (WINCKLER, 2017, p.51).

Através do acesso a estudos arqueológicos, em especial um realizado junto ao IPHAN⁵ e outro do Grupo de Trabalho da Secretaria da Cultura⁶, passaram a defender a importância da Fazenda. Cunharam o slogan “A Fazenda do Arado é um Patrimônio Ambiental, Histórico e Cultural insubstituível da Zona Sul”, bem como realizaram e participaram de diferentes atividades, em especial entre 2016 e 2017, como uma reunião na Comissão de Saúde e Meio Ambiente (COSMAM), os Encontros pelo Arado, a Remada Ecológica (que consiste em uma ida até as praias da Fazenda para recolher o lixo acumulado em sua orla), entre outras mais.

Um dos principais questionamentos quanto à construção do Empreendimento refere-se à alteração do Plano Diretor, o qual não teria contado com real participação da população impactada. Segundo o Estatuto das Cidades (2001), toda modificação feita no Plano Diretor dos municípios deve ser acompanhada por Audiência Pública, a fim de garantir a participação das populações locais nas decisões municipais. Ao apresentar o Projeto da Lei 780/15, a Prefeitura afirma que atendeu esta exigência em 2014 na Audiência Pública realizada no bairro Belém Novo, a mesma citada pelo Empreendimento. O projeto de Lei sofreu algumas alterações e inclusão de emendas e, segundo os vereadores que as propuseram, eram frutos de pedidos realizados pelos moradores nesta ocasião. No entanto, para estes moradores organizados, a Audiência, além de pouco divulgada, não especificou que se tratava de uma alteração no PDDUA.

Outro argumento, presente no documento Dossiê Jurídico-Ambiental (2016) – de elaboração do próprio grupo - apresentou o que chamaram de “incompletudes do Estudo de Impacto Ambiental”. Segundo o Dossiê (2016, p. 13), o EIA induziu o leitor ao erro no que se refere à caracterização geológica da área da Fazenda, apresentando informações reduzidas e duvidosas a respeito da sazonalidade dos alagamentos na região. Também se critica a quantidade indefinida de aterro necessária para a obra e, por fim, que o ecossistema da Fazenda seria refúgio de populações de fauna migratória e/ou ameaçada de extinção, consistindo em uma área de preservação permanente.

A presença de condomínios habitacionais de grande porte já é uma realidade no bairro Belém Novo. Atualmente, o bairro abriga o maior condomínio desse tipo da capital, o Terraville Belém Novo Golf Club (o Terraville 1), com aproximadamente 180

⁵ Gaulier, Patricia (2001-2002).

⁶ Tocchetto et. al (2013).

hectares e aguarda, segundo entrevistados, a construção de outro do mesmo grupo empresarial e aproximadamente do mesmo tamanho. Nesse cenário, o bairro se encontraria cercado, de um lado, por estes condomínios e, de outro, pelo Empreendimento Arado Velho. Os moradores locais entrevistados apontavam descontentamento com a presença deste “tipo” de empreendimento. Ao se referirem ao Empreendimento Arado Velho, sucessivas vezes afirmavam que era um condomínio do “tipo Terraville”. Seus argumentos giravam em torno de que estes empreendimentos descaracterizam o bairro não trazendo os benefícios prometidos e que os moradores deste “tipo” de empreendimento pouco ou nada participam da vida ativa do bairro, não consumindo do comércio local ou frequentando os mesmos ambientes, ficando “encastelados” dentro dos muros do condomínio.

O potencial turístico da região também foi muito lembrado pelos grupos, de forma que os interlocutores apoiavam seu fomento na região, destacando a importância do bairro enquanto balneário para moradores locais e de outros bairros da cidade. Esta existência ou não de balneabilidade no bairro é uma discordância entre o grupo e o conteúdo expresso no EIA, e, embora ambos ressaltaram a falta de infraestrutura para a atividade, discordaram em sua solução.

Parte dos contestadores propuseram a criação de uma Unidade de Conservação ou uma área de preservação, na qual a população poderia ter acesso através de atividades como o turismo ecológico. Outros afirmaram que um possível uso para a Fazenda seria a criação de um Parque Urbano, apoiando-se na ausência de parques públicos para uso da população local; alguns ainda sugeriram a destinação da área para a produção de produtos ecológicos, plantio orgânico, entre outros.

DECISÕES JUDICIAIS

O primeiro inquérito civil apresentado por um grupo destes contestadores ocorreu em 2015 ao Ministério Público Federal, referente à crimes contra a flora, o ordenamento urbano e o patrimônio cultural por parte do Empreendimento. Ainda em 2015, abriu-se o segundo inquérito civil, desta vez apresentado ao Ministério Público Estadual do Meio Ambiente, para apurar denúncias de danos ambientais causados pela construção do Empreendimento. Nessa segunda ocasião, foram anexados dois pareceres técnicos, elaborados por apoiadores da campanha. Por fim, ainda instauram no mesmo ano, junto ao Ministério Público Estadual da Área Urbanística, a

partir da Promotoria de Justiça de Habitação e Defesa da Ordem Urbanística, outro inquérito civil com o objetivo de investigar uma potencial infração à ordem urbanística.

Em 2016, houve uma audiência entre o promotor de Justiça e Meio Ambiente e os contestadores do empreendimento, desta vez havendo a entrega do Dossiê já citado. Já em 2017, o Ministério Público Estadual (MPE) entrou com uma Ação Civil Pública e, no mês de abril deste mesmo ano, a 10ª Vara da Fazenda Pública do Foro Central compreendeu que haveria vício na Lei Complementar 780/2015 e, portanto, suspendeu liminarmente a eficácia desta Lei. Posteriormente, mesmo com o agravo de instrumento por parte da empresa, manteve-se a suspensão da Lei. Segundo o MPE, não foi realizada Audiência Pública tendo como objeto a alteração do Plano Diretor, apenas havendo participação popular referente ao impacto ambiental do Empreendimento. Além disso, o MPE apontou que para sua decisão, levou-se em conta o princípio de preservação ao dano ambiental e urbanístico, em função do “dano ambiental possuir, não raro, as matizes da irreparabilidade e da irreversibilidade” (RIO GRANDE DO SUL, 2017, p. 21).

CONFLITO AMBIENTAL E RURALIDADE CONTEMPORÂNEA

A Fazenda desempenhou um papel central nesse conflito. Enquanto ambiente a ser preservado, articulou uma referência identitária resgatada e manipulada nos discursos de pertencimento com a região em um contexto de ruralidade contemporânea contra a construção do Empreendimento. A delimitação da Fazenda como rural, posteriormente modificada, é o pano de fundo dessa disputa, evidenciando não apenas os critérios escolhidos para sua delimitação como também as óticas distintas de cada ator para situar sua noção do conceito de “rural”.

As relações de sociabilidade e vivências cotidianas dos moradores do bairro, embora pertencentes legalmente ao núcleo de ocupação intensiva – isto é, urbano - os aproximavam muito mais de seu entorno rural, sendo a Fazenda um elemento constitutivo do imaginário social dessa população. Nos termos de Carneiro (2008), o rural para estes atores estudados são possibilidades simbólicas, mas também práticas, pois orientam práticas sociais sobre o espaço (ou localidade, como diria a autora) conforme os significados simbólicos que lhes são atribuídos. O rural contemporâneo foi valorizado e contemplado justamente por suas características imateriais. Uma consequência dessa conflitualidade de interesses e subjetividades, resulta em conflitos socioambientais dos mais variados tipos.

A valorização do rural apareceu atrelada a uma visão idílica da “bucólica zona rural de Porto Alegre”, evidenciando o processo que Brandenburg (2009) indica sob a forma de um retorno ou resgate de um elo socioambiental que se encontra no ambiente ruralizado. Carneiro (2008), por seu turno, afirma que estaria em conformação um novo mito referente ao meio rural, fruto do olhar urbano sobre o mesmo. A emergência dos chamados “neorrurais” ilustra este processo na pesquisa: parte dos contestadores do empreendimento (refiro-me aos moradores mais recentes), os atuais moradores do Terraville e futuros moradores do Empreendimento Arado Velho – os quais o projeto busca atender – evidenciam uma construção do campo e do rural contemporâneo reconhecidos como uma opção de residência, associando-os à “qualidade de vida”, “contato com a natureza”, “tranquilidade”, “relações de vizinhança”, “mais segurança”, isto é, uma série de sentimentos em oposição à “opressão” que o centro da cidade suscitaria. A relação com a natureza é, portanto, realçada por um sistema de valores alternativos neoruralistas e antiprodutivistas (CARNEIRO, 2008).

Pode-se, de certa forma, inferir que essa categoria generalize esses sujeitos. Por esta razão, destaca-se que o reconhecimento e o pertencimento ao “rural” para cada grupo se dá de uma forma distinta. Os moradores locais, nesse caso tanto antigos quanto recentes, valorizam-no destacando a sociabilidade singular que este ambiente propicia, construída de forma espontânea através das relações socioculturais e a história da região e fortalecidas através do conflito em torno do uso e apropriação da Fazenda. Já os moradores de condomínios fechados em geral, “encastelados” dentro de seus muros, pouco participam dessa vida espontânea do bairro, criando intramuros em seus próprios ambientes “públicos” que, em realidade, são privados. Como inferem Mammarella e De Barcellos (2009, p.219), “simulam as características dos espaços públicos, mas que em nada mais são do que espaços coletivos que atendem às necessidades de uma “coletividade individual”.

Nesse ponto residiria, para os entrevistados, a “artificialidade” deste “tipo” de empreendimento, que os impediria de “vivenciar o rural”, “sendo vizinhos como todos os outros”, em função do “medo da insegurança” que faz com que os moradores de condomínios horizontais estejam “dispostos a pagar caro por aquilo que a gente tem”, visto que seriam “mundos voltados para si”. (WINCKLER, p. 66). O estranhamento entre esses residentes do bairro Belém Novo e os moradores do condomínio já construído, o Terraville 1, evidenciam o sistema social cada vez mais heterogêneo,

expresso nas diferentes maneiras que os indivíduos se apropriam, conforme seu capital econômico, cultural e social, dos bens materiais e simbólicos das localidades. Cria-se uma relação de alteridade entre esses sujeitos, delimitando territórios uns dentro dos outros, tal qual apontado por Carneiro (2008).

É interessante destacar que, conforme o próprio EIA, “o Projeto reproduz um modelo mercadológico de uso e definição do território de caráter privado sem significativa importância do espaço público no entorno” (vol. I, 2013, p. 450). Este trecho introduz outra problemática destacada ao longo da pesquisa: o Empreendimento “dentro da sua lógica operacional, vai, conforme possibilita a legislação de uso e ocupação do solo, buscar realizar seus investimentos onde o território, nesse caso, municipal, existam espaços formalmente adequados” (Idem).

Em outras palavras, esse modelo de urbanização se instala em áreas onde o poder público e a legislação autorizam. Surge, portanto, a importância de, ao zonear áreas a partir de Planos Diretores, considerar-se o “mundo social” em questão, de forma a contribuir para a reprodução sociocultural destas localidades e não a sua supressão. Como afirma o Estudo (vol. I, 2013, p. 451), “manter ou não as características das áreas do entorno é uma prerrogativa da legislação urbanística”, a qual reflete, em tese, “uma decisão coletiva sobre o território, e não a vontade deste ou daquele futuro empreendedor”. A reestruturação dessas áreas não se dá de forma pacífica, ou ainda de maneira inexorável, como em outros momentos o EIA dá a entender, mas imersas em conflitos, em especial quando envolvem símbolos associados à identidade local, como no caso da Fazenda do Arado.

No EIA, afirma-se que a relação entre os moradores e a Fazenda se daria de forma muito mais visual do que efetiva (EIA, 2013, p.241), no sentido de que, se tratando de uma área privada, os moradores apenas visualizariam a Fazenda ao longe. Isso difere de argumentos de moradores, os quais afirmam que há muitas décadas frequentam a área da Fazenda. Contudo, merece destaque que o Empreendimento dá a entender que uma relação “apenas” no plano imaginário e simbólico não é de fato, uma relação “efetiva”. Segundo Acseirad (2004) deve-se investigar o espaço simbólico no qual se desenvolvem os conflitos ambientais, na medida que

o meio ambiente é um terreno contestado material e simbolicamente, sua nomeação – ou seja, a designação daquilo que é ou não benigno redistribui o poder sobre os recursos territorializados, pela legitimação/deslegitimação das práticas de apropriação da base material das sociedades e/ou de suas

localizações. As lutas por recursos ambientais, são assim, simultaneamente lutas por sentidos culturais (ACSELRAD, 2004, p.19).

O engajamento contra a construção do Empreendimento propiciou a intensificação dos laços sociais desta parcela de moradores, reforçando sentimentos de pertencimento com a região, criando e recuperando elementos de referência identitária, em especial a Fazenda enquanto espaço material e simbólico relacionado a sua importância ecológica e a valorização do rural contemporâneo. Para um entrevistado,

A preservação [ambiental] consiste em proteger a área evitando a destruição e a devastação da natureza, incluindo fauna e flora e, no caso da Fazenda do Arado, proteger também a história, pois há na região, além de um sítio arqueológico, uma forte ligação afetiva com a vida dos moradores do bairro, em especial os mais antigos (WINCKLER, 2017, p.63).

Em suma, a Fazenda como ambiente a ser preservado é um espaço físico, materialmente socializado, no qual parte dos moradores atribuiu significados históricos, simbólicos e culturais. Na perspectiva desta pesquisa, reside nesse ponto a efetividade da relação entre estes moradores e a Fazenda, evidenciando o processo de práticas de apropriação cultural do mundo material (ACSELRAD, 2004), as quais são, para Carneiro (2008), construções do mundo social e dos significados simbólicos construídos pelos atores expressando, por sua vez, dinâmicas da ruralidade contemporânea.

O impacto ambiental do Empreendimento estava no centro dos discursos, tanto de seus proponentes (poder público e empreendedor), quanto de seus contestadores. Para os proponentes, o ambiente era passível de ser preservado convivendo com o Empreendimento, conforme teria sido atestado pelo EIA, dentro daquilo que Zhouri e Oliveira (2007) chamam de “paradigma da adequação”:

No “paradigma da adequação”, a obra assume lugar central, apresentando-se de forma inquestionável e inexorável. Nesta concepção, o ambiente é percebido como externalidade, paisagem que deve ser modificada e adaptada aos objetivos do projeto técnico. Nesse processo, arranjos e ajustes tecnológicos dados por medidas mitigadoras e compensatórias cumprem a função de adequação (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007, p.122).

Os EIA são elaborados por empresas de consultoria ambiental, contratadas pelos empreendedores, de forma a atender os Termos de Referência emitidos pelos órgãos responsáveis. Na perspectiva das autoras, estes consultores se encontram

dependentes dos empreendedores, de forma que o vínculo entre eles se insere numa lógica de mercado: o EIA torna-se a mercadoria, cujo objetivo é ter seu projeto aprovado pelos órgãos licenciados. Inseridos no “paradigma da adequação”, são apoiados no discurso de conhecimento técnico-científico, apresentando-se como registros objetivos da realidade, tornando-se o mecanismo legitimador da adequação do meio ambiente ao empreendimento.

Para as autoras, as decisões se encontram ancoradas no paradigma ambiental dominante, a “modernização ecológica”, predominando a ideia de que haveria uma conciliação entre interesses econômicos, ecológicos e sociais através da noção de “desenvolvimento sustentável”. Esse contexto fortalece a ideia de que os problemas ambientais e sociais são meras questões técnicas e administrativas, nas quais as ações políticas, no âmbito de uma lógica econômica, dirigem ao mercado a capacidade de resolução da degradação ambiental, através das medidas mitigadoras e compensatórias.

Nessa mesma esteira, as autoras propõem que o próprio Termo de Referência deveria ser elaborado e discutido previamente com as comunidades locais, sendo o espaço das Audiências Públicas levado a sério, pois identificaram, em suas pesquisas de conflitos semelhantes, o enfraquecimento deste procedimento enquanto espaço de debate, passando a se configurar como um modo de cumprimento das normas legais mais do que de fato participativo. A pesquisa ora apresentada e as decisões judiciais reforçam essa mesma compreensão.

Não obstante, como expressou um morador, a disputa em torno da construção do Empreendimento se daria em função de “diferentes concepções a respeito de uso do solo e da preservação” (WINCKLER, 2017, p.70). Nos termos de Acselrad (2004), na medida em que distintos projetos de uso, apropriação e significação do território estão em disputa.

Em linhas gerais, para o poder público, a região do Extremo Sul tem grande potencial turístico, com vistas a ser explorado. A parceria público-privado possibilitaria o desenvolvimento e a revitalização da área, oportunizando a “contenção” da urbanização sobre a mesma. A Fazenda foi vista como um ambiente passível de ser apropriado, desde que se fizessem presentes as contrapartidas, compensando o dano ambiental e social que este tipo de empreendimento ocasiona.

O empreendimento, baseado em uma ótica de mercado, propõe o uso da Fazenda em que seus elementos identitários servissem como atrativos turísticos

acompanhados da oferta agregada que se construiria. Em seu entendimento, haveria uma tendência do avanço da urbanização sobre as zonas rurais e a reprodução das características socioculturais dessas regiões são atribuições do poder público. Nota-se que há uma compreensão dicotômica entre atribuições tidas como de “Estado” e as atribuições de “Mercado”, como se o último pouco devesse à esfera social. Outro ponto que se destaca é a transformação do ambiente enquanto um produto, um “atributo paisagístico” procurado “pelo mercado consumidor deste tipo de empreendimento” em função de seus aspectos de “diferenciação urbanística em relação a cidade tradicional” (EIA, 2013, p. 04), isto é, fruto do desejo dos cidadãos de transformar a natureza em mais um bem de consumo (Carneiro, 1998, p.57).

O ambiente, dentro do paradigma da adequação (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007), foi tratado em termos paisagísticos uma realidade objetiva, uma instância separada e externa às dinâmicas sociais, de forma que o *continuum* paisagístico se apresentou como suficiente para preservar o ambiente em questão. Não seria essa preservação mais visual do que efetiva?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Empreendimento Arado Velho se apresenta de forma ambígua pois, embora defenda estancar o crescimento urbano sobre o Extremo Sul, precisou, com apoio da Prefeitura, modificar o Plano Diretor do município de forma que a região se adequasse à obra e não o contrário. Além disso, a própria proposta pareceu indicar que o modelo de ocupação com hotel, comércio, serviços e residências reproduz uma pequena cidade no interior do bairro – ainda mais se levarmos em consideração o grande crescimento populacional que acarretaria.

A complexidade de se tratar de um ambiente rural muito próximo a uma área urbana se tornou um desafio nas escolhas teóricas para desenvolver a pesquisa. A escolha teórica associada aos estudos de ruralidade contemporânea buscou contribuir com estudos que considerem as particularidades dessas localidades, na medida em que foi baseada nos discursos dos atores quanto ao seu pertencimento à região, e não fruto de uma arbitrariedade por parte da autora.

Como esta pesquisa foi desenvolvida nos limites de um trabalho de conclusão de curso, acredito que há lacunas que podem ser desenvolvidas tendo como objeto o conflito do Arado ou a área periférica da cidade de Porto Alegre, com a utilização do

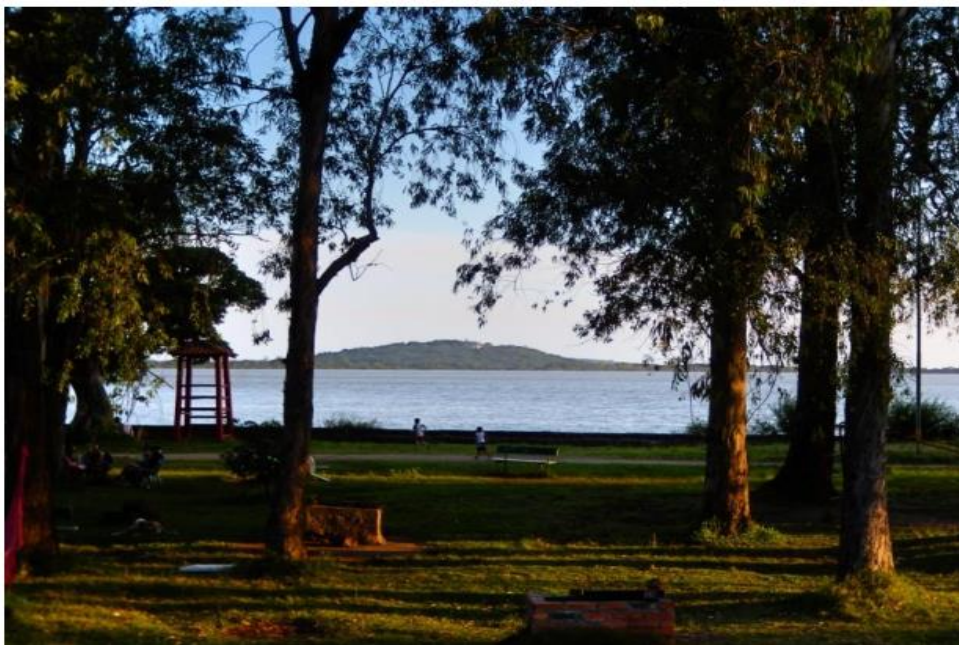
referencial teórico ligado a Sociologia Urbana, tal qual desenvolvido por Mammarella e De Barcellos (2009), por exemplo.

Gostaria de destacar que as críticas voltadas à quantidade de aterro ou a outras questões de ordem ambiental, como a presença de espécies ameaçadas de extinção, entre outras questões levantadas por contestadores do empreendimento, mesmo que pouco citadas ao longo do artigo, foram de suma importância para centralizar o conflito em torno da problemática ambiental, de forma que influenciaram as decisões judiciais. Estes pontos são aprofundados no trabalho original.

Após a finalização da pesquisa, um novo ator se envolveu nesta disputa: um grupo de indígenas da etnia Guarani-Mbya iniciou uma Retomada na chamada Ponta do Arado, local onde se encontra o sítio arqueológico já citado. Sua presença na Fazenda desde junho de 2018 é marcada pela resistência à violências cometidas por seguranças privados contratados pelos atuais donos da Fazenda; em mais de uma ocasião, os indígenas relatam ataques a tiros e ameaças com o fim de os expulsarem da praia que estão acampados.

Este fato permite mais uma agenda de pesquisa no âmbito da Fazenda do Arado e do Extremo Sul da cidade, somado à possibilidade, segundo interlocutores, da emergência de um novo projeto de Empreendimento na área fruto da modificação do projeto original.

Figura 3 - Balneário de Belém Novo, ao fundo o morro da Fazenda



Fonte: WINCKLER, 2017, p. 80.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

BRANDENBURG, Alfio. Ciências sociais e ambiente rural: principais temas e perspectivas analíticas. In: **Ambiente & Sociedade** – Vol. VIII nº. 1 jan./jun. 2005.

BRANDENBURG, Alfio. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. In: **XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, GT: Sociedade e Ambiente**, Rio de Janeiro, 2009.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 47, 1997.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como Categoria de Pensamento. In: **Ruris**, volume 2, nº 1, p, 9-38, 2008.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. In: **Estudos Sociedade e Agricultura**, V.11, p. 53-75,1998.

DA SILVA, Graziano. Velhos e Novos mitos do rural brasileiro. In: **Estudos Avançados**, v. 15 (43), p. 37-50, 2001.

DOSSIÊ JURÍDICO-AMBIENTAL. 2016. Disponível em: <https://preservarado.wordpress.com/arquivo/dossie-juridico-ambiental/>. Acesso em 30/06/2020.

Estudo de Impacto Ambiental (EIA). vol. I, 2013. Disponível em: <https://preservarado.wordpress.com/arquivo/eia/>. Acesso em 30/06/2020.

GAULIER, Patricia. Ocupação pré-histórica Guarani no município de Porto Alegre (RS). Considerações preliminares e primeira datação do Sítio Arqueológico [RS 71-C] da Ilha Francisco Manoel. In: **Revista de Arqueologia**, 14-15, p. 57-73, 2001-2002.

LOCATEL, Celso. **Modernização da agricultura, políticas públicas e ruralidade: mudanças e permanências na dinâmica rural das microrregiões de Jales e Fernandópolis - SP**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologias, UNESP, Presidente Prudente, 2004.

MAMMARELLA, Rosetta, de BARCELLOS, Tanya. As falácias sedutoras de um novo produto imobiliário globalizado: os condomínios fechados. In: ALONSO, José Antônio Fialho, MAMMARELLA, Rosetta, de BARCELLOS, Tanya. **Território, economia e sociedade: transformações na região metropolitana de Porto Alegre**. Porto Alegre: FEE, 2009.

MEDEIROS, Leonilde, QUINTANS, Mariana, ZIMMERMANN, Silvia. Rural e urbano no Brasil: marcos legais e estratégias políticas. **Dossiê O mundo rural no século XXI**. v. 4, n. 1. jan.–jun, p. 117-142, 2014.

PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre, **Lei Complementar nº 434**. Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 01 de dezembro de 1999.

PLCE 005/15 - **Projeto de Lei Complementar que “Altera os limites da Macrozona (MZ) 08 (...)**. Paço dos Açorianos, 19 de março de 2015.

PLCE 007/14 – **Projeto de Lei Complementar que institui a Zona Rural no Município de Porto Alegre e cria o Sistema de Gestão da Política de Desenvolvimento Rural**. Paço dos Açorianos, 5 de novembro de 2014.

PORTO ALEGRE. **LEI COMPLEMENTAR Nº 780, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2015. Altera os limites da Macrozona (MZ) 08**. Porto Alegre, p. 02-15, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. **Agravo de Instrumento**. Nº 70073936445. p-05- 22, 2017.

SCHNEIDER, Sergio. **Território**, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio.; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). **Las Configuraciones de los Territorios Rurales en el Siglo XXI**. 1 ed. Bogotá/Colômbia: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009.

SOUSA, Dayane, OLIVEIRA, Marcelo, FONSECA, Bruno. Conflitos ambientais: uma análise da assimetria de poder entre os atores sociais envolvidos no caso do Mineroduto da Ferrous. In: **Soc. & Nat.**, Uberlândia, 27 (3): 405-420, set/dez/2015.

TOCCHETTO, Fernanda, CARVALHO, Marcus, POSSAMAI, Rosilene, DEROSSO, Simone, ÁVILA, Fátima, VIEIRA, Silvia. Sítios Arqueológicos Históricos da Área Rural de Porto Alegre: Um Patrimônio a ser Pesquisado e Preservado. In: **Revista Memorare** V. 1, N. 1 (2013).

WANDERLEY, Maria. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo**. In: Estudos Sociedade e Agricultura, 15, 87-145, 2000.

WINCKLER, Joana de Oliveira. **A Fazenda do Arado: conflito ambiental e ruralidade contemporânea na Zona Sul de Porto Alegre**. Porto Alegre. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2017.

ZHOURI, Andrea, OLIVEIRA, Raquel. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. In: **Ambiente & Sociedade**, v. X, n. 2 Campinas, jul.- dez. p. 119-135, 2007.

*Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.

OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS URBANOS ENTRE NORMAS JURÍDICAS E SOCIAIS

**URBAN QUILOMBOLAS TERRITORIES BETWEEN LEGAL AND SOCIAL
NORMS**

**LOS TERRITORIOS URBANOS QUILOMBOLAS ENTRE NORMAS LEGALES Y
SOCIALES**

Tamires Dias Quadros¹

Resumo

Esta pesquisa² discute as relações entre normas jurídicas e sociais e os territórios quilombolas urbanos no contexto da cidade de Porto Alegre. O objetivo geral é investigar, a partir de uma perspectiva sociojurídica, as mudanças nas normas jurídicas, práticas jurídicas e normas sociais que regulam os quilombos urbanos no processo de reconhecimento do território e suas potenciais implicações para as práticas sociais nesse espaço. O objetivo específico é investigar quais normas jurídicas e práticas jurídicas têm sido aplicadas para regulação do espaço, analisando se o autorreconhecimento, previsto em lei, tem sido respeitado em caso de conflitos territoriais e a identificação e implicação das normas internas para regulação do espaço, bem como entender a implicação da interação das normas jurídicas, práticas jurídicas e normas sociais, especialmente quando conflituosas. Das hipóteses levantadas, como resultado parcial, têm-se: a dificuldade do judiciário, na seara estadual, de reconhecer o processo de resgate histórico, que leva uma comunidade ao reconhecimento tardio, considerando os conflitos judicializados; em razão disso, as normas jurídicas aplicadas são normas que não deveriam regular comunidades quilombolas. Evidenciou-se a interação de normas jurídicas de esferas distintas, aplicáveis a ocupações irregulares e a comunidades quilombolas. A metodologia envolve uma revisão de literatura sobre quilombos urbanos e seu reconhecimento jurídico, e, empiricamente, a análise de casos de territórios quilombolas urbanos no contexto de Porto Alegre, considerando as categorias teóricas da geografia jurídica,

¹ Graduanda do curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail para contato: tamiresdiasquadros@gmail.com.

² Trata-se de uma pesquisa com resultados preliminares de uma investigação ainda em andamento.

um campo de estudos que problematiza as relações entre as normas e a sua espacialidade, através da técnica da análise documental.

Palavras-chave: Quilombos urbanos. Normas jurídicas. Normas sociais.

Abstract

This research discusses the relation between legal and social norms and urban quilombola territories in the context of the city of Porto Alegre. The general objective is to investigate, from the perspective of the sociology of law changes in legal norms, legal practices and social norms that regulate urban quilombos in the process of recognition of the territory and its potential implications for social practices in that space. The specific objective is to investigate which legal norms and legal practices have been applied to regulate space, analyzing whether self-recognition, provided for by law, has been respected in the case of territorial conflicts and the identification and implication of internal rules for space regulation, as well as how to understand the implication of the interaction of legal norms, legal practices and social norms, especially when they conflict. From the hypotheses raised, as a partial result, it was found: the difficulty of the judiciary, at the state level, to recognize the process of historical rescue, which leads a community to late recognition, considering the judicial conflicts; therefore, the applied legal norms are norms that should not regulate quilombola communities. The interaction of legal norms of different spheres, applicable to irregular occupations and quilombola communities, became evident. The methodology involves a literature review on urban quilombos and their legal recognition, and, empirically, the analysis of cases of urban quilombola territories in the context of Porto Alegre, considering the theoretical categories of legal geography, a field of studies that problematizes the relations between norms and their spatiality, through the technique of document analysis.

Keywords: Urban quilombos. Legal norms. Social norms.

Resumen

Esta investigación discute la relación entre las normas legales y sociales y los territorios urbanos quilombolas en el contexto de la ciudad de Porto Alegre. El objetivo general es investigar, desde una perspectiva sociojurídica, los cambios en las normas legales, prácticas legales y normas sociales que regulan los quilombos urbanos en el proceso de reconocimiento del territorio y sus potenciales implicaciones para las prácticas sociales en ese espacio. El objetivo específico es investigar qué normas y prácticas legales se han aplicado para regular el espacio, analizando si se ha respetado el auto reconocimiento previsto en la ley en caso de conflictos territoriales y la identificación e implicación de normas internas para la regulación del espacio, así como cómo entender la implicación de la interacción de normas legales, prácticas legales y normas sociales, especialmente cuando están en conflicto. De las hipótesis planteadas, como resultado parcial, se encuentran: la dificultad del poder judicial, en

el estado, para reconocer el proceso de rescate histórico, que lleva a una comunidad al reconocimiento tardío, considerando los conflictos judiciales; como resultado, las reglas legales aplicadas son reglas que no deberían regular a las comunidades quilombolas. Se evidenció la interacción de normas jurídicas de distintos ámbitos, aplicables a ocupaciones irregulares y comunidades quilombolas. La metodología involucra una revisión de la literatura sobre los quilombos urbanos y su reconocimiento legal, y, empíricamente, el análisis de casos de territorios urbanos quilombolas en el contexto de Porto Alegre, considerando las categorías teóricas de la geografía jurídica, campo de estudios que problematiza las relaciones entre normas y su espacialidad, a través de la técnica de análisis de documentos.

Palabras clave: Quilombos urbanos. Normas legales. Normas sociales.

INTRODUÇÃO

A problemática do “autorreconhecimento”, “autoatribuição” ou “autodefinição” das comunidades quilombolas tem se tornado um tema controverso nos últimos anos, a partir da organização política de subjetividades negras que reivindicam o reconhecimento dos seus territórios, objetivando reparação histórica e a manutenção da diversidade sociocultural (O'DWYER, 2007). A construção e o resgate da memória e da identidade dos quilombos é um processo que vem ocorrendo em distintos contextos e situações em que comunidades de remanescentes de quilombos se mobilizam para efetivar o direito assegurado no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (O'DWYER, 2007, p.48).

Importantes avanços legislativos e jurisprudenciais ocorreram, como o reconhecimento da constitucionalidade do autorreconhecimento previsto no Decreto 4887/2003, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, resultantes de lutas sociais quilombolas pela titulação, assim, não encerram por si só os problemas práticos advindos do processo de reconhecimento dos territórios quilombolas antes, durante e depois de sua titulação pelo Estado, sobretudo no caso dos quilombos urbanos, podendo haver obstáculos para a efetivação da autodefinição no processo de reconhecimento estatal com a interação entre as normas jurídicas, práticas jurídicas e normas sociais.

O problema que orienta o desenvolvimento desta pesquisa, com isso, apresenta-se em: **como** tem sido aplicadas as normas jurídicas, práticas jurídicas e normas sociais de uso comum, que regulam os quilombos urbanos ao longo do processo de reconhecimento do território, especialmente frente a possíveis interações

e conflitos entre elas? E **quais** suas potenciais implicações para as comunidades, que estão inseridas no contexto do espaço urbano? Assim, propõe-se algumas hipóteses: o processo de autorreconhecimento de um território quilombola urbano é um processo de resgate de memória histórica e cultural e há dificuldade do Judiciário em reconhecer isso; a partir disso, há uma prática do Estado, enquanto Judiciário, em não reconhecer uma comunidade recentemente autodefinida, em casos de conflitos territoriais, incorrendo na aplicação de normas que não deveriam regular territórios quilombolas; há a interação de normas jurídicas de distintas esferas e competências; as implicações existentes da interação dessas normas resultam na criação de normas para regulação interna do território; as implicações existentes da interação dessas normas pode dificultar na implementação de políticas públicas para os territórios quilombolas urbanos. A fim de responder o problema proposto, são elencadas 4 seções: na primeira seção é apresentada a delimitação e a relevância do tema a partir da revisão bibliográfica dos estudos sobre a territorialidade negra e quilombola no contexto de Porto Alegre; secundariamente, é apresentado como se dá o processo de reconhecimento estatal das comunidades; a terceira seção discorre sobre a fundamentação teórica-metodológica do trabalho e explica o desenho metodológico da pesquisa empírica, possuindo como referencial categorias da geografia jurídica e o conceito de rugosidades sociais; por fim, a quarta seção trata sobre a análise dos resultados obtidos e discussão.

TERRITORIALIDADE DOS QUILOMBOS URBANOS

TERRITÓRIO, DESTERRITORIALIZAÇÃO E RETERRITORIALIZAÇÃO

A construção da identidade territorial pode expressar uma identidade étnica, é o caso das comunidades quilombolas (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). O território, para essas comunidades, não se apresenta como o território em si, mas o que é usado, construído pelo chão e pela identidade, “é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence e isso forma a territorialidade. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999, p. 8). A territorialidade, então, é reconstrução identitária coletiva considerando uma existência e tradição territorial.

A constituição territorial concede aos habitantes uma consciência participativa que provoca o sentimento de pertencimento subjetivo, constituindo a territorialidade. (ANDRADE, 1998).

Consoante a perspectiva de Correa (1998) sobre o processo de construção territorial, pode-se identificar um processo de desterritorialização dos povos negros e reterritorialização, a partir da autodefinição, pois, para ele, desterritorialidade é da apropriação e da vivência de um território por processos contraditórios que simplesmente o desfazem. Importa acrescentar que a construção de novas territorialidades ou a re-territorialização é, justamente, a partir da criação de novos territórios através da reconstrução de velhos territórios, mesmo que de forma parcial, em locais distintos do originário, mas que possuam características do velho território, incluindo a possibilidade dos deslocamentos espaciais. Esse processo apontado por Correa é bastante presente no caso das comunidades quilombolas urbanas, incluindo o fato que a possibilidade do deslocamento territorial não muda a identidade étnica do grupo social, possibilitando a reconstrução e reterritorialização no espaço. No espaço urbano, a cidade se apresenta como ponto conectivo entre o território e o espaço (GEIGER, 1998), unindo a possibilidade de espacializar ambos.

TERRITORIALIDADES NEGRAS E QUILOMBOLAS NO CONTEXTO URBANO DE PORTO ALEGRE

Após a abolição do sistema escravista, a população negra brasileira estava liberta, mas o processo se demonstrou insuficiente, pois aos antigos escravizados não foi concedida qualquer condição para que se estruturassem na sociedade brasileira (PRESTES, 2015). Como forma de sobrevivência no novo sistema, restou à população negra o exercício do trabalho irregular nos centros urbanos brasileiros em atividades que não demandavam qualificação regular e formal pelo Estado (PRESTES apud PESAVENTO, 2015).

Foram em locais estigmatizados de ocupação da população negra que se desenvolveram a cultura, a resistência social frente ao racismo e às desigualdades enfrentadas e a vivência religiosa, locais esses que hoje se configuram como grande centro urbano (MARQUES, 2006). Nesse sentido que se desenvolveram os territórios negros, a partir de uma re-territorialização, conforme conceituação no ponto anterior (CORREA, 1998), estabelecidos em “lugares de moradia, lugares de passagem, lugares de trabalho, lugares de encontro, lugares de sociabilidade, lugares que comungam do passado e do presente e, assim, lugares de histórias” (RUPPENTHAL, 2016, p. 163).

A ligação que ocorre entre os territórios negros e os territórios quilombolas para a formação de uma territorialidade, dá-se, justamente, por um “denominador comum” na vivência no meio urbano, com a formação de núcleos de natureza residencial ou para o trânsito e a formação sócio-cultural e sócio-territorial no espaço urbano se dá por meio “de sua matriz cultural africana” (BITTENCOURT, 2010).

Assim, quando são estudados territórios quilombolas e o seu histórico de formação na cidade de Porto Alegre, visualiza-se na literatura que há inter-relação e interação entre os lugares denominados por territórios negros e os lugares denominados por territórios quilombolas urbanos (PRESTES, 2015).

No entanto, a territorialidade negra urbana é invisibilizada nas plantas e mapas geográficos que estruturaram a cidade depois da abolição, o que ocorre na narrativa histórica também, evidenciando o processo de invisibilidade político-social que a população negra vivenciou e vivencia (PRESTES, 2015). O mesmo processo de invisibilização e apagamento ocorre com os territórios quilombolas urbanos, necessitando um resgate da memória histórica para a construção da territorialidade que constitui a autodefinição das comunidades.

A ligação entre os territórios negros e os territórios quilombolas urbanos é territorial, é geográfica, é de memória, cultura e tradição. Identifica-se isso quando se espacializa essa ligação e se entende sua origem. O território negro Colônia Africana (atuais bairros Rio Branco, Bom Fim e partes da Cidade Baixa), por exemplo, é fronteiro com o Quilombo da Família Silva (localizado no bairro Três Figueiras), inclusive, muitos quilombolas frequentavam à Colônia para o exercício da religião de matriz africana. Além disso, o território da Chácara (atual praça da Encol) também possui relação com o Quilombo da Família Silva. Da mesma forma, é a ligação entre o território negro do Areal da Baronesa (situado na Cidade Baixa, onde compreende as ruas as ruas Lopo Gonçalves, Luiz Afonso, República e José do Patrocínio — antiga Concórdia) com a formação do território quilombola Areal da Baronesa (localizado na Cidade Baixa na Avenida Luiz Guaranha), ambos próximos ao território negro Ilhota (compreendido entre os bairros Menino Deus, Azenha e Cidade Baixa) onde se localiza o Quilombo da Família Fidélis (no início do bairro Azenha) (PRESTES, 2015; RUPPENTHAL, 2016). O Quilombo da Família Flores é oriundo do Quilombo dos Alpes (SALIBA, 2019).

O processo de urbanização no final do século XIX e início do século XX marcou profundamente a re-territorialização da população negra em Porto Alegre. A partir da

higienização houve, mais uma vez, a desterritorialização. Famílias negras e quilombolas foram expulsas do centro para a margem da cidade. Alguns territórios, no entanto, até os dias de hoje, têm resistido à urbanização no centro, lutando pelo reconhecimento não apenas do estar de corpo presente em uma propriedade, mas pelo reconhecimento de *ser* passado, presente e futuro sobre um território que constitui sua identidade coletiva, como os territórios quilombolas.

Concomitante a isso, as normas sociais e práticas sociais existentes nas comunidades negras quilombolas foram essenciais para o estabelecimento de uma forma de resistência contra o sistema colonial, pré-capitalista e capitalista, pois a organização quilombola se deu, historicamente, em contraposição a esses regimes, a partir do bem viver e com a memória para reconstrução da cultura africana, que possui pressupostos civilizatórios e filosóficos contrapostos ao eurocêntrico hegemônico.

QUILOMBOS, USOS TERRITORIAIS E NORMAS SOCIAIS

Com isso, da cultura e tradição negra presente nas comunidades quilombolas emergem normas internas de socialização, ou práticas sociais. As normas e práticas comunitárias presentes nesses territórios, negros e quilombolas, colocam-se anteriores à aplicação de normas estatais dentro desses espaços.

Campos (2001) coloca que as terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas são conhecidas como terras de uso comum, tendo características associadas a uma terra do povo, uma terra que é de todos que ocupam o território. Para ele, representaria o uso comum de determinados espaços por diversos “proprietários individuais independentes”, podendo ser utilizado por pessoas ou grupos que não integram o grupo do território. No entanto, coloca que ser uma terra que é do povo não significa que seja uma “terra livre”, com uso para qualquer pessoa, pois “muitos dos espaços usufruídos comunalmente são áreas privadas ou de propriedade pública em suas várias instâncias” (CAMPOS, 2001, p.1).

As comunidades quilombolas, para Campos (2001), dentro das categorias que elenca como de uso comum da terra, estão nas Formas de Uso Comum entre comunidades tradicionais caracterizando-se com teor étnico e vivências sócio-culturais com base no direito costumeiro, a partir da ideia de coletividade e do que o autor chama de “viver em comum”, como “uma sociedade comunitária”, que diante da perda da terra de uso comum e dos demais bens naturais, pode ensejar o desaparecimento étnico.

A organização territorial é coletiva, comum a todos, com regras de uso definidas pelo próprio grupo, através da memória oral de quem se compromete com as decisões tomadas. A relação de uso da terra é coletiva, para ele, mas os proprietários são “individuais independentes” (CAMPOS, 2001).

Em outra perspectiva, Treccani (2006) entende a propriedade como coletiva, pois não se trata “de frações ideais de uma propriedade, mas de uma propriedade coletiva” (TRECCANI, 2006, p.187), também entende que o uso compartilhado dos recursos se dá conforme o estabelecimento de normas internas, pela comunidade, criando uma nova realidade jurídica que especializa normas sociais de regulação e uso do território.

O que condiciona a espacialização do uso, da apropriação e dos recursos naturais são os “fatores étnicos, de parentesco e sucessão, históricos e político-organizativos, consoante as práticas e representações próprias”, mutuamente com o exercício das tradições e práticas culturais que coexistem com o território (TRECCANI apud VALLE, 2006, p.192).

ASPECTOS JURÍDICOS DO PROCESSO DE RECONHECIMENTO

AUTODEFINIÇÃO E REGULAÇÃO

Apesar da figura jurídica do autorreconhecimento das comunidades quilombolas ser recente no Brasil, o reconhecimento jurídico da existência dessas comunidades, no Brasil, data desde o período colonial. Somente a partir da Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que se assegurou o direito do acesso à terra aos territórios das comunidades quilombolas, que se mobilizaram para garantia da titulação e a propriedade definitiva das suas terras, tendo estabelecido como um dever do Estado, incluindo Municípios e Estados na emissão dos títulos.

A autoatribuição como critério para a titulação das terras quilombolas apareceu na legislação brasileira somente em 2003 através do Decreto Federal 4887, que assim definiu, também com mobilização das comunidades quilombolas e do movimento negro e é a partir dela que é possível entender os territórios quilombolas como figura jurídica espacial.

Nesse sentido, o Decreto Federal regulamenta a forma como o processo de reconhecimento ocorrerá, estabelece em seu artigo 2º que o critério para que o Estado

considere as comunidades remanescentes de quilombos é a autoatribuição, com “trajetória histórica própria”, com “relações territoriais específicas” e com “presunção de ancestralidade negra relacionada à opressão histórica sofrida”. Consoante o estatuto, o §2º, dispõe que são terras quilombolas “as utilizadas para garantia da reprodução física, social, econômica e cultural”. Ainda, a caracterização, das comunidades “será atestada mediante autodefinição da própria comunidade”, conforme §1º e devendo ser considerado na medição e demarcação das terras os critérios de territorialidade indicados pela comunidade, conforme §3º.

Assim, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é o competente para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras das comunidades quilombolas e tem o dever de observar os critérios estabelecidos no art. 3º do Decreto. Com o estabelecimento da figura jurídica da autoatribuição, autorreconhecimento ou autodefinição das comunidades, o que, antes, emergia do território como normas sociais, passam por um processo de jurisdicionalização do espaço. O espaço de vida de um quilombo conhecido como um espaço territorial, a partir da emergência de normas reconhecidas pelo Estado passa a ser considerado como um espaço no qual normas jurídicas específicas são aplicadas aos usos do espaço e para regulação territorial.

Há a emergência de outras regras jurídicas que também são definidoras dos parâmetros de regulação espacial para garantia da titulação das comunidades, em conformidade com os critérios de autoatribuição e autodefinição e no dever Estatal de emitir a titulação (BALDI, 2009): a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que trata sobre os Povos Indígenas e Tribais; o Estatuto da Cidade, Lei federal nº 10.257/2001, que visa democratizar os usos da cidade; a Instrução Normativa do INCRA nº 20/97, regramento administrativo que regulamenta o procedimento para titulação das terras (que é fundamentado por mais outras 15 legislações); a legislação Estadual nº 11.731/2002, que estabelece a forma de regularização fundiária de áreas ocupadas por comunidades quilombolas; o Plano Diretor da cidade de Porto Alegre, Lei nº 434/1999, que estabelece as áreas remanescentes de quilombos e suas manifestações culturais e tradicionais como Patrimônio Cultural da cidade de Porto Alegre e regulamenta Áreas Especiais de Interesse Cultural e Social, aplicáveis às comunidades quilombolas.

DIREÇÕES AO PROCESSO DE TITULAÇÃO

O reconhecimento estatal ocorre pela via administrativa, através do Poder Executivo, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Fundação Cultural Palmares e o envolvimento de outros atores governamentais inseridos na seara administrativa. Sinteticamente, conforme dados da Comissão Pró-Índio e das informações do passo a passo disponibilizada pelo INCRA, o processo de reconhecimento estatal inicia a partir da autoatribuição ou autodefinição da própria comunidade que solicitará à Fundação Cultural Palmares o certificado de comunidade quilombola, conforme os critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, com relações territoriais específicas e com presunção de ancestralidade negra relacionada à opressão histórica sofrida, conforme disposto no Decreto 4887/200, enviando a este órgão documentação que possua para consolidar o critério da autodefinição.

O próximo passo é a abertura do processo no INCRA pelas Superintendências Regionais do Estado em que o território se encontra a pedido da comunidade. A partir disso, há a elaboração do Relatório Técnico de Delimitação e Identificação (RTID) que é um estudo antropológico, com levantamento fundiário, mapa e cadastro das famílias, sendo um direito da comunidade de participar da elaboração. Após, a análise passa pelo Comitê de Decisão Regional (CDR) que se aprovar o relatório o liberará para publicação no Diário Oficial da União. O INCRA então informará aos vizinhos do território quilombola que terão 90 dias para contestar, o julgamento é realizado pelo CDR, se a contestação for aceita, poderá ser refeito o relatório e publicado novamente.

A partir da publicação da portaria de reconhecimento, pelo Presidente do INCRA, a fase de identificação se encerra, com o reconhecimento dos limites do território quilombola no Diário Oficial da União e dos estados. Poderá haver decreto de desapropriação, no caso de incidência de imóvel privado no território, promovendo o Estado a devida indenização aos desapropriados, e a titulação ocorre pelo Presidente do INCRA mediante a outorga de título coletivo, imprescritível e pró-indiviso à comunidade, em nome da associação legalmente constituída, sem ônus financeiros, proibindo-se a venda e penhora do território ou encaminhamento do processo ao Governo Estadual, caso sejam terras públicas do estado para que este proceda com a titulação.

Entretanto, esse processo pode ser distinto para comunidades quilombolas que passaram pelo processo de invisibilização e se reconhecem tardiamente não frente ao seu histórico, mas diante do tempo processual de um conflito territorial judicializado. “A possibilidade tardia de entrada no espaço da modernidade das ‘velhas’ territorialidades negras, enquanto marco regulatório de direitos territoriais, coloca às normas positivadas a condição de ‘novidade’” (BRUSTOLIN, 2009, p.100). Isso, pois um conflito territorial judicializado de uma comunidade que não seja quilombola é analisado como uma ocupação de terras ou posse comum e as regras espaciais aplicáveis, nesse caso, são outras (TRECCANI, 2006) das elencadas neste trabalho. Ainda, as regras processuais de competência de juízo, igualmente, são outras, o processo de ocupação de terras comum ocorre na Justiça Estadual, diferentemente das terras quilombolas tradicionalmente ocupadas que correm na Justiça Federal. A problemática de casos de territórios quilombolas em conflitos judiciais na justiça comum é o reflexo de regras que não deveriam incidir ao território e se espacializarem de tantas formas a ponto de poderem extinguir a comunidade e sua existência a partir de reintegrações de posse efetivadas. A espacialização das normas aqui pode ser tamanha a ponto de apontar que a comunidade ocupante das terras não deveria ocupar o território que ocupa, portanto, deve ser retirada do mesmo.

Isso tudo nos faz pensar no papel das normas jurídicas aplicadas ao território, o autorreconhecimento nos remete às normas e práticas sociais, bem como as práticas jurídicas que se aplicam ao território durante todo o processo aqui colocado e a perspectiva trazida sobre trabalhos já produzidos acerca da territorialidade. Para isso, faz-se necessário analisar mais profundamente as marcas e rugas produzidas no espaço, bem como as categorias teóricas da geografia jurídica, ambos servem de instrumento, auxiliando na obtenção da resposta para o problema colocado na presente pesquisa.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

RUGOSIDADES SOCIAIS DO ESPAÇO

Santos defende sob uma perspectiva sócio-territorial que a condição social presente é também resultado da herança ou de resquícios longínquos, que se manifestam e inter cruzam com elementos contemporâneos de forma objetiva e subjetiva no espaço geográfico (SANTOS, 2004). A valoração de um dado elemento do espaço é feita pelo conjunto da sociedade e aparece através da realidade do

espaço em que está colocado (SANTOS, 2006). Um processo histórico de determinado lugar exhibe espacialidades e as reflete e constitui o presente.

O processo social a todo momento deixa heranças que formam condições para novas etapas. Assim, os territórios quilombolas, bem como a memória e a história imprimida na autodefinição e no processo de reconhecimento “participam dessa categoria de prático-inerte, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas” (SANTOS, 2006, p.91).

Santos (2006) aponta que a redistribuição inserida no processo social ocorre considerando as condições preexistentes, às formas herdadas e derivados de circunstâncias anteriores, então para uma análise especializada de determinado local é necessário considerar o seu histórico, o seu passado e o contexto inserido, pois só o é nesse tempo-espaço, porque o foi de determinada forma em outro tempo, nesse espaço.

O autor argumenta que as rugosidades se espacializam em cada local diante da contraposição do tempo atual com o tempo passado cristalizado em formas (SANTOS, 2006). Depreende-se que as conquistas através de mobilizações representam um processo histórico especializado no tempo. A cidade representa, então, um espaço da rugosidade da própria expressão “espaço urbano”, o território quilombola da mesma forma.

As rugosidades existem e se fundamentam pelo uso espacial do território, os processos históricos ampliam os significados produzidos socialmente e se espacializam na medida em que revela a realidade concreta. Santos colocou que o espaço urbano é, nesse sentido, o expoente da realidade concreta que escancara desigualdades que nesse espaço possam existir, essas desigualdades quando especializadas representam um processo de uma ruga.

Para entender como essas rugosidades especializadas podem incidir juridicamente, é preciso aprofundar os conceitos da geografia-jurídica, o que será realizado a seguir.

NORMATIVIDADE E ESPACIALIDADE

Konzen (2013) afirma que é através das lutas sociais que os meios normativos e espaciais são determinados para disputa e negociação dos espaços públicos urbanos e que normatividade e espacialidade mesmo consistindo como uma dimensão social distinta, sempre possuem alguma interação. Nesse sentido, para

atingir algum grau de consistência analítica na relação entre norma e espaço, Konzen, elenca três categorias analíticas que serão abordadas neste ponto.

A primeira é através da análise de normas jurídicas e de espaços jurisdicionais. Para o autor, as normas jurídicas são empreendidas por limites rígidos e precisos, elas existem como instruções reproduzidas pela sociedade de forma imperativa e que serve de guia comportamental (KONZEN, 2013). Já os espaços jurisdicionais são considerados para o enquadramento da expectativa social no que tange aos limites geográficos da ação estatal. Então, o autor conceitua a categoria analítica normas jurídicas e espaços jurisdicionais como “uma coleção de normas jurídicas que emanam do Estado, representando uma área abstrata com o objetivo deliberado de organizar o exercício dos seus poderes” (KONZEN, 2013, p.272, tradução da autora).

A segunda categoria analítica é sobre práticas jurídicas e zoneamento espacial. O autor coloca que o zoneamento espacial é uma categoria na qual as agências de administração pública se utilizam dos seus mecanismos para que sejam cumpridas todas as normas jurídicas emanadas pelo Estado. As práticas jurídicas dizem, em larga escala, sobre a ação de membros dos órgãos ou agências da administração pública que são autorizadas de forma oficial na utilização dos meios coercitivos para o estabelecimento da conformidade com as normas jurídicas. Importa acentuar que, conforme o autor, as normas jurídicas podem ser aplicadas ao espaço jurisdicional de forma desigual e não podem ser implementadas pelas agências com limitações geográficas de atuação com pessoas que podem mudar seus entendimentos sobre o comportamento mais apropriado conforme os mecanismos do zoneamento espacial. Assim, práticas jurídicas acabam por receber a caracterização de ter um alto nível de seletividade espacial (KONZEN, 2013).

A terceira categoria é sobre normas sociais e espaços territoriais. O autor coloca que um grande debate da sociologia do direito, especialmente sob o olhar do pluralismo jurídico, é como pode ser mantida a ordem social sem haver normas jurídicas ou apesar da sua existência. Afirma que pode existir uma ordem normativa que não tenha norma institucionalizada ou explícita. Assim, afirma que há evidências, em seu estudo, que apontam que pode ser desenvolvido em comunidades muito próximas um sentimento de pertencimento havendo regulação pelo estabelecimento de normas sociais que norteiam o comportamento grupal. O poder social da comunidade se ampara na habilidade de exercer controle sobre um território que se demonstra significativo para os seus membros de forma cultural ou econômica. Ainda, assevera

que em um espaço territorial, é característico que a identidade de uma comunidade, dependa de reivindicações de autonomia, autodeterminação, separação e preservação cultural (KONZEN, 2013).

DESENHO DA PESQUISA

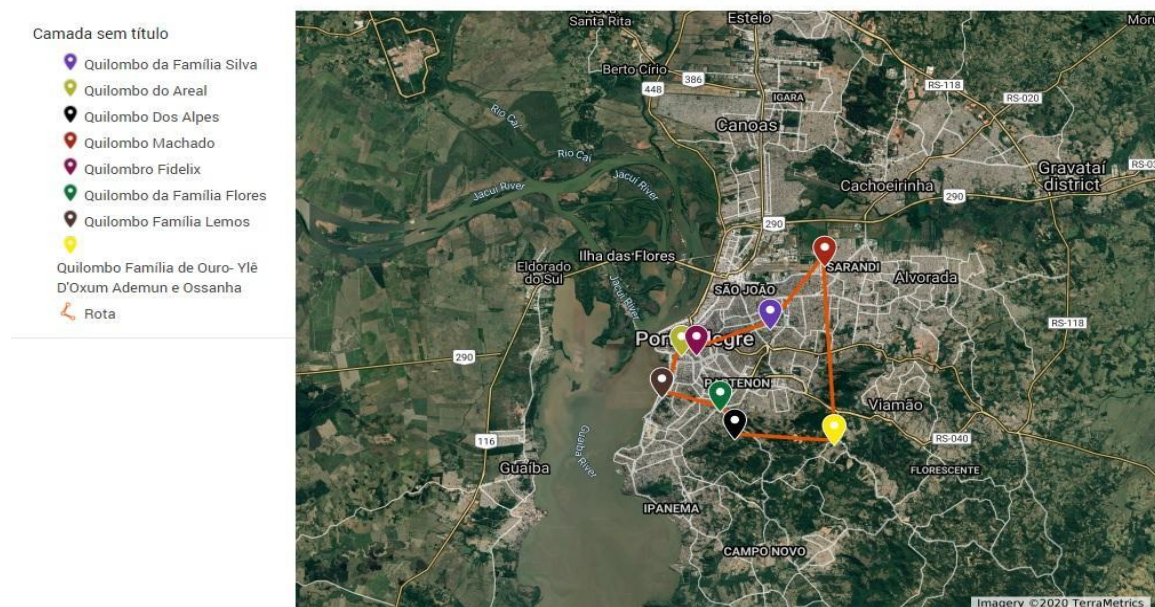
A partir desses entendimentos, colocado que se trata de uma pesquisa em andamento, a metodologia envolve uma análise bibliográfica da literatura existente sobre territórios quilombolas urbanos e seu reconhecimento jurídico; e empírica, com um mapeamento espacial das comunidades, análise documental de processos jurídicos e administrativos de territórios quilombolas situados no contexto urbano de Porto Alegre e análise de laudos técnicos realizados nos territórios, no que tange ao estudo das normas e práticas jurídicas existentes, bem como análise de etnografias realizadas no que tange às normas sociais.

RESULTADOS EMPÍRICOS E DISCUSSÃO

A partir disso, no contexto de Porto Alegre, atualmente, há oito comunidades quilombolas urbanas em disputa territorial. Percebe-se, conforme as cores que em cor azul há o Quilombo da Família Silva, localizado no bairro Três Figueiras, em cor verde claro o Quilombo Areal da Baronesa, localizado no bairro Menino Deus, em cor preta o Quilombo dos Alpes, localizado no bairro Cascata, em cor vermelha o Quilombo da Família Machado, localizado no bairro Sarandi, em cor roxa o Quilombo da Família Fidélis, localizado no bairro Azenha, em cor verde escuro o Quilombo da Família Flores, localizado no bairro Glória, em cor marrom o Quilombo da Família Lemos, localizado no bairro Santa Tereza em cor amarela o Quilombo Família de Ouro- Ylê D'Oxum Ademun e Ossanha, localizado no bairro Lomba do Pinheiro:

Figura 1 - Territórios Quilombolas Urbanos Em Porto Alegre

Territórios Quilombolas Urbanos em Porto Alegre



Fonte: Produção própria, a partir da ferramenta de georreferenciamento do *google my maps*, 2020.

Nesse sentido, a escolha dos territórios a serem trabalhados se deu para um entendimento completo na busca pela resposta do problema de pesquisa em questão. O Quilombo da Família Silva foi escolhido por ser o mais antigo, o Quilombo do Areal da Baronesa por sua particularidade geo-espacial, pois é tangenciado por via de acesso público e o Quilombo da Família Flores por ter insurgência recente do processo identitário e de reconhecimento territorial quilombola. Como aduzido na bibliografia estudada, há uma ligação profunda na construção da territorialidade de comunidades quilombolas e da constituição dos territórios negros de Porto Alegre. A partir das rugas sociais, verificou-se que o apagamento e invisibilidade de um território negro resulta no mesmo para as comunidades quilombolas, pois essas comunidades também são territórios negros, dos quais emergem normas sociais, são constituídas por eles, na história da cidade e representam, juntamente com a produção da urbanização, outra ruga social. Por isso, a autodefinição é um processo de retomada da memória e resgate histórico, de subjetividades negras que construíram a história do espaço urbano, portanto, é necessário revisitar as rugas sociais, revisitar o passado, a produção do espaço, a memória. Por essa razão, é essencial que seja elaborado um laudo técnico, a partir da reconstrução da história da própria comunidade, demonstrando que o autorreconhecimento é um processo de resgate histórico.

Da análise dos dados das três comunidades quilombolas, depreende-se que a partir do autorreconhecimento, possuem espécies de subfases que podem ser analisadas, a partir da geografia jurídica. Assim, o autorreconhecimento possui subfases, quer seja, o autorreconhecimento sem a certificação estatal, com o resgate da memória, da territorialidade, da subjetividade enquanto quilombolas e a segunda subfase seria o autorreconhecimento informando os órgãos governamentais sobre a existência de uma comunidade quilombola autorreconhecida. Nessas subfases, demonstram-se presentes a transição de um espaço territorial, no qual emanam normas sociais para regulação dos usos do espaço para um espaço jurisdicional, a partir do conhecimento dos órgãos sobre a existência da comunidade, o qual são aplicadas normas jurídicas específicas de regulação do espaço atinentes às comunidades quilombolas.

Verificou-se que diante de conflitos territoriais judicializados na Justiça Estadual, mesmo nas comunidades com certificação estatal, houve dificuldade do judiciário estadual em reconhecer o processo de resgate histórico da família Silva, incorrendo em expedição de mandados de reintegração de posse contra a família e em regras jurídicas aplicáveis a ocupações irregulares distintas de ocupações tradicionais quilombolas, desconsiderando o autorreconhecimento e normativas aplicáveis na regulação do espaço dessas comunidades, havendo respeitabilidade apenas quando o INCRA interveio em juízo Federal e Estadual. Entretanto, no caso da família Flores, o mandado foi suspenso quando juntados documentos do processo de reconhecimento territorial.

As normas que regulam uma ocupação irregular, as quais estavam sendo aplicadas no caso da Família Silva e Flores, são distintas de uma ocupação tradicional de território quilombola e se mostraram ineficazes na garantia do reconhecimento territorial das comunidades, quando aplicadas². No reconhecimento do território do quilombo Areal da Baronesa, há multiplicidade de normas que poderiam ser aplicadas ao território para concessão do título, o qual possui consequências jurídicas e práticas para a coletividade que o receberá, sendo aplicadas apenas as que possuíam consequência jurídica mais próxima ao título, como a de doação com cláusula de

² No caso da Família Flores, no decorrer dos processos na justiça estadual (11500505685, 11500541673, 11500647595, 11500536807, 11500510204) o território foi invadido pelos supostos proprietários que construíram um muro, deixando a família com o menor pedaço do terreno, mesmo com a certificação da FCP o muro não foi retirado, prejudicando os usos do território e alterando as normas sociais que regulam o espaço.

alienabilidade³. Verificou-se, assim, que o processo de reconhecimento pode ocorrer de formas distintas, pela via administrativa (Quilombo do Areal) ou através da via administrativa e judicial (Quilombos Flores e Silva).

As normas sociais são constantes no processo de reconhecimento, sendo anteriores à própria autodefinição, diferentemente das normas jurídicas que regulam territórios quilombolas. No caso do Quilombo da Família Silva, a figueira central no território é considerada como um ponto de referência da comunidade, assim como onde consideram os limites do território para demarcação, conforme laudo antropológico. Em todos os casos as normas sociais constituem evidentemente um espaço territorial, no qual as comunidades se organizam para terem seu reconhecimento e a autogestão comunitária, as regras sociais são estabelecidas através da territorialidade e pertencimento ao território. Evidenciou-se no caso das famílias Flores e Silva o uso de plantas medicinais como prática social de regulação. Após a transição de um espaço territorial para um espaço jurisdicional, as regras jurídicas de regulação do espaço sofrem algumas mudanças, como a impossibilidade de vender o território, de aliená-lo, alterando, também, as regras jurídicas que ao território serão aplicadas. No caso do quilombo do Areal da Baronesa, apesar de ser tangenciada por uma via que parece ser de acesso público, em verdade, não o é, pois é uma via de uso comum, mas pertencente, por titularidade, à associação da comunidade Areal da Baronesa, bem como as casas que lá estão. Neste uso, verificou-se que os espaços privados das casas se confundem com o espaço de uso comum dos moradores. O carnaval, o samba e a religião de matriz africana são essenciais para a existência e vivência comunitária, regulando socialmente comportamentos. Nesse sentido, depreende-se que a cultura negra viva no quilombo

³ O município procedeu à elaboração da nota técnica 080/2014, no processo administrativo 001.009929.14.2, no qual foram avaliadas as hipóteses de incidências legais diversas para a titulação da comunidade, destacam-se a o art. 68, do ADCT, Portaria do INCRA nº 76 de 13 de fevereiro de 2014, no DOU, Decreto Federal 4887/2003, art. 76 e seguintes, da Lei Complementar 434/99, sobre as Áreas Especiais de Interesse Social e alterações posteriores do Plano Diretor, concessão do direito real de uso, concessão de uso especial para fins de moradia, direito de superfície, dispostas no art. 76, I a, 1, 2, 3, artigos 215 e 216 da Constituição Federal, a Lei de Terras 4504/64, que posteriormente, regulada pela Lei 6383/76, a Lei 11.977/2009, sobre o programa minha casa minha vida, alienação de bens públicos imóveis, no art. 17, f, da Lei 8666/93, doação no art. 221, da Lei 6015/73, Lei 9929/2006, art. 17, I, da Lei 8666/93. Importa referir, que a ADI 3239, foi considerada para análise, porém, não plenamente, pois havia sido suspensa a sessão de julgamento no STF, considerando-se precedente judicial do Tribunal Regional Federal da 4ª Região que rejeitou a arguição de inconstitucionalidade (TRF4, ARGINC 5005067-52.2013.404.0000).

Areal da Baronesa é um expoente das normas sociais que regulam internamente o território.

No que tange à análise da prática jurídica e ao zoneamento ou zonificação espacial, é necessário referir que não foi encontrada zona próxima da categorização de Konzen. Entretanto, a definição de prática jurídica serve para analisar que em comunidades quilombolas elas igualmente são empreendidas, especialmente no processo de reconhecimento. As práticas jurídicas dizem respeito a ações autorizadas de agentes do estado para promover a conformidade com as regras jurídicas, mesmo que coercitivas. Nesse sentido, durante o processo de autorreconhecimento da comunidade do quilombo areal da baronesa, verificou-se prática dos representantes do órgão que desrespeita a autodefinição da própria comunidade e a nomenclatura por ela adotada, bem como em reunião com os moradores restou evidente a vontade estatal de urbanizar a comunidade.

Quanto ao Quilombo da Família Silva, inicialmente percebeu-se a prática do juiz, enquanto agente do Estado, em não analisar o fato novo trazido pela comunidade quilombola e determinar a expedição do mandado para reintegrar a posse e imitar os supostos proprietários na área. Evidenciou-se, na análise dos despachos no processo, dificuldade do Judiciário, na justiça comum, de aplicar as regras atinentes às comunidades quilombolas, mesmo já havendo o reconhecimento da Fundação Cultural Palmares e interesse do INCRA e Ministério Público Federal e já ter havido elaboração do laudo antropológico. Durante a pesquisa sobre os processos da Família Silva, encontrou-se um processo (5043925-95.2013.4.04.7100) que trata sobre condenação e indenização por dano moral coletivo em situações contínuas de racismo e atos excessivos praticados pela Polícia Militar dentro do território quilombola, com os moradores, figurando como réu o estado do Rio Grande do Sul, pois presentes, justamente, práticas jurídicas recorrentes, preconceituosas e abusivas, de agentes da administração pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com o presente trabalho contribuir para a análise do processo de reconhecimento estatal nas comunidades quilombolas urbanas, a partir da autodefinição. Verificou-se que apesar de haver garantia constitucional prevista, ainda há diversos obstáculos presentes para a titulação das terras quilombolas. Durante o

estudo do histórico das comunidades e da urbanização de Porto Alegre, pode-se perceber que as rugas, quando não identificadas e quando desconsideradas no processo de titulação, podem causar diversos danos às famílias, implicando, inclusive, em expulsão ilegal, o que por pouco não ocorreu no caso da Família Silva e da Família Flores, expoente de grave violação do artigo 68 do ADCT e do Decreto 4887/2003, quando coloca autodefinição como critério primeiro para o processo de reconhecimento. A implicação da interação das normas aos territórios é um estudo de grande importância, pois é um termômetro sobre quais normas têm sido, efetivamente, aplicadas nos territórios, de que forma isso tem ocorrido, bem como se a autodefinição tem sido respeitada pelo Estado. A partir da presente análise, depreende-se que considerar a autodefinição como uma categoria jurídica para titulação quilombola é emergencial, pois ela é fundante da comunidade e a percepção da comunidade sobre si é fundante dela. A titulação das terras quilombolas e a consideração das normas sociais, de uso do território, em todas as fases do reconhecimento, são essenciais para reparação histórica da população negra que, em Porto Alegre, especialmente, sofreu graves atentados à vida, na época colonial e pós colonial, através da espacialização de normas higienizadoras no processo de urbanização da cidade. A cultura dos usos e de pressupostos civilizatórios presente nas comunidades quilombolas devem ser observadas, pois ela é o expoente da territorialidade e consequente autodefinição.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A.W.B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, Eliane Cantarino. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. São Paulo: ABA/FGV, 2002.
- ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In.: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 1998.
- BALDI, Cesar Augusto. Territorialidade étnica e proteção jurídica: as comunidades quilombolas e a desapropriação. In: FERNANDES, Edesio; ALFONSIN, Betânia (Orgs). **Revisitando o instituto da desapropriação**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

BITTENCOURT JUNIOR, Iosvaldir Carvalho. **Os Percursos do Negro em Porto Alegre: Territorialidade Negra Urbana**. In: PORTO ALEGRE. Museu de percurso do negro em Porto Alegre. Porto Alegre: Prefeitura Municipal: Vinícius Vieira, 2010.

BOHRER, Felipe Rodrigues. Breves considerações sobre os territórios negros urbanos de Porto Alegre na pós-abolição. Revista Iluminuras, v.12, nº 29, 2011. Acesso em 04/02/2020 <<https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/25348> >

BRUSTOLIN, Cíndia. **Reconhecimento e desconsideração: a regularização fundiária dos territórios quilombolas sob suspeita**. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. Acesso em 04/02/2020. Disponível em: < <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26194> >

CAMPOS, Nazareno J. **As diferentes formas de uso comum da terra no Brasil**. In: 8º Encuentro de Geógrafos de América Latina, Santiago de Chile, 2001. Acesso em 04/02/2020.

CARVALHO, Ana Paula Comin; WEIMER, Rodrigo.(Coord.) **Laudo antropológico e histórico de reconhecimento da comunidade remanescente de Quilombo Família Silva. Núcleo de Antropologia e Cidadania/UFRGS**, 2004. Disponível em <http://www.ufrgs.br/ppgas/nucleos/naci/paginas/publicacoes-textos.html>. Acesso em 04/02/2020.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO- SÃO PAULO. **O caminho da titulação**. Disponível em <<http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/caminho-da-titulacao/>>. Acesso em: 19/05/2019.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO- SÃO PAULO. **Observatório terras quilombolas**. Disponível em <<http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>>. Acesso em: 19/05/2019.

CORREA, Mario Roberto Weyne. **Quilombos urbanos em Porto Alegre: uma abordagem histórica da titulação do quilombo da Família Silva [2003 – 2007]**. LUME UFRGS. Porto Alegre, 2010. Acesso em 04/02/2020: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/26985>>

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplos, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In.: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

BRASIL, República Federativa do. Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm> Acesso em: março de 2019.

GEHLEN, Ivaldo. RAMOS, Ieda Cristina Alves. (Coordenadores). **Estudo quantitativo da População Quilombola do Município de Porto Alegre/RS**. LABORS- Laboratório de Observação Social- IFCH/ UFRGS, 2008.

GEIGER, Pedro P. Des-territorialização e espacialização. In.: SANTOS, Milton.; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002.

INCRA. **Regularização de Território Quilombola**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-perguntasrespostas-a4.pdf>> Acesso em 04/02/2020.

KONZEN, Lucas Pizzolatto. **Norms and space: understanding public space regulation in the tourist city**. Tese (Doutorado) - Curso de Law And Society, Università Degli Studi di Milano, Milão (Itália), 2013.

LEI MUNICIPAL Nº 11.871, DE 10 DE JULHO DE 2015. Acesso em 04/02/2020 <<https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2015/1187/11871/lei-ordinaria-n-11871-2015-autoriza-o-municipio-de-porto-alegre-a-desafetar-bem-como-a-doar-a-associacao-comunitria-e-cultural-quilombo-do-areal-o-proprio-municipal-que-descreve-e-institui-esse-proprio-municipal-como-area-especial-de-interesse-cultural-aeic>>

LITTLE, Paul E. (2002), Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil. Por uma antropologia da territorialidade, Anuário Antropológico. Série Antropologia, 322, vol 28. n.1, p. 251-290, junho, 2003. Disponível em <<http://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871>>. Acesso em 11/05/2019.

MARQUES, Olavo Ramalho. **Entre a Avenida Luís Guaranha e o Quilombo do Areal: Estudo Etnográfico sobre memória, sociabilidade e territorialidade negra em Porto Alegre/RS**. Porto Alegre. Dissertação. Mestrado em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006. Acesso em 04/02/2020 <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6158>>.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terras de Quilombo: identidade étnica e os caminhos do reconhecimento**. São Cristóvão-SE: Tomo, no11, 2007.

PRESTES, Jéssica Melo. Territórios Negros Urbanos e os Quilombos Urbanos Contemporâneos: Descobrindo a Porto Alegre Negra. In: VIANNA, Marcelo et al (Orgs.). **O Historiador e as Novas Tecnologias – reunião de artigos do II Encontro de Pesquisas Históricas – PUCRS**. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2015.

RUPENTHAL, Francieli Renata. **Um percurso vivido: pluralizando histórias e memórias a partir do projeto “Territórios Negros”**. Revista Unisinos, Capa > v. 52, n. 2, p.162-171, 2016 Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2016.52.2.03/5476 Acesso em 20 mai 2018.

SALIBA, Gabriela Moura. A história de Geneci. Quilombo dos Flores. Escola Municipal de Ensino Fundamental Gabriel Obino. In: MARTINS, Meireles Marcio. **Memórias de trabalho e não trabalho quilombola**. Ed.1. São Leopoldo: Oikos, 2019.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. GEOgraphia, Rio de Janeiro, Ano 1. n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. 6.ed. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2004

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. *Ambiente & Sociedade*- Ano V, n10- , p.1-6, 1o semestre, 2002.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006, cap. II, III e V, 5.3. Disponível em: <<http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/Girolamo.pdf>> Acesso em: março de 2019.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.

MAPEANDO AS ASSIMETRIAS NA EXECUÇÃO DA LEI FEDERAL 12.990/2014

MAPPING ASYMMETRIES IN THE IMPLEMENTATION OF FEDERAL LAW
12.990/2014

MAPEO DE ASIMETRÍAS EN LA IMPLEMENTACIÓN DE LA LEY FEDERAL
12.990/2014

Mara Beatriz Nunes Gomes¹
Marcus Vinicius Spolle²

Resumo

Este artigo apresenta parte de pesquisa de mestrado que problematiza a influência da perspectiva institucional na execução da Lei Federal n.º 12.990/2014 (Lei de Cotas Raciais no Serviço Público Federal). A dissertação desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) adotou, a partir de estudo de caso comparativo, o cenário empírico de duas universidades federais: FURG (Universidade Federal do Rio Grande) e UFPel. Assim, neste ensaio, inicialmente exibe-se o diagrama cartográfico relativo ao enunciado “cotas raciais são necessárias”, reproduzindo graficamente a agência dos conceitos de democracia racial e desigualdade racial, ideologias que se controvertem na discussão das relações raciais no Brasil. Essa metodologia desenvolvida a partir da Teoria Ator-Rede (TAR ou ANT) propõe um reexame do espaço social, conectando os actantes (agentes humanos e não humanos) em uma cosmovisão simétrica, instrumentalizada pelo mapeamento da trilha construída durante a estabilização da controvérsia que se pretende analisar. Na sequência, apresenta-se as análises dos textos dos editais de concursos públicos para cargos efetivos de docentes e técnicos(as)-administrativos(as) promovidos pelas universidades pesquisadas durante Jun/2014 a Dez/2018. Debruçar o olhar sobre os instrumentos de acesso a essa modalidade de ação afirmativa permite verificar a existência de assimetrias na execução dessa política pública no âmbito das instituições pesquisadas. Assim, no contexto desse conjunto teórico-metodológico, este trabalho propõe identificar de que forma a perspectiva institucional repercute na execução da Lei Federal n.º 12.990/2014.

Palavras-Chave: Lei Federal n.º 12.990/2014; Assimetrias; Perspectiva institucional.

¹ Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), mbng.adv@gmail.com e <https://orcid.org/0000-0001-7712-1001>.

² Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) - sociomarcus@gmail.com e <https://orcid.org/0000-0001-7339-8396>.

Abstract

This article presents part of a master's research that questions the influence of the institutional perspective in the implementation of Federal Law No. 12,990 / 2014 (Law of Racial Quotas in the Federal Public Service). The dissertation developed along with the Graduate Program in Sociology at the Federal University of Pelotas (UFPEl) adopted, based on a comparative case study, the empirical scenario of two federal universities: FURG (Federal University of Rio Grande) and UFPEl. Thus, in this essay, the cartographic diagram related to the statement "racial quotas are necessary" is initially displayed, graphically reproducing the agency of the concepts of racial democracy and racial inequality, ideologies that are controversial in the discussion of racial relations in Brazil. This methodology developed from the Actor-Network Theory (TAR or ANT) proposes a reexamination of the social space, connecting the actors (human and non-human agents) in a symmetrical worldview, instrumentalized by the mapping of the trail built during the stabilization of the controversy that is taking place. This is followed by the analysis of the texts of the notices of public tenders for effective positions of teachers and technical-administrative staff promoted by the researched universities during the period Jun/2014 to Dec/2018. Looking at the instruments of access to this affirmative action modality makes it possible to verify the existence of asymmetries in the implementation of this public policy within the scope of the researched institutions. Thus, in the context of this theoretical-methodological set, this work proposes to identify how the institutional perspective affects the implementation of Federal Law No. 12,990 / 2014.

Keywords: Federal Law No. 12,990 / 2014; Asymmetries; Institutional perspective.

Resumen

Este artículo presenta parte de una investigación de maestría que cuestiona la influencia de la perspectiva institucional en la implementación de la Ley Federal N ° 12.990 / 2014 (Ley de Cuotas Raciales en el Servicio Público Federal). La disertación desarrollada con el Programa de Posgrado en Sociología de la Universidad Federal de Pelotas (UFPEl) adoptó, con base en un estudio de caso comparativo, el escenario empírico de dos universidades federales: FURG (Universidad Federal de Rio Grande) y UFPEl. Así, en este ensayo se muestra inicialmente el diagrama cartográfico relacionado con el enunciado "las cuotas raciales son necesarias", reproduciendo gráficamente la agencia de los conceptos de democracia racial y desigualdad racial, ideologías controvertidas en la discusión de las relaciones raciales en Brasil. Esta metodología desarrollada a partir de la Teoría Actor-Red (TAR o ANT) propone un reexamen del espacio social, conectando a los actores (agentes humanos y no humanos) en una cosmovisión simétrica, instrumentalizada por el mapeo del camino construido durante la estabilización de la controversia que se está produciendo. A continuación, se presenta el análisis de los textos de las licitaciones públicas para puestos efectivos de docentes y personal técnico-administrativo promovidas por las universidades investigadas durante el período Jun/2014 a Dic/2018. La mirada a los instrumentos de acceso a esta modalidad de acción afirmativa permite verificar la existencia de asimetrías en la ejecución de esta política pública en el ámbito de las instituciones

investigadas. Así, en el contexto de este conjunto teórico-metodológico, este trabajo se propone identificar cómo la perspectiva institucional incide en la implementación de la Ley Federal No. 12.990 / 2014.

Palabras clave: Ley Federal; Asimetrías; Perspectiva institucional

INTRODUÇÃO

De acordo com Munanga (2001, p. 31), ações afirmativas operam na dimensão de “[...] oferecer aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para compensar as desvantagens devidas à sua situação de vítimas do racismo e de outras formas de discriminação.” Quando esse instrumento é abordado no contexto de reserva de vagas, percebe-se que elas surgem em caráter pioneiro nos Estados Unidos na década de 1960 (MOEHLECKE, 2002), chegando ao Brasil no início do séc. XX, sob a denominação de cotas raciais, com implementação nas universidades públicas (GUIMARÃES, 2003) e, posteriormente, no serviço público. Pensar, hoje, a questão da execução dessa política no mercado de trabalho foi a preocupação deste estudo.

Ao adotar como cenário empírico os concursos para cargos efetivos de docentes e técnico(as)-administrativos(as) promovidos por Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Federal de Pelotas (UFPel), esta pesquisa se debruça sobre a execução da Lei n.º 12.990/2014, legislação que determina a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos e seleções do público federal para candidatos(as) negros(as). Dentro do intervalo observado, Junho/2014 (início de vigência da política) até Dezembro/2018, buscou-se enfrentar a seguinte problematização: a perspectiva institucional repercute no modo de execução da Lei n.º 12.990/2014?

Cabe explicitar que a incorporação de ações afirmativas destinadas à população negra neste ramo do mercado de trabalho fez-se necessária no Brasil em razão da persistência de hierarquização racial nas relações laborais. Tal elemento é responsável por um cenário de sub-representação negra no serviço público, especialmente nos postos de maior prestígio e poder (GOMES, 2020). Tal circunstância decorre de um processo histórico-cultural e social de exclusão dirigido a indivíduos negros no decorrer do ambiente pós-abolicionista, cuja ramificações ainda produzem incidência na atualidade.

A partir de Bernardino-Costa (2016, p. 510), é possível compreender que os processos históricos de divisão racial do trabalho no Brasil se desenvolveram frente a um panorama em que se espera do negro o “[...] cumprimento de determinados papéis sociais e a circulação restrita a determinados espaços sociais [...]”. Nesse sentido, interessa observar mais detidamente a postura do poder público desde o momento em que o método de produção escravocrata entra em declínio até o início do período pós-abolicionista, síntese histórica alinhavada com riqueza nos apontamentos de Theodoro (2008, p.38):

[...] a situação vigente em meados do século XIX era tal que, bem ou mal, o negro detinha um lugar central no sistema econômico. Como escravo, sustentava a economia primário-exportadora (sobretudo o café, mas também a cana-de-açúcar, o ouro e o algodão) e, nas cidades, respondia pela maior parte dos serviços (eram artesãos, reparadores, além de executarem serviços pessoais). Havia ainda os chamados negros de ganho, escravos que ofereciam seus serviços nas ruas, cujo trabalho representava uma renda adicional para muitas famílias da classe média urbana (serviços diversos, incluindo-se aí também a prostituição e a mendicância).

Na segunda metade daquele século, dois constrangimentos históricos vêm alterar essa situação: a Lei de Terras e a abolição, sem qualquer mecanismo de proteção ao recém-liberto. Aliado a esses eventos, a política de imigração, baseada na ideia do branqueamento da nação, recrudescer o quadro social. O negro perde o lugar no mercado de trabalho. Essa perda significou a perpetuação de uma situação de pobreza e miséria. Sem lugar nos setores econômicos mais dinâmicos, o negro vai buscar espaços nos meandros e interstícios possíveis: os pequenos serviços, o trabalho precário etc.

Efetivamente, não havia no discurso republicano nenhuma proposta (ou projeto) de integração voltada aos ex-escravos ou aos seus descendentes [...].

Levantamento realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), referente ao período de 1995 a 2015, reforça essa perspectiva de adscrições e exclusão. O estudo identificou que durante a referida janela histórica, o campo do trabalho apresenta “[...] uma hierarquia estanque, na qual o topo é ocupado pelos homens brancos e a base pelas mulheres negras”.³ Estanislau, Gomor e Naime (2015, p. 120) propõem que a “[...] cor da pele aparece como variável determinante na definição de papéis no mercado de trabalho [...]”. Os pesquisadores também pontuam que a mesma segmentação racial também se repete no serviço público federal, local onde negros (pretos e pardos)

³ Fonte: <https://istoe.com.br/brasil-mantem-historicas-desigualdades-raciais-e-de-genero/>. Acesso em: 15 mar. 2020.

correspondiam aproximadamente a 26% do quadro de pessoal no ano de 2013⁴, período em que esse grupo racial constituía 51% da população brasileira, conforme apontado pela Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

É importante ressaltar que, conforme aponta o sistema classificatório sociocultural do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que diz respeito às especificidades da discriminação racial brasileira, dentro da categoria racial das pessoas negras encontram-se aglutinados pretos(as) e pardos(as), pois a elas é dirigida a discriminação racial em razão de suas características, segundo orienta Osório (2003, p. 23-24):

[...] a agregação de pretos e pardos e sua designação como negros justificam-se duplamente. Estatisticamente, pela uniformidade de características socioeconômicas dos dois grupos. Teoricamente, pelo fato de as discriminações, potenciais ou efetivas, sofridas por ambos os grupos, serem da mesma natureza. Ou seja, é pela sua parcela preta que os pardos são discriminados [...].

Portanto, resta evidente a necessidade de intervenção do Poder Público neste campo, de modo a corrigir o cenário no setor público, bem como a inspirar e incentivar a adoção de medidas similares na iniciativa privada. Ao mesmo tempo, tal panorama desafia o enfrentamento dos influxos e tensionamentos que o demarcador racial impulsiona na execução de tais medidas reparatórias. Segundo refere Back (2019), as políticas públicas apresentam nuances distintas de execução nas esferas perante as quais são implementadas, de tal sorte que obrigatoriedade legal não implica necessariamente em uniformidade nos diferentes níveis de execução das mesmas.

Frente a esse pressuposto teórico, e buscando investigar o fenômeno na perspectiva das políticas afirmativas de caráter racial no âmbito de serviço público federal, ao contornar os ambientes institucionais de FURG e UFPel, neste artigo não se questiona “se é feito” (a implementação), mas como “é feito” (a execução). Como ponto de partida, elaborou-se uma cartografia da controvérsia sobre as cotas raciais, ancorada na Teoria Ator-Rede, a fim de mapear a agência dos conceitos democracia racial e desigualdade racial, ideologias presentes no contexto quadro

⁴ Segundo Estanislau, Gomor e Naime (2015, p. 121), na “[...] classificação da base SIAPE (MPOG), adotada até 2014, a categoria ‘pretos’ foi substituída por ‘negros’[...]”, porém, para sistematizar os dados, e os autores aglutinaram as categorias “negros” e “pardos” constantes na “[...] base SIAPE para formar o grupo dos autodeclarados como “negros” no âmbito do Poder Executivo Federal.”

sociorracial e que nessa medida adentram na discricionariedade dos gestores responsáveis por implementar a Lei n.º 12.990/2014. Na sequência, discutiu-se as condutas institucionais adotadas por FURG e UFPel em seus editais de concursos públicos frente à Lei Federal n.º 12.990/2014, examinando se as mesmas possibilitam a efetivação dessa política pública, ou, se pelo contrário, implicam na interdição dessa modalidade de ação afirmativa.

ENQUADRANDO A CONTROVÉRSIA DAS COTAS RACIAIS NO BRASIL

Apesar da institucionalização do mecanismo de cotas raciais ter ocorrido no Brasil ao início da década de 2000 (SANTOS, 2012), a discussão sobre o tema ainda suscita debates, ancorados em visões díspares quanto à necessidade (ou não) de cotas raciais, consoante demonstrado a seguir.

Para examinar esse cenário de confronto de narrativas e perspectivas, nesta pesquisa, utilizou-se o aporte instrumental da Teoria Ator-Rede (TAR), também chamada de Sociologia da Translação/Tradução. Desenvolvida pelo sociólogo e antropólogo francês Bruno Latour, a TAR propõe uma cosmovisão simétrica, na qual segundo apontam Pinto e Domenico (2014, p.1-2), se “[...] desconsidera o conceito de sociedade, abordando o social como coletivo de humanos e não-humanos dotados de agência, associados em redes [...]”.

Como método, a TAR apresenta a controvérsia na condição de modelo de debate entre pessoas ou grupos a respeito de um interesse comum, cujo desenlace ocorre no âmbito de um tecido social onde todos importam - humanos e não-humanos, os actantes (CORRÊA e CASTRO, 2014). Nesse ideal, a abertura da controvérsia ocorre a partir da fixação de um novo enunciado pelo eixo vencedor da discussão, constituindo uma nova caixa preta⁵. Para a exposição dessa configuração do social, a TAR trabalha sob a lente de um mapa cartográfico, que rastreia a trilha construída durante a estabilização da controvérsia que se pretende analisar, pois segundo Latour (2001, p. 39), “[...] se uma imagem vale mais que mil palavras, um mapa [...] vale mais que uma floresta inteira”.

Assim, com aporte nessa perspectiva teórico-metodológica, identificou-se, a seguir, as teorias e os elementos que permeiam a controvérsia relativa às cotas

⁵ Latour propõe que a caixa-preta constrói uma discussão encerrada pela estabilização da controvérsia (FREIRE, 2013).

raciais adotadas no modelo brasileiro, buscando rastrear as conexões traçadas nessa disputa assimétrica que contorna a questão racial no Brasil.

O DIAGRAMA DO DEBATE

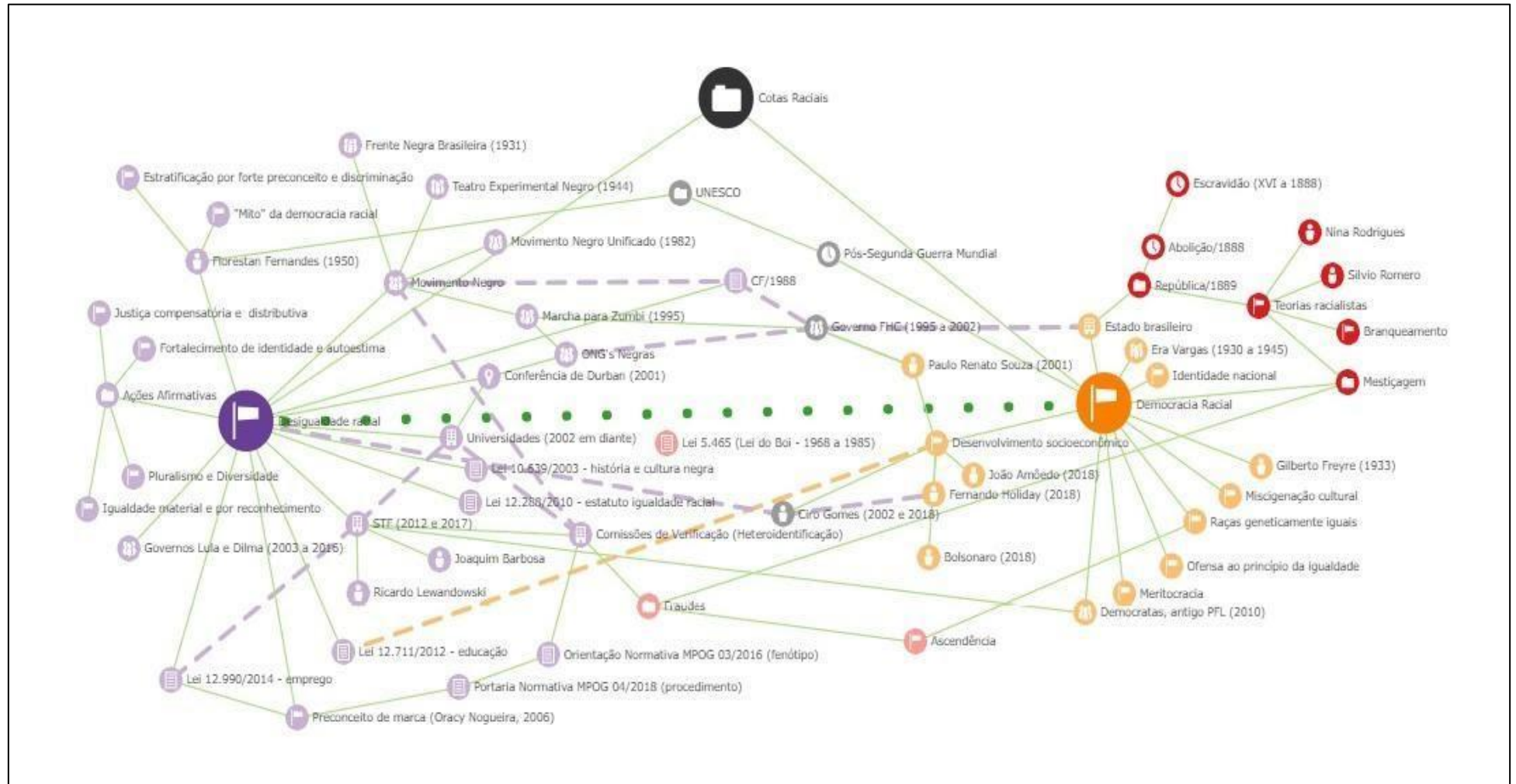
Segundo Gomes (2008), em *Casa Grande e Senzala* (1933), Gilberto Freyre revisou as discussões sobre a questão racial no país⁶, propondo a mestiçagem como suposta indutora de cordialidade nas relações raciais brasileiras, o que corporificou a imagem mundial do Brasil como “um paraíso racial” (democracia racial). Em oposição, desmistificando essa propaganda nacionalista, estudos da década de 1950 coordenados por Florestan Fernandes demonstraram a estratificação sociorracial brasileira (SANTOS e SILVA, 2017), correspondente um forte estado de desigualdade racial. Assim, em termos empíricos, Florestan denuncia a noção de democracia racial como um mito engendrado e perpetuado pela classe dominante brasileira.

Percebe-se que tais percepções orbitam em campos distintos: democracia racial e desigualdade racial, constituindo uma controvérsia. A partir desse ângulo, com apoio da TAR, elaborou-se um diagrama relativo ao enunciado “cotas raciais são necessárias”, reproduzindo graficamente a agência desses dois conceitos, na condição de ideologias acionadas na discussão das cotas raciais no Brasil (GOMES e SPOLLE, 2018).

A cartografia foi construída na plataforma Lynksoft, alocando-se os actantes em campos opostos, conforme a sua tendência em aproximar-se das visões relativas à democracia racial e desigualdade racial, a partir de repositório com fonte em literatura especializada, jurisprudência, reportagens e material diverso de mídias sociais.

⁶ Desde a abolição da escravidão no Brasil até o início do século XX, os debates sobre a questão racial baseavam-se em noções hierarquizantes, pautadas na pretensa superioridade civilizatória europeia - racismo científico (SANTOS e SILVA, 2017).

Figura 1 - Diagrama TAR do enunciado “Cotas raciais são necessárias”



Fonte: Mara Beatriz Nunes Gomes (2020).

O mapeamento evidenciou que após a abolição da escravidão, teorias racialistas propunham o branqueamento da população brasileira através da mestiçagem. Ao substituir a noção biologizante pela miscigenação cultural, estabeleceu-se o “mito” da democracia racial de Gilberto Freyre (1933), com favorecimento da propaganda da identidade nacional na Era Vargas, entre 1930-1945 (BERNARDINO-COSTA, SANTOS e SILVÉRIO, 2009, p. 215-216).

Mobilizada por essa perspectiva nacionalista e no contexto do pós-Segunda Guerra Mundial — em que pairava o temor de repetição das experiências eugenistas —, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) patrocinou, na década de 1950, pesquisas que buscavam compreender o “fabuloso” caso brasileiro. Porém, ao apresentar o resultado desses estudos, Florestan Fernandes criticou frontalmente a idealização da democracia racial, ao diagnosticar que o preconceito e a discriminação racial segregavam os negros na composição das classes sociais no Brasil (SANTOS, 2007).

A despeito de tal diagnóstico, a postura estatal não se alterou quanto à propagação do discurso da democracia racial, mesmo diante dos avanços significativos: a) o ambiente de redemocratização do país nos anos 80-90 com forte presença do Movimento Negro, em especial na fixação, no texto da Constituinte de 1988, de disposições expressas de combate ao racismo (GUIMARÃES, 2003); b) a Marcha para Zumbi dos Palmares, em Brasília no ano de 1995, oportunidade em que o presidente da república da época, Fernando Henrique Cardoso (FHC) reconheceu institucionalmente as fortes implicações do preconceito racial vigente no país (SILVA, TRIGO e MARÇAL, 2015). Contudo, foi somente frente à agência do Movimento Negro e das Organizações Não-Governamentais (ONGs) que, na Conferência Mundial contra o Racismo (Durban/2001), o Brasil assumiu internacionalmente a desigualdade racial (GUIMARÃES, 2003). Esse marco abriu caminho para ações valorativas como a inclusão do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos escolares (Lei n.º 10.639/2003) e a criação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010).

A Conferência de Durban também pluralizou no ambiente universitário a implementação do mecanismo de reserva de vagas (SANTOS, 2007), o qual foi dinamizado durante os governos do Partido dos Trabalhadores - PT (2003 a 2016). Essa alteração estrutural do modelo de acesso ao elitizado espaço social da academia brasileira desalojou elementos e perspectivas, provocando interjeições críticas, as

quais, curiosamente, não incluíam as cotas para filhos de agricultores em instituições de ensino federais, vigentes no período de 1968-1985 frente à “Lei do Boi” (Lei n.º 5.465/1968).

Em 2012 ocorreu o ápice desse debate: provocado pelo Partido Democratas, refratário às cotas raciais, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou constitucional o uso dessa modalidade de ação afirmativa nas universidades públicas. Na sequência foi editada a Lei n.º 12.711/2012 (cotas no ensino federal para a escola pública, com recorte econômico e étnico-racial), e, posteriormente, a Lei n.º 12.990/2014 (cotas para negros no serviço público federal).

Notícias relativas à ocorrência de fraudes também repercutiram nessa discussão, o que acionou o Governo Federal a expedir, em 2016 (com reedição em 2018), normativas estabelecendo que o fenótipo é o critério de validação da autodeclaração do candidato no serviço federal (GOMES e SPOLLE, 2018). Essa noção articula a discriminação racial vigente no Brasil, pautada pelo preconceito de marca, o qual “[...] toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia [...]” (NOGUEIRA, 2007, p. 292).

O debate aqueceu o pleito presidencial de 2018: o discurso que substituíra a questão racial por fatores socioeconômicos e meritocráticos vinculados à ideologia da democracia racial (GUIMARÃES, 2003) foi revitalizado nas narrativas de candidatos declaradamente contrários às cotas raciais — João Amoêdo e Jair Bolsonaro. Percebe-se aqui uma predileção por políticas públicas universais em contraposição a uma metodologia focal, no caso, destinada à população negra, o que explicita uma manobra discursiva que esvazia a análise da questão a partir da lente do demarcador racial, conferindo preponderância à condição socioeconômica. Ambivalente nessa controvérsia, em 2002 Ciro Gomes manifestava-se resistente ao tema; porém, no pleito de 2018, em alternância, criticou duramente Fernando Holiday, vereador negro de São Paulo/SP que se opõe à política e à militância do Movimento Negro.

Nesse contexto, em síntese, observa-se uma ruptura na trajetória de estabilização da controvérsia, a qual se deslocava em prol da vertente que propõe o enfrentamento da desigualdade através de políticas afirmativas. Mapear essas interjeições que orbitam em torno de demarcador racial no plano institucional, no que

se refere à execução da Lei n.º 12.990/2014 no âmbito das universidades pesquisadas, é o que se propõe a fazer no próximo item deste artigo.

AS ASSIMETRIAS DE FURG E UFPel NA SUA EXECUÇÃO DA LEI N.º 12.990/2014

FURG e UFPel são duas universidades federais, fundadas no ano de 1969, cujas sedes localizam-se, respectivamente, em Rio Grande e Pelotas, cidades situadas aproximadamente a 60 km de distância uma da outra na metade sul do Rio Grande do Sul (RS). Além de semelhanças organizacionais relativas ao mesmo regime jurídico-administrativo (BRASIL, 1988; BRASIL, 1990), essas instituições também possuem aproximações no contexto da representação do fator racial em seus quadros de servidores — docentes e técnicos-administrativos em educação (TAE).

Nesta pesquisa, debruçou-se o olhar sobre os editais de concursos públicos promovidos pelas instituições pesquisadas no que se refere ao provimento de cargos efetivos de docentes e técnicos-administrativos em educação (TAE). Há que se considerar a natureza da ligação institucional que se estabelece entre a universidade e os ocupantes de seus cargos efetivos, um elo que confere a estes últimos potencialidade para influenciar o plano estrutural, posto que as funções diretivas dessas instituições são reservadas aos integrantes do seu corpo efetivo de servidores (docente ou TAE).

Nesse sentido, é interessante dialogar com Marins (2017), pois a autora defende que não se deve compreender a política como algo abstrato, superior ao agir dos atores, visto que apesar da existência de um texto formal, formulam-se distintas perspectivas de assimilação dessas normas. No plano interno, as instituições são constituídas por pessoas, que expressam em suas condutas as subjetividades forjadas nos percursos de socialização. Portanto, a fim de compreender “como é feita” a execução da política, neste artigo, os dados evidenciados frente à análise dos editais foram articulados com as percepções captadas nas entrevistas realizadas com os gestores de FURG e UFPel.

O LOCUS DA PESQUISA

Segundo dados registrados no SIAPE (Sistema Integrado de Administração de Pessoal da Administração Federal), em Setembro/2019, na FURG, entre os 2.003 servidores públicos, havia 48 pretos e 156 pardos, assim distribuídos, segundo informações da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) da instituição rio-grandina: 52 docentes pardos, 104 técnicos-administrativos pardos, 12 docentes pretos e 36 técnicos-administrativos pretos.

No que tange à UFPel, com relação à mesma base de dados, em Outubro/2019, no quadro de 2.620 servidores da universidade pelotense estavam registrados 81 pretos e 121 pardos. Abrindo os dados, a divisão informada pela PROGEP/UFPel em Setembro/2019 contemplava: 57 docentes pardos, 64 técnicos-administrativos pardos, 17 docentes pretos e 69 técnicos-administrativos pretos.

Tabela 1 - Quantitativo do quadro de pessoal de FURG e UFPel

Instituição	Total de Docentes	Total de TAE	Total de Docentes e TAE	Total de Docentes Negros(as)	Total de TAE Negros(as)	Total de Docentes e TAE Negros(as)	% Total de Docentes e TAE Negros(as)
FURG	831	1172	2003	64	140	204	10,18%
UFPel	1359	1261	2620	74	133	207	7,70%

Fonte: FURG e UFPel. Autoria própria (2020).

Tais números demonstram que os servidores autodeclarados negros na FURG e na UFPel correspondem, respectivamente, a 10,18% e 7,90%, evidenciando uma sub-representação quando comparada com a taxa populacional da população negra brasileira. Logo, apesar de o serviço público ser apresentado como um local impessoal, os dados apontam sub-representatividade da população negra nesse espaço.

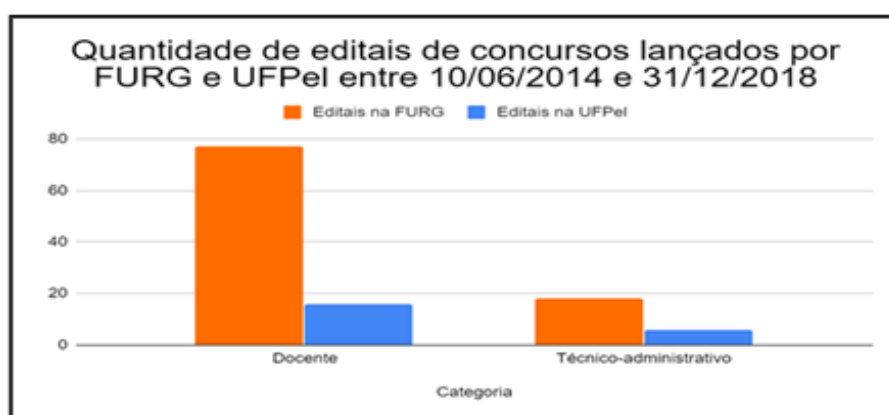
A EXECUÇÃO DA LEI N.º 12.990/2014

A amostra foi composta pelos editais de concursos públicos lançados por FURG e UFPel durante o período de 10/06/2014 a 31/12/2018, focalizando nos cargos de docente e TAE, os quais compõem o quadro de pessoal permanente das

universidades pesquisadas, configurando uma relação laboral usualmente menos afetada pelos influxos temporais.

A discrepância entre a quantidade de editais lançados já indica comportamentos diferentes frente à aplicação da mesma lei, pois durante o período analisado, para docentes, a FURG lançou 77 editais, já na UFPel foram 16. A mesma lógica repetiu-se nos concursos para TAE, com registro de 18 editais na universidade rio-grandina e 06 na instituição pelotense.

Figura 2 - Análise preliminar dos editais



Fonte: FURG e UFPel. Autoria: própria (2020).

Essa assimetria que o olhar apriorístico despertou frente ao exame preliminar dos editais foi confirmada quando se identificou o uso de metodologias distintas para calcular as cotas raciais, o que repercutiu diretamente na execução da política.

Tabela 2 - Tabulamento das vagas ofertadas nos editais de FURG e UFPEL

Período pesquisado: 10/06/2014 a 31/12/2018				
Instituição	Vagas ofertadas (Docentes)	Vagas reservadas para negros(as) (Docentes)	Vagas ofertadas (TAE)	Vagas reservadas para negros(as) (TAE)
FURG	176	0 (0%)	109	06 (5,50%)
UFPel	242	45 (18,59%)	44	07 (15,90%)

Fonte: FURG e UFPel. Autoria: própria.

O exame dos dados encontrados em conjunto com as regras dispostas nos textos dos editais identifica que a UFPel possuía uma interpretação restritiva da Lei n.º 12.990/2014, focalizada no cargo específico, e depois passou a efetivar a reserva das cotas raciais frente ao número total vagas ofertadas no edital (com exceção da prova de títulos nos concursos para docentes, regida por uma métrica de escalonamento entre os currículos dos candidatos que tornava, na prática, inexecutável a reserva de vagas nessa etapa do concurso). Já na FURG, durante todo o período examinado, a Lei n.º 12.990/2014 foi aplicada apenas frente ao número isolado dos cargos, sem considerar o total de vagas disponibilizadas no edital, o que implicou em menor ou, a depender do cargo específico, nenhuma efetivação da política.

Vale ressaltar que o percentual mínimo de reserva (20%) não foi atingido em nenhuma das instituições pesquisadas, tanto em concursos para docentes quanto para técnicos(as)-administrativos(as), conforme registrado na Tabela 2. Tais constatações dialogam com o cenário de sub-efetivação da Lei n.º 12.990/2014 no panorama das demais universidades federais, pois em pesquisa longitudinal abrangendo as 63 Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do país, também englobando o período de Junho/2014 a Dezembro/2018, foi identificado por Mello e Resende (2019) que somente 5,3% das 18.132 vagas oferecidas foram reservadas a candidatos(as) negros(as).

Ao observar os editais em conjunto com as entrevistas dos gestores das universidades pesquisadas, identifica-se que o posicionamento dessas instituições encontra-se permeado por elementos raciais, socioculturais, econômicos e políticos, dentro de uma construção racializada do plano institucional, fazendo com que FURG e UFPel executem a mesma política pública de formas diferentes. Isso porque foram detectadas cláusulas editalícias distintas, diferentes critérios de seleção, bem como formas peculiares e fragmentadas de contagem das vagas destinadas ao percentual de reserva, o qual deveria ser de 20%. Além disso, verificou-se que os gestores responsáveis pela execução da política acionam sentidos de discricionariedade e suposta neutralidade, alternadamente, a fim de justificar os seus posicionamentos frente à execução da política.

Essa agência da raça no plano organizacional das instituições pesquisadas reforça a presença do racismo estrutural no ambiente acadêmico, tonalizado a partir de condutas que expressam concepções atitudinais em que a discriminação racial

torna-se intangível, mas igualmente presente e determinante (CAMPOS, 2017). Tais achados também denunciam o funcionamento das universidades de modo a corporificar o racismo institucional, sob uma “[...] dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios, a partir da raça” (ALMEIDA, 2018, p.29).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pensar a discussão, implementação e execução das ações afirmativas no Brasil, neste artigo, em um primeiro momento, mapeou-se, de modo sintético, as conexões dos actantes que orbitam na discussão sobre a necessidade de cotas raciais. A partir da perspectiva metodológica da Teoria Ator-Rede identificou-se que, embora a controvérsia estivesse inclinada rumo a uma estabilização favorável ao enunciado “cotas raciais são necessárias”, as eleições presidenciais de 2018 desalojaram essa percepção. Nesse pleito foram reabilitados discursos de transposição de políticas focais por universais orquestradas pelo fator socioeconômico, de modo a retirar da centralidade da pauta o demarcador racial. Isso demonstra que mesmo refutado desde a metade do séc. XX, o “mito” de democracia racial ainda pulsa e irradia efeitos.

Além disso, a permeabilidade desse debate também repercute na forma de operacionalização das políticas afirmativas destinadas à população negra, pois, no caso das universidades examinadas, FURG e UFPel, os resultados da pesquisa indicaram que o alinhamento institucional frente às questões raciais produz diferentes leituras sobre o modo de execução da Lei Federal n.º 12.990/2014 (cotas raciais no serviço público). Essas distintas interpretações tanto podem caminhar no sentido de efetivar a política, quanto podem conduzir a restrições dessa política pública, revelando os determinantes que condicionam o agir dos gestores públicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BACK, Francy Mary Alves. Modelo de difusão de políticas públicas: federalismo brasileiro e as políticas públicas locais. In: **19º Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2019, Florianópolis.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. A prece de Frantz Fanon: Oh, meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona! **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 16, n. 3, p. 504-521, jul./set. 2016.

BERNARDINO-COSTA, J.; SANTOS, S. A.; SILVÉRIO, V. R. Relações raciais em perspectiva. **Revista Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 215-222, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/download/9110/6269>. Acesso em: 14 jul. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

_____. **Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

_____. **Lei n.º 12.990, 09 de junho de 2014**. Reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

CAMPOS, Luiz Augusto de Souza Carneiro de. As três dimensões do racismo: Uma abordagem realista-crítica. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 32, n. 95, 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092017000300503&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 11 nov. 2019.

CORRÊA, D. S.; CASTRO, R. A virada pragmática na sociologia francesa pós-bourdieuiana. In: **ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS**, 38. Caxambu, Brasil: 2014.

ENAP - ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Estudos, Servidores Públicos Federais – Raça/Cor**, 2014. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1700>>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ESTANISLAU, Bárbara; GOMOR, Eduardo; NAIME, Jéssica. **Servidores públicos federais: novos olhares e perspectivas**. Brasília: ENAP, 2015.

FREIRE, Leticia Luna. A ciência em ação de Bruno Latour. **Cadernos IHU ideias**, ano 11, n. 192, 2013a.

GOMES, Mariana Selister. A construção da democracia racial brasileira: o nordeste de Gilberto Freyre e o Rio Grande do sul de Dante Laytano. In: **Anais do IX Encontro Estadual de História da ANPUH/RS**, Porto Alegre, 2008 (B). Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/site/anaiseletronicos>. Acesso em: 14 de jul. 2018.

GOMES, Mara Beatriz Nunes. **FURG e UFPel: uma cartografia sobre a repercussão da perspectiva institucional na execução da Lei Federal n.º**

12.990/2014. 2020. 196f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Pelotas, 2020.

GOMES, M. B. N.; SPOLLE, M. V. Cotas e controvérsias: as assimetrias de uma discussão racial. In: **Anais do XX Encontro da Pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas**, Pelotas, 2018.

GUIMARÃES, A. S. A. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, n.118, 2003, p. 247-268. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742003000100010>. Acesso em: 15/09/2019.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015. **Ipea**, 06 mar. 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526> Acesso em: 03 dez. 2018.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru, SP: EDUSC, 2001, 370p.

MARINS, M. T. A. (2017). **Bolsa Família – questões de gênero e moralidades**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017, p. 85.

MELLO, Adilson da Silva; GARRIDO, Guilherme; VEIGA, Camila Lorrachio. Cartografia de controvérsias como procedimento metodológico: mapeando processos culturais em uma associação de Artesãos de Maria da Fé/MG. **Revista Educação, Cultura e Comunicação (ECCOM)**, v. 07. 2016, p. 93-110. Disponível em: <http://unifatea.com.br/seer3/index.php/ECCOM/issue/view/71>. Acesso em: 15/09/2019.

MELLO, Luiz; RESENDE, Ubiratan Pereira de. Concursos públicos para docentes de universidades federais na perspectiva da Lei 12.990/2014: desafios à reserva de vagas para candidatas/os negras/os. **Soc. estado.**, v. 34, n. 1, p. 161-184, jan. 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922019000100161. Acesso em: 06/07/2019.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, nov. 2002.

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, p. 31-43, jul./dez. 2001.

NOGUEIRA, O. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 287-308, June 2007.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **O SISTEMA CLASSIFICATÓRIO DE “COR OU RAÇA” DO IBGE***. Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA). Brasília, Novembro, 2003.

PINTO, Clovis Cerretto; DOMENICO, Silvia Marcia Russi De. Teoria Ator-Rede em Estudos Organizacionais: Encontrando Caminhos via Cartografia de Controvérsias. In: **ENEO ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS (ANPAD)**, Gramado/RS, 2014. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnEO147.pdf. Acessado em: 19 jun. 2018.

SANTOS, J. T. **Cotas nas Universidades: Análises dos processos de decisão**. Salvador: CEAO, 2012.

SANTOS, R.; SILVA, R. M. N. B. Racismo científico no Brasil pós-escravatura. **Revista Contemporânea de Educação**, 12(25), 2017.

SILVA, P. V.; TRIGO, R. A. E.; MARÇAL, J. A. **Movimentos negros e direitos humanos**. In: Congresso Regional de Pesquisadores/as Negros/as da Região Sul, I, Pelotas, 2013. Anais do 1º COPENE SUL: lei 10.639/03: dez anos rompendo fronteiras territoriais, identitárias, culturais, sociais, acadêmicas e políticas no âmbito das relações étnico-raciais na Região Sul. (Org.) Georgina Helena Lima Nunes, Arilson dos Santos Gomes e Jean Tiago Baptista. Pelotas, Brasil: Ed. UFPel, 2015.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: _____; JACCOUD, L.; OSÓRIO, R.; SOARES, S. (Orgs.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. 1. ed. Brasília: IPEA, 2008. p. 15-44.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.

UBERIZAÇÃO: UMA NOVA FORMA DE CONTROLE E DE SUBORDINAÇÃO

UBERIZATION: A NEW FORM OF CONTROL AND SUBORDINATION

UBERIZACIÓN: UNA NUEVA FORMA DE CONTROL Y SUBORDINACIÓN

Ezequiel Zanco Scapini¹

Resumo

O artigo aborda o controle e a subordinação na uberização do trabalho a partir de pesquisa realizada com motoristas da Uber. A uberização, na medida em que se configura como uma nova exploração de trabalho, traz consigo novos mecanismos de controle e de subordinação, mas que carregam os velhos elementos da exploração do trabalho. Para tanto, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com motoristas da Uber e os dados extraídos por meio da análise categorial, com o objetivo de compreender esse formato de controle, que se estrutura por meio de algoritmos.

Palavras-Chave: Uberização; Controle; Subordinação.

Abstract

The article addresses control and subordination in the uberization of work based on surveys conducted with Uber drivers. Uberization, to the extent that it is configured as a new exploitation of labor, brings new mechanisms of control and subordination, but which carry the old elements of exploitation of labor. To this end, semi-structured interviews were conducted with Uber drivers and the data extracted through categorical analysis, in order to understand this control format, which is structured through algorithms.

Keywords: Uberization; Control; Subordination.

Resumen

El artículo aborda el control y la subordinación en la uberización del trabajo a partir de una encuesta realizada a conductores de Uber. La uberización, en la medida en que se configura como una nueva explotación del trabajo, trae consigo nuevos

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Contato: scapiniezequiel@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-0577-6484>

mecanismos de control y subordinación, pero que llevan consigo viejos elementos de la explotación del trabajo. Para ello, se realizaron entrevistas semiestructuradas con conductores de Uber y se extrajeron los datos mediante análisis categórico, con el fin de comprender este formato de control, que se estructura mediante algoritmos.

Palabras clave: Uberización; Controlar; Subordinación.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende contribuir para a análise e a compreensão de dois aspectos do fenômeno da uberização, quais sejam: o controle e a subordinação no trabalho de motoristas por aplicativo. Depreende-se que a uberização do trabalho traz consigo novas configurações do trabalho nas quais os elementos do controle e da subordinação assumem, de um lado, novas nuances e, de outro lado, mantém as características essenciais que se estabelecem a partir da relação capital X trabalho. Em síntese, buscamos compreender como se dá o processo de controle e de subordinação no trabalho uberizado como uma nova forma de exploração do trabalho.

Para tanto, tomamos como objeto empírico de análise os motoristas de carro da empresa-aplicativo Uber, empresa que configura-se como uma das maiores em tal área, não à toa o conceito de uberização possui seu nome inspirado nela. Para o estudo de caso em questão foram utilizadas como técnicas: a coleta de dados, a realização de entrevistas semi-estruturadas com onze motoristas da Uber em Porto Alegre e Região Metropolitana, bem como a pesquisa documental em documentos da empresa-aplicativo Uber. Além disso, para o exame das entrevistas e dos documentos selecionados, seguimos a análise categorial de Bardin (1977), a partir da formulação do modelo de análise que aborda o controle e a subordinação com os conceitos como consentimento, conflito e resistência. Com isso, busca-se fugir de uma construção teórica que vê controle e subordinação de forma mecânica, na qual o trabalhador assumiria papel estritamente passivo diante da exploração colocada.

Contudo, não é de menos afirmar, ainda não sendo um objetivo central da pesquisa, que esta visa se distanciar de concepções que enxergam o trabalho por aplicativo como empreendedorismo, e acreditamos que, ao longo do texto, a falácia deste discurso estará mais do que explícita. O que vemos é mais uma forma de exploração do trabalho fruto de um longo período acumulado de retirada de direitos

que impelem o trabalhador a uma decisão mascarada como escolha consentida. Como nos coloca o cantor Criolo, a humilhação é demais para quem corre atrás do pão, numa sobrevivência diária.

Para tanto, o artigo apresenta, em um primeiro momento, o contexto econômico em que a uberização do trabalho se insere, buscando identificar quais são as transformações em curso que fazem com que a uberização assuma tamanha relevância. Por conseguinte, abordamos a discussão teórica acerca dos conceitos de trabalho e subordinação, compreendendo que ambos estão relacionados ao processo de exploração do trabalho. Por fim, colocamos como controle e subordinação se estruturam a partir das dimensões de consentimento, conflito e resistência, o que será perceptível a partir das entrevistas realizadas com os motoristas da Uber. Conclui-se que a uberização do trabalho traz consigo um controle oculto, isto é, o controle é ainda mais imperceptível, pois na medida em que é efetivado pelo algoritmo, não é mostrado de maneira aparente.

O CONTEXTO ECONÔMICO E A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

Sabemos, conforme Marx (2017), que as crises são inerentes ao funcionamento do modo de produção capitalista, ou seja, os períodos de crescimento e de acumulação do capital são intercalados por períodos de crise, nos quais é possível constatar a queda na taxa de lucro devido a uma superprodução de produtos que não encontra consumidores. As crises, portanto, ao mesmo tempo que são decorrência da acumulação também são a solução para o crescimento excessivo da produção. Tanto é que, segundo Netto e Braz (2006), de 1825 até a Segunda Guerra Mundial os períodos de esplendor capitalista foram acompanhados de catorze crises econômicas, evidenciando a instabilidade do sistema.

Mas, se até a Segunda Guerra Mundial as crises eram consideradas inerentes ao funcionamento do capitalismo, Mészáros (2002) nos mostra que no capitalismo contemporâneo já é possível identificarmos uma crise estrutural do modo de produção capitalista. Assim sendo, se as crises cíclicas não são o crepúsculo do capitalismo, uma crise estrutural poderia vir a ser. Para elucidar seu pensamento o autor faz a distinção entre produção e auto-reprodução, afirmando que a preocupação do capital, por mais surpreendente que seja, não está com o primeiro, mas com o segundo. Ainda que ambos – produção e auto-reprodução – possam andar juntos sob determinadas

circunstâncias históricas, culminando para um sentido positivo, no período contemporâneo o capitalismo “atingiu um estágio em que a disjunção radical entre produção genuína e auto-reprodução do capital não é mais uma remota possibilidade, mas uma realidade cruel com as mais devastadoras implicações para o futuro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 699).

Nesse sentido Antunes (2005) nos diz que a crise do fordismo e do keynesianismo foram os primeiros sinais de esgotamento do capitalismo contemporâneo, sendo expressão fenomênica da crise estrutural. As características desse momento de crise foram: a) queda da taxa de lucro, em virtude do aumento do preço da força de trabalho; b) esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção; c) hipertrofia da esfera financeira; d) fusões entre empresas, conformando monopólios e oligopólios e o consequente aumento da concentração de capitais; e) a crise do Estado de Bem-Estar, e f) forte aumento das privatizações. Ainda que o autor não faça uma distinção entre causa e consequência, fica evidente que a síntese da crise de superprodução é só a ponta de um iceberg que se desdobra em outras facetas.

Conforme Abílio (2011), a exploração do trabalho marcada por suas novas configurações, especialmente quando se trata de tecnologia da informação, possui direta relação com a valorização financeira, na qual, como nos mostra Chesnais (1996), ocorre um processo de autonomia do capital financeiro da esfera da produção. Assim, de um lado temos novas configurações do trabalho marcadas pela informalidade e precarização – não mais marca de um trabalho de baixa qualificação, mas como ordem geral – e, de outro, a concentração de capitais expressa nas grandes fortunas.

Se na década de 1990 a estratégia da valorização financeira contribuiu para o ascenso da economia mundial como resposta à crise juntamente ao novo padrão de acumulação - a acumulação flexível, em 2008 a valorização daquela atingiu o seu limite, mais uma vez abrindo a necessidade do capitalismo desvalorizar capital acumulado - este agora o capital em forma de títulos, sem correspondência com uma produção real. A “mãe de todas as crises” (HARVEY, 2011) ainda busca saídas, como foi o neoliberalismo para a crise da década de 1970, isto é, o capital ainda busca espaços de ampliação de valor e, por isso, a necessidade de se fundar, mais uma vez, um novo modo de acumulação capitalista:

Los problemas financieros, inmobiliarios y de insolvencia crediticia - que son tan reales como reales son las caídas de las tasas de ganancia para los empresarios - son solo manifestaciones de las dificultades, obstáculos y problemas que ocurren en la dimensión productiva y en la valorización del capital (VALENCIA, 2019, p. 28).

Piqueras (2019) nos alerta que o aumento da produtividade por meio do desenvolvimento tecnológico não significa necessariamente aumento de valor, dado que o tempo socialmente necessário para produzir as mercadorias diminuiu, o que consequentemente diminuiu a taxa de mais-valor. É nesse sentido que, na medida em que cada vez há menos força de trabalho implicada na geração de valor, cresce o peso das atividades econômicas indiretamente ligadas a tal processo, como é o setor de serviços. Além disso, para a escassa força de trabalho que se mantém diretamente ligada à geração de valor se faz necessário aumentar ainda mais a extração de mais-valor.

É diante desse cenário que a uberização do trabalho se apresenta, isto é, *“frente a la crisis estructural de la tasa de ganancia, la desvalorización del capital constante mediante el desarrollo tecnológico constituyó una función necesaria”* (ALVES, 2019, p. 42). Para Alves (2019), há a construção de uma nova forma de acumulação na esteira da Quarta Revolução Tecnológica aliada a uma superexploração do trabalho que busca novos ganhos de produtividade. E, dentro disso, as plataformas digitais tornam-se “agentes de destaque no sistema capitalista” (MARTINS, 2020, p. 14), pois por meio de plataformas como a Uber, é possível a subordinação direta do trabalhador sem a mediação de um emprego ou contrato e, consequentemente, sem direitos trabalhistas.

Assim sendo, é impossível pensarmos o mundo do trabalho e a uberização, a qual é somente uma ponta do iceberg, sem relacionarmos os processos econômicos e as transformações tecnológicas que vêm ocorrendo, ou seja, há uma imbricação entre financeirização da economia, neoliberalismo exacerbado e reestruturação permanente do capital que irrompe a indústria 4.0 (ANTUNES, 2019), com transformações profundas a ponto de termos uma Quarta Revolução Tecnológica.

A reestruturação produtiva, portanto, se apresenta como uma das respostas à crise de produtividade, conforme vimos no item anterior, e não por acaso a Indústria

4.0 surge como estratégia do governo alemão em 2010, quando os países ainda tentavam reagir à crise de 2008:

El capital como proceso global, opera una nueva síntesis histórica de acumulación, utilizando la nueva base tecnológica informacional en el umbral de la cuarta revolución industrial - el salto histórico del dominio supremo de la plusvalía relativa en el capitalismo global (ALVES, 2019, p. 43).

Com a Quarta Revolução Tecnológica, a qual não se resume somente a transformações tecnológicas da Indústria 4.0, mas traz consigo uma nova maneira de produzir, marcada por uma nova forma de exploração do trabalho – na qual baixos salários (quase escravidão) se mesclam com tecnologias de elevada produtividade – a categoria de superexploração do trabalho assume novos contornos. Há mais uma vez na história do capitalismo, o entrelaçamento entre relações de trabalho arcaicas e modernas², porém agora com uma superexploração do trabalho que articula mais-valor absoluto, mais-valor relativo e baixos salários:

En este caso, la superexplotación del trabajo se propició por la síntesis de la nueva productividad, que posibilitó que el capital en crisis estructural, articularse en su movimiento 'posmoderno' (HARVEY, 1993), por un lado, las condiciones 'arcaicas' de pagar salarios de miseria para el nuevo proletariado industrial de los países 'oprimidos' y, por otro lado, aumentar la explotación de la fuerza de trabajo del nuevo proletariado de servicios en los países imperialistas. La mayor explotación - en los países 'oprimidos' (o países capitalistas dependientes) y en los países 'imperialistas' (o capitalismo avanzado) - es resultado efectivo del mayor desarrollo tecnológico (plusvalía relativa) ocurrido en el núcleo orgánico del capital en las condiciones históricas de crisis estructural de rentabilidad (a consecuencia del aumento de la composición orgánica del capital) (ALVES, 2019, p. 44).

Em síntese, há uma profunda relação entre as transformações no mundo do trabalho e a necessidade do capitalismo se reinventar, tendo como objetivo a ampliação dos espaços de valorização do valor, que é a sua essência. Diante de uma crise profunda do modo de produção capitalista, na qual temos, de um lado, baixos índices de produtividade e, de outro, fortunas estratosféricas possibilitadas pela

² Para Saffioti (1978), o modo de produção capitalista coexiste com formas não-capitalistas de trabalho, como é o caso do trabalho doméstico assalariado. A inauguração no Brasil do trabalho doméstico assalariado no pós-abolição faz com que as trabalhadoras domésticas estejam, ao mesmo tempo, à margem do modo de produção capitalista, como também plenamente integradas a esse.

valorização financeira e abertura das economias nacionais, as transformações tecnológicas em curso sintetizadas na Quarta Revolução Tecnológica se apresentam como uma saída para a superação da crise do capital. E, nesse escopo, a exploração do trabalho – o principal pilar de sustentação do modo produção capitalista – também precisa ser ressignificado, sendo a uberização do trabalho uma dessas novas transformações.

Assim sendo, a uberização do trabalho define:

uma nova forma de controle, organização e gerenciamento do trabalho em que empresas monopolizam os meios de encontro entre oferta e procura, jogam para a multidão de trabalhadores agora transformados em *nanoempreendedores* a administração de sua própria produtividade, estabelecem meios de subordinação e controle eficientes e operantes mais difíceis de mapear e, por fim, terceirizam a execução do gerenciamento para a multidão de usuários-consumidores-vigilantes (ABÍLIO, 2018, p. 58).

Marcado pela desterritorialização e pela dispersão, o trabalho uberizado se valerá de novas formas de controle (ABÍLIO, 2017), no qual o trabalhador uberizado é constantemente vigiado e avaliado. Se no taylorismo/fordismo esse controle era garantido pela figura do gerente (BRAVERMAN, 1987), tanto na esfera da produção quanto no setor de serviços, agora com o advento das plataformas digitais, os trabalhadores por aplicativo e o trabalho em si sofrem uma nova forma de controle. A essa nova forma de controle e de subordinação viabilizado pela plataforma (aplicativo) que nos interessa desvendar.

NOVAS CONFIGURAÇÕES DO CONTROLE E DA SUBORDINAÇÃO

A partir da década de 1970 com a mobilização da classe operária, que passa a questionar as condições de trabalho taylorista/fordista, temos a emergência das teorias acerca do processo de trabalho. Nesse período começa a se forjar a noção de que a opressão capital-trabalho não se dava exclusivamente da esfera estatal, mas também das condições do processo de produção, isto é, “ela dependia muito mais das condições de uso da mão-de-obra do que de suas condições de compra no mercado” (LEITE, 1994, p. 47). Com isso, o olhar se volta para a compreensão dos mecanismos presentes no processo de trabalho que possibilitam uma maior exploração do

trabalho, como também a resistência por parte dos trabalhadores a esses mecanismos.

Marx (2013) nos traz a diferenciação entre o conceito de trabalho e de processo de trabalho que, na sociedade capitalista, busca a criação de valor excedente e no cerne desse processo de valorização do capital está a venda da força de trabalho por parte do trabalhador. Porém, Marx (2013) afirma que, em realidade, o capitalista não compra a força de trabalho, mas adquire potencial de trabalho que, enquanto potencialidade, não se terá ao certo o quanto de trabalho efetivo se terá. Nesse sentido, é preciso buscar formas de controle que assegurem a efetividade do potencial de trabalho, dado que a “indeterminação do potencial de trabalho” (SALAMAN, 1984, p. 54 apud RAMALHO, 1991, p. 31) faz com que o empregador precise “criar estruturas de controle de modo a transformar a propriedade legal em posse real de trabalho” (RAMALHO, 1991, p. 31).

Antes de seguirmos, é válido ressaltar qual forma de controle estamos nos referindo conceitualmente, para evitarmos maiores desentendimentos durante a leitura. O controle ao qual nos referimos e que será melhor explorado nas linhas seguintes é o controle no processo de trabalho, isto é, o controle que garante a extração de mais-valor (a acumulação) que, se num primeiro momento era restrita ao chão de fábrica, hoje se expande ao setor de serviços, como vimos no capítulo anterior. Portanto, se faz necessário não confundir com as proposições de Deleuze (2008) acerca das sociedades de controle, as quais se caracterizam por um controle social constante por meio de aparatos comunicacionais e se contrapõem às sociedades disciplinares esboçadas por Foucault (2014). É bom termos isso em mente, pois temos a tendência de automaticamente relacionarmos o controle com regimes políticos altamente disciplinados, como na sociedade distópica de George Orwell (2009) no livro 1984. Portanto, ao tratarmos do controle no processo de trabalho é plenamente possível que ele se efetive de forma flexível, como é aliás com o toyotismo e acumulação flexível.

Nesse ponto, Braverman (1987) se mostra em nítida oposição às concepções que se gestava à época e que viam no setor de serviços a superação do trabalho degradante. Em Castells (2007), é possível identificar uma adesão à concepção de que o setor de serviços, ao ser visto como o contrário do trabalho do chão de fábrica, possibilitaria uma superação do trabalho degradante. Assim sendo, o setor de serviços

se distanciaria do trabalho fabril – caracterizado pelo esforço físico, pelo alto controle sobre a execução do trabalho, pela falta de autonomia e de criatividade. Para Castells (2007), a partir da mudança da estrutura ocupacional em curso, a superação do trabalho degradante seria possível com o avanço tecnocientífico, com o qual contribuiria para a existência de trabalhos qualificados que, ao não separar a concepção da execução, possibilitaria ter um trabalhador criativo e autônomo. A sociedade da informação, possibilitada pela internet, traria consigo a emancipação por meio do trabalho complexo, que estaria acessível a todos.

Para Braverman (1987) o setor de serviços incorporará a racionalidade taylorista da fábrica. Aqui o trabalhador também executará uma tarefa parcializada, de forma rotineira e sob rígido controle, na qual ainda continuará a divisão entre concepção e execução. Assim sendo, a organização taylorista da fábrica para os escritórios ampliará a conformação da classe trabalhadora, já que o trabalhador do escritório, assim como o operário do chão de fábrica, continuará não tendo o controle dos meios de produção e do trabalho. É válido ressaltar que o autor faz sua análise, a qual se atém a observar o trabalho das datilógrafas, anterior ao *boom* da tecnologia da informação, mas já aponta tendências para o trabalho degradante fora da produção da fabril.

Com o olhar voltado para o processo do trabalho, Braverman (1987) diz que o controle é possibilitado pela separação tanto entre concepção e execução quanto pela separação entre a propriedade dos meios de produção e a venda da força de trabalho. Assim sendo, os capitalistas atuarão para a alienação progressiva dos processos de produção, na qual o operário cada vez mais desconhece o processo completo e, conseqüentemente, perde cada vez mais o controle sobre o processo de trabalho:

Torna-se portanto fundamental para o capitalista que o controle sobre o processo de trabalho passe das mãos do trabalhador para as suas próprias. Esta transição apresenta-se na história como a alienação progressiva dos processos de produção do trabalhador; para o capitalista, apresenta-se como o problema de gerência” (BRAVERMAN, 1987, p. 59).

A gerência, portanto, será para Braverman a forma como se efetiva o controle, dado que o capitalista não pode confiar na boa vontade do operário para a realização da sua tarefa, ele necessitará de uma gerência científica que busque ao máximo ampliar o controle sobre o processo de trabalho, diminuindo a capacidade de controle

por parte dos trabalhadores. O exemplo ímpar desse controle por meio da gerência se dará com o taylorismo, que buscará muito mais um controle sobre o trabalhador do que um controle sobre o tempo.

Nessa perspectiva, a evolução da tecnologia e da organização do trabalho caminharão no sentido de cada vez mais controlar o processo de trabalho, no qual a qualificação do trabalhador torna-se secundária. Se para Braverman (1987) a racionalização taylorista encontra-se tanto na fábrica quanto no escritório, Antunes e Braga (2009) dirão que ela também estará presente nos trabalhos informacionais, conceituado pelos autores como infotaylorismo, o qual “articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho do século XIX, mescla estratégias de intensa e brutal emulação do teleoperador, ao modo da flexibilidade toyotizada, com técnicas gerenciais tayloristas de controle sobre o trabalhador” (p. 10).

Se cabe a Braverman (1987) a origem da teoria do controle no processo de trabalho, pesquisas posteriores buscam superar os limites deixados pelo autor, quais sejam: a) a sua concepção determinista de desqualificação do trabalhador, b) a ausência de engajamento/cooperação e de consentimento na esfera do controle, e, por outro lado, c) a ausência da resistência operária. Em suma, podemos afirmar que, para o autor, o controle ocorreria de forma mecânica e exclusivamente pelo seu aspecto objetivo, isto é, os capitalistas controlam, possuindo uma nítida estratégia, enquanto aos trabalhadores cabe assumirem um papel coeso de resistência. Ressalta-se, porém, que há um excesso de críticas à obra do autor, como nos mostra Cotanda (2015), especialmente porque a obra *Trabalho e Capital Monopolista* “foi elaborada para prover uma visão geral das tendências e um estímulo à revitalização dos estudos críticos sobre trabalho e classe, e não para apresentar uma precisa especificação da organização e do controle de toda a forma do processo capitalista de trabalho” (p. 179).

Em relação ao primeiro ponto de crítica, Cressey e MacInnes (1980) afirmam que se, por um lado, há a tendência à desqualificação, por outro, é possível encontrar postos de trabalho que exigem uma maior qualificação e um potencial criativo do trabalhador. Além disso, ressaltam que, em certa medida, a cooperação por parte dos trabalhadores está sempre presente, afinal, são eles que operam o processo de produção e somente justificativas financeiras e de sobrevivência seriam insuficientes para explicar o engajamento no trabalho. É nesse sentido que a atuação dos

capitalistas possa se dar numa aparente contradição que mescla tanto controle e disciplinamento quanto benefícios aos trabalhadores, o que contribuiria para o engajamento destes (HOLZMANN, 2015).

Em relação ao conflito, Edwards (1990) nos mostra sua presença no processo de trabalho, como também qualifica o conceito, procurando fugir da tendência recorrente em afirmar como uma oposição dada entre controle capitalista e resistência dos trabalhadores e incluindo a noção de negociação da ordem, que envolve “arranjos informais e acomodação mútua, mas o significado dessa negociação não pode ser percebido, a menos que seja relacionado com estruturas de subordinação e dominação” (RAMALHO, 1991, p. 43). O antagonismo entre capital e trabalho não determina diretamente as práticas cotidianas e o comportamento dos atores envolvidos e, desse ponto de vista, é possível que trabalhadores e capitalistas moldem seus atos, possibilitando a construção de tradições que se perpetuam.

Em realidade, Burawoy (1979) nos diz que o que deve ser explicado não é o conflito, mas a sua ausência, que se revela na noção de consentimento. O autor parte da noção gramsciana de hegemonia para a formulação de sua análise que abarca a dimensão subjetiva de classe, em resposta ao objetivismo e ao economicismo de Braverman (COTANDA, 2015). Em Gramsci (1999), o conceito de hegemonia combina a direção moral, política e intelectual da sociedade, articulando essa direção com a função de dominação. A hegemonia se exerce tanto pelo consentimento quanto pela força, podendo ocorrer de forma concomitante e são essenciais para a sua garantia. As classes dirigentes, portanto, buscam o consenso em torno da sua ideologia, apresentando-a como universal e difundindo-a nas demais camadas sociais. Com isso, à necessidade de controle para garantia da extração de mais-valor, Burawoy (1979) trará a noção de consentimento e de força empregadas por Gramsci na definição de hegemonia. As práticas de controle empregadas mesclam, portanto, consentimento e força/coerção, sendo necessário analisar quais as condições colocadas que permitem que o controle assuma características de um e de outro.

A noção de consentimento na esfera do controle, e não somente da coerção, se faz presente devido a característica específica da sociedade capitalista, na qual as relações de exploração – isto é, a extração de valor excedente – são invisíveis e obscuras, diferentemente do sistema feudal, no qual a exploração é transparente e necessita de mecanismos de controle para além da esfera econômica. O

mascamamento dessa exploração se apoia nos seguintes elementos: a) jornada de trabalho paga com salário, b) a realização do lucro só se concretiza no mercado, c) o lucro aparece como retorno ao investimento de capital, e, c) propriedade dos meios de produção e gestão do trabalho são vistas em separado. É nesse sentido que o processo de não deixar aparente a extração de mais-valor precisa ser compreendido além da dominação econômica, e também incluir os domínios políticos e ideológicos que justificam a exploração do trabalho e, conseqüentemente, seu controle.

Para Burawoy (1979), o controle deve ser pensado como um “jogo” em que participam trabalhadores e gerentes e é na condução desse jogo que o consentimento por parte dos trabalhadores se expressa:

Para ele, o jogo advém da luta dos trabalhadores com a gerência pela definição de regras e é a forma de adaptação à privação inerente ao trabalho. O consentimento é gerado no processo de trabalho na premissa de que, apesar de restritas, essas atividades oferecem aos trabalhadores escolhas reais. O jogo é constituído de regras informais com o objetivo de criar espaço e tempo, controlar ganhos e tornar o trabalho mais interessante (RAMALHO, 1991, p. 36).

Nesse sentido, o jogo também seria uma forma de obscurecer a exploração do trabalho e nele também está contido tensões e, até mesmo, o relaxamento das regras, isto é, faz parte do jogo “burlar” algumas regras, desde que elas sejam consentidas, dando ao trabalhador uma falsa ideia de ultrapassar os limites do controle.

Contudo, afirmar que o controle possa ser assimilado de forma consentida e que possa haver conflito e resistência em relação aos seus mecanismos, não significa que a coerção/força esteja descartada. Nesse caso, ela entra em cena quando os mecanismos implícitos de controle já não são mais suficientes para mobilizar ou conter os trabalhadores, fazendo-se necessário o uso de mecanismos explícitos de controle, os quais ocorrem por meio da força e da coerção. O que determina a intensidade do controle, o que é considerado implícito ou explícito, é a própria correlação de forças estabelecida entre as classes antagônicas.

Até o presente exposto, as teorias acerca do controle no processo de trabalho se apoiam na afirmação de que o controle com suas diferentes dimensões é garantido pela figura do gerente, seja na fábrica ou seja no setor de serviços, como nos aponta Braverman (1987). Ocorre que, da mesma forma que os trabalhadores são potencial de trabalho indeterminado, também podemos incluir os gerentes nesta definição,

afinal: o que ou quem controla os gerentes? Ainda que possam ser incluídos como trabalhadores improdutivos (POULANTZAS, 1975), ou seja, que não produzem mais-valor, isso não significa que a execução de seu trabalho exprime ao máximo sua potencialidade e, portanto, que não necessite de mecanismos de controle. Nesse sentido, a figura do gerente também se torna um gargalo para os anseios capitalistas da garantia da extração de mais-valor.

Com o advento da Tecnologia da Informação, muitos mecanismos de controle passam da figura do gerente para a informatização, ou seja, há uma relação direta entre o desenvolvimento de tais tecnologias e formas de controle (JANSEN; MAEHLER, 2016). Se antes, portanto, a garantia do controle se efetivava na condução por parte da gerência, agora o controle se efetiva por meio de algoritmos, mas que em comum com a forma anterior possui “os velhos elementos de sujeição/subordinação” (REIS; CORASSA, 2017, p. 158). Vale ressaltar que, em última instância, os algoritmos são instrumentos de gerenciamento que só se efetivam por meio de comandos que determinam o resultado desejado. Sendo assim, o algoritmo integra a forma de controle que Supiot (2015) define como programação por comandos e tais comandos baseiam-se em metas e regras medidas por meio de indicadores estatísticos:

Esta é a direção por objetivos. A partir da programação, da estipulação de regras e comandos preordenados e mutáveis pelo seu programador, ao trabalhador é incumbida a capacidade de reagir em tempo real aos sinais que lhe são emitidos para realizar os objetivos assinalados pelo programa. Os trabalhadores, nesse novo modelo, devem estar mobilizados e disponíveis à realização dos objetivos que lhe são consignados (CARELLI, 2017, p. 140).

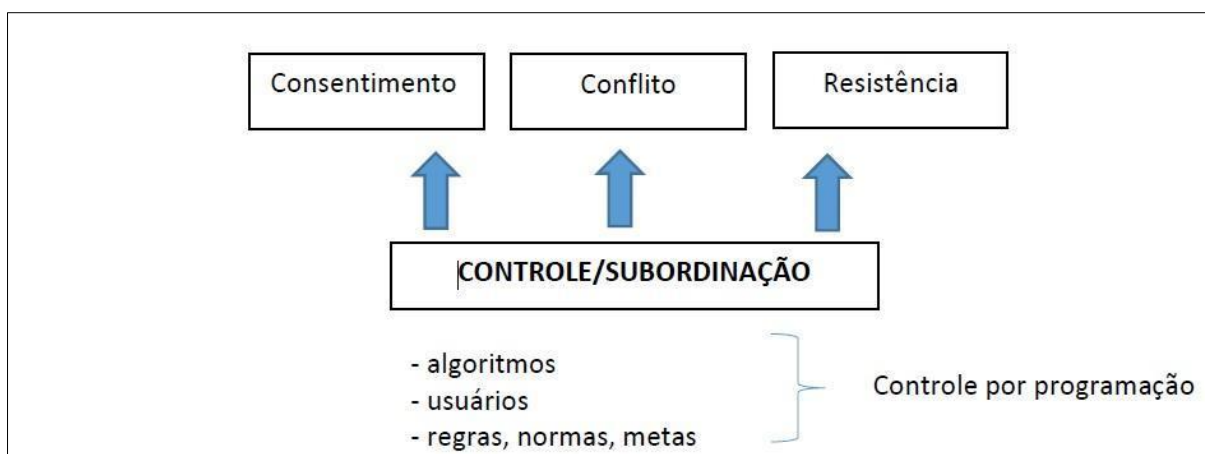
Em realidade, Supiot (2015) nos traz que a programação por comandos com suas metas e regras não se restringe somente à esfera do trabalho, já que se estende para a toda vida social, penetrando na esfera do Estado e do mercado. É o que o autor define como *gouvernance par les nombres*, que toma lugar do *gouvernement*, possuindo direta relação com as transformações tecnológicas, ou seja, “*animée par l’imaginaire cybernétique, la gouvernance ne repose plus, contrairement au*

gouvernement, sur la subordination des individus, mais sur leur programmation” (p. 38)³.

Os algoritmos são a base das plataformas digitais (no uso corrente, os aplicativos) que, para Kalil (2019), são o cerne do capitalismo hoje, já que elas lideram e controlam os mais diversos setores da economia. Ainda que o autor parta de um fetichismo tecnológico quando afirma que “as plataformas estão se tornando proprietárias da infraestrutura da sociedade, em que há fortes tendências à monopolização de setores econômicos” (p. 112), haja visto que a plataforma em si não monopoliza, ela viabiliza a monopólio que ocorre na esfera do capital financeiro, concordamos com o autor quando este afirma a centralidade das plataformas na economia atual.

Portanto, ainda que mude a forma como o controle se efetiva, a subordinação do trabalhador no trabalho uberizado ainda está presente. Ela se estrutura a partir dos seguintes elementos, conforme a literatura exposta anteriormente: a) consentimento, no qual o trabalhador permite o controle; b) conflito, no qual as partes antagônicas entram em choque a partir da imposição do controle; c) resistência, no qual os trabalhadores constroem estratégias para inviabilizar ou modificar os mecanismos de controle.

Figura 1 - As dimensões do controle/subordinação



Fonte: Elaboração própria, 2018.

³ Tradução própria: “animada pela imaginação cibernética, a governança não se baseia mais, ao contrário do governo, na subordinação dos indivíduos, mas em sua programação”.

Se sabemos como o controle se efetiva, isto é, por meio de um controle programado via plataformas digitais, nos resta identificar como as suas dimensões – consentimento, conflito e resistência – se apresentam na relação entre trabalhadores e plataformas digitais.

CONSENTIMENTO, CONFLITO E RESISTÊNCIA

As linhas que seguem buscam definir as dimensões de consentimento, de conflito e de resistência que emergem na relação de controle e subordinação na esfera do trabalho. Ainda que tal divisão sirva para fins metodológicos explicativos, as três dimensões interagem conjuntamente, isto é, não é possível encontrar um trabalhador que somente consente, ou que somente conflite ou que só resiste, assim como não é possível encontrar uma situação na qual somente uma das dimensões esteja ausente. Ainda, muito menos devemos olhar para as dimensões num sentido etapista e de superação, isto é, primeiro o trabalhador consente o controle, depois, incomodado, conflita e, por fim, identifica que o conflito não é suficiente, é preciso resistência.

Dentro das três dimensões de controle, certamente a de **consentimento** é a menos óbvia e surge de um grande *insight* de Burawoy (1979) ao se questionar sobre os motivos da ausência de conflito no local de trabalho. Assim, o autor pergunta: *Why do workers work as hard as they do?*⁴ (BURAWOY, 1979, p. 10). Responder a tal questionamento somente pelo aspecto econômico, no sentido de porque os trabalhadores precisam sobreviver, não explica o engajamento no trabalho e, além disso, não podemos entrar em explicações maniqueístas, nas quais impera a apatia ou impera a resistência.

Para o autor, no entanto, reconhecer que há consentimento por parte dos trabalhadores não significa invalidar a capacidade de indignação e mobilização. Pelo contrário, ele critica o marxismo do século XX que tende a reduzir os trabalhadores a sua própria condição de mercadoria:

Following Marx, twentieth-century Marxism has too often and too easily reduced wage laborers to objects of manipulation; to commodities bought and sold in the Market; to abstractions incapable of resistance; to victims of the

⁴ Tradução própria: Por que os trabalhadores trabalham tanto?

inexorable forces of capitalist accumulation; to carriers, agentes, or supports of social relations (BURAWOY, 1979, p. 77)⁵.

De alguma maneira, por mais degradante que seja o emprego em que o trabalhador estiver inserido, todo ser humano procurará alguma forma de satisfação na atividade em que realiza, ainda que essa seja obrigatória e que aquela seja diminuta. Além disso, também buscará formas de iniciativas, de encontrar brechas mesmo no trabalho mais mecânico possível, que satisfaçam a capacidade criadora que todo ser humano possui.

A dimensão do consentimento é a que mais explicitamente mostra a força da ideologia, não à toa Burawoy (1979) se apoia em Gramsci para construir tal formulação, o qual compreendia o termo como a consciência social dos interesses de uma classe (GRAMSCI, 1999) e, nesse sentido, o valor do trabalho com necessário sacrifício e contrário ao ócio é o pilar ideológico da sociedade burguesa. Em Weber (2004), ainda que o autor não use o conceito de ideologia, a noção de vocação ao trabalho propagada pelo calvinismo é considerada pelo autor como fundamental para o desenvolvimento do capitalismo, dado que propagava a ideia do trabalho sem descanso necessário à salvação, concepção que encaixava como uma luva para as necessidades do capital.

O consentimento, portanto, visa garantir o controle não só em termos econômicos, mas em termos políticos e ideológicos, ou seja, ele se apresenta e garante que o controle também se efetive de forma subjetiva, ele é o “vestir a camisa”, a identificação do trabalhador com sua atividade e com o seu empregador. Ramalho (1991) ainda nos alerta que, em realidade, em qualquer contexto de trabalho estão presentes tais dimensões e de modo inseparável:

Qualquer contexto de trabalho implica uma dimensão econômica (produção de coisas), uma dimensão política (produção de relações sociais), e uma dimensão ideológica (produção de uma experiência dessas relações). Essas três dimensões são inseparáveis, ou melhor, são todas ‘objetivas’ pelo fato de serem independentes dos agentes particulares da produção (p. 37).

⁵ Tradução própria: Depois de Marx, o marxismo do século XX tem tendido a reduzir, de forma exageradamente geral e simplista, os trabalhadores assalariados a condição de objetos de manipulação, de mercadorias compradas e vendidas no mercado, de entidades abstratas incapazes de resistência, de vítimas dos fatores inexoráveis da acumulação capitalista, de portadores, agentes ou suportes de relações sociais.

O consentimento comporta o engajamento do motorista, isto é, as motivações que fazem com que o trabalho faça algum sentido para o motorista. É claro que esse sentido é construído socialmente, não parte somente do lado dos motoristas, mas revela como tal sentido é incorporado por eles. Dentro disso, uma das perguntas da entrevista que mais revela tal faceta é sobre como o motorista chegou até a Uber. Por óbvio, toda procura de trabalho pressupõe a necessidade de ter dinheiro para sobreviver e isso está presente em todas as respostas. Mas o que mais os motoristas vêem como vantajoso em um trabalho por aplicativo? Vejamos algumas respostas:

Por causa dos horários. Por causa da faculdade, né? Os horários ficam mais disponível para mim e também a parte financeira, né? Que eu acho que era o que mais tava pagando na época era ser motorista de aplicativo [...] isso há dois anos atrás (Entrevistado 6).

Necessidade e ao mesmo tempo por gostar de dirigir, porque eu sou aficionado por direção, gosto de dirigir, então sempre foi uma coisa que me deu prazer, dirigir. Eu dirijo porque gosto então, mas um pouco também a necessidade, na época eu estava com uma crise muito grande, ainda tá a crise (Entrevistado 8).

Percebe-se que os entrevistados justificam a sua entrada como motorista por aplicativo a partir de outras necessidades, que não só a financeira e, além disso, a facilidade em ser motorista por aplicativo, ainda que não tenha sido citada nas respostas, é outro fator relevante. Não há seleção, não há competição para entrada, não há necessidade de outra qualificação para além da de motorista. Portanto, mesmo com uma jornada de trabalho penosa, como descrito anteriormente, os motoristas procuram fatores que dêem sentido ao trabalho realizado para diminuir a tensão inerente a ele. Para Burawoy, mesmo com privações na condição de trabalho, há a presença de satisfações, ainda que relativas: “*Work realities (physical conditions, repetitiveness, and routines) give rise to deprivations (impairment, tedium, and weariness), and deprivations engender relative satisfactions (inurement, traction or tractableness, and contentment)*” (1979, p. 78)⁶.

⁶ Tradução própria: As condições de trabalho (condições físicas, repetição, monotonia) dão origem a privações (desgaste físico, tédio, cansaço) e estas geram satisfações relativas (habituação, domínio do trabalho e sensação de satisfação).

Se na dimensão do consentimento há aceitação das regras do jogo de forma passiva, mesmo quando elas causam desconforto, na dimensão do **conflito** tais regras já não são aceitas de forma direta. Aqui, o motorista assume outra postura, que é de questionamento e, dentro do possível, de negociação das regras do jogo. Porém, como salientamos anteriormente, a negociação ocorre de forma individualizada, sem processos coletivos.

Uma primeira forma de conflito está na relação do motorista com a empresa, o qual se considera como o principal conflito, dado que está diretamente ancorado na relação capital-trabalho. A manifestação do conflito emerge da adaptação do motorista às regras estabelecidas pela Uber, ou seja, ainda que o motorista as aceite, há uma insatisfação candente:

Não mostrar o destino, isso é um defeito grave da Uber, não nos dá possibilidade de escolher se eu quero trabalhar em dinheiro ou em cartão, porque daí tipo eu trabalho só de noite e às vezes eu pego corrida em dinheiro e de repente alguns lugares que não deveria pegar. Daí tu não sabe se tá pegando um traficante ou não, se tá pegando alguém que vai te assaltar ou não. E geralmente os assaltos são cometidos por passageiros que chamam em dinheiro, não são todos, não é regra, mas a maioria das vezes é (Entrevistado 2).

Eu tenho esperança que mude alguma coisa né. Às vezes chama o passageiro e tem que buscar mais de três quilômetros, aí a gente não vai buscar, o tanto que andou com o carro até lá a gente não ganha, a gente ganha só quando o passageiro entra no carro até o destino final dele. E a gente queria que a gente começasse a ganhar desde que a gente roda, 'oh o motorista tá ali, vamos ajudar esse tanto que a gente foi até lá'. Os aplicativos estão mais preocupados com a moeda que entra. Se a gente vai lá no meio da vila perigosa, eles não vão nem aí (Entrevistado 4).

Como podemos perceber, as insatisfações são muitas: regras de funcionamento do aplicativo, sistema de avaliação, insegurança, gastos com as ferramentas de trabalho, etc. Além disso, os problemas com a Uber são vistos pelos motoristas como descaso, uma não preocupação com quem é essencial para a empresa, como nos mostra um dos motoristas entrevistados:

Eles [a Uber] não tem essa concepção de que o que faz a plataforma andar são os motoristas. Porque a plataforma não serve para nada, manda os caras carregar os passageiros no computador que eles tem lá, no notebook. (Entrevistado 3).

Ao que nos parece, aos motoristas entrevistados está nítido que há uma relação assimétrica entre eles e a Uber, na qual quem domina as regras do jogo é a empresa e os motoristas têm pouco poder de negociação.

Se as categorias anteriores — consentimento e conflito — contribuem para uma adaptação do trabalhador a uma nova lógica de trabalho, a categoria da **resistência** busca a superação das condições degradantes de trabalho. Ou seja, aqui o trabalhador tem a oportunidade de se colocar como sujeito ativo, mas especialmente, como sujeito coletivo. Diferentemente da categoria do conflito, no qual o incômodo e a insatisfação são individualizadas, a categoria da resistência só se possibilita se houver processos organizativos. O “jogo” vislumbrado por Burawoy (1979) agora assume contornos de uma guerra campal, não são só normas e regras informais que são negociadas pelos autores envolvidos, mas leis que determinam diretamente as condições de trabalho e sobrevivência dos trabalhadores.

Nesse sentido, ao explorarmos a resistência por parte dos trabalhadores por aplicativo é imprescindível identificarmos: a) quais as formas associativas estabelecidas entre os motoristas, b) quem são os atores presentes na disputa e c) quais são as principais reivindicações, isto é, qual o conteúdo da resistência.

De início, para responder a primeira indagação, é preciso explanar uma premissa, qual seja, a resistência coletiva pressupõe alguma forma de contato mínimo entre os trabalhadores. Assim sendo, qual a forma de contato e socialização de um trabalho que ocorre de forma individualizada, com cada motorista em seu carro? Ainda que existam os motoristas considerados pelos próprios motoristas como “lobos solitários”, isto é, motoristas que não se organizam em grupos, há a presença significativa de “alcateias”, ou seja, grupos de motoristas que se formam por proximidade (parentesco, amizade). Tais grupos conformam uma identidade para o motorista, ele não é somente um motorista da Uber, mas um motorista da Uber pertencente a determinado grupo. O que oficializa a sua aceitação por parte do grupo não é a participação em atividades organizadas pelo grupo, nem a sua filiação ou associação, mas a sua entrada em um grupo de *Whatsapp*, que é garantida pelo(s) administrador(es) do grupo:

Tem várias ligas de motoristas, com os ZL, os Barra Braba. Liga de motorista, tem muito disso. São como uns 30 motoristas que se conhecem e têm no

aplicativo ali um grupo que eles se encontram pra comer churrasco, pra tomar café, pra trabalhar (Entrevistado 1).

Depreende-se, a partir da fala do entrevistado 1, que os grupos contribuem para a socialização do motorista no seu espaço de trabalho. No caso de Porto Alegre e Região Metropolitana, os grupos foram essenciais para o início da estruturação de uma organização voltada para a reivindicação dos motoristas, conforme nos apresenta a entrevista a seguir:

A gente criou a partir de um grupo de Whatsapp, a gente resolveu criar uma associação a partir da regulamentação aqui de Porto, a gente sentiu a necessidade de ter uma representatividade maior que a gente não tinha com as outras associações que tinham ou fins políticos ou não tinham fins nenhum, tipo só tem a associação e só tem um cara que comanda e nós queríamos alguma coisa que realmente trabalhasse e que ajudasse os motoristas. Daí a gente criou a associação Liga dos Motoristas de Aplicativo (Entrevistado 2).

E aí começamos o trabalho na Câmara para a aprovação da regulamentação de Porto Alegre e essa regulamentação aí foi suspensa por mais uma entrada do partido que pedia a inconstitucionalidade de muitos itens da lei, mas conseguimos aprovar algumas demandas e algumas emendas inclusive que nos beneficiaram que davam uma maior segurança para os motoristas, por que o nosso foco nesses últimos dois anos tem sido a segurança tendo em vista que só esse ano são doze mortes de motoristas (Entrevistado 8).

Percebe-se que a própria movimentação institucional, a aprovação da regulamentação em Porto Alegre, estimulou a estruturação organizativa dos motoristas, que criaram uma associação, fato que ocorre em outras capitais do Brasil. Em relação às reivindicações, dado o grau de precarização desse trabalho, essas são por garantias essenciais, como a segurança do trabalho ou, em outras palavras, o direito à vida. Ressalta-se que, dentro das reivindicações desse período, não foram encontradas demandas de reconhecimento de vínculo empregatício entre os motoristas e a Uber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a uberização do trabalho, na medida que está colocada como um dos elementos de reestruturação produtiva, engendra novos mecanismos de controle e de subordinação. Enquanto o controle se efetiva pela plataforma (pelo

algoritmo), a subordinação se dá pelo viés econômico, isto é, a necessidade constante de sobrevivência. Nesse escopo, os motoristas passam por momentos de consentimento, de conflito e de resistência em relação ao controle e à subordinação colocada.

Ainda que os mecanismos de controle e de subordinação sejam novos, carregam consigo os velhos elementos da exploração do trabalho. Contudo, o trabalho uberizado, por suas qualidades, faz com que as características do controle e da subordinação sejam ainda mais imperceptíveis, contribuindo para falsa ideia de autonomia para o trabalhador, o que nos leva a definir um controle oculto da exploração do trabalho.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Make up do trabalho**: uma empresa e um milhão de revendedoras. Campinas: Unicamp, 2011. 307 f. (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

_____. **Uberização do trabalho**: subsunção real da viração. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/22/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao/>. Acesso: fevereiro de 2017.

ALVES, Giovanni. **Capitalismo global y superexplotación del trabajo**. Breves notas teóricas. In: VALENCIA, Adrián Sotelo (coord.). El trabajo en el capitalismo global: problemáticas y tendencias. Barcelona: Anthropos Editorial, 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Proletariado digital, serviços e valor**. In: ANTUNES, Ricardo. Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida: o mosaico da exploração. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRAGA, Ruy. **A vingança de Braverman**: o infotaylorismo como contratempo. In: ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (orgs.). Infoproletários: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

BURAWOY, Michael. **Manufacturing consent**. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **O caso Uber e o controle por programação**: de carona para o século XIX. In: LEME, Ana Carolina et al (org.). *Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano*. São Paulo: LTr, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

COTANDA, Fernando Coutinho. **Os 40 anos de *Trabalho e capital monopolista* de Harry Braverman**: a persistente fragilidade sindical nos assuntos relacionados ao processo de trabalho. In: *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 46, n.2, jul/dez, 2015, p. 173-200.

CRESSEY, Peter; MACINNES, John. **Voting for Ford**: Industrial Democracy and the Control of Labour. In: *Capital and Class*, n. 11, 1980, p. 5-33.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2008.

EDWARDS, P. K. **Understanding conflict in the labour process**: the logic and autonomy of Struggle. In: Knights; Willmott (orgs.). *Labour Process Theory*. London: Macmillan, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. 3ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HOLZMANN, Lorena.. **Controle e disciplinamento da força de trabalho**: estratégias e resistências. Porto Alegre: Escritos, 2015.

JANSEN, Aline; MAEHLER, Alisson. **O uso da tecnologia da informação como mecanismo de controle**: análise de múltiplos casos no setor bancário. In: *Revista de Gestão do Unilasalle*, Canoas, v. 5, n.1, p. 135-152, 2016.

KALIL, Renan. **Capitalismo de plataforma e direito do trabalho**: crowdwork e trabalho sob demanda por meio de aplicativos. São Paulo: USP, 2019.386 f.

(Doutorado em Direito) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

LEITE, Marcia de Paula. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Página Aberta, 1994.

MARTINS, Helena. **Comunicações em tempos de crise**: economia e política. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Rosa Luxemburgo, 2020.

_____. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O capital**, Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PIQUERAS, Andrés. **Valor, empleo, clase y capital en la cuarta revolución industrial**. In: VALENCIA, Adrián Sotelo (coord.). El trabajo en el capitalismo global: problemáticas y tendencias. Barcelona: Anthropos Editorial, 2019.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo hoje**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

RAMALHO, José Ricardo. **Controle, conflito e consentimento na Teoria do Processo de Trabalho**: um balanço do debate. In: BIB (ANPOCS), n.32, 1991.

REIS, Daniela; CORASSA, Eugênio. **Aplicativos de transporte e plataforma de controle**: o mito da tecnologia disruptiva do emprego e a subordinação por algoritmos. In: LEME, Ana Carolina et al (org.). Tecnologias disruptivas e a exploração do trabalho humano. São Paulo: LTr, 2017.

SUPIOT, Alain. **La gouvernance par les nombres**. Paris: Fayard, 2015.

VALENCIA, Adrián Sotelo. **Trabajo y superexplotación**: una revalorización positiva. In: VALENCIA, Adrián Sotelo (coord.). El trabajo en el capitalismo global: problemáticas y tendencias. Barcelona: Anthropos Editorial, 2019.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Companhia das Letras, 2004.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.

A UBERIZAÇÃO DA COLETA SELETIVA: REFLEXÕES SOBRE AS NOVAS FORMAS DE TRABALHO NA ERA DA ECONOMIA DIGITAL

**THE UBERIZATION OF SELECTIVE COLLECTION: REFLECTIONS ON THE NEW
WAYS OF WORK IN THE ERA OF THE DIGITAL ECONOMY**

**LA UBERIZACIÓN DE LA COLECCIÓN SELECTIVA: REFLEXIONES SOBRE LAS
NUEVAS FORMAS DEL TRABAJO EN LA ERA DE LA ECONOMÍA DIGITAL**

Alexandro Cardoso¹

Resumo

O presente artigo tem por objetivo apresentar reflexões sobre as novas formas de trabalho na era da economia digital, mais precisamente, o advento do uso de aplicativos celulares e sua contribuição para a flexibilização das relações de trabalho das catadoras e dos catadores de materiais recicláveis pertencentes ao universo da reciclagem de resíduos sólidos. Esses aplicativos buscam simplificar o contato entre catadoras, catadores e as geradoras e geradores de resíduos sólidos, construindo uma forma subjetiva de inclusão social, geração de trabalho e renda, assim configurando uma nova modalidade de exploração das trabalhadoras e trabalhadores denominada uberização. Buscarei refletir a participação, relação e responsabilidades de geradores, empresas e poder público no serviço da coleta seletiva. Por meio de aplicativos, contrata-se o serviço sem a obrigatoriedade de pagamento, ficando o trabalho e as decorrências para sua realização sob responsabilidade da catadora e do catador de materiais recicláveis. Esta modalidade não gera compromisso para a/o contratante, que passa a não se preocupar com seu consumismo; desloca a obrigatoriedade do poder público de executar, bem como valorizar as organizações coletivas de catadoras e catadores. Neste mesmo sentido, afeta a logística reversa, retirando a obrigatoriedade das empresas privadas produtoras de resíduos. Com a uberização da coleta seletiva a responsabilidade das geradoras e geradores, o gerenciamento e gestão de resíduos pelas prefeituras e empresas privadas é direcionada/atribuída somente às catadoras e os catadores individualizados.

¹ Graduando em Ciências Sociais na UFRGS e catador de materiais recicláveis. E-mail: alexmncr@gmail.com e Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5763-7323>

Palavras-Chave: Uberização; Coleta Seletiva; Catadora e Catador de Materiais Recicláveis.

Abstract

This article aims to present reflections on new forms of work in the era of the digital economy, more precisely, the advent of the use of mobile applications and their contribution to the flexibilization of the working relationships of women waste pickers and recyclable material collectors. These applications seek to simplify the contact between waste pickers and solid waste generators, building a subjective form of social inclusion, generating work and income, thus configuring a new mode of exploitation of workers called uberization. I will seek to reflect the participation, relationship and responsibilities of generators, companies and public authorities in the selective collection service. Through applications, the service is contracted without the obligation to pay, leaving the work and the consequences for its execution under the responsibility of the waste picker and recyclable material picker. This modality does not generate a commitment for the contractor who does not worry about his / her consumerism; displaces the obligation of the public power to execute, as well as, to value the collective organizations of waste pickers. In the same sense, it affects reverse logistics, removing the obligation of private companies that produce waste. With the uberization of selective collection, the responsibility of generators, the management and management of waste by city halls and private companies is directed / attributed only to individual waste pickers.

Keywords: Uberization; Selective Collection; Waste Picker and Recyclable Material Picker.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar reflexiones sobre las nuevas formas de trabajo en la era de la economía digital, más precisamente, el advenimiento del uso de aplicaciones móviles y su contribución a la flexibilización de las relaciones laborales de las recicladoras y recicladores de materiales reciclables perteneciente al universo del reciclaje de residuos sólidos. Estas aplicaciones buscan simplificar el contacto entre recicladoras, recicladores y generadoras, generadores de residuos sólidos, construyendo una forma subjetiva de inclusión social, generación de trabajo e ingresos, configurando así un nuevo modo de explotación de las trabajadoras y trabajadores denominado uberización. Buscaré reflejar la participación, relación y responsabilidades de los generadores, empresas y autoridades públicas en el servicio de recogida selectiva. Mediante aplicaciones se contrata el servicio sin obligación de pago, quedando la obra y las consecuencias para su ejecución a cargo del recicladora y reciclador. Esta modalidad no genera compromiso para el contratista, quien no se preocupa por su consumismo; desplaza la obligación del poder público de ejecutar,

así como la valoración de las organizaciones colectivas de recicladores. En el mismo sentido, afecta a la logística inversa, eliminando la obligación de las empresas privadas que producen residuos. Con la uberización de la recogida selectiva, la responsabilidad de las generadoras y generadores, la administración y gestión de los residuos por los ayuntamientos y empresas privadas se dirige / atribuye únicamente a las recicladoras y recicladores individuales.

Palabras clave: Uberización; Recogida selectiva; reciclador de materiales reciclables.

INTRODUÇÃO

“Os bons eu enalteço, os maus eu critico. Devo reservar as palavras suaves para os operários, para os mendigos, que são escravos da miséria”.
Carolina Maria de Jesus

Este artigo tem como objetivo expor e iniciar a discussão sobre a uberização da coleta seletiva demandada por usuários de aplicativos e seus impactos nos objetivos no universo das associações e cooperativas, bem como na vida das catadoras e catadores individuais, trazendo luz a discussões sobre precarização do trabalho e o aumento do abismo da exclusão social, a partir do advento do deslocamento das responsabilidades e custos mediante o uso de aplicativos citando como exemplo o aplicativo Cataki, o qual é o mais conhecido e reconhecido nacionalmente e internacionalmente. O Cataki é um aplicativo de demanda de serviço de coleta seletiva por usuárias e usuários ou seja, geradoras e geradores de resíduos sólidos e catadoras e catadores de materiais recicláveis cadastrados.

A chamada era globalizada traz diferentes formas de trabalho em vários setores, entre eles transportes, alimentação, hotelaria e até mesmo na coleta seletiva de resíduos sólidos. Uma destas formas se dá pela demanda de serviços através de aplicativos para smartphones. Atualmente, a demanda por serviços mediado pelo uso de aplicativos em telefones celulares tem aumentado exponencialmente, fazendo parte da vida cotidiana de bilhões de usuários. Com isso, são de grande importância debates acerca desta nova modalidade de trabalho (GIDDENS, 1991; QUIJANO, 2002; SASSEN, 2010; SLEE, 2017).

Os aplicativos marcam forte presença na vida dos usuários, os quais sentem-se satisfeitos na maioria das vezes com os serviços, o atendimento, os prazos de cumprimento e principalmente com os preços — que geralmente são inferiores aos

dos serviços convencionais, como é o caso do serviço de táxi em relação ao Uber. Conforme a própria empresa, bilhões de pessoas já contrataram seus serviços, que oferece além de transporte, outras vantagens tais como: economia, segurança, participação do usuário na avaliação da demanda de serviço, entre outras.

Com mais de dez bilhões de viagens realizadas pelo mundo até hoje e mais de 1 bilhão de viagens feitas no Brasil, a Uber se orgulha em oferecer uma plataforma eficiente para motoristas parceiros e usuários. Como parte de seu compromisso em garantir um ambiente de respeito e tranquilidade para toda nossa comunidade, a Uber trabalha exaustivamente para melhorar cada vez mais sua plataforma, ouvindo as opiniões dos motoristas parceiros e usuários, oferecendo canais de atendimento e outras opções para auxiliá-los em todos os momentos (UBER, 2018).

Para a realização do serviço exercido pela Uber e outros aplicativos, o demandante paga pelos serviços, sendo que uma parte do pagamento vai para a empresa dona do aplicativo e a outra para o motorista do aplicativo. Porém, quem arca com o custeio de seu trabalho, como por exemplo, aluguel ou compra, manutenção, limpeza, combustível do carro que utiliza, todas as multas, taxas e impostos do veículo, além de ter que adquirir celulares com capacidade técnica para o usar o aplicativo, dentre outras coisa, é exclusivamente a trabalhadora e o trabalhador, neste caso, a ou o motorista.

Já as catadoras e catadores de materiais recicláveis podem não receber nenhum dinheiro pela realização do serviço de coleta seletiva demandada através do aplicativo pela geradora/pelo gerador, apesar do aplicativo estimular que a geradora/o gerador “ligue para um catador e conversar até encontrar um valor justo para a coleta” (Cataki, 2020). Entretanto, estes entendem que o pagamento pelo trabalho é convertido em doação de resíduos sólidos, desta forma, a catadora e o catador que aceitarem a realização deste serviço, obrigatoriamente se responsabilizam a pagarem todo custeio do trabalho, igualmente às e os motoristas de Uber, só que sem nenhuma remuneração em dinheiro.

Como veremos mais adiante, a prefeitura de Porto Alegre investe apenas 10% dos recursos na triagem de resíduos, investindo outros 90% dos valores no serviço de coleta seletiva (Portal Transparência, 2020). O pagamento de todo o trabalho mediado pelo aplicativo, principalmente da logística, a parte mais cara conforme informações da gestão de resíduos, ou seja, o pagamento do custeio, vem da venda dos materiais recicláveis. Desta forma, pode-se dizer que o executor do trabalho paga para

trabalhar, uma vez que os resíduos sólidos somente tornam-se materiais recicláveis com valor depois do trabalho de coleta, separação, preparação e venda dos recicláveis. Em outras palavras, antes do trabalho das catadoras e catadores, ao invés de terem valor, são meramente resíduos sólidos e um grande problema ambiental mundial.

Os resíduos sólidos são um grande problema ambiental mundial, seus impactos negativos na natureza ainda estão sendo investigados. O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, lembrou no dia mundial do meio ambiente que as partículas de microplástico que estão atualmente no oceano “superam as estrelas de nossa galáxia”, convidando as pessoas do mundo para “vencer a poluição por plástico”, afirmando que “Nosso mundo está sendo inundado por resíduos plásticos prejudiciais”, concluindo que “todos os anos, mais de 8 milhões de toneladas acabam nos oceanos” (GUTERRES, 2018), o que torna uma evidência clara da importância do trabalho das catadoras e catadores de materiais recicláveis em transformar um mal ambiental, os resíduos, num bem econômico e social, os materiais recicláveis.

Em 2010, foi criada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), sendo um importante marco para a gestão dos resíduos no Brasil, pois orienta e delega funções para todos os atores na cadeia resíduos, principalmente fabricantes, comerciantes, geradoras e geradores, catadoras e catadores de materiais recicláveis, bem como as gestoras e gestores públicos, obrigando a criação de planos de gerenciamento integrado de resíduos, nacional, estaduais, regionais ou municipais. Os grandes geradores de resíduos sólidos² também são obrigados a criarem planos de gerenciamento de resíduos sólidos, sendo que todos os atores devem informar um destino ambientalmente adequado para todos os resíduos e a destinação apenas de rejeitos para os aterros sanitários.

As prefeituras, conforme as leis orgânicas dos municípios e suas atribuições, além da própria PNRS, ficaram com a gestão dos resíduos, além da tarefa de elaboração, gestão e execução do Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS) ou Plano Regional de Gerenciamento Integrado de

² Grandes geradores são reconhecidos e definidos a partir de leis municipais de gestão de resíduos, em Porto Alegre por exemplo, grandes geradores são todos os geradores que geram acima de 100 litros de resíduos por dia, conforme o Código Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre, Lei Complementar nº 728.

Resíduos Sólidos (PRGIRS) e, neste caso, criando consórcio entre os municípios participantes. Ao município também cabe a tarefa — conforme PNRS e obrigatoriamente presente no PMGIRS — da realização dos serviços ou a contratação de empresas privadas ou de cooperativas, devendo dar prioridade a contratos com as cooperativas e associações de catadoras e catadores conforme a Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB) (Lei 11445/07).

Com a PNRS, a própria palavra lixo, bem como suas definições, passam a inexistir, dando espaço para a palavra única resíduos sólidos, os quais recebem uma nova concepção, uma coisa boa que pode gerar renda e cidadania, entendendo aqui que, pela imersa exploração e exclusão social, as catadoras e catadores de materiais recicláveis, a partir da política nacional de resíduos, podem encontrar um papel protagonista, logo, voltarem a ser cidadã e cidadão reinseridos na sociedade, deixando de viverem às margens, excluídos.

A coleta seletiva torna-se um serviço essencial e obrigatório em todos os municípios do Brasil, assim como passa a ser terminantemente proibida a destinação de resíduos em lixões a céu aberto ou aterros controlados, devendo ser depositados apenas os rejeitos em aterros sanitários, os quais devem ter planos, aprovação e toda documentação necessária como licença de operação, licenças ambientais, entre outras. A lei traz a responsabilidade compartilhada, obrigando fabricantes e distribuidores a realizarem um acordo setorial de embalagens com o Ministério do Meio Ambiente, criando a Logística Reversa, bem como coloca que as associações e cooperativas de catadoras e catadores devem ser incentivadas e desenvolvidas. Com esta mudança estrutural no setor de gestão de resíduos, prefeituras, empresas privadas, organizações não governamentais começam a fazer planejamentos e a se estruturar para a realização dos serviços.

As empresas privadas ficam obrigadas a pagar por parte do gerenciamento de resíduos sólidos, principalmente pela logística reversa das embalagens. Em outros países esta obrigação é denominada Responsabilidade Estendida do Produtor (*Extended Producer Responsibility*) – REP, a Organização das Nações Unidas (ONU) sugere este princípio como essencial para este processo de transição articulada no Brasil pela PNRS, como um novo paradigma para a gestão de resíduos. “Este princípio já está contemplado de alguma forma em cerca de um terço dos países da

região, mas ainda falta realizar um forte trabalho para a sua efetiva incorporação nas legislações e sua aplicação na prática” (ONU, 2020).

A Logística Reversa é um acordo setorial firmado entre as associações nacionais, principalmente de representantes das empresas de fabricantes e distribuidores de resíduos sólidos — embalagens — em geral denominado oficialmente pela PNRS como Acordo Setorial das Embalagens, o qual tem como objetivo estruturar e organizar a logística que trata partes do fluxo físico das embalagens, desde a fabricação, consumo e retorno à cadeia produtiva, definida pelo Ministério do Meio Ambiente como “um dos instrumentos para aplicação da responsabilidade compartilhado pelo ciclo de vida dos produtos” (MMA, 2020).

Com a obrigatoriedade de haver coleta seletiva em todas as cidades brasileiras, uma série de medidas foram tomadas para que se pudesse avançar em necessárias mudanças para esta nova gestão, tendo como prioridade de gerenciamento a não geração, reutilização, reciclagem e o reaproveitamento de resíduos sólidos urbanos e a destinação apenas de rejeitos em aterros sanitários (MMA, 2020). Inúmeras estratégias foram tomadas desde a aprovação da lei em 2010, desde o fomento à organização de catadoras e catadores em organizações coletivas, bem como a implantação da coleta seletiva com empresas privadas e até o avanço mais comemorado por parte das catadoras e catadores, que é a conquista do contratos de prestação de serviços, denominada Coleta Seletiva Solidária. Entretanto, apesar dos avanços significativos, ainda há muitas catadoras e catadores de materiais recicláveis, a maioria como veremos no decorrer do texto, as quais ainda permanecem nas ruas, trabalhando de forma individualizada, sem reconhecimento, sem valorização, sem a presença de contrato de prestação de serviços: são as catadoras e catadores autônomos, individuais, das ruas e lixões do Brasil.

A POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, LEI 12.305/2010

Depois de 20 anos de tramitação na Câmara Federal, a PNRS com muitos acordos e ampla participação, finalmente foi aprovada no Brasil, motivo de grandes comemorações em vários setores, desde os serviços — empresas e cooperativas — até os ambientalistas — agentes sociais que mobilizam pautas em defesa da natureza — além de inúmeras pessoas que lutavam por soluções adequadas de gerenciamento e destinação adequada, de forma responsável e principalmente que

mitiguem os impactos ambientais e também sociais causados pelos resíduos sólidos urbanos.

Compõem ainda instrumentos, ações importantes como a educação ambiental, apoio e fomento bem como o serviço de Coleta Seletiva com prioridade às cooperativas e outras formas de organização coletivas de catadoras e catadores de materiais recicláveis, além da destinação adequada de resíduos, estabelecendo em seu artigo 9º uma importante hierarquização na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, devendo seguir esta ordem de prioridade: “não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos” (BRASIL, lei 12304/10. art, 9).

A PNRS estrutura metas, atualmente ainda não cumpridas, para o encerramento e eliminação de lixões a céu aberto e aterros sanitários controlados, além de garantir e instituir instrumentos como os planos de gerenciamento de resíduos “em níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal e metropolitano e municipal. Obriga grandes geradores elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos” (MMA, 2020). Entretanto, até o momento o plano nacional de gerenciamento de resíduos não foi sancionado, apesar de ter sido elaborado no ano de 2014.

A PNRS garante uma importante mudança de juízo simbólico sobre os resíduos, os quais perdem sua nomenclatura pejorativa *lixo*, ligado ao desperdício, ao imundo e feio, passando a ser denominado como *resíduos sólidos*, mudando de concepção negativa, para positiva, como algo produtivo, a reciclagem, criando ela. A reciclagem torna-se um desejo e pauta importantes agendas dos governos municipais, empresas e organizações sociais, levando ainda em consideração este importante marco da lei: “reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (MMA, 2020).

A reciclagem torna-se um importante símbolo de cuidado com a natureza, inteligência, status social, cultural e político. Todas as empresas, marcas, governos e instituições associam seus nomes ao símbolo da reciclagem, colocando “o Brasil em patamar de igualdade aos principais países desenvolvidos” principalmente por conquistar este marco legal — a PNRS — o qual “inova com a inclusão de catadoras

e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na Logística Reversa quando na Coleta Seletiva” (MMA, 2020).

AS COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS DE CATADORAS E CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS

As cooperativas, bem como as Associações, são um importante espaço de inclusão social dos excluídos, seres humanos que vivem boa parte de suas vidas com fortes ameaças à dignidade humana e à sua própria existência, seja pela falta ou terem seus direitos relegados, seja pela quase completa imersão na exclusão social imposta pelo sistema capitalista. Estas organizações são em essência e excelência uma importante forma de organizar as marginalizadas e os marginalizados desta sociedade altamente divididas em camadas e estratos sociais, dentre as quais a maioria são excluídos, largados à sorte e à revelia.

Diferente do sistema capitalista, as organizações cooperativistas buscam praticar a economia solidária³, forma de organização econômica que tem como principais bases: a) a divisão do trabalho, dos conhecimentos, da produção, das riquezas e dos meios de produção, sobre controle próprios das trabalhadoras e trabalhadores, tornando-se a alternativa mais inclusiva para catadoras e catadores de materiais recicláveis que se juntam para conquistarem direitos; b) a estrutura, bem como os contratos de prestação de serviços como a coleta seletiva, quando é realizada por uma cooperativa ou associação, ganha o advento de coleta seletiva solidária, pois vem ao encontro dos princípios solidários cooperativistas. As catadoras e catadores são pessoas que foram relegadas do mercado de trabalho formais, expulsos da própria exploração e da precariedade dos trabalhos precários. Poucos nasceram catadoras e catadores, sendo que a maioria sente orgulho e tem alta identificação profissão como a citação que segue:

“– Quais são as dificuldades aqui no trabalho?

– Ah... Dificuldade?... Não tem nenhuma, não!

– E as condições de trabalho, o calor, o barracão, os conflitos? Essas coisas que você comentou.

³ Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, "Economia Solidária (EcoSol) é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem".

– Ah, esse tipo de dificuldade. Isso tem mesmo, mas é pequeno. É que eu criei todos os meus filhos no lixão, aí lá que era dificuldade. Aqui é ótimo! Entende? (Depoimento de Dirce) (PEREIRA, GOES, 2016, p 57).

As cooperativas são a organização produtiva do trabalho coletivo das catadoras e catadores de materiais recicláveis. É através destes empreendimentos, essencialmente solidários, que se dá a o processo de produção, de reconhecimento e de valorização da categoria e do trabalho, sendo que primeiro se reconhece o ser humano, depois os resíduos. Sem as cooperativas, a categoria voltaria à individualidade e junto à invisibilidade das ruas e lixões, onde não há leis nem políticas públicas que possam amparar estas trabalhadoras e trabalhadores.

Entre as cooperativas há o processo de solidariedade e apoio mútuo: as mesmas formaram redes de cooperativas, são cooperativas de segundo grau conhecida por centrais, como por exemplo, em Porto Alegre e Região Metropolitana, a Central de Cooperativas e Associações de Catadores de Materiais Recicláveis de Porto Alegre e Região Metropolitana – Rede Catapoa, que congrega 24 organizações em Porto Alegre e Região Metropolitana, a qual tem como objetivo a prestação de serviços a grandes geradores, em grandes eventos, bem como organizar e prestar assessoria técnica às organizações de base, executar projetos e a representação institucional da categoria.

As catadoras e catadores formaram em 2001 o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), a organização política de toda a categoria, o qual tem como objetivo o reconhecimento e a valorização de todas as catadoras e catadores, lutando pela sua organização em cooperativas e associações. Em janeiro de 2017 o MNCR através de suas representações, fundou a União Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis do Brasil – Unicatadores, central de cooperativas e associações, que tem filiadas mais de 700 cooperativas filiadas. Conjuntamente formalizarem a União Nacional das Cooperativas Solidárias

do Brasil - UNICOPAS, que reúne além da Unicatadores, outras três centrais: Unisol⁴, Concrab⁵ e Unicafes⁶ (UNICOPAS, 2020).

Esta organização, desde a cooperativa até a Unicopas, reunindo com todos os setores cooperativistas solidários, demonstra e cristaliza um marco importante na luta das catadoras e catadores de materiais recicláveis, a qual luta pelo trabalho necessariamente coletivo, fortemente solidário, extremamente democrático e altamente protagonista, definindo muito bem a linha de ação e objetivos da organicidade das catadoras e catadores de materiais recicláveis do Brasil, institucionalmente se posicionando contra o sistema capitalista, do lucro, da acumulação, da concentração do poder e das riquezas, se consolidando essencialmente como um movimento coletivo, democrático, solidário e principalmente anticapitalista.

A GESTÃO DOS RESÍDUOS, O PAPEL DAS PREFEITURAS

Conforme a PNRS, as prefeituras têm um papel essencial a cumprir na área de gestão de resíduos. Ela é quem define as formas, diretrizes, planos de como gerir e executar a gestão integrada de resíduos sólidos. Para isso, usa processos que vão desde as leis orgânicas do município, as quais definem sobre a taxa do lixo, ou ainda, embutindo no IPTU das residências ou outras tributações. Desta forma, a prefeitura tem além do poder, a competência legal, os recursos, geralmente escassos os quais

⁴ Unisol Brasil é a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol) foi criada no ano 2.000. É uma central sem fins econômicos que reúne cooperativas, associações produtivas e empreendimentos solidários de todo o Brasil na construção de um modelo autogestionário, impulsionado pela eficiência econômica, pela eficiência social e pela sustentabilidade ambiental. Hoje conta com cerca de mil empreendimentos filiados em todo o país, atuando nas áreas de agricultura familiar, confecção e têxtil, artesanato, construção civil, reciclagem, metalurgia e polímeros, fruticultura, apicultura, alimentação, turismo, cooperativas sociais, dentre outras. Site: <http://www.unisolbrasil.org.br/>. (UNICOPAS. 2020).

⁵ Concrab é a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab) foi criada em 1992 e reúne as cooperativas e associações de agricultores assentados pela reforma agrária no Brasil. Se organiza por meio de cooperativas centrais estaduais de reforma agrária, presentes em estados do Brasil. (UNICOPAS. 2020).

⁶ A Unicafes é a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes) foi fundada em junho de 2005. Representa nacionalmente as cooperativas e seu objetivo é ser um instrumento para os agricultores e agricultoras familiares, visando o desenvolvimento sustentável nas ações de apoio para os associados. As associadas da Unicafes estão espalhadas nas cinco regiões do país, que compõe aproximadamente 1.100 cooperativas. Em seu quadro estão cooperativas divididas em cinco ramos: crédito, produção, trabalho, comercialização e infraestrutura da agricultura familiar e economia solidária. Site: <http://unicafes.org.br/>. (UNICOPAS. 2020).

precisam de complementação através de projetos com a União, para gerir os resíduos sólidos, realizando ela mesma o serviço, de forma então estatizada, contratando empresas privadas, de forma privatizada ou contratando cooperativas, forma às quais podemos definir, de acordo com a luta das cooperativas, como forma solidária e cooperativada (BRASIL, lei 12305/10).

A PNRS (em seu artigo 18º) trouxe o advento da obrigação das prefeituras municipais elaborarem, em conjunto com a sociedade local, o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PMGIRS), assegurando mecanismos concretos para a gestão dos resíduos em nível municipal ou regional, através de consórcios públicos entre os municípios, definindo as rotas de gerenciamento integrado dos resíduos sólidos urbanos, contendo metas, formas de realização, programas de reciclagem, compostagem e inclusão das catadoras e catadores de materiais recicláveis, entre outros, sempre obedecendo à hierarquização da PNRS (artigo 9º), tendo como objetivo final a destinação apenas dos rejeitos para aterros sanitários.

Os municípios que não constroem seu PMGIRS ficam inadimplentes no Sistema Nacional de Informações Sobre Resíduos (SINIR)⁷, responsável pelo monitoramento da gestão de resíduos no país. A inadimplência faz com que os municípios não possam acessar recursos do governo federal para seus projetos e desencadear sanções aos gestores públicos. Além de ser uma infração ambiental, ou seja, um crime contra o meio ambiente, o município pode ser punido com multas milionárias que podem chegar até o montante de 50 milhões de reais, atendendo a Lei 9.605/1998 e o Decreto regulamentador 6.514/2008, respondendo ainda por crime de responsabilidade, podendo ser autuados pelo Ministério Público e dependendo do agravante, os gestores podem chegar a ser presos.

Os maiores investimentos da gestão de resíduos são na logística, tanto coleta quanto transporte, os quais são serviços diferentes e em geral, também contratos diferentes, assim sendo, empresas privadas e cooperativas competem pelos contratos

⁷ O Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR) é um dos Instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) instituída pela Lei nº. 12.305, de 2 de agosto de 2010 e regulamentada pelo Decreto nº. 7.404, de 23 de dezembro de 2010. A PNRS está basicamente ancorada neste Sistema de Informações e a evolução de sua concepção envolverá o Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente (SINIMA) e o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento Básico (SINISA), atual SNIS, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). (SINIR. 2020)

de execução destes serviços. Uma competição desleal, pois enquanto a empresa corre a favor da onda capitalista e excludente, a cooperativa claramente corre ao contrário, sendo extremamente distintos os objetivos.

As lógicas e vínculos entre empresas e governos são profundas e não trataremos este tema aqui. Mesmo com a força legal da PNRS e o advento complementar da Política Nacional de Saneamento Básico (PNSB, Lei 11445/07) a qual autoriza os gestores públicos a contratarem de forma direta, sem licitação as organizações de catadoras e catadores de materiais recicláveis, alterando inclusive a Lei de Licitações (Lei das Licitações, Lei 8666/98), as empresas privadas ficam com a maior parte dos serviços de coleta seletiva, mesmo sendo mais cara e menos eficiente. Pode-se constatar através de uma simples pesquisa no SINIR, que apenas 38,1% dos municípios contam com coleta seletiva, envolvendo apenas 27,1 mil catadoras e catadores (SINIR, 2020).

SOBRE A COLETA SELETIVA

Conforme o Ministério do Meio Ambiente, a coleta seletiva é um serviço de coleta diferenciada que recolhe resíduos sólidos secos, previamente separados na origem ou fonte geradora, os quais têm reciclabilidade e possível retorno à cadeia produtiva. A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) coloca a obrigatoriedade deste serviço para todas as cidades brasileiras, as quais devem apenas encaminhar os rejeitos para aterros sanitários, sendo proibida a destinação em lixões à céu aberto (BRASIL, 2010).

A maioria dos municípios opta pela coleta seletiva privatizada, e as empresas privadas de limpeza e coleta se posicionam e disputam este serviço pela sua energia financeira. Há ainda a coleta seletiva realizada pelas catadoras e catadores individuais, que realizam este serviço utilizando carrinhos, carroças e outros equipamentos. Este serviço, apesar de marginalizado, desvalorizado e não pago, é o maior responsável pelos atuais índices de reciclagem, ou seja, é principalmente, “pelas mãos das catadoras e catadores de materiais recicláveis, que realizam 90% da reciclagem” (IPEA, 2011).

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre investe altos valores em logística. São vários os serviços, desde coletas especiais, containerizadas, coletas convencionais, transporte e a coleta seletiva. Conforme os dados disponíveis no Portal

Transparência, a coleta seletiva tem um custo anual de R\$ 9.697.131,70, sendo duas vezes em alguns bairros e três em outros. A triagem dos resíduos provenientes desta coleta seletiva é realizada por 16 associações e cooperativas de catadoras e catadores de materiais recicláveis contratadas, entretanto o valor é 10% em relação ao contrato de coleta seletiva, sendo o valor médio R\$ 700.000,00 anual. Aqui claramente podemos ver que os investimentos, ou seja, a parte mais cara do serviço de reciclagem, a coleta e a triagem, a coleta fica com 90% dos investimentos (Portal da Transparência de Porto Alegre, 2019).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estabelece objetivos, tais como gerenciamento integrado de resíduos sólidos e reciclagem. Aplicativos como o Cataki podem contribuir, entretanto, devem ter alterações na forma de seu funcionamento. Conforme o Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PMIRGS, aprovado em 2013, em Porto Alegre, são geradas diariamente 2 mil e 200 toneladas de resíduos sólidos. Deste universo, cerca de 30%, aproximadamente 660 toneladas, são potencialmente recicláveis secos que devem ser encaminhados à reciclagem através de programas de educação ambiental, coleta seletiva e triagem dos resíduos. A coleta seletiva através de aplicativos poderia ampliar estes dados, entretanto, é importante que haja um aprofundamento quanto a possíveis problemas da ordem social do trabalho, para que não sejam ampliadas as lacunas de exclusão social e exploração de trabalhadoras e trabalhadores (PMGIRS, 2013, p. 53).

O APLICATIVO CATAKI

O Cataki⁸ é um aplicativo disponível para os sistemas operacionais Android e iOS, que visa fazer a intermediação entre as pessoas que possuem resíduos para serem coletados e as catadoras e catadores de materiais recicláveis. Nele, a catadora ou catador faz um cadastro, no qual informa os tipos de materiais que coleta e a região em que atua. No mesmo sentido, a pessoa que demanda a coleta também realiza um cadastro e demanda o serviço. Nas funcionalidades do aplicativo não está contida a implementação de um pagamento pelo serviço da coleta, mas em seu vídeo

⁸ O site pode ser acessado através do endereço: <https://www.cataki.org/pt/>.

promocional⁹ é dito que o demandante “deve ligar para o catador e conversar até encontrar um valor justo para o serviço” (Cataki, 2020).

O Cataki é um APP criado pela Associação Movimento de Pimpadores conhecida como Pimp my Carroça, que se apresenta em seu site como “um movimento que atua desde 2012 para tirar os catadores de materiais recicláveis da invisibilidade – e aumentar sua renda – por meio da arte, sensibilização, tecnologia e participação coletiva”, (PIMP MY CARROÇA, 2020) o qual inicialmente atuava na articulação de artistas e parceiros, reformando e pintando carroças de catadoras e catadores de materiais recicláveis no país, atividade que foi chamada pelo movimento como “pimpada”.

As importantes ações fizeram com que a Associação de Pimpadores recebesse notoriedade nacional e internacional, sendo organizadora de vários movimentos em muitas cidades do mundo, mobilizando artistas e outros apoiadores, os quais geraram inúmeros prêmio, entre eles: Chivas Venture – Categoria Voto Popular, Tecnologia Social certificada pela Fundação BB (Pimpex) Prêmio Lixo Zero – Categoria Educação & Conscientização, Grand Prix Netexplo 2018 de Inovação Digital na UNESCO, Netexplo 2018 de Inovação Digital na UNESCO, Prêmio Santo Dias de Direitos Humanos - ALESP, International Awards for Public Art — Hong Kong, Premio del Agua y Saneamiento — BID-FEMSA, DAL — Desarrollo para America Latina — Etapa Brasil, Prêmio Brasil Criativo — Categoria Artes Visuais (PIMPADORES, 2020).

CONSEQUÊNCIA DO USO DE APLICATIVOS

O uso de aplicativos para realizar essa conexão faz parte do que foi chamado de capitalismo de plataforma ou economia do compartilhamento. Entre alguns dos exemplos mais conhecidos deste tipo de tecnologia, pode-se citar os aplicativos Uber e AirBnB, o primeiro está ligado à área de transportes urbanos e o segundo à hospedagem. A economia do compartilhamento promete ajudar prioritariamente indivíduos vulneráveis a tomar o controle sobre suas vidas tornando-se microempreendedores. Mas é importante dizer que esse recurso está diretamente ligado com a desregulamentação e justificação para a ausência do Estado no combate

⁹O vídeo promocional do aplicativo pode ser acessado em: <https://www.youtube.com/watch?v=ueRAwev8JT8>

das desigualdades sociais. Esses aplicativos muitas vezes se passam como atalhos para resolver problemas de exclusões sociais, mas na prática e em longo prazo não é isso que se observa (SLEE, 2017; ANTUNES, 2018).

Uma das consequências do uso de aplicativos na coleta seletiva incide sobre a PNRS, pois ela estabelece “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadoras e catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (BRASIL, 2010) como um dos seus instrumentos. À primeira vista, os aplicativos ao invés de agregar a categoria em associações e cooperativas, faz o inverso, colocando a competição entre a categoria, sendo que somente podem ter acesso a esta coleta aquelas catadoras e catadores que tiverem estrutura de coleta, como veículo (caminhão, kombi, moto especial para coleta, carrinho), celular compatível com o aplicativo, internet e o conhecimento de como manipular o aplicativo, ou seja, possivelmente apenas uma parte da categoria que tiver estrutura, terá acesso aos recicláveis.

Esta modalidade de coleta seletiva mediada através do uso de aplicativos coloca a hipótese de que todos os agentes ganham: as geradoras e os geradores de resíduos, os quais não têm um compromisso com o consumismo, ou seja, repassam os resíduos para a gestão ser feita através do trabalho das catadoras e catadores de materiais recicláveis, as empresas fabricantes de embalagens e as empresas distribuidoras de produtos não pagam pela sua geração de resíduos, ficando os custos da logística reversa inteiramente com as catadoras e catadores de materiais recicláveis. Por fim, as Prefeituras, as quais têm a responsabilidade e os recursos financeiros para a gestão de resíduos se isentam de seus compromissos.

Conforme a PNRS e o Acordo Setorial de Logística Reversa das Embalagens, as empresas geradoras de resíduos devem pagar para que a logística reversa possa de fato acontecer, passando a ser contabilizada, ampliando índices de reciclagem, sendo repassadas as informações pelas prefeituras para o Sistema Nacional de Informações sobre Resíduos. A prefeitura é responsável pela coleta seletiva, sendo a detentora dos recursos pagos pelos cidadãos para a realização da coleta seletiva, se ela for feita pela mediação de aplicativos, a hipótese é que as catadoras e catadores de materiais recicláveis paguem com seu trabalho todos os custos deste serviço. Ainda, deste modo, as informações de seu serviço de reciclagem e destinação de

resíduos podem não ser contabilizados pela prefeitura, e desta forma, não serem encaminhados ao SINIR (SINIR, 2019).

Na tabela 1, é apresentada uma síntese do que foi discutido nesta parte, partindo das catadoras e catadores de materiais recicláveis, os quais realizam a coleta e arcam com a maioria significativa dos custos do serviço e arrecadam recursos por meio da venda dos materiais coletados. Para eles, a uberização da coleta seletiva incrementa a individualização do trabalho, além de desestimular o associativismo por meio das cooperativas solidárias de catadoras e catadores e estimular a competição com seus pares.

Tabela 1 – Proposta de Análise da Uberização da Coleta Seletiva

Conceito	Atores	Indicadores
Uberização da coleta seletiva	Catadoras e Catadores materiais recicláveis	Realizam a coleta
		Arcam com a maior parte dos custos
		O sustento vem da venda dos materiais
		Individualização e competição no trabalho
	Prefeitura	Detentora do serviço
		Se isenta do serviço
		Não paga os custos
	Aplicativos	Intermedia a demanda
		Faz propaganda
		Recebe benefícios projetos
	Geradoras e Geradores de Resíduos Sólidos	Não pagam pelo serviço
		Não pensam seus hábitos de consumo
		Pensam que estão contribuindo
	SINIR PNRS	Não são cumpridas
		Não recebem informações
		Falham com os dados
	Empresas Fabricantes e Distribuidoras	Se eximem de pagar a Logística Reversa
		Investem em propagandas nos aplicativos
		Não contribuem com o aumento dos índices de reciclagem

Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a demanda de serviços via aplicativos, surgem diferentes condições de reestruturação também do mundo do trabalho. Tratando do contexto do mundo

globalizado, podemos observar a interligação entre essas tecnologias e as mudanças das relações de trabalho. Ou seja, as trabalhadoras e trabalhadores não têm vínculo direto com a empresa dona do aplicativo e, tampouco, têm seus direitos garantidos por quem contrata seu trabalho, apenas recebendo um valor combinado pela demanda de serviço. No caso das catadoras e catadores é mais acentuado, pois além de poderem não receber nenhum dinheiro, não possuem direitos trabalhistas, aposentadoria, arcam com todos os custos para a realização do trabalho em meio ao trânsito, onde há possibilidades de ocorrência de acidentes.

A partir destas reflexões iniciais, com o uso de aplicativos para a coleta seletiva, percebe-se a ampliação da desvalorização das cooperativas. Justamente porque a prefeitura se exime de contratar as mesmas para realizarem a coleta seletiva; as empresas fabricantes de embalagens e as empresas distribuidoras de produtos não pagam pela sua geração de resíduos, ficando os custos do trabalho inteiramente com as catadoras e catadores de materiais recicláveis. Em outras palavras, aqueles que têm a responsabilidade e os recursos financeiros para a gestão de resíduos se exime de seus compromissos.

O uso de aplicativos pode ampliar a marginalização e a concorrência entre a categoria. Nos bairros nobres há maior geração de resíduos como latinhas de alumínio, garrafas PET, papelão, recicláveis com mais valor, em relação aos bairros periféricos, onde há menos resíduos gerados e de menor valor, papéis coloridos, caixas de leite, latas ferrosas, sendo nestes bairros onde a maior parte da categoria reside. Desta forma, pode haver uma concentração de demanda de serviços nos bairros centrais daquelas catadoras/es que tiverem mais equipamentos, gerando a concorrência e fragmentação da organização coletiva prevista na PNRS, não permitindo por exemplo que haja contratos de prestação de serviços com os devidos pagamentos à categoria quando organizada coletivamente em cooperativas.

Desta forma, os aplicativos, ao invés de contribuírem com a organização coletiva da categoria em associações e cooperativas, as quais são ligadas pela solidariedade, fazem o inverso, criando um ambiente de desagregação, colocando a competição, sendo que somente podem ter acesso a esta coleta aquelas catadoras e catadores que tiverem estrutura de coleta, como veículo (caminhão, kombi, moto especial para coleta, carrinho), celular compatível com o aplicativo, internet e o

conhecimento de como manipular o aplicativo, ou seja, possivelmente apenas uma parte da categoria que tiver estrutura, terá acesso aos recicláveis.

As atividades desenvolvidas pelo Movimento de Pimpadores são de extrema relevância para a visibilidade das invisibilizadas catadoras e catadores, que com o processo de “pimpamento” transformam suas carroças de coleta em veículos com grande identificação, ampliando a identidade da categoria, bem como colocando um destaque e importância em relação à pautas sociais e ambientais.

Entretanto, trago a reflexão de que no processo do mundo e das lutas das catadoras e catadores pelo reconhecimento e valorização, bem como na própria representatividade da categoria, o aplicativo acaba tendo mais complicações do que vantagens à categoria, vistas que “No Brasil, existem 800.000 catadores. No Cataki, apenas 1400 estão cadastrados” (Cataki, 2020), demonstrando que o aplicativo tem uma grande força marketing, com vistas ao status conquistado do que propriamente para a categoria e suas nuances.

Este trabalho é inicial e estará sendo fruto de trabalhos futuros. Propõe-se, a partir daí, discutir e fazer o acompanhamento ao longo prazo e sistemático das consequências do uso de aplicativos à categoria de catadoras e catadores de materiais recicláveis nas cidades em que aplicativos forem adotados e usados e, também, o questionamento das consequências à organização da categoria em associações da coleta seletiva solidária, se há realmente uma utilidade para ele, como por exemplo: Qual será o percentual de coleta seletiva de uma catadora ou catador por dia, mediada pelo aplicativo? Quais seriam os valores que receberiam por este serviço se comparado com o custo da coleta seletiva contratada pelo município? Ou ainda, quais são os investimentos nos sistemas, cruzando dados com suas efetividades, vantagens e desvantagens, entre outras perguntas de pesquisa. Pode-se ainda acompanhar a mudança nos cenários no universo dos serviços prestados pelas prefeituras e todos os seus possíveis desdobramentos, sempre buscando articular aspectos legais ligado às leis de resíduos e a competência de vossos atores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviço na era digital. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.514 - PLANALTO.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6514.> Acesso em 12 jul 2020.

BRASIL. **Lei dos Crimes Ambientais.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm> Acesso em: 12 jul 2020.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Coleta Seletiva.** Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis/reciclagem-e-reaproveitamento>> acesso em: 12 jul 2020.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 12 jul 2020.

BRASIL. **Sistema Nacional de Informações Sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos.** Disponível em: <<http://snis.gov.br/painel-informacoes-saneamento-brasil/web/painel-residuos-solidos>> Acesso em: 12 jul 2020.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade.** São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GUTERRES, António. **Mundo está sendo ‘inundado’ por lixo plástico, diz secretário-geral da ONU.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/mundo-esta-estando-inundado-por-lixo-plastico-diz-secretario-geral-da-onu/>> Acesso em: 12 jul 2020.

IPEA. **Relatório Situação Social dos Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil** <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacaosocial_mat_reciclavel_brasil.pdf> Acesso em: 12 jul 2020.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo:** diário de uma favelada. 9. ed. São Paulo: Ática, 2007. p. 62.

ONU. **Panorama da gestão de resíduos na América Latina e no Caribe.** Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2019/02/UN_Gestao-de-residuos-RPTD.pdf> Acesso em 12 jul 2020.

PEREIRA, Bruna, Cristina Jaqueto; GOES, Fernanda Lira. **Catadores de Materiais Recicláveis:** um encontro nacional. Rio de Janeiro. IPEA, 2016.

PORTO Alegre. **Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.** Disponível em:

<https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=161> acesso em: 12 jul 2020.

PORTO Alegre. **Portal Transparência e Acesso à Informação**. Disponível em: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/transparencia/default.php?p_secao=11> Acesso em: 12 jul 2020.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade, poder, globalização e democracia”. **Novos Rumos**. v.17, n. 37, pp. 4-28, 2002.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da Globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SLEE, Tom. **Uberização**: a nova onda do trabalho precarizado. São Paulo: Editora Elefante, 2017. 332 p. Tradução de: João Peres.

UNICOPAS. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://unicopas.org.br/wordpress/quem-somos/>> Acesso em: 12 jul 2020.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
Aprovado em 14/09/2020.

CONTROLE DE RISCOS E SELETIVIDADE PENAL: AVALIAÇÃO DE RISCO NO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL DOS EUA

**RISK CONTROL AND CRIMINAL SELECTIVITY: RISK ASSESSMENT IN THE
USA CRIMINAL JUSTICE SYSTEM**

**CONTROL DE RIESGOS Y SELECTIVIDAD CRIMINAL: EVALUACIÓN DE
RIESGOS EN EL SISTEMA DE JUSTICIA PENA DE EE.UU.**

Iara Cunha Passos¹

Resumo

Baseados em modelos estatísticos, os algoritmos de avaliação de risco vêm sendo aplicados em setores para além das aplicações para as quais foram inicialmente projetados - análise de crédito e seguros - como no sistema educacional, previdenciário e criminal, com o intuito de prever e minimizar riscos nessas áreas. Desde o início dos anos 2000, têm sido desenvolvidos e ofertados por empresas privadas e contratados por esferas governamentais (cidades, condados, estados e governo federal) norte-americanas e implementados enquanto políticas públicas. São utilizados para determinar escores de risco - a partir de fatores pré-estabelecidos - para pessoas tuteladas pelo sistema de justiça criminal e definir penas, progressão de regime e garantia de condicional. A construção destes escores baseiam-se na resposta de questionários estruturados - baseado em teorias criminológicas - aplicados por oficiais do governo. A justificativa para o seu uso têm se fundamentado na neutralidade e em uma maior objetividade que estas ferramentas teriam - em comparação a métodos tradicionais de análise. Porém, análises efetuadas por organizações da sociedade civil vêm constantemente denunciando vieses sociais e raciais na escolha dos fatores de risco e, conseqüentemente, no resultado final dos escores. Intenta-se com esse trabalho, discutir as implicações do uso desses algoritmos no sistema judiciário e na sociedade como um todo, a partir de

¹ Mestranda em Sociologia e graduanda em Estatística pela UFRGS, iaracpassos@gmail.com.

documentação oficial derivada do software COMPAS, um dos mais utilizados atualmente.

Palavras-chaves: ferramenta avaliação de risco; justiça criminal; Estados Unidos

Abstract

Based on statistical models, the risk assessment algorithms have been used in sectors beyond for which they were initially designed – credit and insurance analysis - such as the educational, social security and criminal systems, in order to predict and minimize risks in these areas. Since the early 2000s, they have been developed and offered by private companies and contracted by US governmental spheres (cities, counties, states and the federal government) and implemented as public policies. They are used to determine risk scores – based on pre-established factors – for people in the criminal justice system and to define penalties, regime progression and parole/probation guarantee. The building of these scores is based on the response of structured forms – based on criminological theories – applied by government officials. The justification for their use has been based on the neutrality and greater objectivity that these tools would have – compared to traditional methods of analysis. However, analyzes carried out by civil society organizations have constantly denounced social and racial biases in the choice of risk factors and, consequently, in the final result of the scores. The aim of this work is to discuss the implications of using these algorithms in the criminal justice system and in society as a whole, based on official documentation derived from the COMPAS software, one of the most used today.

Keywords: risk assessment tool; criminal justice; United States

Resumen

A partir de modelos estadísticos, se han aplicado algoritmos de evaluación de riesgos en sectores además de las aplicaciones para las que fueron diseñados inicialmente - análisis de crédito y seguros - como los sistemas educativos, de seguridad social y penal, con el fin de predecir y minimizar riesgos en estas áreas. Desde principios de la década de 2000, han sido desarrollados y ofrecidos por empresas privadas y contratados por esferas gubernamentales de Estados Unidos (ciudades, condados, estados y el gobierno federal) e implementados como políticas públicas. Se utilizan para determinar puntajes de riesgo, basados en factores preestablecidos, para personas protegidas por el sistema de justicia penal y para definir sanciones, progresión del régimen y garantía condicional. La construcción de estos puntajes se basa en la respuesta de cuestionarios estructurados, basados en teorías criminológicas, aplicados por funcionarios gubernamentales. La justificación de su uso se ha basado en la neutralidad y mayor objetividad que tendrían estas herramientas - en comparación con los métodos tradicionales de análisis. Sin embargo, los análisis

realizados por organizações de la sociedad civil han denunciado constantemente los prejuicios sociales y raciales en la elección de los factores de riesgo y, en consecuencia, en el resultado final de los puntajes. Este trabajo pretende discutir las implicaciones del uso de estos algoritmos en el sistema judicial y en la sociedad en su conjunto, a partir de documentación oficial derivada del software COMPAS, uno de los más utilizados en la actualidad.

Palabras Clave: herramienta de evaluación de riesgos; Justicia penal; Estados Unidos

INTRODUÇÃO

Segundo relatório publicado pelo *Prison Policy Initiative*, em 2018, o sistema de justiça estadunidense mantém quase 2,3 milhões de pessoas presas, sendo que 57% dessa população se encontra em prisões estaduais, 26,7% em cadeias locais – geralmente por violações menores da lei estadual ou porque aguardam julgamento – e quase 10% corresponde ao encarceramento em nível federal - que são os condenados por violar uma lei federal ou estão detidos por autoridades de imigração, aguardando uma possível deportação². Além disso, o sistema de justiça dos EUA controla quase 7 milhões de pessoas: além dos 2,3 milhões que estão encarcerados, há ainda 3,7 milhões de pessoas em *probation*³, e 840 mil pessoas em *parole*⁴.

Apesar de ter havido uma queda, em 2015, de 2% dessas populações encarceradas nas prisões estaduais e cadeias locais, esse declínio deve ser considerado relativamente pequeno se compararmos com o crescimento exponencial da população carcerária que ocorreu nas décadas de 1980 e 1990. Além disso, a

² Os outros 6% correspondem a jovens encarcerados, no sistema de justiça juvenil ou em prisões de adultos; centros de detenção de imigrantes; encarceramentos em instalações psiquiátricas, encarceramentos em territórios indígenas e prisões militares.

³ *Probation* é quando uma é sentença definida por um tribunal de justiça onde um condenado ou infrator não é encarcerado, mas é liberado sujeito a certas condições estipuladas pelo tribunal, permanecendo sob supervisão. Tal como na *parole*, o não cumprimento das condições resultará em prisão. Sugere-se, com isso, que a pessoa cumprindo *probation* não é uma ameaça para a sociedade e que a prisão pode não ser uma punição adequada. O tribunal designará um oficial, conhecido como *Probation officer*, para supervisionar a pessoa em questão. Para mais informações e diferenças entre *parole* e *probation*: <https://www.differencebetween.com/difference-between-parole-and-vs-probation/>

⁴ Public Policy Initiative. Data update: Incarcerated population inching down. Disponível em: <https://www.prisonpolicy.org/blog/2016/12/29/bjs2016/>. Acessado em: 5 de outubro de 2019.

população encarcerada nas prisões federais estadunidense permaneceu em contínuo crescimento.

A utilização de técnicas estatísticas na fundamentação de teorias criminológicas, no auxílio à criminalística e nas investigações criminais, data do século XIX, mas é na segunda década do século XX que os instrumentos atuariais passaram a ser implementados no processo de avaliação de pedidos de *parole*⁵ nos Estados Unidos (EUA). Inicialmente, foram testados em adolescentes infratores, de modo a prever ou estimar uma possível reincidência dos solicitantes do benefício. O foco e sistematização dessas ferramentas foram mudando ao longo do tempo, sendo possível identificar quatro gerações de ferramentas de avaliação de risco no Sistema de Justiça Criminal (DIETER, 2012, p. 53), a primeira data de 1920 a meados da década de 1970 (DESMARAIS; SINGH, 2013).

Devido ao avanço das técnicas de gestão de risco e com a justificativa do alto custo e baixo desempenho do ideal ressocializador do sistema de justiça fundamentado no Estado de Bem-estar Social, ocorre nos anos 1970, e cresce substancialmente nos anos 1980, uma promoção da implementação e estruturação da lógica atuarial no sistema de justiça criminal, por acadêmicos e políticos que argumentavam sobre os altos índices de reincidência e buscavam uma maior eficiência das instituições e com grande incentivo do governo federal estadunidense. Porém, essas primeiras implantações incorporaram, principalmente, variáveis consideradas estáticas (sexo, idade e antecedentes criminais).

Posteriormente, a terceira geração de avaliação de risco no Sistema de Justiça Criminal, adicionou fatores identificados como dinâmicos - como comportamento e uso de substâncias químicas -, mudança que, segundo os seus idealizadores, possibilitaria identificar formas mais adequadas de tratamento para os indivíduos. Tais ferramentas passaram a ser conhecidas, também, como instrumentos de “*risk-needs*”.

⁵ *Parole* é a soltura antecipada do, sujeita ao cumprimento de determinadas condições e à supervisão das autoridades prescritas. Essas condições incluem pagamentos de multas ou outras obrigações financeiras, encontrar emprego adequado, fixar residência em uma casa conforme determinado pelas autoridades, participar de programas de reabilitação, controle da raiva ou sessões de aconselhamento e não cometer quaisquer outros crimes. É obrigatório a se reportar a um oficial em periodicidade definida conforme a jurisdição ou tipo de crime. É normalmente concedida por um conselho – *Parole Boards*. Para mais informações e diferenças entre *parole* e *probation*: <https://www.differencebetween.com/differencebetween-parole-and-vs-probation/>

Por fim, no final do século XX, com o advento da informática e avanços de técnicas estatísticas, iniciou-se a atual geração de ferramentas de avaliação de risco, adicionando técnicas e algoritmos complexos no cálculo desses fatores. (DESMARAIS; SINGH, 2013)

Dentre as ferramentas de avaliação de risco em uso atualmente no sistema de justiça criminal dos EUA, o *software* Correctional Offender Management Profiling for Alternative Sanctions (COMPAS), criado em 1998, é um dos mais utilizados por jurisdições de condados e estados, em todas as fases do processo penal. Apresenta três escalas principais para aferir a possibilidade de reincidência: risco geral de reincidência, risco de reincidência violenta e risco de violação de condicional.

Na primeira sessão deste trabalho é apresentado um histórico da inserção da lógica atuarial no Sistema de Criminal dos EUA. Posteriormente, são apresentados os algoritmos de avaliação de risco de quarta geração. Por fim, são apresentadas as escalas e os questionários do *software* COMPAS utilizados para prever reincidência e violação de condicional, um dos mais utilizados atualmente nos EUA.

A LÓGICA ATUARIAL NO SISTEMA CRIMINAL DOS EUA

A aplicação da gestão de riscos para otimização das práticas de combate ao crime e de administração da população criminal sob tutela do Estado - presos em *jails*⁶, prisões estaduais, prisões federais, sistema juvenil ou cumprindo *parole* e *probation* - tem sido utilizada por instituições norte-americanas desde o início do século XX, mas foi a partir dos anos 1970 que se torna utilizada de forma sistemática e ampla no sistema federal e nos sistemas estaduais (DIETER, 2012).

A ascensão do gerencialismo penal possibilitou a intensificação do uso das técnicas de perfilamento (*profiling*) de infratores, grupos e lugares e o desenvolvimento de ferramentas de avaliação de risco para definir a melhor forma de administrar essas populações. O risco tornou-se passível de medição, bem como identificar as suas causas e os suspeitos a serem vigiados e gerenciados. (WALKLATE; MYTHEN, 2011)

⁶ *Jails* são instituições responsáveis pela custódia de presos em flagrante ou com necessidade de medidas cautelares antes do julgamento, assim como condenados por crimes com pena de até um ano de reclusão.

É em 1972 que ocorre uma mobilização de instituições federais para a implementação de instrumentos atuariais na decisão dos pedidos de progressão de regime (*parole*) em todo o país a partir da definição de parâmetros gerais de padronização com o propósito de: a) reduzir a subjetividade de análise, b) acelerar o processo de avaliação, e c) amenizar eventuais disparidades regionais. Desta mobilização, resultou a elaboração de um guia para concessão do benefício a partir de critérios estatísticos - em nível nacional - em que se conferia maior importância aos antecedentes criminais na realização dos cálculos, o *Salient Factor Score* (SFS). (DIETER, 2012)

Segundo Dieter (2012), a volta do modelo de incapacitação não era a ideia inicial nas primeiras implantações de técnicas atuariais no sistema de justiça criminal, ainda no início do século XX. Porém, agora o propósito visava “utilizar a pena criminal de modo sistemático para o controle mais geral de determinados grupos de risco mediante neutralização de seus membros salientes, isto é, a gestão de uma permanente população perigosa, pelo menor preço possível” (DIETER, 2012, p. 86).

Para Harcourt (2003), não houve nesse período a ascensão de um novo paradigma - um paradigma probabilístico (ou atuarial) - mas uma mudança na aplicação dessas técnicas, pois técnicas estatísticas já eram aplicadas no sistema de justiça desde o final do século XIX – o que, inclusive, teria fundamentado e, de certo modo, modelado a virada para a individualização da punição no século XX (HARCOURT, 2003, p. 114). Houve, no entanto, uma mudança qualitativa e uma ampliação quantitativa no uso dessas técnicas.

Com a implementação das políticas de gerenciamento da população carcerária, os presos passaram a ser alocados de acordo com seu nível de risco, a partir de um modelo logístico de armazenamento (*warehousing*⁷). Ocorre, assim, um processo de construção e reforma de presídios com o intuito de priorizar o isolamento, de forma a minimizar os riscos de aglomeração de um grande número de pessoas. Surgem, assim, os estabelecimentos “*supermax*” ou “*high max*” para os presos “mais

⁷ *Warehousing* é uma técnica logística que objetiva otimizar a distribuição de produtos colocando-os em grandes depósitos com o menor custo possível.

perigosos” e as instituições “*Boot Camp*”⁸ para aqueles de baixo risco, principalmente os mais jovens (DIETER, 2012).

Através da implementação de diferentes métodos de gestão de risco no Sistema de Justiça Criminal e a identificação de grupos de criminosos de alto risco, aliado à ampla recomendação dessas técnicas e da definição dos fatores de riscos mais importantes por psicólogos, atuários e estatísticos, o objetivo final passou a ser a neutralização eficiente de criminosos violentos classificados como de alta propensão à reincidência. Para tanto, era necessário aumentar a eficiência do sistema de modo a implementar uma perspectiva gerencialista, o que só seria possível com a diminuição do controle legal no exercício da competência punitiva e a redução da discricionariedade dos agentes do sistema de justiça e o desenvolvimento de ferramentas atuariais mais eficientes e eficazes, que pudessem regular todo o processo da criminalização primária e, posteriormente, secundária.

Paradoxalmente, o apoio ao uso de técnicas atuariais em toda cadeia do processo penal partiu não só dos grupos apoiadores do endurecimento penal, mas também de grupos considerados progressistas, que percebiam nessas ferramentas a possibilidade de evitar a discricionariedade do sistema e controlar os agentes públicos, principalmente após muitos casos de brutalidade de policiais e agentes penitenciários, nos quais a raça foi, com frequência, um fator intensificador⁹. Sendo assim, o uso das ferramentas de cálculo atuarial no sistema de justiça expressava princípios e objetivos comuns de projetos governamentais das duas principais correntes políticas norte-americanas. Desta forma, tais atores seriam transformados em gestores, que não mais necessitariam definir as suas ações a partir de interpretações pessoais ou normativas, mas única e exclusivamente baseadas nas definições e decisões dos cálculos atuariais.

Por conseguinte, a aplicação das ferramentas atuariais foi ampliada vertical e horizontalmente no Sistema de Justiça Criminal estadunidense, em uma disseminação tanto quantitativa quanto qualitativa. O que havia inicialmente sido

⁸ Instituições de segurança mínima onde os presos ficam sujeitos à disciplina militar por um curto período de tempo (DIETER, 2012).

⁹ Entre tantos casos, o que ficou mais conhecido foi o de Rodney King, que foi espancado por policiais brancos, após ter sido apreendido por dirigir embriagado na cidade de Los Angeles, CA, USA, em 1992. A absolvição dos policiais resultou em uma onda de protestos, seguidos de saques a comércios e depredações, por três dias, resultando em 58 mortes e mais de 2.800 feridos.

proposto para decisões de *parole*, de forma a prever casos de reincidência, passou a ser empregado para definição do regime inicial; decisões acerca da distribuição e alocação de presos dentro de estabelecimentos penais (definindo qual estabelecimento, qual ala do estabelecimento e até mesmo com quem irá dividir cela); diferenciação dos que demandam maior ou menor supervisão (para que possam ser melhores monitorados ou confinados em solitárias); na identificação e tipificação dos que têm maiores probabilidades de desenvolverem distúrbios mentais ou tentarem suicídio, o que demandaria tratamento diferenciado; definição de possibilidade de participação em atividades educacionais e recreativas; e na determinação do grau de supervisão daqueles em situação de *parole* ou *probation*. (DIETER, 2012)

Essa necessidade de prever a criminalidade ou a reincidência futura tem incidido diretamente na forma como as instituições pensam e lidam com a aplicação da lei criminal. Para Harcourt (2003), a utilização de técnicas de predição para prevenção de crimes resulta em uma intensificação da vigilância e aprisionamento de subgrupos-alvos; o que gera, conseqüentemente, uma acentuação da correlação encontrada. Ou seja, ocorre um ciclo vicioso: grupos são considerados mais propensos a cometerem crimes, as instituições de controle criminal tendem a focalizar suas ações nesses grupos, o que resulta em um aumento da taxa de encarceramento dessas populações, enquanto outros grupos não são monitorados. Uma posterior correlação de fatores de risco irá mostrar uma probabilidade ainda maior dessas populações cometerem novos crimes, aumentando, assim, a vigilância e o aprisionamento, e assim por diante. Desse modo, não estaríamos mais apenas domesticando o acaso, como Ian Hacking (1990) caracterizou em seu livro, mas o moldando¹⁰ (HARCOURT, 2003).

ALGORITMOS DE AVALIAÇÃO DE RISCO E O CONTEXTO PRISIONAL DOS EUA

Desde 2002, sistemas de justiça de pelo menos 42 estados estadunidenses, além do governo federal, têm utilizado algoritmos de avaliação de risco, sendo que, em 2013, havia mais de 60 algoritmos em uso nos diversos sistemas correcionais para calcular reincidência geral (de crimes não específicos) de infratores adultos

¹⁰ Bernard E. Harcourt faz referência ao livro de Ian Hacking (*The Taming of Chance*) no título de seu ensaio: *The Shaping of Chance*.

(maiores de 18 anos). Pretendem, a partir de modelos estatísticos, diminuir os índices de reincidência, antecipando quais infratores teriam maior risco de cometer uma nova infração.

Esses sistemas baseiam-se em fatores como: idade, histórico criminal e profissional, vizinhança em que mora, histórico familiar, entre outros, e são utilizados em diferentes estágios de tomada de decisão judicial como, por exemplo, para definir a fiança ou o tempo da sentença, ou para a aprovação (ou não) da *parole*. A maioria das jurisdições utiliza um dos três principais algoritmos – Correctional Offender Management Profiling for Alternative Sanctions (COMPAS), Public Safety Assessment (PSA) e Level of Service Inventory Revised (LSI-R) – ou cria variações a partir deles.

A forma de implementação e os níveis do sistema de justiça em que são utilizados variam mas, no geral, seguem um procedimento básico: funcionários estatais (*Parole Officer*, psicólogo, etc) preenchem um questionário com perguntas relacionadas ao infrator que vão desde o histórico familiar e fatores demográficos até a trajetória criminal. Posteriormente, um modelo estatístico define um escore para cada indivíduo, em que os valores baixos indicam menor risco e os altos sinalizam um maior risco de, por exemplo, reincidir de forma violenta.

A justificativa para a utilização de algoritmos de avaliação de risco no sistema de justiça criminal se fundamenta no crescimento da população controlada pelo sistema de justiça dos EUA, nos gastos com manutenção e ampliação do sistema e no viés e subjetividade inerente à avaliação dos operadores do sistema. Assim, a inserção desses algoritmos tem tido respaldo tanto entre grupos conservadores quanto entre grupos liberais.

Para grande parte dos grupos conservadores, a utilidade do uso desses algoritmos residiria na eficiência do instrumento para encarcerar apenas aqueles criminosos considerados altamente perigosos para a sociedade, reduzindo os gastos do sistema. Por sua vez, grupos liberais esperam que esses algoritmos façam com que o sistema seja menos punitivo e menos enviesado, devido à implementação de avaliações mais objetivas e seguras.

Devido aos diferentes objetivos do uso dessas ferramentas, os *policymakers* decidem quais escores serão considerados de baixo ou alto risco. Assim, se o objetivo é ser mais tolerante com a reincidência, então aumenta-se o corte dos que são

considerados de baixo risco - que teriam maior probabilidade de serem soltos - e se libera mais condenados. Ou, de modo contrário, se se pretende que o algoritmo seja menos tolerante com a reincidência, aumenta-se o corte para os níveis de alto risco e se mantém mais pessoas presas.

O escore final gerado pelo algoritmo é calculado por uma inserção prévia de diversos bancos de dados de infratores e suas características (raça, sexo, idade, tipo de crime, endereço) e fatores de risco: quantos crimes já cometeram, se reincidiram ou não (dentro de um espaço de tempo), informações sobre saúde mental, comportamento, vizinhança que frequenta, empregabilidade, histórico familiar, uso de substâncias ilícitas, etc. Posteriormente, utilizando-se de técnicas de estatística e *machine learning*, o algoritmo calcula qual a probabilidade de um preso com determinadas características reincidir e o escore é gerado. Um escore baixo pode resultar em uma aprovação da solicitação de *parole*, em um valor de fiança menor ou em um menor tempo de pena, dependendo da etapa do processo de justiça criminal em que ele está sendo utilizado.

Os algoritmos são vendidos para jurisdições estatais por empresas privadas, que não disponibilizam a fórmula do cálculo – quais fatores são considerados, com quais pesos, etc – já que se fundamentam justamente em ter um algoritmo melhor do que todos os outros, aquele que é capaz de prever mais acuradamente os casos com maiores chances de reincidência.

QUESTIONÁRIOS E ESCALAS: DEFININDO OS FATORES DE RISCO

A primeira versão do *software* COMPAS data de 1998, quando ainda era propriedade da empresa *NorthPointe*¹¹. Atualmente, o espectro de softwares de gerenciamento prisional da antiga *NorthPointe* encontra-se reunido no *The NorthPointe Suite* — ferramenta de avaliação de risco e sistema de gestão de casos — da *equivant*.

¹¹ Empresa fundada em 1989 por Tim Brennan, professor de estatística na Universidade do Colorado na época, e Dave Wells, que trabalhava em programas correcionais em Traverse City, Michigan. Em 2017, a *NorthPointe Inc.*, *CourtView Justice Solutions Inc.* e *Constellation Justice Systems Inc.* se fundiram a empresa *equivant*, que passou a administrar todos os sistemas e algoritmos dessas empresas.

O COMPAS Core, um módulo integrante do *The NorthPointe Suite*, tem como foco criminosos (*offenders*, no original) de ambos os sexos recentemente removidos da comunidade. Apresenta-se com três escalas de risco principais: *General Recidivism Risk (GRR)* — que avalia o risco do avaliado de reincidir de um modo geral —, *Violent Recidivism Risk (VRR)* — que avalia o risco do entrevistado reincidir cometendo crimes violentos — e *Pretrial Release Risk (PRR)* — que avalia o risco de não comparecer ao julgamento e de cometer um crime grave caso ganhe o benefício de responder em liberdade.

Para realizar as escalas que definem o escore final são aplicados questionários elaborados com base nas seguintes teorias criminológicas: Teoria da Aprendizagem Social, Teoria da Subcultura, Teoria do Controle Social, Teoria da Sociopatia, Teoria das Oportunidades e Teoria da Anomia Social. (EQUIVANT, 2019)

Todas as escalas, modelos e questionários ofertados são passíveis de serem adaptados conforme a necessidade do contratante — as instituições governamentais que contratam o *software*. O quadro 1 a seguir apresenta os índices que compõem a escala do COMPAS Core, com 137 questões:

Quadro 1 – Escala compas core

Escalas	Tipo de escala ¹²
Histórico Criminal	Envolvimento criminal
	Histórico de descumprimento
	Histórico de violência
	Violência atual
	Parceiros criminais
Avaliação de necessidade	Abuso de substâncias
	Problemas financeiros/pobreza
	Problemas educacionais/vocacionais
Ambiente Social	Criminalidade familiar
	Problemas de ambiente social
	Lazer e recreação
	Instabilidade residencial
	Problemas de ajuste social
Fatores de Ordem Superior	Falha de Socialização
	Oportunidade Criminal
	Isolamento Social
	Personalidade Criminal
Atitudes criminais	Pensamento Criminoso

Fonte: Equivant. Practitioner's Guide to COMPAS Core (2019).

¹² Tipo 1: Baixo (1-4), Médio (5-7), Alto (8-10). Tipo 2: Improvável (1-2), Provável (3-4), Muito Provável (5-10). Tipo 3: Improvável (1-4), Provável (5-7), Muito Provável (8-10). Tipo 4: Improvável (1-5), Provável (6-7), Muito Provável (8-10).

Cada uma dessas categorias apresentadas no quadro 1 são desdobradas em questões preenchidas no sistema do COMPAS. Algumas das questões são preenchidas pelo oficial responsável por inserir as respostas no sistema com base no histórico criminal da pessoa, outras são perguntadas para o indivíduo e selecionadas pelo oficial no sistema.

No questionário aplicado no estado de Wisconsin, uma das primeiras questões que o entrevistador deveria responder era se o avaliado, baseado nas observações do próprio entrevistador (*screener*), era um membro de gangue – suspeito ou confesso (*“Based on the screener’s observations, is this person a suspected or admitted gang member?”*) – mesmo que na segunda parte do questionário tenha duas questões diretas sobre o entrevistado ser um membro de gangue (*“Have you ever been a gang member?”* e *“Are you now a gang member?”*).

Nas perguntas relacionadas à família do entrevistado é questionado quantos anos o entrevistado tinha quando (se é o caso) seus pais se separaram (*“If you lived with both parents and they later separated, how old were you at the time?”*) e se os pais, irmãos e irmãs, companheiro/a já haviam sido presos alguma vez (*“Was/were your father/mother/brothers or sisters/partner ever arrested?”*).

No quesito instabilidade residencial, as questões versam sobre com quem o entrevistado mora, quantas vezes se mudou no último ano e por quanto tempo tem vivido na comunidade/vizinhança em que reside atualmente. Também relacionado ao bairro atual de residência, a escala problemas de ambiente social questiona se há muitos crimes na vizinhança (*“Is there much crime in your neighborhood?”*), se os amigos e familiares ou pessoas do bairro sentem necessidade de andar armados (*“Do some of your friends or family feel they must carry a weapon to protect themselves in your neighborhood?”*)/*“Do some of the people in your neighborhood feel they need to carry a weapon for protection?”*), se é fácil conseguir drogas no bairro (*“Is it easy to get drugs in your neighborhood?”*).

Já na escala de problemas de educação e vocacionais, é perguntado qual era a nota mais comum que teve na escola (*“What were your usual grades in high school?”*), se já havia sido expulso ou suspenso da escola (*“Were you ever suspended or expelled from school?”*), se tem um emprego (*“Do you have a job?”*), se já foi demitido (*“Have you ever been fired from a job?”*) e se frequentemente aceita

empregos que não pagam mais que um salário mínimo (*“Do you frequently get jobs that don’t pay more than minimum wage?”*).

Com base nas respostas, são gerados três escores, um para cada escala. Segundo o guia do próprio COMPAS, para a escala PRR, os fatores de risco considerados são: maior condenação grave (*felony*), caso pendente, se violou condicional anteriormente, última apreensão que saiu com fiança, última sentença, histórico de abuso de substâncias, estado empregatício e tempo na atual residência. Para a escala GRR, os fatores considerados são: idade, idade na primeira prisão (não condenação), histórico de abuso de substâncias, problemas educacionais/vocacional e envolvimento criminal. Por fim, a escala VRR considera idade, idade na primeira prisão, problemas educacionais/vocacional, histórico de violência e histórico de violação de condicional.

Cada escore (*raw score*) é posteriormente transformado em uma escala decimal, definida a partir dos decis do grupo normativo – amostra de 30.000 avaliações realizadas entre 2004 e 2005 em prisões, cadeias e locais de parole e probation em todo EUA – utilizada para ajustar o modelo do COMPAS. Um relatório, então, é gerado com o resultado de cada uma das escalas (PRR, GRR e VRR) e um perfil criminogênico e de necessidades (também com escalas decimais). Com base nesse relatório final, o avaliador (juiz, agente de condicional, assistente social) define, por exemplo, a sentença, se vai autorizar a condicional, se vai autorizar que o avaliado responda em liberdade e entre outros casos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ferramentas de avaliação de risco têm sido utilizadas para definir riscos de reincidência de indivíduos que entram no sistema penal. Por meio de técnicas estatísticas, utilizam-se de marcadores sociais – vizinhança, relacionamentos, histórico escolar – e econômicos – emprego, salário – para filtrar indivíduos em um sistema conhecidamente seletivo e enviesado.

Ainda que os questionários não perguntem diretamente sobre a raça do indivíduo é notório que grande parte das perguntas apresentadas no questionário do COMPAS Core visam identificar um perfil específico de criminoso: pobre, sem emprego formal, usuário de drogas e membro de gangue, o que, em grande parte das

idades dos EUA, caracterizam moradores de bairros majoritariamente negros e latinos.

Tendo como uma das justificativas para serem usadas justamente o viés do sistema de justiça criminal – e que, portanto, seriam menos “enviesadas” – essas ferramentas acabam por intensificar a seletividade e a segregação desse sistema.

REFERÊNCIAS

DESMARAIS, Sarah L.; SINGH, Jay P. **Risk Assessment Instruments Validated and Implemented in Correctional Settings in the United States**, 2013. Disponível em:

https://pdfs.semanticscholar.org/a1fd/e39c389fa6ba3e7dd4f03c5e3cd1eed977cb.pdf?_ga=2.106600195.1295924656.1597694454-1505795319.1597694454

DIETER, Maurício Stegemann. **Política Criminal Atuarial: a criminologia no fim da história**. Tese (Doutorado em Direito) - Faculdade de Direito, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 309 p., 2012.

EQUIVANT. **Practitioner's Guide to COMPAS Core**, 71 p., 2019.

HACKING, Ian. **The taming of chance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

HARCOURT, Bernard E. **The Shaping of Chance**: Actuarial Models and Criminal Profiling at the Turn of the Twenty-First Century. *The University of Chicago Law Review*, v. 70, n. 1, p. 105-28, 2003. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/10.2307/1600548?origin=crossref>>. DOI:10.2307/1600548.

WALKLATE, Sandra; MYTHEN, Gabe. Beyond risk theory: experiential knowledge and 'knowing otherwise'. **Criminology & Criminal Justice**. v. 11, n. 2, p. 99-103, 2011. DOI: 10.1177/1748895811398456.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.

O MERCADO DA ARBITRAGEM DE FUTEBOL: APONTAMENTOS ETNOGRÁFICOS EM UMA COMPETIÇÃO DE VÁRZEA

THE FOOTBALL ARBITRATION MARKET: ETHNOGRAPHIC NOTES IN A
LOWLAND COMPETITION

EL MERCADO DEL ARBITRAJE DE FÚTBOL: NOTAS ETNOGRÁFICAS EN UNA
COMPETENCIA DE PISO

João Cauê Benedeti Morales¹

Resumo

A presente comunicação se embasa em relatos preliminares da experiência de campo, que compõe o desenvolvimento da minha dissertação de mestrado. O objeto da pesquisa versa a respeito das rotinas laborais de árbitros de futebol negros. O objetivo deste texto, então, é esboçar um panorama do mercado da arbitragem de futebol em competições de várzea na cidade de Porto Alegre. Para tanto, o trabalho de campo de cunho qualitativo envolveu minha atuação enquanto mesário da liga municipal de futebol nas categorias *master* (idade mínima 48 anos) e veterano (idade mínima 40 anos), ambas realizada pela prefeitura de Porto Alegre (RS). A reflexão empreendida está ancorada nos estudos sociais da economia, para estudar a noção de mercados. Considerações preliminares permitem apontar que processos recentes, como contratação de ligas e abertura de editais, contribuem para uma reconfiguração da arbitragem de várzea.

Palavras-chave: Mercado; Arbitragem de Futebol; Futebol de Várzea; Esporte.

Abstract

This communication is based on preliminary reports of the field experience, which make up the development of my master's dissertation. The object of the research concerns the work routines of black soccer referees. The purpose of this text, then, is to sketch an overview of the soccer refereeing market in lowland competitions in the city of Porto Alegre. To this end, the qualitative fieldwork involved my work as a secretary of the

¹ Mestrando do PPG em Antropologia Social – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: joaomorales_27@hotmail.com. ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-9269-4801>

municipal football league in the categories master (minimum age 48 years) and veteran (minimum age 40 years), both carried out by the city of Porto Alegre (RS). The reflection undertaken is anchored in social studies of economics, to study the notion of markets. Preliminary considerations allow us to point out that recent processes, such as contracting leagues and opening public notices, contribute to a reconfiguration of floodplain arbitration.

Keywords: Market; Football Arbitration; Lowland Football; Sport.

Resumen

Esta comunicación se basa en informes preliminares de la experiencia de campo, que conforman el desarrollo de mi tesis de maestría. El objeto de la investigación se refiere a las rutinas de trabajo de los árbitros de fútbol negros. El propósito de este texto, entonces, es esbozar un panorama del mercado arbitral del fútbol en las competiciones de la llanura en la ciudad de Porto Alegre. Para ello, el trabajo de campo cualitativo involucró mi labor como secretaria de la liga municipal de fútbol en las categorías maestro (edad mínima 48 años) y veterano (edad mínima 40 años), ambas realizadas por la ciudad de Porto Alegre (RS). La reflexión realizada se ancla en los estudios sociales de la economía, para estudiar la noción de mercado. Consideraciones preliminares permiten señalar que procesos recientes, como la contratación de ligas y la apertura de avisos públicos, contribuyen a una reconfiguración del arbitraje de llanura aluvial.

Palabras clave: Mercado; Arbitraje de fútbol; Fútbol de las tierras bajas; Deporte.

INTRODUÇÃO

Compreender o tamanho e a operação de mercados relacionados às práticas esportivas é uma tarefa que se apresenta para pesquisadores(as) com interesse no cruzamento entre as temáticas da economia e dos esportes. Não é incomum, se tomarmos como exemplo o noticiário esportivo sobre o futebol, que espectadores sejam informados a respeito dos valores da transferência de um jogador, ou sobre o impacto, em termos econômicos, que algum evento esportivo gera para determinada região (pode-se lembrar aqui da Copa do Mundo disputada no Brasil). Até mesmo o interesse de marcas em se associar com determinadas agremiações ou franquias faz parte da pauta.

De um modo geral, essas informações são mais comumente levantadas por se tratar de grandes quantias estimadas, ou então, de efetivos logísticos de grande abrangência. Menos comum em termos de divulgação jornalística, é pensar nesse

registro ao se considerar aquela competição realizada a nível mais circunscrito, onde as equipes não visam apenas o alto desempenho em competição e não contam (sempre) com atletas profissionais. O evento nesse caso não é televisionado – raramente recebe alguma cobertura desse tipo, na comparação com o âmbito profissional. O patrocínio que estampa os uniformes (quando existe) é o de um(a) comerciante que atua na região do time que apoia (pequeno negócio) e não de uma marca global. Estou me referindo às competições amadoras de futebol, que coloquialmente são denominadas como *futebol de várzea*.

A elaboração de campeonatos amadores também tem engendrado, em escala diminuta, um modelo de organização econômica que pode ser descrito e cujo panorama pode contribuir para a compreensão das práticas econômicas em nosso dia a dia. Acerca do futebol de várzea, tratam-se de eventos organizados por entidades cuja abrangência geralmente é local. Neles, as partidas são disputadas na maioria das vezes nos finais de semana e fazem parte da rotina de muitas pessoas (em especial de homens).

Os jogadores, representam os clubes de suas comunidades, ocupam os campos localizados em praças públicas ou então privadas para competir uns com os outros em distintas categorias de idade. Ao final de uma temporada, um clube consagra-se campeão de uma localidade específica (sendo a mais abrangente, a municipal). O principal nesses casos não é especificamente o título, mas a congregação entre as pessoas que aproveitam daquele momento para se divertirem e desfrutarem de uma atividade de lazer em meio às exigências do cotidiano.

Entretanto, dentre estes atores, existe um grupo que participa dessas competições com o foco prioritário na prestação de um serviço e sua consequente remuneração. Refiro-me aos árbitros de futebol e a especialidade que deles se espera: apitar uma partida. O costume atual nos campeonatos de várzea é que eles sejam contratados para a arbitragem dos jogos, não cabendo a sua atuação se dar por uma escolha fortuita, seja de algum organizador, seja de alguém dos times envolvidos na disputa – ou então por algum voluntarismo de alguém que esteja acompanhando o jogo naquele momento (cito esses exemplos, pois já foram padrões comuns de escolha de árbitros neste contexto). Este fato abre possibilidades para uma reflexão que vá ao encontro dos interesses acima descritos, quais sejam, o entrelaçamento entre esporte e economia.

Assim, o objetivo deste trabalho é esboçar um panorama do mercado da arbitragem de futebol em competições de várzea na cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Para isso me valho da experiência de pesquisa, na qual trabalhei como mesário do Campeonato Municipal de Futebol de Várzea, realizado ao longo do segundo semestre de 2019. Esta atuação fez parte do meu trabalho de campo com vistas à redação de dissertação de mestrado² que desenvolvo junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Para dar conta do objetivo proposto, pretendo em um primeiro segmento contextualizar os motivos que me fizeram chegar a esse objeto de pesquisa. Em segundo lugar procurarei trazer a noção de mercado na qual me baseio, bem como reflexões acerca da capciosidade do interesse econômico entre e sobre árbitros. Por fim, apresentarei excertos de um depoimento de um dono de liga de árbitros, como se diz no jargão da várzea, ou seja, dono de uma empresa que presta serviço de arbitragem; portanto, interlocutor-chave neste mercado. Acredito que seu relato possa dar conta de um processo de mercadorização (ÇALISKAN;CALLON, 2010), tal qual aconteceu na capital gaúcha nos últimos anos.

CONTEXTO

Ainda que os estudos sobre as possibilidades de apreensão dos mercados estejam mais ancorados em uma dimensão, por assim dizer, positiva – o tamanho de determinada atividade, como ela opera, quem a produz, como é fornecida, quem a consome, entre outros – a minha inquietação com relação a esta ideia sempre esteve mais relacionada com aquilo que eu entendo ser o reconhecimento dos vieses que determinada noção pode circunscrever. Ou seja, quem são as pessoas que estão incluídas nesses processos e quem fica fora deles (e o porquê). Creio que, a partir desta inquietação, a trajetória de pesquisa que sustenta as presentes reflexões se torne mais inteligível. Em termos de interesse de pesquisa, ela se iniciou como sendo um questionamento acerca das relações raciais presentes no futebol nacional. A esse respeito, Delaney (2015) assevera que pesquisas em sociologia têm feito importantes contribuições para o entendimento das formas pelas quais mercados não têm sido livres e abertos para todas as pessoas:

² O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Barreiras raciais e de gênero mantiveram atletas alijados de participar de forma justa e equânime nos mercados de trabalho atléticos. O esporte profissional passou por longas batalhas para integrar jogadores de raças minoritárias. A persistência do racismo ainda pode ser encontrada nas pesquisas de sociólogos sobre aquilo que eles chamam de empilhamento racial. Uma série de pesquisas mostrou que em muitos contextos esportivos, membros de certos grupos raciais dominam uma posição específica no campo, enquanto estão sub-representadas em outras posições. Existem acalorados debates sobre se isso é resultado de discriminação deliberada, ou inconsciente dos treinadores, ou resultado de modelagens de papéis [role modeling] e outros fatores de socialização, ou talvez de diferenças de acesso a treinamento especializado. (DELANEY, 2015, p. 136 [tradução minha]).

A partir da proposição desse debate que o interesse se voltou para a questão da arbitragem de futebol. Em especial, o trabalho de árbitros negros. Tal iniciativa se justifica pela pouca quantidade de trabalhos que estudam o trabalho de árbitros e também por se identificar uma crescente repercussão de casos de racismo no âmbito do futebol. Particularmente o que envolveu o ex-árbitro Márcio Chagas. Na ocasião, ele ainda atuava na liga profissional e apitava um jogo válido pelo campeonato estadual da primeira divisão (Gauchão), quando foi hostilizado pela torcida durante a partida, com termos eminentemente racistas. Após o jogo, Chagas teve seu carro vandalizado com cascas de banana. O episódio marcou o fim de sua carreira.

Se o futebol no Brasil é historicamente notabilizado pela participação de pessoas negras enquanto jogadoras, aquela situação chamava a atenção para as dificuldades de inclusão deste mesmo grupo em outras funções da organização do jogo, sobretudo da sua coordenação. É importante explorar este fato do ponto de vista da investigação acadêmica. Procurei, ao longo do período em que cursei as disciplinas oferecidas no curso do mestrado, delinear um objeto de pesquisa que pudesse contemplar essas problematizações e questionamentos. A partir daí, passei a estabelecer interlocuções que pudessem ir ao encontro desta proposta de trabalho. Nesse contexto que conheci e passei a frequentar as reuniões do Observatório da Discriminação Racial no Futebol. Desde sua criação, esta organização procurou através da elaboração de relatórios sistematizar os casos de discriminação que aconteceram em partidas de futebol. Da primeira edição até o presente momento foram redigidos cinco documentos (referente aos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018). Ainda de acordo com o que consta nas publicações, a metodologia adotada para o levantamento destes dados consiste no

monitoramento dos supostos casos de discriminação racial³ (2016) que foram veiculados através da imprensa:

Infelizmente a discriminação racial é vista como infração relativamente menor no mundo desportivo e, muitas vezes, é tratada sem a devida atenção ou completamente ignorada. Sendo assim, o nível de compreensão do problema é baixo, o que resulta na repetição de incidentes, na não punição dos envolvidos, afinal, acredita-se que são casos isolados e não um problema sistêmico. (CARVALHO; SILVEIRA, 2019, p. 4).

Foi neste grupo que pude conhecer de forma mais sistematizada a respeito dos casos de racismo no futebol. Desde então tenho sido um colaborador do Observatório e pretendo seguir nesta condição. A soma desses esforços convergiu para que eu pudesse experimentar as possibilidades de melhor compreender os casos de hostilidades que envolvem diretamente a arbitragem. Neste sentido, a partir da leitura dos relatórios divulgados, pude aferir sete episódios com estas características, acontecidos entre os anos de 2014 e 2018. São os seguintes:

05/03/2014 Na partida válida pela primeira divisão do campeonato gaúcho, entre Esportivo de Bento Gonçalves e Veranópolis, o então árbitro Márcio Chagas da Silva foi hostilizado com o xingamento “macaco” pela torcida do Esportivo. Após o término da partida, ao se dirigir para estacionamento, encontrou seu carro vandalizado e com bananas dispostas ao redor dele. O caso foi encaminhado para justiça desportiva e o clube de Bento Gonçalves foi punido com perda de pontos naquela competição. (CARVALHO; SILVEIRA, 2015, p. 7).

17/02/2016 Na partida válida pela terceira divisão do campeonato paulista (A3) entre São Carlos e Itapiruense, o quarto árbitro da partida, Rafael de Araújo Pereira foi xingado de “macaco de merda” por integrantes de uma torcida organizado do São Carlos, ao se dirigir para o vestiário da arbitragem, quando do intervalo. Rafael relatou o episódio em súmula e solicitou que policiais que estavam no estádio identificassem os agressores. Apenas um torcedor foi identificado, detido e enviado para a delegacia para prestar depoimento. Após o depoimento este torcedor pagou fiança de 880 reais e foi liberado. (CARVALHO; SILVEIRA, 2017, p. 13).

³ Cabe ressaltar que nos relatórios anuais é lançada mão da categoria “suposto caso de racismo”, pois as repercussões que mais interessam a equipe do Observatório dizem respeito aos julgamentos nas esferas esportivas (Tribunal de Justiça Desportiva no âmbito estadual e Superior Tribunal de Justiça Desportiva, no âmbito federal) e nelas não há a distinção entre racismo e injúria, como na esfera penal. No meu caso, eu não vou observar estes rigores, pois o que mais me interessa são as experiências tais quais elas foram reportadas, seja pelos jornalistas, pelo que consta nas súmulas ou depoimentos das vítimas. Portanto, quando for lido a partir daqui caso de racismo ou episódio de racismo, se está apenas usando uma forma abrangente de relatar a experiência, sem relação com ordenamentos jurídicos.

23/07/2016 Na partida válida pelo campeonato cearense sub-15 entre Ceará e Juazeiro, uma torcedora chamou o árbitro da partida Jonilson Scarella de macaco inúmeras vezes durante o primeiro tempo do jogo e chegou a gritar que ele deveria “comer banana para aprender a apitar”. O árbitro determinou que a torcedora fosse retirada do estádio para reiniciar o segundo tempo. Como a torcedora se negou, o caso foi encaminhado para a delegacia, onde Jonilson registrou um boletim de ocorrência (B.O). (CARVALHO; SILVEIRA, 2017, p. 17).

11/12/2016 Na partida válida pela Copa Amizade Regional de Futsal1 [competição amadora] entre Acari Vidros e Arranca Toco, o árbitro da partida, José Luiz Vicente foi agredido fisicamente pela torcida. Alegou que as motivações da agressão eram de cunho racial. Fora chamado de “negro sujo/negro ladrão/ negro prepotente” antes das agressões começarem. José Vicente registrou Boletim de Ocorrência em duas delegacias diferentes. Conseguiu identificar 7 dos seus agressores. Dentre eles, dois que o haviam xingado. (CARVALHO; SILVEIRA, 2017, p. 23).

27/01/2018 Jogo válido pelo campeonato Amazonense entre Nacional Fast Clube e Penarol Atlético Clube, o assistente Uesclei Regison Pereira dos Santos afirmou que foi chamado de “macaco”, entre outras ofensas racistas por torcedores do Fast. O caso foi relatado na súmula da partida acusando parte da torcida do Fast de proferir uma série de insultos após marcação de um impedimento no final da partida. Entre as injúrias, palavras como ‘macaco’ e ‘senzala’ foram ouvidas pela vítima, Uesclei Regison Pereira dos Santos, e, em seguida, pelo árbitro, Weden Cardoso Gomes. O presidente da Asaf (Arbitros Profissionais do Estado do Amazonas) articulou um ato de apoio ao bandeira em jogo futuro. Um diretor do Fast lamentou o fato ocorrido com o bandeirinha, mas questionou a afirmação do assistente de que o autor da ofensa tenha sido realmente um torcedor do Fast, baseado-se no próprio relato da súmula, alegando que ninguém identificou realmente quem proferiu os insultos já que todos estavam virados para o campo. Inicialmente, por dois votos a um, o TJD-AM condenou o Fast à perda de três pontos, pagamento de multa de mil reais e perda de dois mandos de campo. O clube recorreu da decisão e em novo julgamento o Pleno alterou a decisão inicial. O clube foi declarado culpado, por cinco votos a quatro, mas acabou isento da perda de pontos e mando de campo. Por outro lado, a multa foi acrescida de R\$ 1 mil para R\$ 3 mil. Seis julgadores votaram na sessão. (CARVALHO; SILVEIRA, 2019, p. 26).

24/03/2018 Na partida válida pelo Campeonato Rural de Canaã dos Carajás, entre VS-47 e VP-20, o árbitro da partida Eduardo Viana da Silva, sofreu injúria racial, além de ameaça de morte, durante partida do Campeonato Rural (Amador), sendo chamado de ‘macaco’, ‘nego-urubu’ e ‘nego safado’ por torcedor da VS. Eduardo Viana da Silva, suspendeu a partida temporariamente e só voltou a apitar quando a situação foi resolvida. A Liga Esportiva de Canaã dos Carajás se manifestou através de nota de repúdio e também pediu para as autoridades exigirem do agressor uma retratação pública e a punição prevista na lei. Eduardo informou após a partida que faria um Boletim de Ocorrência (B.O.). Não foram encontrados registros de que o caso foi levado adiante tanto na justiça desportiva, tão pouco na justiça comum. (CARVALHO; SILVEIRA, 2019, p. 26).

14/10/2018 Na partida válida pelo campeonato municipal de futebol amador do Mato Grosso, entre MEC e União, da partida, Everaldo, disse que o atleta Elaerte do União lhe chamou de “Preto Safado” e “Vagabundo”. O atleta envolvido na suposta injúria racial foi expulso da partida. Não foram encontrados registros de manifestações pós partida, do envolvidos no caso (atleta, juiz ou clubes), tão pouco alguma manifestação da organização do campeonato. Não há informação se ocorreu registro de B.O. por parte do juiz agredido. (CARVALHO; SILVEIRA, 2019, p. 28).

Pode-se averiguar, a partir do resumo dos casos catalogados, que existe um panorama que envolve agressões de cunho racial a árbitros espalhados em diversas searas do futebol (do amador às primeiras divisões do profissional). Foi a partir desse aprendizado e convívio com assunto que procurei ancorar minhas intervenções. A respeito da minha inserção em campo, considerei em princípio acompanhar a arbitragem de jogos profissionais aqui na capital gaúcha. Tais tentativas se deram de forma mais substancial entre o final do ano de 2018 e o primeiro semestre de 2019. Entretanto, não obtive um trânsito aprofundado naquela oportunidade.

Durante aquele período, tive também a chance de conversar com o ex-árbitro Márcio Chagas, após uma palestra proferida por ele. Na ocasião, pude compartilhar as minhas pretensões de pesquisa. Ao longo da conversa, cujo tópico principal era sobre a existência da percepção de uma pouca quantidade de árbitros negros atuando em jogos profissionais, ele mencionou que tal fato era mais impressionante dada a quantidade de árbitros negros que atuam em competições amadoras. Esse comentário, aliado com as dificuldades de me inserir na arbitragem dos jogos profissionais, fez com que a minha atenção se voltasse para a arbitragem de jogos amadores. Em vez de especular sobre uma ausência em uma determinada área de atuação, passei a me debruçar a tentar compreender sobre os motivos de uma (possível) presença evidenciada em outro espaço dessa mesma atividade. O que ia ao encontro das reflexões acerca dessa ideia de demarcação de espaços baseada em raça em mercados esportivos – que Delaney (2015) denomina “empilhamento racial”. Nesta tentativa de inserção fui mais feliz. Obtive a oportunidade de trabalhar como mesário de uma liga promovida pela prefeitura de Porto Alegre.

ACESSO À LIGA E SUA OPERAÇÃO

No contexto do futebol, o modelo de organização que costuma vigorar para a implementação de torneios é o das chamadas ligas. Trata-se de conjunto de clubes que

se associam com vistas a disputarem uma competição. De acordo com Delaney (2015), as ligas podem ser compreendidas do ponto de vista de sua sustentabilidade, o que apresenta diferentes conjuntos de desafios. Um dos mais proeminentes é assegurar a equidade entre seus membros, tanto em termos de balanço competitivo, quanto em termos de transparência dos seus procedimentos enquanto entidade organizadora da competição.

Como havia mencionado anteriormente, no meu trabalho de campo tive a oportunidade de conhecer e trabalhar junto à Liga Municipal de Futebol de Várzea de Porto Alegre. A ocasião favorável de acesso nessa circunstância deu-se a partir da descoberta de um elo familiar distante. Em uma reunião familiar, fui informado que o primo da minha mãe trabalhava com arbitragem. Instigado, tanto pela possibilidade de interlocução, quanto pela falta de um maior detalhamento por parte de quem me mencionou a respeito desse “trabalho com arbitragem”, decidi contactá-lo. E foi assim que conheci Primo⁴.

No nosso primeiro encontro, ele me explicou que tinha uma empresa que fornecia a prestação de serviços de arbitragem. Ainda sem compreender direito, fui fazendo perguntas para me situar. Trata-se de uma pequena empresa que concorre em chamadas públicas e editais de licitação (leilão) para o fornecimento deste serviço. Tais editais se dão sob a forma de um leilão. Quem puder oferecer o menor preço para fazer o serviço ganha o contrato, que costumeiramente possui um projeto básico, estipulando qual competição se trata, quais categorias, o número de jogos, os locais em que se darão os jogos, entre outras informações. A partir do momento em que o contrato é assinado, Primo atua como um mediador, selecionando árbitros conhecidos por ele para atuarem em determinados jogos por um preço previamente estipulado por ele. Não existem vinculações trabalhistas entre Primo e os árbitros. Essa designação se dá, de acordo com ele, por acertos informais (uma ligação geralmente). Foi neste primeiro encontro que expliquei para ele sobre a pesquisa que pretendia desenvolver e como resposta ele me convidou para trabalhar de mesário em uma liga de futebol que recém tinha obtido o direito de prestar serviços.

Com relação à operação da última edição da Liga Municipal, é possível dizer que ela foi jogada todos os fins de semana, entre os meses de agosto e de dezembro do ano de 2019. As disputas neste âmbito se deram em duas categorias distintas (ambas

⁴ Todos os nomes aqui citados são fictícios.

no futebol masculino): veterano, para jogadores com idade mínima de 40 anos e *master* para jogadores com idade mínima 48 anos. A fórmula de disputa do campeonato foi pensada de forma a indicar a desclassificação dos piores colocados em duas fases jogadas a partir da formação de grupos; na sequência foram realizadas disputas em chaves eliminatórias. Por exemplo, na categoria *master*, os jogos foram disputados por 16 equipes que foram dispostas em quatro grupos com quatro equipes cada. Posteriormente as três equipes melhores classificadas jogaram uma segunda fase com três equipes em cada novo grupo. Nesta etapa duas equipes de cada chave avançaram para as fases eliminatórias, jogando quartas de final, semifinais e final. A competição na categoria veterano respeitou esta mesma lógica de competição.

No que diz respeito à atividade que exerci (mesário), é possível dizer que ela faz parte da equipe de arbitragem em torneios de várzea. Trata-se da função que é empreendida por aquelas pessoas que têm a responsabilidade de registrar as ocorrências de uma determinada partida em súmula (que é o nome dado no meio para a ata do jogo). Tudo que era registrado – como por exemplo, o número dos jogadores que recebiam cartões – era enviado para comissão disciplinar do torneio. Esta era composta por servidores da prefeitura. Cabia a eles apreciar o que havia sido registrado de incidentes na súmula para, posteriormente, designar uma punição, se assim fosse o caso.

A descrição de eventos em um jogo de futebol tem regras que vigoram antes mesmo de a partida começar. Enquanto trabalhei, os servidores da prefeitura que atuaram mais diretamente na organização do campeonato sempre ressaltaram que eu deveria prestar atenção na validade dos documentos que me eram apresentados pelos jogadores; se a foto neles condizia com o rosto das pessoas (o famoso "cara-crachá"), se a idade conferia com a categoria de disputa e assim por diante. Deste modo, antes do início dos jogos eu precisava me certificar de que quem se apresentasse para jogar estivesse efetivamente inscrito em um clube, bem como estivesse na idade correta para a categoria do torneio. Tudo isso para fazer observar os ditames do regulamento geral da competição, que era acordada entre os clubes e a organização do torneio.

Assim, apesar de não entrar em campo, a atuação do mesário opera como uma espécie de sustentação infraestrutural, tanto pelo seu registro de ocorrências, quanto pela sua posterior apreciação pelas comissões do torneio (seja no aspecto disciplinar ou no de montagem de tabelas). Essa proximidade de trabalho com árbitros (nos considerávamos colegas e assim nos tratávamos) e compartilhamento do seu cotidiano

me garantiu poder experimentar a forma como conduzem as suas atividades e também como são tratados.

A ARBITRAGEM NO FUTEBOL: DESCONFIANÇA DE QUEM AMA

Seja em uma partida, seja em um torneio de futebol, a presunção de impessoalidade das relações interpessoais busca operar de forma a coincidir com a lisura de um evento esportivo. Dentro deste contexto, a noção de pertencimento clubístico (DAMO, 1998) atua de maneira muito evidenciada, mesmo em competições amadoras (com os clubes representando as regiões nas quais os jogadores moram). Para a arbitragem esse registro acaba se tornando capcioso, já que cabe a um árbitro de futebol atuar sem expressar favorecimentos para além do que a regra do jogo apregoa. Entretanto, essa é uma figura isolada em meio a tantas pessoas que vivem o próprio pertencimento de forma passional. Assim, não é incomum que se procure desvelar algum viés da arbitragem no futebol. As cores clubísticas de um árbitro podem ser motivo de questionamentos, jocosidade ou indignação (principalmente quando os clubes especulados estão em ação). O tensionamento maior, no entanto, parece recair sobre o interesse financeiro dos árbitros: é a máxima do “juiz ladrão”, aquele que pode ser comprado e levado a auxiliar apenas um lado da disputa.

Ao longo da minha convivência com árbitros não ouvi por parte deles nenhum relato de envolvimento deles com suborno. Pelo contrário: para aqueles que perguntei, me responderam que consideravam isso um folclore, algo do passado. No máximo, uma “gracinha” que algum jogador fala para tentar desestabilizar. Algo que nunca haviam visto ou “só na várzea da várzea”, como me disse certa vez um colega. A impressão que tive é que à medida que uma conversa sobre suborno se estendia ia ao encontro daquele ditado sobre a existência de bruxas: não acredito, porém, existem...

De todo o modo os interlocutores parecem entender que corrobora com esse pensamento o fato de, na várzea ao menos, ainda que existam atletas que atuem por dinheiro, são os árbitros os únicos que recebem para estar em campo sem defender ninguém. E apenas para isso. Tal fato, insisto, suscita uma sensação de estranhamento para quem participa das competições “no amor”. A ponto de, nas vezes em que algum jogador ou torcedor me viu com o pagamento dos árbitros⁵, nos momentos em que fui efetuá-lo, foram feitos menções e apelos, sempre nos colocando sobre suspeição.

⁵ Realizar o pagamento dos árbitros era uma de minhas tarefas enquanto mesário.

Arrisco argumentar que a figura da arbitragem pode ser circunscrita naquilo que a socióloga Viviana Zelizer (2005) denotou como (e criticou) a incompatibilidade entre as relações de solidariedade e de interesse:

Preocupações com a incompatibilidade, incomensurabilidade ou contradição entre relações íntimas e impessoais seguem uma tradição de longa data. Desde o século XIX, os analistas sociais assumiram repetidamente que o mundo social se organiza em torno de princípios concorrentes e incompatíveis: *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*, atribuição e conquista, sentimento e racionalidade, solidariedade e interesse próprio. A mistura deles, diz a teoria, contamina ambos; invasão do mundo sentimental pela racionalidade instrumental desidrata esse mundo, enquanto a introdução de sentimentos em transações racionais produz ineficiência, favoritismo e outras formas de corrupção. (ZELIZER, 2005, p. 311 [tradução minha]).

Ao apresentar esse arrazoado acerca da compreensão das relações de solidariedade e auto interesse dentro do sistema capitalista, a autora chama a atenção para um aspecto deletério dessa compreensão dos dois domínios enquanto esferas separadas: criou-se uma justificativa para que os esforços calcados em bases de solidariedade ou intimidade (ao menos os aqui compreendidos dessa forma) fossem desprestigiados em termos de recompensas econômicas.

Não deixa de ser curioso, no entanto, a forma como essa inter-relação se dá, ao se considerar a atuação de árbitros no cenário do futebol. Como eles supostamente não atuam ancorados em um pertencimento evidente, são quase que automaticamente interpretados no polo oposto (o do interesse), para a partir deste registro poderem ser interpelados pelo seu entorno. Parece muito mais compreensível dentro da inteligibilidade futebolística um árbitro potencialmente corruptível do que um árbitro imparcial. Ao menos na várzea. Mas receio que isso não se restrinja a um gesto de compreensão apenas. Um árbitro que se possa criticar é um árbitro ao alcance de quem disputa. Tentar influenciá-lo é uma forma de tentar fazer com que a partida possa pender em favor de quem reclama. Ser beneficiado não apenas a partir das ações feitas no jogo, mas também feitas *sobre o jogo* é um costume presente em muitos confrontos. Ou seja, se tenta ganhar o jogo não apenas tentando fazer gols, mas condicionando quem cuida do seu andamento. Mas se o lugar do interesse é imposto pela necessidade do confronto, qual lugar se pode postular ao analisar a arbitragem por si só? Ao se negar a premissa das esferas separadas, o que a retirada da arbitragem do ponto de vista do interesse pode acrescentar, tanto a respeito do desenvolvimento da própria

atividade, quanto na relação dela com o jogo de futebol? É o que as reflexões embasadas na noção de mercado podem ajudar a desvelar.

MERCADO

Dentre as diversas contribuições teóricas que se debruçam sobre como os mercados são formados, o que considere melhor auxiliar as minhas pretensões foi o proposto por Çaliskan e Callon (2010) acerca das características que circunscrevem as atividades econômicas:

A literatura acadêmica, assim como as pesquisas sobre o significado popular dos mercados enxergam estas instituições como aquelas que favorecem a criação e a produção de valores pela organização da competição entre agentes autônomos e independentes. Essa coerência conceitual nos leva a definir mercados enquanto arranjos sociotécnicos ou emaranhamentos (*agencements*) os quais possuem três características: 1) Mercados organizam a concepção, produção e circulação de bens, tal qual a transferência voluntária de alguns tipos de direitos de propriedade atrelados a eles. Estas transferências envolvem uma compensação monetária que sela o atrelamento do bem ao seu novo dono. 2) Um mercado é um arranjo de constituintes heterogêneos que implanta o seguinte: regras e convenções; dispositivos técnicos; sistemas metrológicos; infraestruturas logísticas; textos, discursos e narrativas (ex: os prós e contras da competição); conhecimento técnico e científico (incluindo métodos de ciências sociais), bem como as competências e habilidades incorporadas nos seres vivos. 3) Os mercados delimitam e constroem um espaço de confrontação e disputas por poder. Múltiplas definições contraditórias e avaliação de bens, bem como os agentes que se opunham uns aos outros nos mercados até que os termos de transação sejam pacificamente determinados por mecanismos de precificação. Definimos o estudo da mercadorização como o esforço cujo objetivo é descrever, analisar e tornar inteligível a forma, a instituição e a dinâmica de um arranjo sociotécnico de mercado como delineado acima. (ÇALISKAN; CALLON, 2010, p. 2-3, [tradução minha]).

Acredito que a ênfase nas disputas e confrontos tenha sido o aspecto que me chamou a atenção para me coadunar a essa perspectiva. A compreensão que as disputas vão montando e desmontando elementos de um panorama, tal qual um jogo de montagem de peças. Uma concepção bem diferente daquela que apregoa “o mercado” enquanto uma entidade abstrata. Nesse sentido, da montagem a partir dos conflitos cotidianos pode auferir conhecimentos a respeito do desenvolvimento da arbitragem enquanto uma atividade econômica. Para descrever tal dinâmica, discutirei a mercadorização da arbitragem na várzea.

Uma configuração que auxilia nesta percepção, principalmente em se tratando de jogos organizados a partir da prefeitura, é a conformação da arbitragem enquanto um serviço. Sua aplicação negociada entre uma organização de uma competição e uma entidade responsável pelo serviço da arbitragem.

Esses pagamentos podem ter várias formas de celebração: o acerto direto entre um organizador da competição e um árbitro designado para apitar um jogo específico ou um conjunto de jogos; o pagamento por parte dos times diretamente ao árbitro da partida; ou então, a atuação de um mediador junto aos organizadores ou times, cabendo a esta pessoa designar árbitros. Essas formas dão margem, em maior ou menor medida, para tentativas de condicionamento. Da minha parte, atuei e presenciei negócios apenas na última conformação. E me pareceu que por parte dos donos das ligas ela é considerada profícua, pois os desonera de uma suspeita prévia (ainda mais quando eles são presidentes de clubes) de negociar pessoalmente com algum árbitro. Do ponto de vista dos árbitros também é produtora, pois essa relação pacificada por um mediador os previne de, na hora e no calor do jogo, terem a sua credibilidade questionada por estarem recebendo de alguém ligado a alguém que está dentro de campo (seja de um dos times, seja dos dois), por terem sido ativos na negociação.

De acordo com o que me relatou Primo em uma conversa que tivemos, essas mudanças de formas de pagamento não se dão fortuitamente. Contou que no seu caso, ainda enquanto atuava como árbitro, se desentendeu com um dono de liga para quem apitava jogos. O motivo foi ter dado preferência a atuar em determinadas praças que não eram administradas por esse dono. Como consequência, teve a sua ação boicotada nos certames de responsabilidade dessa pessoa. Foi a partir deste episódio que resolveu se engajar na elaboração de uma entidade de árbitros independente e passou assim a atuar como esse mediador:

Tinha no Grêmio um ponta direita, Otávio Augusto*. Uma vez esse cara me disse assim: *Ô, Primo, tu jogava futebol, sabia reclamar*. Por que tu não te apresenta [para apitar] numa liga lá no Centro? Os caras têm um monte de jogo. Eu pensei: "vou me apresentar". Aí fui e me apresentei para o dono da Liga que se chamava Inca*. Inclusive esse jogador do Grêmio trabalhava para ele. Aí expliquei para o senhor Inca* que o Otávio* havia me indicado e ele me aceitou. No início me colocou na bandeira. Nunca esqueço que o primeiro jogo meu foi lá em Cachoeirinha, com um senhor que o nome dele era seu Águia*. Era um cara que devia ter uns 70 anos. Pensei comigo: "vou ter que ir, né. Estou começando...". Aí fui... era um jogo quase lá em Taquara. Voltamos e tinha um outro jogo pela tarde. Tinha um juiz da federação a quem acompanhei para trabalhar nesse jogo. Chegamos lá e faltaram uns árbitros. Aí esse senhor

que acompanhei me perguntou se eu não me animava a apitar o segundo quadro. Eu respondi que me animaria sem problema algum. Aí fui e dei um banho de apito nos caras. Dei tanto um banho de apito que me perguntaram se eu não gostaria de fazer o jogo de fundo. Aí fiz o jogo. Bah! Uma pedreira... mas fiz meu nome, porque apitei bem pra caramba. Aí os caras no outro dia ligaram para o Inca*, perguntando aonde ele havia tirado o árbitro que havia apitado o jogo deles naquele dia. É que eu corria! Novinho ainda, né? Corria em cima do lance e sabia apitar. Imagina, a vida inteira jogando? E reclamando dos árbitros ainda. Aí fui elogiado. Quando me apresentei para a escala da semana seguinte ele me disse que havia recebido boas informações minhas. Nesse momento eu propus para ele que, quando fosse do interesse dele, poderia me colocar sozinho para apitar que eu *assumia a bronca*. Na época era 25 pila o jogo, eu só recebia final do mês, queria mais era apitar. Aí ele me colocou para apitar os jogos da Coopesul em Montenegro. Tinha lá quatro jogos. Também só elogios.

Aí depois de um tempo ele me escalou para apitar no [Parque] Ararigbóia. Fui eu e mais o Moreno* e o Armário*, dois colegas conhecidos dali. Formamos um trio de primeira categoria. Todos sabiam apitar. A gente passava os dias por lá apitando. No sábado e no domingo. Uma oportunidade a gente não foi, pois estávamos escalados para outro jogo e deu muita *chiadeira*. Quem comandava lá era presidente da liga do Ararigbóia. Certo dia, quando terminaram os jogos, ele se virou para mim e disse: "Pô, Primo, por que tu não assume a bronca aqui? Não aguentamos mais. Vieram uns árbitros semana passada que não teve condição. Olha só, se tu aceitar, nós vamos ligar pro Inca* para avisar que não queremos mais arbitragem dele. Tu é conhecido aqui..." e na época eu já tava com um negócio na cabeça para começar uma liga própria. Eu tava fazendo um cursinho de arbitragem em Guaíba para me preparar. Isso em 78. O presidente da Liga de lá contratava um pessoal da Federação para dar curso. Era esse pessoal antigo que dava curso e que eles [as ligas] contratavam. Tudo era federado. Aí então pensei: "Bom de uma hora pra outra vai acontecer isso aí". Aí no outro fim de semana, ele largou o Inca*, a arbitragem dele. Aí ele me liga e diz para mim: "Primo, essa semana tudo é contigo. Assume o negócio aqui". Só que depois disso o Inca* dava escala para todo mundo e nada para mim e nem pro Moreno* e nem pro Armário*. Aí fui conversar e ele me perguntou quem é que estava colocando gente para apitar no Ararigbóia? Aí eu disse para ele "Seu Inca*, quando deu confusão e os caras apanharam o senhor disse que não queria mais o Ararigbóia, inclusive quem quiser pegar pode pegar. Aí eu peguei". Aí ele disse que não daria mais escala para mim. Eu repliquei que a partir daquele dia nasceria uma liga de árbitros independentes. No início éramos quatro - eu Moreno*, Armário* e mais um bandeira. Aí pensei como poderia consolidar jogos para nós. Fui a Feliz [cidade na serra gaúcha]. Lá o pessoal me conhecia. Eu falei com o presidente da liga de lá e nós assumimos a arbitragem lá. Aí o presidente da liga de feliz já ligou para o presidente da Liga de Nova Petrópolis, que era do Inca*. Ele aceitou que nós assumíssemos. Aí eu tinha o Ararigbóia, peguei Feliz e Nova Petrópolis. Aí começou a liga. Eu cheguei a ter 22 cidades. Morava na rodoviária, quase. Cheguei a trabalhar com 120 pessoas. Nessa época tinha eu, com a liga independente e o Inca*. Só que o Inca* ia para o interior e não tinha tanta gente para apitar. Aí ele pegava as pessoas de lá mesmo, os *alemão*, os gringos para fazer bandeira. Levava só o árbitro. Com o passar do tempo, os gringos começaram a se avivar e foram fazendo as ligas de árbitros deles. E assim foram. Hoje em dia é até difícil de trabalhar com eles. Só os organizados, aqueles que fazem licitação.

O relato de Primo acima apresentado permite pensar que, se em princípio as combinações entre as competições e a arbitragem eram mais informais, realizadas no ato a partir dos estilos acima elencados, as competições promovidas por prefeituras alteraram esse panorama. A obrigação administrativa de um poder público para com as suas compras impeliu a uma formatação mais empresarial, por assim dizer, da entidade de árbitros que representava. Isto tudo engendrou, no caso, a sua homologação enquanto pequeno empresário, bem como sua inserção em uma estrutura burocrática (obtenção de registros legais) que o viabilizasse a concorrer em chamadas públicas, que são por Primo consideradas o “melhor negócio” nesse ramo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento sobre os árbitros que atuavam juntamente a sua inserção bem-sucedida nesses trâmites auxiliou Primo a escalonar a procura por parte dos árbitros por jogos para atuar e as necessidades dos eventos esportivos públicos. Logo adiante, as ligas privadas mais organizadas também adotaram esses princípios para contratação de serviços de arbitragem: empresas, chamadas públicas, processos seletivos, etc, que contrastam com as práticas de outrora. Creio que tais informações possam dar conta de um processo de mercadorização da arbitragem, que estipula fora das quatro linhas o seu “espaço particular” de atuação no circuito da várzea. Da forma como ocorreu, esse processo engendrou a especialização do serviço (a sua burocratização perante as demandas Estado) e sua autonomia da influência dos antigos donos de ligas. Infere-se, em princípio, que a associação desses componentes heterogêneos é a característica essencial que justifica a escolha desta abordagem.

Outro aspecto que chama atenção acerca do relato prestado por ele foi o fato dele ter mencionado que a medida que o tempo passava, as próprias comunidades passavam a constituir suas próprias ligas de arbitragem, o que talvez possa ser uma hipótese a justificar a grande presença de árbitros negros atuando nas competições amadoras em Porto Alegre. Se esse aspecto pode contribuir para compreender a presença específica de um grupo de pessoas, também pode ser entendido como um dos motivos pelos quais os acessos se restringem. As mudanças em processos de capacitação e especialização, bem como a rede de relações entre árbitros e mediadores com possibilidades de escalá-los em competições que tragam notoriedade

a um árbitro (ainda que em um circuito específico e circunscrito) podem ser chaves de leitura para interpretar as barreiras que se apresentam para o desenvolvimento nessa atividade. A própria acumulação de experiência em diferentes jogos está vinculada a uma possibilidade de deslocamento pessoal (ter carro ou dinheiro para deslocamento de ônibus para outras cidades) que não pode ser tomada como facilmente configurável. Por fim, cabe registrar que o mercado de arbitragem, seja na várzea ou noutras esferas, segue em constante rearticulação, fato que exige que novos olhares se lancem sobre este tema e seus processos.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marcelo Medeiros de; SILVEIRA, Débora. 1º **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro**. Porto Alegre: N/i, 2015. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2014/Relatorio_dos_casos_de_Discriminacao_Racial_no_Brasil_2014.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro** 2015. Porto Alegre: N/i, 2016. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2015/RELATORIO_DISCRIMINCAO_RACIAL_2015.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro** 2016. Porto Alegre: N/i, 2017. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2016/RELATORIO_DISCRIMINCAO_RACIAL_2016.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro** 2017. Porto Alegre: Museu da Ufrgs, 2018. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2017/RELATORIO_DISCRIMINCAO_RACIAL_2017.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. **Relatório Anual da Discriminação Racial no Futebol Brasileiro** 2018. Porto Alegre: Museu da Ufrgs, 2018. Disponível em: <http://observatorioracialfutebol.com.br/Relatorios/2018/RELATORIO_DISCRIMINCAO_RACIAL_2018.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

ÇALIŞKAN, Koray; CALLON, Michel. **Economization, part 2**: a research programme for the study of markets. *Economy and Society*, Londres, v. 1, n. 39, p.1-32, abr. 2010

DAMO, Arlei Sander. **Para o que der e vier**: o pertencimento clubístico no futebol brasileiro a partir do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense e seus torcedores. 1998. 247 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

DELANEY, Kevin J. **Economic and Sociological approaches to Sport**. In: GIULANOTTI, Richard. Routledge Handbook of the Sociology of Sport. Nova York: Rutledge, 2015. p. 133-141.

ZELIZER, Viviana. **Circuits within Capitalism**. In: NEE, Victor; SWEDBERG, Richard (eds). The Economic Sociology of Capitalism. Princeton: Princeton University Press, 2005, p. 311-342.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.

INSTITUIÇÕES E REDES NA INDÚSTRIA DE AEROGERADORES: O CASO DA EMPRESA WEG

INSTITUTIONS AND NETWORKS IN THE AEROGENERATOR INDUSTRY: THE CASE OF THE WEG COMPANY

INSTITUCIONES Y REDES EN LA INDUSTRIA DE AEROGENERADORES: EL CASO DE LA EMPRESA WEG

Leonardo Prates Fabris¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo examinar os incentivos e regras de um tipo específico de política concebida à indústria de energia eólica brasileira, o Plano de Nacionalização Progressiva (PNP) para aerogeradores do BNDES. Discutem-se os resultados para a absorção e transferência de tecnologias no setor com base no estudo de caso da empresa WEG S.A., e suas relações de cooperação com outras empresas e organizações a fim de cumprir as metas instituídas pelo Plano. A metodologia é qualitativa, baseando-se a coleta de dados em três técnicas de investigação: dados secundários, como relatórios públicos de entidades nacionais e estrangeiras, além dos relatórios anuais da própria WEG; entrevistas semiestruturadas com gestores de entidades atuantes no setor de energias renováveis e de empresas do ramo; e observação não participante mediante visitas orientadas a um complexo eólico e à planta industrial da WEG. Os principais resultados obtidos na pesquisa foram: (i) o PNP foi relevante para consolidar uma indústria de aerogeradores no país, embora omissa no tocante à transferência de tecnologias; (ii) a WEG, por sua vez, articula uma estratégia tecnológica diferenciada em relação às demais fabricantes credenciadas, devido a seu histórico de redes enraizadas no âmbito nacional.

Palavras-chaves: Energias renováveis; Instituições; Redes.

¹ Bacharel em Direito pela PUC/RS, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e pesquisador do Rede Inova – Rede de Estudos da Inovação. Cursa doutorado no Department of Food and Resource Economics – University of Copenhagen. Contato: leonardopratesfabris@gmail.com.

Abstract

This article aims to examine the incentives and rules of a specific type of policy designed for the Brazilian wind energy industry, the Progressive Nationalization Plan (PNP) for BNDES wind turbines. The results for the absorption and transfer of technologies in the sector are discussed based on the case study of the company WEG S.A., and its cooperation relations with other companies and organizations in order to meet the goals established by the Plan. The methodology is qualitative, based on data collection on three investigation techniques: secondary data, such as public reports from national and foreign entities, in addition to WEG's own annual reports; semi-structured interviews with managers of entities operating in the renewable energy sector and companies in the industry; and non-participant observation through guided visits to a wind complex and WEG's industrial plant. The main results obtained in the research were: (i) the PNP was relevant to consolidate a wind turbine industry in the country, although it was silent regarding the transfer of technologies; (ii) WEG, in turn, articulates a differentiated technological strategy in relation to the other accredited manufacturers, due to its history of networks rooted in the national scope.

Keywords: Renewable energies; Institutions; Networks.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo examinar los incentivos y las reglas de un tipo específico de política diseñada para la industria eólica brasileña, el Plan de Nacionalización Progresiva (PNP) para los aerogeneradores BNDES. Los resultados para la absorción y transferencia de tecnologías en el sector se discuten a partir del caso de estudio de la empresa WEG S.A., y sus relaciones de cooperación con otras empresas y organizaciones para el cumplimiento de las metas establecidas por el Plan. La metodología es cualitativa, basada en la recolección de datos en tres técnicas de investigación: datos secundarios, como informes públicos de entidades nacionales y extranjeras, además de los informes anuales del propio WEG; entrevistas semi-estructuradas con directivos de entidades que operan en el sector de las energías renovables y empresas del sector; y observación no participante a través de visitas guiadas a un complejo eólico y la planta industrial de WEG. Los principales resultados obtenidos en la investigación fueron: (i) el PNP fue relevante para consolidar una industria de aerogeneradores en el país, aunque guardó silencio sobre la transferencia de tecnologías; (ii) WEG, a su vez, articula una estrategia tecnológica diferenciada en relación al resto de fabricantes acreditados, debido a su trayectoria de redes arraigadas en el ámbito nacional.

Palabras clave: Energías renovables; Instituciones; Redes.

INTRODUÇÃO

Existem hoje debates acalorados sobre os resultados das diferentes estratégias de indução ao desenvolvimento adotadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) nos últimos anos. Defensores argumentam que o escopo do fomento público às denominadas “campeãs nacionais” foi possibilitar que tais empresas se expandissem para o estrangeiro, a fim de se tornarem competitivas no comércio internacional. Alguns especialistas defenderam essa política industrial com base na literatura referente à formação de cadeias globais de produção (*global value chains*) (FURTADO, 2004).

Não obstante, houve também diversas críticas a tal projeto, uma vez que foram utilizados bilhões de reais dos cofres públicos brasileiros para beneficiar empresas que facilmente poderiam contratar fundos em instituições financeiras privadas (GUIMARÃES, 2016). Os críticos chamam a atenção para o fato de que o BNDES, durante esse período recente, disponibilizou empréstimos volumosos a setores privilegiados da sociedade brasileira, como grandes empresas já bem estabelecidas no mercado nacional, de indústrias de baixa e média-baixa tecnologia (alimentos, bebidas, têxteis etc.). Ademais, arguiu-se que essa sorte de política industrial já se encontrava um tanto ultrapassada, não havendo mais espaço para que o governo “escolha vencedores” domésticos em uma economia cada vez mais globalizada. Pelo contrário, projetos assim, nos dias atuais, resultariam na sustentação de empresas ineficientes, não representando um ganho efetivo à economia nacional (ALMEIDA, 2009; BANDEIRA-DE-MELLO; LAZZARINI; MARCON; MUSACCHIO, 2011).

Visando superar referido debate, o artigo se foca na participação do BNDES no desenvolvimento de setores caracterizados por maior conteúdo tecnológico, como é o caso das energias alternativas, a fim de analisar o processo de expansão de empresas desse setor diante dos estímulos do Banco. Dessa forma, o artigo examina os incentivos e regras de um tipo específico de política concebida à indústria de energia eólica brasileira, o Plano de Nacionalização Progressiva (PNP) para aerogeradores do BNDES. Discutem-se os resultados para a absorção e transferência de tecnologias no setor, com base no estudo de caso da empresa WEG S.A. e de suas relações de cooperação com outras empresas e organizações de natureza diversa (universidades, governo, associações) a fim de cumprir as metas instituídas pelo Plano.

O PNP, mais precisamente, é um programa de normas de conteúdo local

previstas para a fabricação de aerogeradores, voltado a empresas interessadas em se tornar fornecedoras credenciadas do Banco². A empresa WEG, fundada em 1961, em Jaraguá do Sul (SC), é uma das maiores fabricantes mundiais de equipamentos eletroeletrônicos para uso industrial e geração, transmissão e distribuição de energia. No segmento nacional de aerogeradores, é a única empresa atuante de capital brasileiro, sendo as demais, filiais de multinacionais estrangeiras.

A hipótese discutida é a de que existe uma relação entre o arranjo das instituições de desenvolvimento e a capacidade das empresas de transferir tecnologia entre elas. Quando a concessão de financiamento dos bancos de desenvolvimento obedece a regras de contrapartida e reciprocidade pelas empresas no que tange à transferência de tecnologias, tende a haver maiores chances de ocorrência desse fenômeno. Como hipótese auxiliar, supõe-se que: quanto maiores as interações e colaborações prévias das empresas com diferentes organizações, tanto maiores as suas chances em tecer redes de cooperação e, por conseguinte, de transferir tecnologias a partir dos estímulos de bancos de desenvolvimento, mesmo quando omissos neste particular.

A coleta de dados é baseada em três técnicas de investigação: (i) coleta de dados secundários, como relatórios públicos de entidades nacionais e estrangeiras³, além dos relatórios anuais da própria WEG; (ii) entrevistas semiestruturadas com gestores de entidades atuantes no setor de energias renováveis e de empresas do ramo (fabricantes de bens de capital, distribuidoras e gestoras de energia)⁴; e (iii) observação não participante mediante visitas orientadas a um complexo eólico no Rio Grande do Sul (RS) e à planta industrial da WEG S. A. em Jaraguá do Sul (SC).⁵

O artigo é dividido em quatro partes: na próxima seção, será feita uma breve síntese da literatura acadêmica referente a instituições, redes e tecnologia. Após isso, remete-se ao arranjo institucional vigente no mercado de energia eólica brasileira, com

² Basicamente, o montante aportado em empréstimo efetuado pelo BNDES a um investidor do ramo só pode ser utilizado para a aquisição de turbinas eólicas credenciadas em seu sistema, que leva em conta o nível de nacionalização existente na produção de tais bens.

³ Precisamente: BNDES, Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e International Renewable Energy Agency (IRENA).

⁴ Realizou-se um total de sete entrevistas entre julho a outubro de 2019. As organizações estão domiciliadas em: Porto Alegre (RS), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Florianópolis (SC) e Jaraguá do Sul (SC). A seleção de entrevistados se baseou em vínculos constatados entre eles e a WEG a partir de informações dos dados secundários ou coletadas em campo.

⁵ Realizadas em agosto e outubro de 2019, respectivamente.

ênfase no PNP do BNDES. Na quarta seção, disserta-se sobre as redes formadas pela empresa WEG, tanto anteriores à sua inserção no programa quanto posteriores. Na última seção, destacam-se os resultados em transferência de tecnologias da empresa.

INSTITUIÇÕES, REDES E TECNOLOGIAS

Há duas perspectivas, predominantes na ciência econômica, que têm subsidiado o debate referente a políticas industriais e instituições de modo geral: a da Nova Economia Institucional (NEI) (ACEMOGLU; JOHNSON; ROBINSON, 2005; NORTH, 1991; NORTH et al., 2007) e a do Estado Desenvolvimentista (*Developmental State*) (AMSDEN, 2009; CHANG, 2004, 2008; MAZZUCATO, 2014; WADE, 1990). Ambas são relevantes para contextualizarmos o debate sobre desenvolvimento em sua relação Estado-mercado. No entanto, demonstram limitações uma vez que se concentram predominantemente na análise macroscópica de estímulos institucionais, desconsiderando a agência das pessoas afetadas. O primeiro *approach* é demasiadamente restritivo quanto à influência social, ou melhor dito, ao enraizamento (*embededness*) existente nas relações econômicas. Por outro lado, a segunda abordagem peca justamente pelo oposto: superestima o papel das instituições sobre os indivíduos, o que remete ao funcionalismo na reprodução de normas sociais. Ou seja, trabalha-se estritamente com uma noção de arranjos institucionais abstratos representados e impostos por entidades homogêneas.

Para se ir além dessas limitações, a literatura sociológica referente às instituições nas relações Estado-mercado (EVANS, 1993, 2004; FLIGSTEIN, 2001) e às redes empresariais-tecnológicas (JULIEN, 2010; OLIVEIRA, 2008) é pertinente. Com efeito, a Nova Sociologia Econômica apresenta-se como uma “terceira via” no debate institucionalista, ao priorizar as relações sociais e redes formadas entre empresários, burocratas e trabalhadores, no que poderia ser intitulado de “interacionismo metodológico” (MARQUES, 2003, p. 4).

O conceito de “redes” permite evidenciar como os atores em jogo acabam por aderir às práticas fomentadas por determinado arranjo institucional. Esse, por si só, não passa de uma abstração, um conjunto de normas e hábitos instituídos por determinado ente coletivo. Somente quando os agentes sociais começam a operacionalizar seus comportamentos tomando referida instituição em conta é que ela passa a ter “vida”. Um ponto a não ser ignorado é o fato de que instituições são construções sociais que não

somente fecundam, mas são fecundadas pelas constelações de redes sociais em que se encontram imersas – ou seja, não somente induzem a formação de novas redes de relações sociais, mas dependem também de dinâmicas sociais preexistentes, em um processo dialético (COMIN; FREIRE, 2009, p. 102-103). A partir disso, é possível identificar elementos qualitativos que se integram ao processo de crescimento, mas que não são propriedades econômicas em si, e sim dinâmicas de alimentação recíproca entre arranjos institucionais e contextos sociais (Ibid., p. 103).

Em termos conceituais, entende-se por “instituições” as normas (formais e informais) que orientam as ações dos agentes e regulam suas interações. Por normas, pode-se compreender leis, contratos e práticas de cooperação e competição estabelecidas entre os indivíduos e organizações. No âmbito propriamente dos mercados, elas são melhor exemplificadas nos direitos de propriedade, estruturas de governança, concepções de controle e regras de troca (FLIGSTEIN, 2001).

Já uma definição possível de “redes” é: ligações interpessoais entrelaçadas de múltiplas formas, desde a simples troca de informação entre agentes até a cooperação baseada na colaboração e na ação conjunta (JULIEN, 2010, p. 220). Ou seja, as redes apresentam graus diversos de complexidade, estimuladas pelas instituições e interesses que movem os agentes envolvidos. Dentre as diversas categorias de rede empresarial, a mais pertinente para o artigo é, precisamente, a rede dinâmica de inovação e formação. Ela visa a favorecer o desenvolvimento de formação e informação complexas, independentemente da distância física entre uma entidade empresarial e a outra (Ibid., p. 224-225).

Em sua essência, “tecnologia” pode ser compreendido como conhecimento útil, ou seja, conhecimento aplicado aos processos de desenvolvimento e produção, colocação no mercado e utilização de bens e serviços. Tal conhecimento pode ser tanto teórico quanto prático, quando relacionado a dispositivos concretos (LARANJA; FONTES; SIMÕES, 1997 apud OLIVEIRA, 2008, p. 50). Ou seja, a tecnologia refere-se a conhecimento incorporado em equipamentos, livros, documentos ou indivíduos, a depender da sua dimensão: materializado, documentado ou imaterializado.

A disponibilidade dessas formas de conhecimento é ditada a partir da existência ou não de obstáculos para sua utilização e transferência. Nesse particular, merece mais explanação a noção de “conhecimento implícito” (ou tácito), em contraste com o “conhecimento codificado”. Enquanto este pode ser codificado através da palavra oral ou escrita, circulando a baixo custo, o conhecimento tácito não possui tais

características, não sendo codificável. Ou seja, é um conhecimento pessoal e contextual, de difícil assimilação, dependendo de elevados custos de transmissão e aprendizado. Disso se conclui que as redes, tanto de contatos informais quanto de colaboração em projetos de investigação, são eficazes para os processos de circulação de conhecimentos e de transferência de tecnologias (Ibid., p. 54).

A relevância do diálogo entre instituições e redes, especialmente em mercados estratégicos como o da energia eólica, pode ser demonstrada a partir de alguns estudos empíricos conduzidos na sociologia. Como exemplo, Manuel Castells (2002, p. 399) dispõe que a economia contemporânea é caracterizada por redes informacionais. Isso porque a produtividade econômica se baseia no conhecimento e na informação, e tal condição impulsiona a formação de redes interempresariais. Assim, nas indústrias de alta tecnologia, as políticas públicas devem priorizar o modelo de alianças corporativas estratégicas, focadas em mercados e processos específicos, uma vez que o elevado custo de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e a dificuldade de acesso a informações privilegiadas podem comprometer o desempenho desse setor. Nesse caso, esforços interligados de duas ou mais companhias são realizados a fim de desenvolver um novo produto ou tecnologia, normalmente com o apoio de governos e agências públicas (CASTELLS, 1996, p. 162-163).

Fred Block (2008, p. 172) denota o surgimento, nos EUA e na Europa, do Estado Desenvolvimentista em Rede (*Developmental Network State*), cuja prioridade é dar o suporte a empresas para que desenvolvam tecnologias em setores como o de saúde, software e biotecnologia. O Estado Desenvolvimentista em Rede pode ser compreendido a partir de redes descentralizadas de agências estatais diversificadas, que visam estimular a inovação e o desenvolvimento de capital. Isso engloba um grande rol de agentes, públicos e privados, que podem trabalhar sob a coordenação estatal (MAZZUCATO; PENNA, 2015).

O ARRANJO INSTITUCIONAL PARA O SETOR EÓLICO BRASILEIRO: O CASO DO PNP

A aquisição mundial de energia eólica vem se acelerando desde 2010, superando o crescimento das fontes mais tradicionais em muitas regiões. Em termos de expansão, a taxa anual de crescimento composto tem sido de 21,3% desde 2000: enquanto neste ano, contava-se com apenas 17 gigawatt (GW) de energia eólica

instalada globalmente, a capacidade acumulada de energia eólica *onshore* chegou a 542 GW em 2018; uma adição de aproximadamente 30 GW por ano (INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY, 2019, p. 25).

O Brasil é o oitavo maior produtor e o quarto maior investidor mundial em energia eólica, sendo produzidos aproximadamente 15 GW de energia elétrica a partir dessa fonte (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2020; AROEIRA et al., 2017, p. 39). Em termos comparativos, isso equivale a algo em torno de 8,6% da matriz energética nacional de 170 GW, enquanto a fonte predominante, hídrica, corresponde a 61% (109 GW). A evolução da energia eólica no país ocorreu em ritmo análogo ao da expansão mundial, tendo apresentado um crescimento moderado a partir dos anos 2000. Não obstante, é a partir da década de 2010 que se observa um maior investimento no setor.

A expansão de tal mercado não pode ser dissociada da implementação bem-sucedida de políticas públicas. Nota-se que parte do sucesso obtido pelos principais países no setor surge da combinação de incentivos à demanda por energia eólica e aerogeradores (*demand-pull*) com instituições focadas na sua oferta (*technology and production push*), bem como no aproveitamento das capacidades existentes nos ecossistemas de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) locais. Exemplos nesse sentido são os casos chinês e estadunidense (ARAÚJO; WILLCOX, 2018, p. 187).

De forma abrangente, no contexto brasileiro, pode-se identificar diversos mecanismos de incentivo à indústria eólica. Quanto à oferta, além do financiamento privilegiado do BNDES atrelado às regras de conteúdo local do PNP, são exemplos: o financiamento à cadeia produtiva via bancos públicos; *grants* e cláusulas regulatórias de apoio ao P&D da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL); o regime fiscal tributário especial aos fabricantes; e o instrumento de mercado de capitais via bancos públicos para a cadeia produtiva.

Já outros instrumentos são voltados à demanda da energia eólica: os contratos de longo prazo com tarifa subsidiada (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA); os leilões incentivados para compra de energia; o financiamento público aos parques de geração (BNDES e Banco do Nordeste do Brasil – BNB)⁶; o regime especial tributário para aquisição de geradores; e os instrumentos

⁶ Em termos de aporte de capital, essa talvez seja a instituição financeira mais presente nos investimentos à energia eólica no Brasil após o BNDES, em razão do potencial eólico da região nordestina.

de mercado de capitais no setor de geração de energia via bancos públicos (Ibid., p. 202).

Assim, o BNDES é só uma das organizações atuantes em uma estrutura mais complexa, que promove os institutos supracitados. A despeito disso, a literatura especializada destaca como crucial o PNP para o desenvolvimento recente da cadeia industrial brasileira de aerogeradores, sendo o mais relevante mecanismo de oferta do segmento (Ibid.; HALLACK; LOSEKANN, 2018). De fato, desde o início dos anos 2000, o Banco tem um papel pertinente sobre o financiamento de energia eólica no Brasil. Todavia, ele foi gradualmente dedicando mais atenção à área: em um primeiro momento, para se obter empréstimos com a instituição financeira, não havia qualquer tipo de contrapartida específica do setor. Aplicavam-se as normas de conteúdo local genéricas sobre bens de capital (máquinas e equipamentos), existentes para o Financiamento a Máquinas e Equipamentos (Finame).⁷

Esse quadro mudou somente em 2009, com a introdução dos Planos de Nacionalização Progressiva de natureza individual, ou seja, com metas negociadas diretamente com o fabricante interessado em ser credenciado. Ao contrário da regra anterior, tais planos de nacionalização caracterizam-se pela priorização de itens de maior complexidade, considerados cruciais para o bem industrial em questão. Tudo isso foi definido com base em um diagnóstico da base manufatureira já constituída no país. Já no início dos anos 2010, criou-se um grande otimismo entre os diversos fabricantes internacionais em se instalar no Brasil para atender à crescente demanda nacional por turbinas eólicas, decorrente de leilões exitosos. Isso, junto a cada vez maior predominância do BNDES como financiador do setor, fez com que o Banco tomasse providências mais ambiciosas ainda, realizando uma grande inovação na sua metodologia de credenciamento.

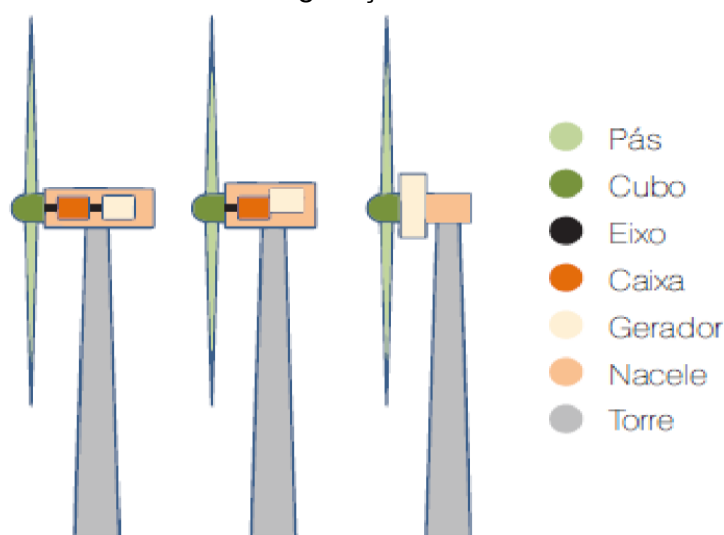
Em 2012, surgiu o Plano de Nacionalização Progressiva (Nova Metodologia de Credenciamento do Setor Eólico), com diretrizes uniformes para todos os fabricantes de aerogerador referentes às etapas produtivas a serem realizadas localmente e ao nível mínimo de localização de seus componentes críticos. Para além de incentivar a produção interna de componentes de maior conteúdo tecnológico, isso foi feito com o

⁷ Para se ter qualquer equipamento industrial credenciado pelo Banco, é necessário produzi-lo com, no mínimo, 60% de conteúdo local (aferido pelo peso e valor). No caso de um equipamento como o aerogerador, essa metodologia acaba sendo limitada, pois é facilmente cumprida produzindo localmente somente a torre da máquina, menos exigente em termos tecnológicos.

intuito de: (i) estabelecer regras uniformes e transparentes para todos os fabricantes; (ii) dinamizar a cadeia de fornecedores, atraindo empresas estrangeiras e nacionais, e gerando um maior número de empregos na indústria; (iii) eliminar gradualmente a diferença entre as estruturas industriais dos diversos fabricantes atuantes no Brasil; e (iv) aumentar o adensamento produtivo do país, baseado no mapeamento das capacidades dos principais componentes da cadeia de fabricação do equipamento (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2017, p. 174; GOUVEÂ; SILVA, 2018, p. 86).

Essa metodologia do PNP não foi inédita às turbinas eólicas, já tendo sido usada pelo Banco em outros setores (ARAÚJO; WILLCOX, 2018). O programa seguiu a linha de diversos planos de nacionalização para aerogeradores praticados em outros países, onde a capacidade de projeto do aerogerador e o domínio do pacote de conversão eletromecânica (nacele) costumam ser a prioridade em razão dos ganhos tecnológicos obtidos. Sem embargo, também se dedica atenção aos pacotes aerodinâmico (pás e cubo) e de sustentação (torre) pelas oportunidades trazidas a partir da localização dos componentes, como a diversificação da indústria, a utilização de matéria prima nacional e a geração de empregos (Ibid., p. 178).

Figura 1 – Componentes básicos de aerogeradores de eixo horizontal em diferentes configurações



Fonte: extraído de Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2014, p.11).

Dessa forma, para além da produção das partes menos complexas do aerogerador, já melhor estabelecida no país, como as torres, determinaram-se metas mais rígidas de nacionalização. Para os componentes mais complexos, mas que já

eram passíveis de fabricação local no curto prazo, exigiu-se dos fabricantes primeiramente sua fabricação no país enquanto se importavam os insumos e, a *posteriori*, a aquisição de tais insumos em território nacional, como foi o caso das pás. Nos bens de maior complexidade e sem base industrial existente para tal, como a nacele, estabeleceram-se níveis inferiores de nacionalização, elevados progressivamente (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2012). Observadas as metas de cada fase, os fabricantes foram incluídos desde o início e mantidos no Cadastro Finame do Banco. Isso permitiu com que interessados em construir parques eólicos pudessem adquirir financiamento do Banco, utilizado nos equipamentos credenciados.

O escopo do programa era, até o ano de 2016, nacionalizar a maior parte da matéria-prima e dos subcomponentes utilizados em cada um dos componentes discriminados. O programa foi exitoso em tais pretensões, tendo resultado na nacionalização das principais peças da máquina. Até seu surgimento, o mais corriqueiro era os fabricantes cumprirem as exigências genéricas de conteúdo local do BNDES produzindo a torre e as pás em solo nacional e importando em quase sua totalidade os componentes mais sofisticados do aerogerador (cubo e nacele) (AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2014, p. 37). No ano de 2020, todas as montadoras instaladas no país estão credenciadas pelo BNDES: Siemens Gamesa (Alemanha), General Electric (EUA), Wobben (Alemanha), WEG (Brasil), Vestas (Dinamarca) e Nordex Acciona (Alemanha) (BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2020). Um fato importante é que, exclusive a WEG, todas as demais montadoras no país são multinacionais estrangeiras, visto o forte oligopólio existente no segmento.⁸

Conforme argumentado por Ferreira (2017), alguns pontos favoráveis do PNP podem ser sintetizados da seguinte forma: o programa estabeleceu metas viáveis e regras claras dentro de um cronograma definido, considerando o efetivo potencial da cadeia produtiva nacional à época de sua implantação e o tempo necessário para a realização de cada etapa. Realizou-se cauteloso estudo para tal, o que trouxe segurança aos investidores do segmento. Além disso, houve flexibilidade e

⁸ As empresas estrangeiras acima discriminadas fazem parte de um grupo de 15 empresas, concentradas em cinco países (EUA, China, Alemanha, Dinamarca e Índia), que correspondem por mais de 90% da demanda global de aerogeradores (com base no ano de 2018). O restante é suprido por companhias menores. Nesse sentido, ver International Renewable Energy Agency (2019).

progressividade no programa, dando espaço às empresas para optar por metas alternativas de acordo com sua aptidão, e existindo sincronia entre a capacidade dos produtores locais e o escalonamento gradativo às etapas de maior complexidade. No que tange às limitações do programa, o autor (Ibid.) destaca que não houve grande foco no que se refere ao desenvolvimento tecnológico nacional de aerogeradores, limitando-se suas metas à fabricação local dos componentes, não ao seu projeto e desenvolvimento.

Nesse sentido, de fato, o elemento mais forte de política industrial do setor no Brasil continua sendo o tradicional mecanismo focado em regras de conteúdo local. A própria ABDI (AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2014, p. 128; Id., 2018, p. 90-92) recomenda que se poderia aprimorar os incentivos do Plano através de medidas mais modernizantes como: programas de inovação; parcerias governo-universidade-empresa; premiação aos fabricantes que investem no desenvolvimento de tecnologia nacional; programas de capacitação, consultoria e apoio; incentivos à P&D; e aumento da competitividade em exportação por parte dessas empresas. Em uma perspectiva internacional, as políticas mais exitosas na indústria de aerogeradores não se limitam a planos de conteúdo local: a capacitação e criação de empresas nacionais no ramo, a atração do investimento estrangeiro e a implantação de laboratórios nacionais de P&D e de certificação de aerogeradores são táticas comuns dos países que melhor inseriram, em sua matriz energética, a energia eólica e, em sua estrutura produtiva, a indústria que lhe acompanha (LEWIS; WISER, 2005).

Essa deficiência do PNP se expressa em termos práticos. Com efeito, em levantamento de 2014 sobre o quadro tecnológico nacional, vislumbrou-se que as empresas estrangeiras, tendo suas sedes no exterior, optaram por implantar aqui suas turbinas eólicas padronizadas, com meras adaptações incrementais.⁹ Embora tenham em mente especificidades locais, tais tecnologias foram desenvolvidas nos centros de pesquisa dessas empresas, localizados na Europa e nos Estados Unidos (PODCAMENI, 2014, p. 197-199). Ou seja, são geralmente modificações mínimas, feitas para viabilizar a implementação da máquina no país e realizadas de maneira restrita e distante. Dessa forma, os laços formados entre fornecedores locais e fabricantes estrangeiras jamais se mostraram uma fonte de inovação, sempre

⁹ As principais adaptações identificadas foram: tinta especial contra a salinização, refrigeração interna, adaptação nas torres para instalação em dunas e iluminação nas extremidades para se adequar à legislação brasileira. Nesse sentido, ver Podcameni (2014).

concentrada no núcleo de P&D estrangeiro (Ibid., p. 243).

Os pareceres posteriores das instituições especializadas (AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2018; AROEIRA et al., 2017) demonstraram que esse cenário não havia mudado muito: a capacidade tecnológica da indústria nacional ainda é considerada baixa, especialmente no que se refere aos itens de maior valor agregado. Para além de questões institucionais, um dos fatores que contribui para esse fenômeno é que a tecnologia para a produção de energia eólica já se encontra madura. Um dos indícios disso é a concentração de propriedade intelectual existente no segmento, a mais alta e consistente entre as energias alternativas (HELM; TANNOCK; ILIEV, 2014).¹⁰

REDES DE INTERAÇÃO DA WEG S.A.: O ENRAIZAMENTO DA EMPRESA

A empresa WEG, fundada em 1961, em Jaraguá do Sul (SC), é uma das maiores empresas fabricantes mundiais de equipamentos eletroeletrônicos para uso industrial – bens de capital - e para geração, transmissão e distribuição de energia. Produz motores elétricos de baixa e alta tensão, geradores e transformadores, além de componentes eletrônicos e eletromecânicos de proteção, comando e controle, sendo também responsável pela integração desses produtos em sistemas e soluções industriais. A evolução histórica da empresa pode ser dividida em três fases: 1º) desenvolvimento e produção de motores (de 1961 até início dos anos 1980); 2º) expansão e diversificação para setores como componentes eletrônicos, automação e tintas (de 1980 até o final dessa década); 3º) de internacionalização, a partir da aquisição de fábricas no exterior e criação de estruturas de distribuição por meio de subsidiárias (dos anos 1990 até hoje) (NARDO, 2018, p. 179; BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, 2017, p. 292-293).

Atualmente, a empresa conta com cinco repartições. A WEG Motores é a mais antiga e maior unidade do grupo, sendo uma das maiores fabricantes de motores elétricos de pequeno porte do mundo. A WEG Automação é produtora de tecnologia de automação para segmentos da construção civil, indústria e energias renováveis. A

¹⁰ Historicamente, os grandes produtores mundiais de turbinas eólicas e seus componentes estão no topo da lista dos depositários de patentes. Isso pode demonstrar o estabelecimento de uma solução tecnológica bem consolidada no mercado, que desincentiva o investimento em inovação tecnológica. Assim, vêm ocorrendo, nos últimos anos, meras inovações incrementais referentes aos sistemas de software e de controle das turbinas.

WEG Energia se foca em motores de alta tensão, geração de energia e *critical power*, sendo o segmento que produz aerogeradores propriamente. A WEG Transmissão & Distribuição (T&D) é uma fornecedora de soluções móveis e subestações de energia elétrica para concessionárias de energia. A WEG Tintas é fabricante de tintas em pó e vernizes eletroisolantes, além de tintas industriais, anticorrosivas e marítimas (WEG, 2012).

A WEG é uma empresa caracterizada por um intenso trânsito em diversas esferas de atividade econômica. Quanto ao BNDES, seus laços com o Banco datam dos anos 1970, sendo uma das maiores recebedoras de financiamento do Banco no país. No que tange ao PNP, foi a primeira empresa a cumprir com todas as regras impostas pelo Banco (WEG..., 2015). Ademais, possui articulação política dentro de Ministérios, do Poder Legislativo e órgãos do Governo Federal, já tendo obtido posições em conselhos de política industrial (WEG, 2015). Quanto às associações de classe, a empresa também é filiada a um vasto número delas, possuindo postos relevantes em algumas e sempre participando em discussões pertinentes a seus interesses empresariais.

Em relação a outras empresas, a WEG possui uma estrutura produtiva bastante verticalizada. No entanto, isso não a faz ser monolítica: desde que a companhia foi reconfigurando suas estratégias de expansão a partir dos anos 1990, ela foi formando uma crescente teia de relações com fornecedores especializados, concentrados nas Regiões Sul e Sudeste do país, além da realização de *joint ventures* e da aquisição de companhias estrangeiras menores em seus ramos de atuação. Já os contatos da empresa com instituições de pesquisa são de longa data também, tendo em vista que uma de suas prioridades é a inovação tecnológica. Dessa forma, a WEG tem convênios com algumas das principais universidades do país, além de promover iniciativas com especialistas acadêmicos, como é o caso do seu Comitê Científico e Tecnológico. Ou seja, a empresa forma redes com diversos agentes a partir do fechamento de parcerias com outras empresas, centros de pesquisa e universidades, tendo em vista relações de intercâmbio tecnológico (MELO, 2011, p. 9).

De modo geral, a consolidação de redes da WEG no setor de aerogeradores não diferiu muito de seu *modus operandi* típico: manteve relações próximas com o BNDES para aprimoramento e cumprimento do PNP, ao mesmo tempo em que se vinculou aos canais existentes para realizar reivindicações formais do setor, como a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), principal entidade de classe do ramo. A

formação de fornecedores, embora desafiadora, aproveitou muito da base industrial já consolidada dos contatos da WEG, localizados nas regiões retro mencionadas (Sul e Sudeste).¹¹ Tanto é assim que a configuração da produção da WEG nesse âmbito específico é similar às demais: uma certa verticalização de componentes, mas ainda com uma rede de fornecedores especializados. Por fim, quanto às relações da WEG, formadas com entidades acadêmicas devido à produção de aerogeradores, verificam-se somente contatos pontuais.

Em um apanhado geral, conclui-se que a política do PNP condicionou as redes de interação da empresa WEG, pois estabeleceu um espaço de atuação econômica que ensejou a formação de vínculos pela empresa com outras organizações para atender as metas estabelecidas. No entanto, as redes da empresa vão além dessas imposições do Plano. De fato, há um conjunto de interações da empresa na área de aerogeradores que, de certo modo, tende a acionar relações acumuladas pela empresa, mantendo-se um modelo de atuação nesse mercado similar ao já praticado em suas diferentes divisões. Em outras palavras, denota-se um enraizamento por parte da empresa no tecido social local, contando com diversas redes de interação. Esse fato acaba a tornando diferenciada em relação às demais produtoras de aerogeradores no país.

Na conjuntura particular do Brasil, vislumbra-se que o mercado local nunca foi considerado prioridade pelas multinacionais aqui atuantes. Dessa forma, nunca estabeleceram vínculos fortes com entidades e empresas locais, tendo os formado com fornecedores somente para possibilitar o cumprimento de metas do PNP (PODCAMENI, 2014). Esse inexistente enraizamento prévio, acrescentado à referida deficiência do Plano, resulta em uma baixa probabilidade dessas empresas disseminarem suas tecnologias produzidas no estrangeiro e investirem em outras produzidas nacionalmente, conforme aludido na seção anterior.

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIAS NO SEGMENTO DE AEROGERADORES WEG

¹¹ Uma das limitações da pesquisa foi não conseguir estimar esse particular de forma aprofundada, uma vez que a empresa se resguarda quanto a seus fornecedores. Não obstante, obteve-se a informação de que, para cumprir as normas do PNP, a empresa chegou a desenvolver em torno de 30 a 33 empresas exclusivas para o setor. Já o total de fornecedores exclusivos e não exclusivos chegam a aproximadamente 260 para a cadeia do aerogerador, aproveitados de sua base já consolidada.

Os modelos de aerogerador WEG são, conforme o sistema de credenciamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (2020): AGW 110/2.0, AGW 110/2.1 e AGW110/2.2, de acordo com a potência em megawatts (MW). Além desses, está em fase final de desenvolvimento o mais recente AGW 147/4.0 (WEG, 2019). Atualmente, a empresa é responsável pela instalação de 79.456 MW, sendo 646,8 MW desses oriundos da eólica, com 308 aerogeradores em operação no total (WEG, 2018).¹² Ao longo dos anos, a fabricação de aerogeradores tem se mostrado uma prioridade para a unidade WEG Energia. No entanto, a participação da WEG nessa indústria ainda é minoritária: em 2015, suas máquinas representaram somente 3,3% da potência instalada do país em MW (MARTINS, 2016).¹³ Esse fato é correlacionado ao da empresa possuir a menor capacidade produtiva entre os fabricantes atuantes no país. No mercado brasileiro atual, além de ser a única empresa de capital nacional, somente a WEG não possuía histórico de produção da máquina entre todas as fabricantes de aerogeradores à época que aderiram ao PNP (ARAÚJO; WILLCOX, 2018).

À primeira luz, a WEG desenvolveu uma tática padrão para as empresas nacionais que visam a se estabelecer no mercado de energia eólica. Com efeito, as empresas locais atuantes nesse segmento são, via de regra, dependentes da aquisição externa de conhecimento, seja via importação de máquinas e equipamentos, seja através de contratos de licenciamento, de uso de patentes e de transferência tecnológica. Em graus variados, também se recorre ao *learning by doing*, ao investimento interno em P&D e à obtenção de conhecimento junto a centros de pesquisa nacionais (FERREIRA, 2017, p. 196-197).

Desde as primeiras diversificações na década de 1980, quando foram criadas as divisões WEG Energia e WEG T&D (Transmissão & Distribuição), a empresa se definiu como uma fornecedora de soluções energéticas em fontes como a hidrelétrica, termelétrica, geração distribuída e, posteriormente, eólica (2011), solar (2012) e até biomassa (WEG, 2017; WEG, 2018). A empresa passou a atuar no mercado primeiramente como fornecedora de geradores para as turbinas eólicas das empresas Zond (atual GE Wind) e Clipper em 1997 e 2002, respectivamente. Ela tornou-se também a principal fornecedora de subestações a parques eólicos no país (WEG,

¹² Dados atualizados até 31/12/2018.

¹³ Não foi possível localizar dados mais atualizados do *market share* nacional das fabricantes.

2015). Posteriormente, na década de 2010, a empresa abandonou sua estratégia típica, qual seja, de fornecer exclusivamente componentes específicos, como os motores ou geradores de uma máquina, e passou a oferecer o sistema integral no caso dos aerogeradores.

Parte disso é explicado pelo fato de a empresa entender que não compensava os custos que tinham no setor eólico ao fornecer somente determinados componentes. Outros incentivos para tal foram as tendências mundiais no mercado eólico, o potencial do Brasil para geração eólica e os estímulos governamentais da última década (mudanças nas condições competitivas e na regulamentação dos leilões de energia) (WEG, 2013). Sobre esse último particular, a própria empresa reconhece a importância do PNP para permitir tal desenvolvimento, ainda mais em um mercado extremamente oligopolizado como o de aerogeradores. Desde o início das operações da WEG para se consolidar como fabricante de aerogeradores, uma de suas prioridades foi o cumprimento das metas de conteúdo local do BNDES para que pudesse ser credenciada.

A empresa iniciou seu projeto de aerogeradores em 2011, através de um acordo tecnológico com o grupo espanhol M. Torres Olvega Industrial (MTOI), que resultou em uma *joint venture* (WEG, 2011). No entanto, houve a rescisão desse contrato posteriormente, pois a WEG não considerou competitiva o suficiente a tecnologia utilizada pelo referido grupo. Em 2013, ela buscou se qualificar no setor a partir da aquisição de tecnologias já desenvolvidas pela estadunidense *Northern Power Systems* (NPS). Isso se manifestou a partir de um acordo de *joint venture* firmado com a empresa para o licenciamento da tecnologia referente às máquinas AGW de 2.1 MW. Concomitantemente, a WEG formou sua cadeia de fornecedores nacionais a fim de cumprir as metas estabelecidas pelo PNP. Em 2016, a WEG acabou adquirindo a NPS – muito provavelmente isso se deu pelo fato de a tecnologia dominada pela empresa norte-americana ser então a fronteira tecnológica no setor eólico. Dessa forma, ela tornou-se a proprietária da carteira de patentes, ativos, *know-how* e materiais afins de aerogeradores com mais de 1.5 MW de capacidade nominal (WEG, 2016, p. 104).

Deve-se ressaltar que todo esse avanço no segmento a partir de parcerias estratégicas não significa o desaproveitamento do conhecimento interno da WEG. Isso é demonstrado na produção de seus componentes para os aerogeradores: embora a WEG haja terceirizado parte de sua produção, prevalece ainda a fabricação interna. Isso porque diversos componentes da máquina demandam uma estrutura fabril similar

para serem produzidos (FERREIRA, 2017). Esse aproveitamento acaba sendo intenso no caso da WEG, dada sua estrutura organizacional: a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (2018) ressalta que a WEG fabrica internamente diversos componentes, utilizando seu parque fabril e a expertise da unidade de Automação (inversores e sistemas de controle) e T&D (transformadores e subestações); além, obviamente, da expertise da unidade de Energia na área elétrica e até mesmo eólica, visto que a empresa já fornecia certos componentes para turbinas eólicas de concorrentes.

Dessa forma, o conhecimento de casa em matéria de gerador, transformador, painéis, conversor, elementos estruturais da nacelle e do eixo, além dos processos de usinagem e caldeiraria, fez com que a empresa fosse plenamente apta a ingressar nesse ramo. Com efeito, a possibilidade de integrar vários produtos já existentes em sua linha de negócios (geradores, transformadores, inversores de frequência, motores e tinta) foi mais um dos fatores que influenciou a sua entrada no segmento, sendo o aerogerador provavelmente o único produto da WEG a envolver as cinco repartições da empresa.

Na atualidade, a WEG está comprometida no desenvolvimento de um aerogerador de potência nominal inédita em sua linha de produção, qual seja, de 4.0 MW.¹⁴ A história dessa iniciativa seguiu-se da seguinte forma: em 2013, a ANEEL formulou uma chamada pública para projeto de P&D estratégico referente ao “Desenvolvimento de Tecnologia Nacional de Geração Eólica” (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 2016). A WEG, em parceria com outra empresa, inscreveu-se neste programa para investir no desenvolvimento de um aerogerador de tecnologia 100% nacional, algo novo no país. Sua potência seria inicialmente 3,3 MW e, com a reconfiguração do projeto, tornou-se 4.0 MW, com previsão para inaugurar no mercado em 2020 (WEG, 2018). Esse projeto está localizado em um complexo termelétrico, tendo sido inicialmente investidos R\$ 160 milhões: desses, R\$ 88 milhões são oriundos da WEG (AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2014).

¹⁴ Consoante estudos (ARAÚJO; WILLCOX, 2018; AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 2014; INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY, 2019; LAGE; PROCESSI, 2013), o aumento da capacidade nominal dos aerogeradores é um dos principais vetores de P&D para o aprimoramento tecnológico dos aerogeradores, de acordo com seus componentes. Nesse caso, foca-se no avanço técnico do pacote de conversão (nacelle). Quanto à parte aerodinâmica da máquina (rotor), os maiores desafios tecnológicos são aumentar o comprimento das pás e, concomitantemente, reduzir o peso a partir de materiais mais leves e resistentes. As torres seguem demandas tecnológicas similares.

Em suma, percebe-se que a WEG, nos nove anos de sua história na produção de aerogeradores, montou um time de engenharia interna que lidera o desenvolvimento de seus produtos. Assim, discrepante das demais empresas instaladas no país, a WEG não somente nacionaliza a fabricação das máquinas, mas também a tecnologia utilizada. Isso é demonstrado pelo fato de, ao longo do seu processo de consolidação, a empresa ter realizado *joint ventures* e, até mesmo, em 2016, adquirir a norte-americana NPS a fim de incorporar os seus conhecimentos sobre aerogeradores com capacidade superior a 1.5 MW. Outro exemplo da sua dedicação é o investimento direcionado à criação de um modelo de aerogerador de 4.0 MW, utilizando-se tecnologia 100% nacional. Esse projeto contou com outra empresa do setor, geradora de energia, e com mecanismos de incentivos governamentais, como as chamadas de P&D da ANEEL. Não obstante, trata-se aqui de uma iniciativa articulada por conta das próprias prioridades da WEG, o que é demonstrado pelo fato de nenhuma outra fabricante no país fazer algo similar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo visou averiguar os incentivos e regras do Plano de Nacionalização Progressiva (PNP) para aerogeradores e sua relação com os resultados para a absorção e transferência de tecnologias no setor, a partir das redes de cooperação da empresa WEG S.A. A análise fundamentou-se na literatura desenvolvida pela Nova Sociologia Econômica no que se refere às instituições e redes empresariais-tecnológicas. Essa abordagem sociológica se mostra mais abrangente em comparação a outras vertentes institucionalistas, vigentes especialmente nas ciências econômicas, como a da Nova Economia Institucional e do *Developmental State*. Os autores dessas escolas são demasiadamente focados nos estímulos e nas penalidades necessários para o arranjo institucional adequado, menosprezando o papel efetivamente exercido pelos agentes submetidos a tal arranjo. De tal sorte, a literatura sociológica citada possui uma maior alavancagem analítica para se compreender tal fenômeno a partir da ótica dos agentes sociais afetados, conforme exposto na segunda seção.

Dessa maneira, na terceira seção, discorreu-se sobre o papel institucional do BNDES no setor de aerogeradores. Há uma forte relação entre a expansão do mercado de energia eólica e a participação do BNDES através do PNP a partir de 2012. Ademais, a instituição dedicou sua atenção para compreender as necessidades e as limitações

do setor nacional de aerogeradores, enquanto manteve o foco em uma política que permita a evolução gradual para a produção de bens de maior conteúdo tecnológico. Todavia, as prioridades do Plano se limitaram à formação de uma indústria desse produto, internalizando a fabricação de seus componentes mais sofisticados sem necessariamente contemplar se a tecnologia utilizada para tal é produzida no país ou obtida do exterior. Em suma, o PNP, principal mecanismo do arranjo institucional vigente nesse setor, foi omissivo no que tange à transferência de tecnologias *per se*. Isso faz com que as respostas diretas das empresas aos incentivos institucionais não sejam o suficiente para concretizar esse fenômeno, conforme arguido na hipótese principal.

Na quarta seção, expôs-se que as redes formadas pela empresa WEG em decorrência de sua entrada nesse setor, apesar de terem sido condicionadas pelas metas do PNP (cujo formato é deficiente), foram concebidas também a partir do longo histórico de interações que a empresa possui com diversas instituições, datado de muito antes de sua adesão a um programa governamental nesses moldes. Assim, incrementam-se as possibilidades de redes de cooperação mais duradouras, concebidas para um intento mais complexo: a transferência de tecnologias. Tal não se justifica diretamente pelas próprias imposições do PNP, que, embora tenha sido crucial para a constituição dessa indústria, não foi exaustivo nesse tocante. Com efeito, toma-se em conta aqui precisamente a agência da WEG: vislumbrou-se uma variada rede de interações que a empresa já havia formado previamente ao programa, entrosada em diversos âmbitos; o que ocorreu de forma análoga em sua entrada na produção de aerogeradores. A partir disso, é possível uma maior transferência de tecnologias, consoante a hipótese auxiliar.

Esse fato diferencia a WEG das multinacionais participantes no Plano, que nunca possuíram vínculos fortes com entidades locais, os formando somente para possibilitar o cumprimento de metas. Ou seja, o cumprimento das metas locais em si permite que se expandam interações em termos quantitativos. Sem embargo, esse instituto não faz com que haja um aprimoramento qualitativo desses laços, na forma de redes de cooperação para transferência de tecnologias; esse fator depende, nesse contexto institucional, muito mais da estratégia adotada pela empresa.

Na seção cinco, destacou-se uma outra discrepância marcante da WEG em comparação às demais fabricantes do país: o seu investimento tecnológico. De fato, o desenvolvimento desse ramo aqui, mesmo após o PNP, caracteriza-se pela aludida concentração de investimentos em inovação nas matrizes das empresas estrangeiras.

A WEG, por sua vez, embora tenha iniciado a produção de máquinas através da aquisição de licenças de modelos concebidos no exterior, teve a perspectiva de internalizar o aprendizado adquirido dessas transferências tecnológicas. Isso é demonstrado pelo seu modelo mais atual de aerogerador, de 4.0 MW. Assim, a empresa continua sendo a única no mercado nacional que possui um modelo de máquina projetado e desenvolvido nacionalmente, com pessoal e organizações do país. Ou seja, são inovações desenvolvidas pelo corpo de engenharia brasileiro da empresa, a partir de parcerias estratégicas com empresas locais no Brasil e de incentivos governamentais de P&D.

Esse fenômeno é um tanto independente do formato institucional concebido pelo BNDES ao PNP, omissos quanto à transferência tecnológica. A WEG ainda se mostra uma exceção no contexto nacional: outras empresas de origem estrangeira, também credenciadas pelo Banco, somente nacionalizaram sua produção, enquanto o projeto e o desenvolvimento de suas turbinas eólicas se concentram nas matrizes. Nesse sentido, vislumbra-se um grau de autonomia na estratégia empresarial concebida pela WEG, não sendo tais resultados um reflexo direto de políticas governamentais. Isso destaca a pertinência das redes das empresas, para melhor ilustrar como certas companhias, contempladas pelo mesmo arranjo institucional, ainda tem espaço para articular atuações diversas a partir do componente de enraizamento social, confirmando a hipótese auxiliar.

REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; JOHNSON, Simon; ROBINSON, James A. Institutions as a Fundamental Cause of Long-Run Growth. In: AGHION, Philippe; DURLAUF, Steven. **Handbook of Economic Growth, volume 1A**. Amsterdam: North Holland, 2005. cap. 6, p. 385-464.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. **Atualização do Mapeamento da Cadeia Produtiva da Indústria Eólica no Brasil**. Brasília: ABDI, 2018.

———. **Mapeamento da Cadeia Produtiva da Indústria Eólica no Brasil**. Brasília: ABDI, 2014.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Chamada de Projeto de P&D Estratégico nº 017/2013**. 2016. Disponível em: <http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/PD%20Estrat%20a9gico%20017-2013.pdf>.

Acesso em: 10 maio 2020.

———. **Sistema de Informações de Geração da ANEEL (SIGA)**. [2020]. Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaNjc4OGYyYjQtYWM2ZC00YjllLWJlYmEtYzdkNTQ1MTc1NjM2IiwidCI6IjQwZDZmOWI4LWVjYTctNDZhMi05MmQ0LWVhNGU5YzAxNzBIMSIsImMiOiR9>. Acesso em: 13 de março 2020.

ALMEIDA, Mansueto. Desafios da real política industrial brasileiro do século XXI. **Texto para discussão 1452**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Brasília, dez. 2009.

AMSDEN, Alice. **A ascensão do “resto”: os desafios ao Ocidente de economias com industrialização tardia**. São Paulo, Editora UNESP, 2009.

ARAÚJO, Bruno Platteck de; WILLCOX, Luiz Daniel. Reflexões críticas sobre a experiência brasileira de política industrial no setor eólico. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n.47, p. 163-220, mar. 2018.

AROEIRA, Isabela; BITTENCOURT, Felipe; BOTELHO, José Arthur; BRITO, Matheus; CAREPA, Julio; MORAIS, Pedro; RATES, Breno; SILVA, Pamela Fernanda. **Cadeia de valor da energia eólica no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2017.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Anexo 1 – Etapas físicas e conteúdo local que deverão ser cumpridos pelo fabricante**. Rio de Janeiro: BNDES, 2012. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/wcm/connect/site/10f19d81-33df-4c4c-95e0-d7909975c911/credenciamento_aerogeradores_anexo1.pdf?MOD=AJPERES&CVID=lmYlw0v. Acesso em: 06 maio 2020.

———. **Consulta a fornecedores e produtos credenciados**. 2020. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Credenciamento_de_Equipamento/conteudo.html. Acesso em: 05 maio 2020.

———. **Livro verde**: nossa história tal como ela é. Rio de Janeiro: BNDES, 2017.

BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; LAZZARINI, Sergio G.; MARCON, Rosilene; MUSACCHIO, Aldo. What Do Development Banks Do? Evidence from Brazil, 2002-2009. **Working Paper 12-047**, 08 Dec. 2011. Disponível em: <<https://www.hbs.edu/faculty/Publication%20Files/12-047.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2018.

BLOCK, Fred. Swimming Against the Current: The Rise of a Hidden Developmental State in the United States. **Politics & Society**, Newbury Park, v. 36, n. 2, p. 169- 206, June 2008.

CASTELLS, Manuel. O novo paradigma do desenvolvimento e suas instituições: conhecimento, tecnologia da informação e recursos humanos. Perspectiva comparada com referência à América Latina. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). **Desenvolvimento em debate**. v. 1. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 397-416.

———. **The rise of the network society**. Cornwall: T. J International Limited, 1996.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

———. Um estudo sobre a relação entre Instituições e Desenvolvimento Econômico – algumas questões teóricas fundamentais. **OIKOS – Revista de Economia Heterodoxa**, Rio de Janeiro, n. 10, ano VII, p. 13-31, 2008.

COMIN, Alvaro A.; FREIRE, Carlos Torres. Sobre a qualidade do crescimento: atores, instituições e desenvolvimento local. **Novos Estudos - Cebrap**, [s.l.], n. 84, p. 101-125, 2009. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-33002009000200007>.

EVANS, Peter. **Autonomia e Parceria: Estados e Transformação Industrial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

———. O Estado como problema e solução. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, nº 28-29, p. 107-157, abr. 1993.

FERREIRA, Welinton Conte. **Política de conteúdo local e energia eólica: a experiência brasileira**. 2017. Tese (Doutorado em Economia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

FLIGSTEIN, Neil. **The Architecture of Markets: An Economic Sociology of Twenty-First-Century Capitalist Societies**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

FURTADO, J. Quatro eixos para a política industrial. In: FLEURY, Afonso Carlos Corrêa; FLEURY, Maria Tereza Leme (Eds.). **Política industrial** v. 1. São Paulo: Publifolha, 2004. p. 47-78.

GOUVÊA, Renato Luiz Proença de; SILVA, Paulo Azzi da. Desenvolvimento do setor eólico no Brasil. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.25, n.49, p. 81-118, jun. 2018.

GUIMARÃES, Sônia Karam. Desenvolvimento econômico-social e instituições no Brasil. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 16, n. 2, p. 259-284, 13 set. 2016. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2016.2.23112>.

HALLACK, Michelle; LOSEKANN, Luciano. Novas energias renováveis no Brasil: desafios e oportunidades. In: ARAÚJO, Bruno César; BACELETTE, Ricardo; DE

NEGRI; João Alberto. **Desafios da Nação**: artigos de apoio, v. 2. Brasília: IPEA, 2018. cap. 34, p. 631-655.

HELM, Sarah; TANNOCK, Quentin; ILIEV, Ilian. **Renewable Energy Technology**: evolution and policy implications - evidence from patent literature. Genebra: World Intellectual Property Organization, 2014. Disponível em: <https://www.wipo.int/publications/en/details.jsp?id=3891&plang=EN>. Acesso em: 07 maio 2020.

INTERNATIONAL RENEWABLE ENERGY AGENCY. **Future of wind**: Deployment, investment, technology, grid integration and socio-economic aspects (A Global Energy Transformation paper). Abu Dhabi: IRENA, 2019.

JULIEN, Pierre-André. **Empreendedorismo regional e economia do conhecimento**. São Paulo: Saraiva, 2010.

LAGE, Elisa Salomão; PROCESSI, Lucas Duarte. Panorama do setor de energia eólica. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 183-205, jun. 2013.

LARANJA, Manuel Duarte; FONTES, Margarida; SIMÕES, Vítor Corado. **Inovação tecnológica**: experiência das empresas portuguesas. Lisboa: Texto Editora, 1997.

LEWIS, Joanna I.; WISER, Ryan H. Fostering a renewable energy technology industry: an international comparison of wind industry policy support mechanisms. **Energy Policy**, [s.l.], v. 35, n. 3, p. 1844-1857, mar. 2007. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.enpol.2006.06.005>.

MARQUES, Rafael. Os trilhos da Nova Sociologia Econômica. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Orgs.). **A Nova Sociologia Econômica**: uma antologia. Oeiras: Celta, 2003. p.1-67.

MARTINS, Bruno. **Datavento**: ferramenta interativa da brasil energia reúne dados de geração do setor eólico brasileiro e permite que leitor visualize e combine diversas informações. 2016. Disponível em: <https://energiahoje.editorabrasilenergia.com.br/datavento/>. Acesso em: 06 maio 2020.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor**. São Paulo: Portfólio-Pinguim, 2014.

MAZZUCATO, Mariana; PENNA, Caetano. The rise of mission-oriented state investment banks: the cases of Germany's KfW and Brazil's BNDES. **SWPS 2015-26**, [s.l.], set. 2015.

MELO, Germana Tavares de. A reconfiguração dos recursos ao longo do processo de

internacionalização de empresas: um estudo de caso na WEG S.A. **XXXV Encontro do ANPAD**, Rio de Janeiro, 4 a 7 set. 2011. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/ESO1440.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2018.

NARDO, Aulo Pércio Vicente. **A construção das capacidades tecnológicas como fundamento da diversificação**: o caso da WEG S.A. 2018. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

NORTH, Douglass. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter 1991.

NORTH, Douglass C.; WALLIS, John Joseph; WEBB, Steven B.; WEINGAST, Barry R. Limited Access Orders In The Developing World: a new approach to the problems of development. **Policy Research Working Papers**, [s.l.], p. 1-48, 9 nov. 2007. The World Bank. <http://dx.doi.org/10.1596/1813-9450-4359>.

OLIVEIRA, Luísa. **Sociologia da Inovação**. Lisboa: Celta, 2008.

PODCAMENI, Maria Gabriela. **Sistemas de inovação e energia eólica**: a experiência brasileira. 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

WADE, Robert. **Governing the market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WEG é a 1ª fabricante de aerogeradores a cumprir todas as regras para financiamento do BNDES. **WEG**, Jaraguá do Sul, 20 jul. 2015. Disponível em: <https://www.weg.net/institucional/BR/pt/news/produtos-e-solucoes/weg-e-1-fabricante-de-aerogeradores-a-cumprir-todas-as-regras-para-financiamento-do-bndes>. Acesso em: 04 dez. 2018.

WEG. **A solução global com máquinas elétricas e automação para a indústria de sistemas de energia**. Jaraguá do Sul: WEG, 2019b. 19 slides, color.

———. **Relatório Anual Integrado 2013**. Jaraguá do Sul: WEG, 2013.

———. **Relatório Anual Integrado 2015**. Jaraguá do Sul: WEG, 2015.

———. **Relatório Anual Integrado 2016**. Jaraguá do Sul: WEG, 2016.

WEG. **Relatório Anual Integrado 2017**. Jaraguá do Sul: WEG, 2017.

———. **Relatório Anual Integrado 2018**. Jaraguá do Sul: WEG, 2018.

———. **Relatório de Sustentabilidade 2011**. Jaraguá do Sul: WEG, 2011.

———. **Relatório de Sustentabilidade 2012**. Jaraguá do Sul: WEG, 2012.

* Artigo recebido em 15/07/2020,
aprovado em 07/08/2020.